ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de História

Refuncionalização da Arquitetura
Abordagens Patrimoniais na Cidade

Nádia Pais Antunes de Almeida Luís

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura – ramo de especialização Gestão Cultural

Orientador (a):
Professora Doutora Paula Cristina André Ramos Pinto, Professor Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2016

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de História

Refuncionalização da Arquitetura
Abordagens Patrimoniais na Cidade

Nádia Pais Antunes de Almeida Luís

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura – ramo de especialização Gestão Cultural

Orientador (a):
Professora Doutora Paula Cristina André Ramos Pinto, Professor Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2016

Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de História

Refuncionalização da Arquitetura
Abordagens Patrimoniais na Cidade

Nádia Pais Antunes de Almeida Luís

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura – ramo de especialização Gestão Cultural

Orientador (a):
Professora Doutora Paula Cristina André Ramos Pinto, Professor Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2016

Refuncionalização da Arquitetura
Abordagens Patrimoniais na Cidade

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, ramo de especialização Gestão Cultural.

Nádia Pais Antunes de Almeida Luís

Orientador (a): Professora Doutora Paula Cristina André Ramos Pinto

Aos meus Pais.

Obrigada

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Maria e Ruy de Almeida Luís, que fizeram com que este percurso e esta aprendizagem fosse possível. Agradecer também aos meus familiares, que apesar da distância, apoiaram sempre como puderam.

Um agradecimento a todos os professores que durante este percurso académico me transmitiram os seus conhecimentos, e em especial à Professora Doutora Paula André, que orientou, apoiou e confiou nesta viagem. Agradeço-lhe todas as palavras de incentivo, perspetiva crítica e esclarecimentos científicos, para os quais me mostrou toda a sua disponibilidade.

À Câmara Municipal de Lisboa e aos seus vários intervenientes, nomeadamente a Dr.ª Ana Marçal do CIUL – Centro de Informação Urbana de Lisboa, pela rapidez e eficiência de resposta a todas as solicitações, no âmbito desta dissertação. Ao Senhor Pedro Santos, da Direção Municipal de Urbanismo, Divisão de Projectos e Edifícios. E à Dr.ª Elsa Lopes, do Arquivo Municipal de Lisboa.

Ao Arquiteto Jorge Cruz Pinto pela prontidão e disponibilidade de tempo e informação.

Obrigada aos meus amigos, os que estão presentes e os que mesmo à distância contribuíram para que fosse possível.

Aos colegas que me ajudaram a concluir este novo ciclo com ânimo e entusiasmo, especialmente à Andreia Draque, à Cláudia Reis, ao João Silva e à Maria Inês pelo trabalho de equipa e apoio que demonstraram.

E a todos aqueles que sem terem um papel direto na elaboração deste trabalho contribuíram com a sua presença para que fosse possível a sua conclusão, destacando a Linda Martins e a Rita Ferreira. E o Gonçalo, pela presença constante na minha vida.

Resumo

A presente dissertação analisa o processo de reabilitação de edifícios antigos, a partir do estudo da refuncionalização de três edifícios habitacionais (palacianos ou de rendimento) inseridos no contexto urbano de Lisboa, procurando relacioná-lo com o panorama artístico e cultural dos finais do séc. XIX até à contemporaneidade.

Procura-se assim através de um estudo crítico conhecer a génese das intervenções realizadas hoje, reconhecendo os fenómenos da reabilitação e revitalização, e o modo como influenciaram as práticas de intervenção no património edificado, suscitando novos conceitos e abordagens que estiveram na origem das práticas de reutilização de antigas edificações, e na sua integração na vida ativa da cidade. A adaptabilidade deste tipo de construções a uma nova funcionalidade é abordada contemplando as consequências da intervenção na preexistência, com enfoque na ativação cultural, social e económica do espaço urbano, estreitamente associada ao papel que o turismo tem atualmente na gestão do património arquitetónico.

Para investigar este processo de refuncionalização, realiza-se uma análise descritiva das intervenções executadas ou em execução em edifícios habitacionais adaptados a fins hoteleiros, nomeadamente na Palácio Casa do Governador da Torre de Belém, já concluída e com licença de utilização aprovada; no Palácio dos Condes de Lumiares, com projeto aprovado e obra a decorrer; e no Palácio dos Conde-Barão do Alvito, edifício devoluto, com projeto em desenvolvimento. Este edifícios são analisados segundo a mesma leitura de forma a compreender como são hoje entendidos os valores artísticos, históricos, culturais e sociais implícitos nas estratégias de reabilitação e refuncionalização do património.

Palavras-chave: Arquitetura, Património, Refuncionalização, Turismo.

Abstract

The present dissertation analyses the process of rehabilitation of old buildings, from the study of the refunctionalization of three residential buildings (palace or yield) inserted in the urban context of Lisbon, trying to relate them with the artistic and cultural scene of the late XIX century to the present day.

Hence, it is through critical study to know the genesis of interventions made today, recognizing the phenomena of rehabilitation and revitalization, and the way they influenced the interpretation practices and intervention in architectonic patrimony, raising new concepts and approaches that contributed to reuse old building and their reintegration into the city's active life. The adaptability of this kind of construction to new functions, contemplating the consequences of intervention in the pre-existent, with emphasis on cultural, social and economic activation of the urban space, closely related to the role that tourism currently has in architectural heritage management.

To investigate this refunctionalization and reusing process, we carry out a descriptive analysis of past and present interventions in residential buildings adapted to touristic purposes, namely at Palácio Casa do Governador da Torre de Belém already concluded and licensed; at the Palácio dos Condes de Lumiares, with approved project and already being implemented; and at the Palácio dos Conde-Barão de Alvito, vacant building with a project in development.

These buildings are analysed under the same perspective in order to understand the frameworks on artistic, historical, cultural and social values, implicit in contemporary patrimonial rehabilitation and refunctionalization.

Keywords: Architecture, Heritage, Refunctionalization, Tourism.

ÍNDICE

Agradecimentos

Resumo | Abstract

Índice

Índice de Quadros

Índice de Figuras

Glossário de Siglas

INTRODUÇÃO **1**

Apresentação do tema 1

Objetivos 2

Metodologia 3

Estado da arte 5

Estrutura e organização 20

Contributos do estudo 21

I MONUMENTO, PATRIMÓNIO E VALORES **23**

1.1 – MONUMENTO E MONUMENTO HISTÓRICO (SÉCULOS XV – XIX) 23

Os humanistas italianos e o papel dos antiquários 26

O conceito de monumento histórico 28

1.2 – O QUE É O PATRIMÓNIO: CONCEITO 31

II QUESTÕES DE INTERVENÇÃO NA ARQUITETURA **39**

2.1 – EVOLUÇÃO DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO: UM PROCESSO CULTURAL 39

Eugéne Viollet-le-Duc (1814-1879) 43

Jonh Ruskin (1819-1900) 44

Camillo Boito (1836-1914) 45

Gustavo Giovannoni (1873-1947) 46

Alois Riegl (1858-1905) 47

Carta de Atenas (1931) 48

Cesare Brandi (1906-1988) 49

Carta de Veneza (1964) 50

2.2 – SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO EM PORTUGAL 54

III PATRIMÓNIO E OS SEUS USOS **73**

3.1 – REFUNCIONALIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO 73

IV PATRIMÓNIO COMO PROCESSO CULTURAL **83**

4.1 – O ADVENTO DO TURISMO CULTURAL 83

4.2 – PATRIMÓNIO E EXPERIÊNCIA 88

4.3 – CASOS DE ESTUDO 93

4.3.1 – PALÁCIO CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM (SÉC. XVI) 97

Enquadramento Histórico e Urbano 97

Enquadramento do Projeto - Proposta de Refuncionalização 100

4.3.2 – PALÁCIO DOS CONDES DE LUMIARES (SÉC. XVII-XVIII) 110

Enquadramento Histórico e Urbano 110

Enquadramento do Projeto - Proposta de Refuncionalização 115

4.3.3 – PALÁCIO DO CONDE-BARÃO DO ALVITO (SÉC. XVI-XVII) 127

Enquadramento Histórico e Urbano 127

V CONSIDERAÇÕES FINAIS **131**

BIBLIOGRAFIA **135**

ANEXOS

ANEXO A – PALÁCIO CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM

ANEXO A1 Fichas Técnicas

Ficha da Direção-Geral do Património Cultural

Ficha da Casa do Governador da Torre de Belém

ANEXO A2 Alterações Estruturais e Funcionais

ANEXO A3 Plantas e Desenhos

ANEXO A4 Memórias Descritivas

ANEXO A5 Levantamento Fotográfico

ANEXO A6 Conversa com o Arquiteto Jorge Cruz Pinto

ANEXO B – PALÁCIO DOS CONDES DE LUMIARES

ANEXO B1 Fichas Técnicas

Ficha da Direção-Geral do Património Cultural

Ficha do Palácio dos Condes de Lumiares

ANEXO B2 Alterações Estruturais e Funcionais

ANEXO B3 Plantas e Desenhos

ANEXO B4 Memórias Descritivas

ANEXO B5 Levantamento Fotográfico

ANEXO C – PALÁCIO DO CONDE-BARÃO DO ALVITO

ANEXO C1 Fichas Técnicas

Ficha da Direção-Geral do Património Cultural

Ficha do Palácio do Conde-Barão do Alvito

ANEXO C2 Alterações Estruturais e Funcionais

ANEXO C3 Levantamento fotográfico

CURRICULUM VITAE

x

Índice de Quadros

Quadro 1.5 Condicionantes de intervenção no Palácio Casa do Governador de Belém... **99**
Câmara Municipal de Lisboa
Quadro 2.4 Condicionantes de intervenção no Palácio dos Condes de Lumiares.....**115**
Câmara Municipal de Lisboa

Índice de Figuras

Figura 1.1 Diagrama da hierarquia de valores estabelecida por Alois Riegl..... **30**

Figura 2.2 Pousada de São Dinis (Fernando Távora, 1967), Vila Nova de Cerveira..... **67**

Alcino Soutino, 1973, Fundação Marques da Silva, Arte Capital. Imagem manipulada: http://www.artecapital.net/arq_des-116-tesouromisterio-ou-mito-a-escola-do-porto-em-tres-exposicoes-parte-i-ii-

Figura 3.2 Pousada de Santa Marinha da Costa (Fernando Távora, 1985), Guimarães... **68**

Arquivo de Fernando Távora, Fundação Marques da Silva, Arte Capital. Imagem manipulada: https://fims.up.pt/index.php?cat=34&su bcat=53

Figura 4.2 Pousada de Sta. Maria do Bouro (Souto Moura, 1997), Cemitério do Bouro... **69**

Luís Ferreira Alves, Archdaily. Imagem manipulada: http://www.archdaily.com.br/br/769336/ reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira

Figura 5.2 Pousada Convento da Flor da Rosa (Carrilho da Graça, 91-95), Portalegre.... **70**

DGCP. Imagem manipulada: http://www.patrimoniocultural.pt/pt/ patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69839/

Figura 6.2 Pousada de Nossa Sra. da Assunção (J. Paulo Santos, 1991-96), Arraiolos... **71**

DGCP. Imagem manipulada: http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio /patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de classificacao/geral/view/73657

Figura 7.4 Mapa de localização dos três casos de estudo nos centros de Lisboa..... **93**

Googlemaps

Figura 8.4 Localização do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém..... **102**

Atlas Topográfico de Lisboa de Filipe Folque (1856-1859)

Figura 9.4 Planta esquemática (reconstituição) com a localização dos tanques..... **103**

Iola Filipe

Figura 10.4 Implantação do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém..... **105**

Imagem manipulada a partir da original: http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/

Figura 11.4 Planta de localização..... **105**

Googlemaps

Figura 12.4 Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Vista geral (nascente).....**106**
Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2526
Figura 13.4 Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada Sul.....**106**
Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2526
Figura 14.4 Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada Sul, terraço..... **107**
Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2526
Figura 15.4 Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada Sul..... **107**
Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2526
Figura 16.4 Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada Norte.....**108**
Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2526
Figura 17.4 Fachada Norte, vista sineira.....**108**
Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2526
Figura 18.4 Painel de azulejo, interior da capela, representando Anunciação.....**108**
Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2526
Figura 19.4 Implantação do Palácio dos Condes de Lumiares..... **121**
Imagem manipulada: http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/
Figura 20.4 Planta de localização 3D do Palácio dos Condes de Lumiares..... **121**
Googlemaps
Figura 21.4 Palácio Palácio dos Condes de Lumiares. Fachada Este.....**122**
Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4039
Figura 22.4 Palácio Palácio dos Condes de Lumiares. Fachada Sul.....**123**
Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4039

Figura 23.4 Palácio Palácio dos Condes de Lumiares. Fachada Norte.....**124**

Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4039

Figura 24.4 Palácio Palácio dos Condes de Lumiares. Fachada Oeste..... **125**

Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4039

Figura 25.4 Implantação do Palácio do Conde-Barão do Alvito..... **127**

Imagem manipulada: http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/

Figura 26.4 Planta de localização 3D do Palácio do Conde-Barão do Alvito..... **127**

Googlemaps

Figura 27.4 Palácio Conde-Barão do Alvito. Fachada principal virada a Sul..... **128**

Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5036

Figura 28.4 Palácio Conde-Barão do Alvito. Fachada principal virada a Sul..... **128**

Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5036

Figura 29.4 Palácio Conde-Barão do Alvito. Pormenor do vão de janela..... **129**

Imagem manipulada: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5036

Glossário de Siglas

AGEMN – Administração Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
CML – Câmara Municipal de Lisboa
DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC – Direcção-Geral do Património Cultural
ICOMOS – International Council of Monuments and Sites
IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IPA – Inventário do Património Arquitetónico
IPPAR – Iinstituto Português do Património Arquitectónico
IPPC – Instituto Português do Património Cultural
PDM – Plano Director Municipal
SIPA –Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema

No âmbito do Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura no ramo de Gestão Cultural, do ano lectivo 2015/2016, do ISCTE-IUL (Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresas – Instituto Universitário de Lisboa), será apresentada a dissertação "Refuncionalização da Arquitetura: Abordagens Patrimoniais na Cidade".

Os critérios inerentes ao processo de refuncionalização da arquitetura visam voltar a dar-lhe "utilidade através de uma mudança de funções obrigando, normalmente a um exercício de projeto a partir de uma preexistência que, muito provavelmente, foi construída com uma finalidade diferente daquela que agora se entrevê venha a receber. A refuncionalização traduz-se numa alteração da substância, do conteúdo, necessária para que um objeto/espaço possa voltar a ser utilizado" (Lacerda, 2014: 158). As palavras de Manuel Lacerda, retiradas do artigo intitulado *"Entre a Memória a Criação: seis questões"* (Lacerda, 2014), servem de ponto de partida para a introdução da presente dissertação, pela clarificação que faz de uma das metodologias de intervenção no património edificado: que pressupõe atribuir um novo destino aos monumentos e conservá-los como auxiliares da memória individual e coletiva dos cidadãos. As diversas perspetivas que constroem a história da arquitetura encarregam-se, desde cedo, de formular critérios e métodos que ainda hoje são válidos, como seja o de refuncionalização, que aponta para uma lógica de continuidade e regeneração gradual, conferindo uma nova possibilidade de uso aos edifícios devolutos, contribuindo assim para a sua preservação e, consequente integração na vida contemporânea.

A partilha pessoal destas convicções, aliada ao gosto e interesse pela história da arte, e particularmente pela história da arquitetura, campo disciplinar fundamental na análise e estudo dos edifícios antigos e devolutos, assim como pela concepção de programas para a salvaguarda e gestão do património edificado, levaram a escolher a Refuncionalização da Arquitetura como tema para a presente dissertação. Neste âmbito, este estudo dedica-se à análise dos processos de reabilitação do património edificado, no que concerne à sua reintegração na cidade, sendo-lhe agora atribuído um novo destino: o turístico. A multidisciplinaridade inerente a este processo de regeneração formal ou estrutural do edificado levou a que um número elevado de historiadores, arquitetos, arqueólogos e engenheiros se dedicassem ao estudo e à problematização das questões da cidade e do património, sob diversos pontos de vista e conceitos de análise que interessa agora clarificar.

Acima de tudo, esta investigação visa questionar os processos de intervenção ao nível da reabilitação e revitalização do património edificado, a partir da análise da sua *refuncionalização*. Neste sentido, o estudo desenvolve-se na procura da reflexão em torno da apropriação do espaço construído, com valor histórico, social e cultural, no contexto da evolução urbana da cidade de Lisboa, e das práticas de intervenção no parque edificado desde do séc. XIX, até à contemporaneidade.

A reabilitação do edificado tem vindo a adquirir importância crescente numa óptica que é simultaneamente relacionável com a necessidade primária de promover a preservação e valorização do património arquitetónico, como pela sua incorporação no sector cultural, que atualmente enfrenta desafios de âmbito social e económico.

Objetivos

Após breves considerações, cabe enunciar os objetivos que norteiam a investigação, sendo o primeiro deles a tentativa de contextualização histórica do surgimento dos conceitos de monumento, monumento histórico e de património e conhecer a evolução das medidas para a sua salvaguarda. Considera-se igualmente necessário questionar o entendimento da reabilitação do património construído por parte dos críticos, arquitetos e historiadores, bem como o impacto da sua aplicabilidade na cidade de Lisboa.

Num segundo momento indagar-se-á a relevância que o desenvolvimento da indústria turística assume na renovação do tecido urbano e arquitetónico da cidade na atualidade. E, consequentemente analisar-se-ão as consequências económicas e sociais destas intervenções na comunidade local. Para tal, focamos o estudo da gestão do património edificado por parte das entidades privadas e na reconversão e adaptação por si empreendidas com fins de uso turístico. Finalmente, e como forma de suspensão teórica seguir-se-á uma focagem mais detalhada no panorama português através da análise dos casos de estudo selecionados para defesa da tese final, procurando enumerar não só as principais fases do projeto, como as especificidades inerentes ao desenvolvimento conceptual de cada um.

No que concerne às balizas temporais e geográficas abrangidas pela presente dissertação, estas foram definidas de acordo com a formulação dos primeiros critérios e métodos de intervenção no quadro do património arquitetónico nacional até às primeiras considerações contemporâneas. Em Portugal, como noutros países europeus, o grande impulso para o reconhecimento da necessidade de preservação da arquitetura do passado numa perspetiva estrita de ideologia patrimonial dá-se em meados do século XIX, o que

pressupõe uma análise dos métodos deste século, mas também sobre os métodos e intervenções de reuso do património construído empreendidas no século XVIII, de modo a contextualizar todo o seu arco temporal.

Quanto à delimitação geográfica justifica-se por vários motivos, entre eles a ligação entre a história da arquitetura e a história da cidade, mas também pelo facto de ser a zona do país onde mais se fazem sentir as tensões provocadas pela expansão urbana e turística. A escolha desta área urbana em particular, passou também pela facilidade de acesso e de observação direta dos testemunhos edificados.

Metodologia

Relativamente à metodologia adoptada, a presente dissertação estruturar-se-á fundamentalmente a partir da análise das fontes primárias e secundárias selecionadas. A consulta da documentação foi realizada em diversas bibliotecas de Lisboa, nomeadamente na Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, na Biblioteca Nacional de Portugal, na Biblioteca da Seção Regional do Sul da Ordem dos Arquitetos, na Biblioteca do ISCTE-IUL e no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. A informação recolhida da análise bibliográfica será conjugada com os dados e informações obtidas a partir de uma observação direta das estruturas arquitetónicas. Deste modo, pretende-se a integração da análise formal – entendida como base fundamental do trabalho do historiador de arte – e histórica dos casos de estudo: 1) a Casa do Governador da Torre de Belém, em Belém, mandada edificar em 1519, por Gaspar de Paiva para sua residência, da qual podemos ver alguns vestígios em paralelo com a construção dos séculos XVII e XVIII, que resultou no complexo palaciano que hoje se apresenta; 2) o Palácio dos Condes de Lumiares, no Bairro Alto, do qual não restam vestígios da sua edificação primitiva do século XVI, devido às diversas obras de intervenção que sofreu a partir do século XVIII; e o 3) Palácio do Conde-Barão do Alvito, em Santos, datado dos finais do século XVI, primitiva residência dos barões de Alvito, cuja a passagem no tempo e as diversas funções que albergou levou ao seu atual estado degradação. A sua análise torna-se fundamental para traçar as linhas definidoras do projeto de reabilitação dos espaços assinalados, de forma a retirar delas conclusões. Para tal foi necessário consultar o inventário e acervo documental que serve de suporte justificativo às intervenções sofridas pelos imóveis que levaram à descaracterização formal de algumas das suas estruturas. Deste modo traçaremos o percurso histórico destas edificações residenciais, e finalmente analisar-se-ão as propostas contemporâneas de reabilitação, a partir da análise dos projetos de arquitetura. No caso do

Palácio Casa do Governador da Torre de Belém foi realizada uma conversa com o autor do projeto assinalado, correlativamente o arquiteto Jorge Cruz Pinto. Esta conversa visou entender os princípios adotados pelo mesmo na concepção do espaço, as linhas de pensamento adquiridas durante o projeto, e o que permaneceu e se alterou no seu pensamento sobre o espaço de partida.

Elegemos como fonte primária desta investigação a cidade de Lisboa e a Estratégia Reabilitação Urbana prevista pela Câmara Municipal de Lisboa para 2011-2024, onde primordialmente se inserem os casos de estudo. Sendo fundamental ligar a escala urbana à escada da arquitetura. Neste sentido para o desenvolvimento do nosso estudo foi também necessário consultar o arquivo da Direção-Geral do Património Cultural, atual detentora de documentação produzida por organismos seus antecessores, nomeadamente o espólio do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (1968-2005), sendo ainda relevante a informação existente no Arquivo Municipal de Lisboa, no que remete para a gestão do património arquitetónico municipal.

As fontes secundárias e críticas são compostas por capítulos de obras gerais de História da Arte e da história da arquitetura, artigos, monografias, dissertações, teses, catálogos de exposições, websites e atas de congressos. A consulta deste tipo de documentos auxilia na estruturação do trabalho, na obtenção de informação sobre a evolução dos atos de intervenção no património edificado, assim como sobre os diferentes projetos ao nível da reabilitação e revivificação a serem estudados, reconhecendo as patologias inerentes às diferentes abordagens histórico-arquitetónicas, de forma a adquirir diferentes pontos de vista sobre a temática da Refuncionalização da Arquitetura e da sua interligação com o turismo.

Foram produzidas fichas de inventário dos edifícios selecionados para os casos de estudo, com o objetivo de sistematizar a informação, tendo esta seguido as normas de inventariação e classificação da Direcção-Geral do Património Cultural para os bens imóveis, na categoria de monumento. De acordo com a entidade pública assinalada, definimos como entradas principais a localização, o promotor, os arquitetos, os consultores, as datas de obra e observações, onde se enunciam diversos aspetos da obra em questão.

A nível visual foram usadas projeções cartográficas e imagens como fontes de análise histórica, de forma a percepcionar as transformações urbanas e estruturais de implantação a que as construções antigas foram sujeitas e a sua adaptação às diferentes funções e usos que foram adquirindo após a sua fundação. E, foram realizados levantamentos fotográficos dos casos de estudo abordados de modo a complementarem o texto desenvolvido levando a uma maior compreensão de cada espaço e intervenção.

Todo o trabalho é escrito de acordo com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, respeitando as "Normas de Formatação e Apresentação Gráfica da Dissertação ou Trabalho de Projeto de Mestrado e Tese de Doutoramento", aprovadas pela Comissão Científica Permanente da Escola de Sociologia e Políticas Públicas (ESPP), ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, em 21.02.2011.

Estado da arte

A investigação realizada permitiu constatar que as referências ao tema geral da reabilitação arquitetónica em Portugal é abordado sob diversas perspetivas e assume diferentes termos e denominações na análise dos objetos de estudo, com enfoque no estudo urbano e no papel da arquitetura. Podemos encontrar algumas obras relevantes na área da conservação e reabilitação de edifícios em Portugal. As investigações podem ser encontradas em publicações essencialmente de cinco tipos: obras referentes à história da arquitetura e, particularmente, da conservação e restauro que abordam o tema da reabilitação arquitetónica integrando-o no desencadear dos primeiros indícios de preocupação com a preservação e salvaguarda do património edificado; capítulos de obras gerais de História da Arte ou artigos de imprensa, alguns decorrentes de apresentações em congressos e seminários, que se dedicam à problematização do fenómeno da reabilitação urbana e arquitetónica, apresentando nestes casos a refuncionalização do património edificado para fins turísticos e hoteleiros um enfoque especial, dado o peso que esta apresenta no panorama da construção nacional na contemporaneidade; publicações de cariz regional destinadas essencialmente à divulgação do património arquitetónico local; tem ainda vindo a ser desenvolvido um vasto conjunto de monografias e investigações académicas consagradas à obra de arquitetos ou casos de estudo em que as ações de reabilitação se fazem sentir de forma acentuada ou apresentam caraterísticas especiais; e, por fim, atas de seminários e conferências dedicadas ao tema.

A nível nacional, um dos primeiros trabalhos concretizados sobre conservação e preservação do património construído foi realizado pelo professor e investigador Jorge Custódio, num trabalho teórico que aborda a "Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos: De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)" (1993)[1]. Este texto escrito

[1] Custódio, Jorge (1993), "Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos: De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)", *Dar Futuro ao Passado*, catálogo da exposição realizada

para o catálogo “Dar Futuro ao Passado” realizado no âmbito da exposição com o mesmo título realizada na Galeria de Exposições do IPPAR “Galeria de Pintura do Rei D. Luís”, no Palácio da Ajuda, sintetiza, brilhantemente, o conhecimento da ideologia patrimonial em Portugal.

O autor delineia cronologicamente a evolução das práticas de intervenção no património em Portugal, a partir da análise da documentação da atividade desenvolvida ao longo de 1992, no âmbito da defesa e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico classificado, afecto ao antigo Instituto Português do Património Cultural (IPPC).

Segundo os documentos anexados ao capítulo, a importância da Salvaguarda do Património em Portugal remete-nos para o século XIX, aquando da sua integração nas correntes internacionais com a primeira Carta de Veneza. Não existia, até então, uma união internacional, existia em vez disso uma preocupação sem fundamento concreto, dada a intelectualidade expressa pela sociedade liberal romântica “responsável pela criação e fundamentação das estruturas culturais da sociedade oitocentista” (Custódio, 1993: 35).

Apesar da existência de uma consciência da necessidade de preservação do património, só com Alexandre Herculano é que são efetivamente estruturados os primeiros valores patrimoniais para a salvaguarda do património imóvel, facto que resultou de uma série de alterações sociais, politicas e religiosas ocorrentes neste período. A partir daqui Jorge Custódio retrata a historicidade da implementação dos primeiros decretos e comissões para a conservação dos monumentos nacionais num paralelismo constante com as normativas internacionais, nomeadamente as de origem francesa, até à consagração da Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e, consequente, redação da carta internacional sobre a conservação e o restauro dos monumentos (Carta de Veneza).

Jorge Custódio assume-se assim no quadro nacional como um dos primeiros historiadores interessados no estudo da conservação e proteção do património construído, interesse que desenvolverá ao longo das décadas seguintes, por via não só da publicação de outros artigos subordinados ao tema, como também através da redação da sua tese de doutoramento a ele dedicada, “ “Renascença Artística” e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1ª República” (2009)[2], que é já uma obra de referência para o estudo do contexto cultural e patrimonial português na transição do século XIX para o século XX.

---

na Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura.

[2] Baião, Joana (2011), “Jorge Custódio: ”Renascença Artística” e Práticas de Conservação e Restauro Arquitetónico em Portugal, durante a 1a República”, *Revista de História da Arte,* (8), pp. 252-257.

Da sua tese resultaram diversos trabalhos de investigação, nomeadamente a recensão da investigadora do Instituto de História da Arte FCSH/UNL, Doutora Joana Baião, para a Revista de História da Arte (2011), que nos auxilia na compreensão do trabalho desenvolvido pelo professor Jorge Custódio. A síntese analítica que autora faz dá-nos uma percepção da longa investigação de Jorge Custódio, onde desenvolve as várias premissas formuladas no texto inaugural de 1993, muitas das quais mantêm a sua atualidade, sobretudo no que se refere à caraterização do quadro social, cultural e artístico nacional à época.

Fruto de um trabalho continuado de muitos anos, a tese de doutoramento de Jorge Custódio "consistiu no estudo, entendimento e fixação do papel dos agentes culturais da 1.ª República (as diversas instituições, públicas ou privadas, a sociedade civil), no dominio das práticas de conservação e restauro do património monumental, arquitetónico e artístico português" (Baião, 2011: 253). No entanto, o autor assume a necessidade de estender essa barreira cronológica: para trás, para entender o modo como "as instituições e protagonistas republicanos lidaram com os conceitos e ideias herdados do período oitocentista; e para a frente, para dar conta da continuidade e das rupturas institucionais e legislativas no novo enquadramento político, o Estado Novo" (Baião, 2011: 253). A acrescentar ao estudo que empreende das práticas de conservação e restauro arquitetónico em Portugal, Jorge Custódio faz ainda um exaustivo trabalho de levantamento dos conceitos, reflexões e políticas patrimoniais que estão por detrás dessas práticas, resultantes das concepções e metodologias europeias.

As circunstâncias acima enunciadas acabam por levar, segundo Jorge Custódio, à formulação dos primeiros movimentos de consciencialização do valor histórico e artístico dos monumentos nacionais. Por conseguinte, centrado na ideia de "renascença" artística, a 1ª República é, pois, entendida por Jorge Custódio como o período da grande mudança de paradigma perante o património artístico, defendendo o autor que aquele regime "foi responsável pelo desenvolvimento de instituições, criação de conceitos, classificação de imóveis e realização de restauro, definição de estratégias de salvaguarda e de conservação de bens culturais móveis e imóveis que enobreceram a história do património em Portugal" (Baião, 2011 *apud* Custódio, 2009: 1346).

Outro dos autores a destacar pelo novo olhar que propõe para a contextualização histórica das intervenções no património edificado em Portugal é o historiador Paulo Pereira. No

seu artigo de 1997 – "Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História"[3] – o autor salienta desde logo a questão da diversidade de possibilidades e critérios de intervenção no património edificado, "facto que agrava o panorama de tensões irresolúveis detectadas em torno de questões como a conservação / restauro, a sua reutilização e a integração de novas tipologias" (Pereira, 1977: 13).

Neste ponto o autor, faz uma breve referência por um lado às "teses de intervenção maximalista" e, por outro, às "teses de intervenção minimalista" que servem de base à contextualização que inicia da história das intervenções no património edificado em Portugal. (Pereira, 1977: 13) Neste artigo inaugural, que constitui a versão reduzida e revista de um ensaio sobre as intervenções no património edificado em Portugal produzido para o catálogo "Arquitetura Portuguesa" que acompanha a exposição do mesmo título realizada no âmbito da iniciativa Portugal/Frankfurt, assiste-se a um reequacionar do fenómeno da conservação e restauro dos monumentos construídos em território nacional.

Deste modo, o referido artigo apresenta-se segundo um esquema de síntese que traça o panorama histórico, social, cultural e artístico da intervenção no património edificado, desde meados do século XIX até às considerações contemporâneas. Paulo Pereira aponta, cronologicamente, aquelas que lhe parecem ser as especificidades do percurso da reabilitação arquitetónica em Portugal, num paralelismo constante com as teorias e conceitos que se desenhavam além fronteiras: "depois do restauro "criativo", depois da reação veiculada pela Carta de Veneza, depois dos regimes de reafectação e reutilização de imóveis" salienta a tese do "restauro objetivo, defendida por Antoni Gonzalez Gomes-Navarro" que pressupõe que "todos os métodos precedentes se encontram afinal ativos e são passíveis de serem adoptados, cabendo ao monumento, através do seu estudo, determinar a intervenção possível e, eventualmente, ideal" (Pereira, 1997: 22).

No seguimento desta contextualização histórica por si redigida, surge, o artigo "Intervenções arquitetónicas recentes no património edificado" (2003)[4], no qual o autor desenvolve uma análise focada nas intervenções arquitetónicas do século XX. Segundo o autor, "a intervenção no património, não obstante o peso que a "arquitetura" enquanto disciplina e agente social e cultural possa ter conquistado no último século, situa-se, no campo da *gestão*, entendida esta como uma leitura global que se caracteriza por traçar a linha meridiana entre o

---

[3] Pereira, Paulo (1997), "Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História", *Intervenções no Património 1995-2000: nova politica,* Lisboa, IPPAR, pp. 13-25

[4] Pereira, Paulo (Nov. - Dez. 2003), "Intervenções Arquitetónicas Recentes no Património Edificado", *Jornal de Arquitetos*, (213), pp. 14-21.

pensamento e a *ação.*" Quer assim dizer que "a intervenção no património edificado *não é só acerca da arquitetura,* mas é *também* "acerca da arquitetura" (Pereira, 2003: 14).

Paulo Pereira aborda a questão da dimensão do exercicio de intervenção na arquitetura, que não se encerra na sua ação enquanto disciplina, ou no trabalho dos agentes responsáveis pelo cumprimento das suas normativas, mas as linhas de atuação no património pressupõem uma multidisciplinaridade para a sua prossecução, que não se limita ao estudo dos "princípios" abstratos, embora poderosos, incluídos nas várias "cartas" internacionais" (Pereira, 2003: 14). "É este facto que permite, hoje (mas não há dez anos curiosamente) encarar *diversas escalas e escolhas* quanto à intervenção arquitetónica em monumentos, ou seja, *diversos níveis ou graus de profundidade* das intervenções, cada qual com a sua complexidade: 1) manutenção e restauro de continuidade; 2) restauro mimético com ou sem recurso à *anastilose*; 3) restauro "cópia"; 4) restauro crítico; 5) "obra nova"." (Pereira, 2003: 14) É evidente para o autor que a intervenção pressupõe "um entendimento global dos imóveis", um exercicio que Paulo Pereira entende ser uma gestão integrada do património. "Trata-se, enfim de dar expressão às necessidade de reafectação de usos, a aquilo que na gíria patrimonial se chama "revitalização" – mas não "musealização" (Pereira, 2003: 21).

Esta preocupação do autor em não consumar o património como um objeto de consumo é resgatada no seu artigo "Património e Intimidade" (2014)[5]. "Trata-se, como é bem de ver, de uma realidade incontornável, e o alargamento do turismo de massas, a acessibilidade a meios de difusão electrónica e a aceleração do mundo têm potenciado este segmentos, que se inscrevem, assim, com facilidade, numa espécie de necessidade socioeconómico no sentido reducionista, e menos numa idealização ou valoração da experiência sensível" (Pereira, 2014: 82). Esta desvalorização da experiência sensorial em detrimento do consumismo sem predisposição voluntária para o conhecimento efetivo do objeto histórico, pressupõe uma nova estratégia de relação com o território e com o ambiente, aquilo que o autor denomina de "património atmosférico" que deverá estar intimamente relacionado com as politicas públicas para a reabilitação urbana e paisagista.

Ainda no quadro dos autores que se debruçaram em fazer uma síntese histórico-cronológica da intervenção de reabilitação em Portugal, salienta-se o artigo do arquiteto e professor Jorge Figueira, intitulado "Do Românico ao Minimalismo: os caminhos da intervenção

[5] Pereira, Paulo (Nov. 2014), "Património e Intimidade", *RP – Revista Património*, (2), pp. 82-85.

patrimonial em Portugal" (2013)[6], no qual é realizada uma análise do decurso das intervenções no património nacional nos últimos 20 anos, a partir da análise de três casos de estudos que personificam "o respeito pelas estruturas preexistentes e com inegável afeto pela arquitetura que é potenciada nos seus espaços" (Figueira, 2013: 16) e a filiação às conquistas da arquitetura moderna.

Jorge Figueira descreve as linhas de orientação no quadro da preservação e reabilitação arquitetónica do património, procurando analisar os desafios da intervenção patrimonial, entre a "perdida veleidade «purista» da aliança Estado Novo-racionalismo moderno e o esquematismo politicamente correto da Carta de Veneza" (Figueira, 2013: 18). Para além da contextualização histórica da intervenção patrimonial, é interessante a análise que o autor faz com o contrapeso da depuração do racionalismo modernista que "contribuiu decisivamente para a aura da «arquitetura portuguesa»" (Figueira, 2013: 19).

A descrição do percurso evolutivo das teses de intervenção patrimonial acaba por permitir uma reflexão acerca do bom senso obrigatório na prática arquitetónica e da influência do vetor económico da persecução dos seus objetivos, dificilmente cumpridos "em intervenções motivadas por uma qualquer voracidade turística", o que representa "um efeito devastador do ponto de vista da nossa identidade" (Figueira, 2013: 19-21).

A questão da intervenção arquitetónica na cidade e, consequente apropriação do edificado para usos contemporâneos, sejam eles turisticos ou comerciais é formulada num artigo do arquiteto Manuel Lacerda, "Entre a memória e a criação: seis questões" (2014)[7], na qual analisa as novas perspetivas sobre os processos de reabilitação da cidade e do património e abordagens que podem dar resposta às necessidades atuais. Os conceitos de outrora estáveis e válidos tornam-se hoje obsoletos, uma alteração que provém não só de uma transformação do contexto socioeconómico, mas também da morfologia do território, que promove a oportunidade de explorar novas perspetivas: onde os conceitos de "reciclagem", "reutilização" e "refuncionalização" devem ser tomados como vetores dessa mesma evolução. Também no que remete para uma definição da terminologia científica existente surge o artigo do arquiteto António Nunes Pereira intitulado "Para uma terminologia da disciplina de proteção

[6] Figueira, Jorge (Nov. 2013), "Do românico ao minimalismo: os caminhos da intervenção patrimonial em Portugal", *RP – Revista Património*, (1), pp. 16-23.

[7] Lacerda, Manuel (Nov. 2014), "Entre a memória e a criação: seis questões", *RP – Revista Património*, (2), pp. 154-159.

do património construído" (2014)[8], no qual estabelece de forma sistemática, objetiva e rigorosamente esquematizada os conceitos que compreende serem fundamentais para que haja um entendimento entre os diferentes profissionais envolvidos dentro dos diferentes tipos e práticas de atuação na área da proteção e da intervenção no património construído.

Uma outra tentativa de caracterização da intervenção no património edificado é realizada por Flavio Carsalade no artigo "O Passado Presente: Problemas epistemológicos do restauro arquitetónico" (2015)[9]. Nele assiste-se a um reequacionar da noção de património cultural desde da formação do pensamento patrimonial até à sua concepção contemporânea. O autor examina a pertinência dos fundamentos da teoria da preservação vigentes nas áreas da cultura, história e artes visando discutir a sua validade no campo da conservação e restauro do património construído. A partir dessa análise, o autor discute o que efetivamente se deve preservar e restaurar em arquitetura e a pertinência das técnicas que se aplicam, indicando a necessidade de uma abordagem própria para este campo.

No seguimento das abordagens patrimoniais da cidade, é importante ainda referir a Revista Portefólio lançada pela Fundação Eugénio de Almeida, que visa divulgar e valorizar o património construído, através da publicação de estudos e trabalhos de profissionais das áreas da salvaguarda e reabilitação desse mesmo património, onde consta o artigo do engenheiro Vítor Cóias e Silva sobre as "Opções Intrusivas de Reabilitação Estrutural dos Edifícios Antigos" (2005)[10]. É outro dos artigos chave para o estudo da intervenção arquitetónica no património português, na medida em que procura refletir sobre a salvaguarda da autenticidade das construções antigas, particularmente no que concerne à reabilitação de tais edificações, com particular incidência na análise das "técnicas de intervenção" de alcance estrutural em edifícios com valor histórico (Cóias, 2005: 32).

Ligado ao estudo das estruturas, encontra-se igualmente o incontornável trabalho do engenheiro e arquiteto João Silva Appleton. Entre os documentos elaborados encontram-se diversas publicações decorrentes de comunicações em encontros e congressos dedicados aos problemas do comportamento estrutural e construtivo dos edifícios devolutos, e dos problemas

---

[8] Pereira, António Nunes (Nov. 2014), "Para uma terminologia da disciplina de proteção do património construído", *RP – Revista Património*, (2), pp. 27-32.

[9] Carsalade, Flávio (2015), "O Passado Presente: Problemas epistemológicos do restauro arquitetónico", *Joelho – Revista de Cultura Arquitetónica*, (6), (online), consultado em 14 de maio de 2016. Disponível em: http://impactum-journals.uc.pt/index.php/joelho/user.

[10] Silva, Vítor Cóias e (2005), "Opções intrusivas de reabilitação estrutural dos edifícios antigos", *Revista Portefólio*, (1), pp. 32-39

suscitados pelas ações de conservação, reparação e reabilitação. Destas podem-se destacar algumas, como "Edifícios Antigos. Contribuição para o estudo do seu comportamento e das ações de reabilitação a empreender" decorrente de uma apresentação realizada em 1991, no âmbito do Programa de Investigação apresentado a concurso para provimento na categoria de investigador-coordenador[11], onde o autor descreve com particular atenção a caracterização construtiva e, analisa as anomalias frequentes neste tipo de edifícios e propõe critérios para a sua resolução. Já em "Património urbano: boas práticas de conservação e reabilitação de edifícios" (2013)[12] descreve as boas práticas em intervenção de reabilitação, nomeando as fases e metodologias do projeto que tem por objetivo adaptar o edificado existente às necessidades contemporâneas, de forma a manter o essencial do corpo e do espírito do objeto intervencionado, sem o descaraterizar (Appleton, 2013: 31).

Ainda dentro da questão da reabilitação arquitetónica em Portugal, o professor José Aguiar da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, responsável científico pelo grupo de disciplinas de Conservação, Restauro e Reabilitação Arquitectónica, escreveu o artigo "Reabilitação ou Fraude" (2014)[13], editado pela RP–Revista Património que abre, nesta segunda edição, debate à questão da "Gestão do Património" e à sua relação com a economia da cidade e com a própria subversão da natureza da reabilitação urbana. Nele, José Aguiar reflete sobre historicidade do conceito do património urbano na atual sociedade de consumo, realçando questões socioeconómicas. Para tal aponta brevemente a importância de três distintas culturas patrimoniais – Inglaterra, Áustria e Itália – e de três distintos autores – Ruskin, Riegl e Giovanoni – tendo como base de análise a obra de Françoise Choay. Após a contextualização internacional do surgimento do conceito de património urbano, José Aguiar propõe uma análise histórica da reabilitação em Portugal, onde particularmente aponta determinadas especificidades regionais, e as diferentes estratégias de regulamentação urbana relevantes para a salvaguarda o património construído, que aponta para meados da década de 1960.

Segundo José Aguiar inicia-se, neste período, a particular experiência portuguesa de reabilitação urbana. "Sem sofrer as destruições urbanas da Segunda Guerra Mundial, Portugal,

---

[11] Appleton, João Silva (1991a), "Edifícios Antigos. Contribuição para o estudo do seu comportamento e das ações de reabilitação a empreender", programa de investigação apresentado a concurso para provimento na categoria de investigador-coordenador, LNEC, Lisboa.

[12] Appleton, João Silva (Nov. 2013), "Património urbano: boas práticas de conservação e reabilitação de edificios", *RP – Revista Património*, (1), pp. 30-35.

[13] Aguiar, José (Nov. 2014), "Reabilitação ou Fraude", *RP-Revista Património*, (2), pp. 56-69.

nas últimas duas décadas do século XX, está a par da vanguarda mundial no que se refere a processos de reabilitação urbana integrada e abre-se também ao mundo sendo pioneiro em alguns dos domínios de inscrição de bens na Lista do Património Mundial" (Aguiar, 2014: 63). Contudo o autor comprova que "na transição do milénio nem tudo foi positivo, e importa constatar a amnésia propositadamente lançada sobre as práticas e os resultados de duas décadas de experiências de reabilitação urbana integrada ao nível autárquico, promovendo-se um gigantesco retrocesso conceptual" (Aguiar, 2014: 63). Um retrocesso derivado, segundo o autor, da falta de consenso entre a evolução científica e profissionalização no exercicio da reabilitação com as práticas de intervenção no património edificado. "O que efetivamente hoje se promove como «reabilitação» está muito longe de corresponder ao seu significado, conformando uma gigantesca fraude" (Aguiar, 2014: 64).

Neste ponto, José Aguiar apresenta-nos o "consumo" como principal fonte de exploração do património cultural, onde o turismo assume um lugar central, a partir da promoção massiva de uma indústria que explora as experiências do passado. "Em vez de politicas que promovam uma desejável heterogeneidade funcional" da cidade. Por sua vez, grande parte do património edificado passa ser entregue à gestão destas entidades privadas, que apenas vêem o património como uma fonte de fundos lucrativos, sem garantir a preservação da autenticidade do bem no processo de reconversão de usos que promove. É dentro destas premissas que o autor levanta que nasce "a necessidade, verdadeiramente vital em reabilitação, de adequar os programas de usos previstos às especificidades características morfotipológicas e construtivas das preexistências: não é o edifício antigo que se adequa ao programa, é o programa que se adequa ao imperativo de salvaguardar os valores patrimoniais!" (Aguiar, 2014: 65-66).

No mesmo âmbito surge também em destaque o artigo do arquiteto José Filipe Ramalho, diretor regional do edifícios e monumentos do Sul, "Património e Turismo ou Turismo e Património"[14], que aborda as questões do turismo e do seu papel na difusão e intercâmbio cultural na sociedade global. O autor problematiza a situação da procura turística, decorrente do aumento do tempo de ócio e facilidade de mobilidade na contemporaneidade, que por vezes se processa no sentido da nostalgia de um tempo passado. "O produto turístico, depois de trabalhado vai muitas vezes ao encontro dessa necessidade de encontrar as *raízes perdidas* promovendo – não raras vezes – lugares que efetivamente nunca existiram, a não ser no imaginário colectivizado do que eram outros tempos, geralmente lembrados como muito melhores do que os atuais" (Ramalho, 2005:64).

[14] Ramalho, José Filipe (2005), "Património e Turismo ou Turismo e Património", *Revista Portefólio*, (1), pp. 62-67.

A nostalgia que José Ramalho refere está estritamente relacionada com "o património arquitetónico, em especial o classificado, e os conjuntos urbanos antigos, vulgarmente designados como *Centros Históricos* sempre foram responsáveis por grande parte dos movimentos com fins turísticos" (Ramalho, 2005: 64). O autor afirma ainda que "o fenómeno emergente do turismo direcionado para o património arquitetónico foi considerado como motor e meio de sustentabilidade do nosso património arquitetónico, em virtude do seu estado de conservação, da sua dimensão e custos necessários para intervenção" (Ramalho, 2005: 64).

As circunstâncias enunciadas acabam por levar, segundo José Ramalho, à necessidade de regulamentação das intervenções em edificações antigos com fim na instalação de unidades turísticas e hoteleiras, de forma a evitar que a relação entre o património arquitetónico e o turismo seja fator primordial para a uniformização, padronização e massificação dos locais selecionados, evitando o "risco de se transformar em locais teatralizados" (Ramalho, 2005: 64).

O fenómeno que entrecruza a história conceptual do turismo e a teoria da arquitetura é abordado por Filipa Cabrita num artigo intitulado "Turismo para a construção de uma paisagem cultural. Sedução, símbolo e autenticidade" (2010)[15], que acima de tudo é um trabalho de reflexão motivado por uma vontade de compreensão do turismo como processo que atualmente "é um fenómeno de presença incontornável que promove múltiplas consequências nos hábitos e inter-relações sociais e consequentemente na apropriação do território" (Cabrita, 2010: 127). Uma outra tentativa de caracterização do fenómeno do turismo cultural é realizada por Ana Paula Amendoeira no artigo "Património Mundial e turismo: uma reflexão a propósito dos 40 anos da Convenção"[16], presente na primeira edição da RP-Revista Património (2013). Nele desenha-se o retrato da evolução da aplicação da Convenção do Património Mundial, convocando a questão do futuro do turismo e da conservação património mundial.

Ainda no quadro dos autores que se dedicaram ao estudo dos efeitos do turismo na afetação dos monumentos, salienta-se a dissertação de mestrado em Arquitetura de Cátia Filipa Venda, intitulada "Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como

[15] Cabrita, Filipa (2010), "Turismo para a construção de uma paisagem cultural. Sedução, símbolo e autenticidade", *Joelho – Revista de Cultura Arquitetónica: Mulheres na Arquitetura*, (1), (online), consultado em 14 de maio de 2016. Disponível em: http://impactum-journals.uc.pt/index.php/joelho/user.

[16] Amendoeira, Ana Paula (Nov. 2013), "Património mundial e turismo: uma reflexão a propósito dos 40 anos da convenção", *RP-Revista Património*, (1), pp. 54-59.

património"[17] (2008), na qual é realizada uma análise dos processos históricos que levaram à implementação das pousadas em Portugal, e a evolução deste tipo de intervenções através dos tempos, desde meados do século XX até aos nossos dias. A descrição da evolução histórica do turismo em Portugal acaba por permitir uma reflexão acerca da prática de "reconversão de usos como meio de intervir no património construído, possibilitando a reutilização de antigas estruturas edificadas na sociedade atual" (Venda, 2008: 2). A problematização dos casos de adaptações de edifícios patrimoniais a unidades turísticas serão abordados no contexto deste trabalho, pelo que a investigação de Cátia Filipa Venda representa um contributo maior para o desenvolvimento desta investigação.

A acrescentar a este aspeto, a análise do percurso do crescente desenvolvimento da indústria do turismo confirma a importância histórica e estreita ligação entre os monumentos, ou edifícios antigos e a implementação de unidades hoteleiras. Sendo que nas últimas décadas se tem assistido, quer por parte dos agentes económicos privados, quer do sector público, a um conjunto de ações que julgam reconhecer no turismo a capacidade de dinamização económica e de reestruturação do património arquitetónico afetado pela desadequação às exigências da vivência contemporânea.

Também dedicada à atribuição de novos usos a edifícios preexistentes e, em particular à reconversão destes edifícios em unidades hoteleiras, é a recente dissertação de mestrado em arquitetura de Isabel Cristina Figueira de Sousa "Intervir no património: reconversão do Hospital do Desterro em unidade Hoteleira" (2013)[18], na qual se analisam as principais doutrinas existente acerca do tema da reabilitação e que, consequentemente, servem de base ao projeto prático do exercicio profissional do arquiteto. Também a dissertação de mestrado de Marta Garcia Teixeira Gomes "Reconversão de Edifícios Habitacionais em Lisboa: aplicação ao caso de estudo das unidades hoteleiras"[19] (2011) pretendeu estudar os edifícios habitacionais, palacianos ou de rendimento, inseridos no contexto urbano da zona histórica de Lisboa que recentemente foram sujeitos a um processo de reconversão para uso hoteleiro, de forma a integra-las de novo na vida ativa da cidade.

---

[17] Venda, Cátia Filipa Fidalgo (2008), *Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico.

[18] Sousa, Isabel C. F. (2013), *Intervir no património: Reconversão do Hospital do Desterro em unidade hoteleira*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, Faculdade de Arquitetura de Lisboa.

[19] Gomes, Marta (2011), Reconversão de edifícios habitacionais em Lisboa: aplicação ao caso de estudo das unidades hoteleiras, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, Instituto Superior Técnico.

A dissertação de mestrado do arquiteto Davide Jesus retoma esta problemática na dissertação intitulada "(Re)Utilizar: O edifício da Companhia Leiriense de Moagem antigo Convento de S. Francisco de Leiria"[20] (2012), onde analisa um monumento de interesse e valor histórico na cidade de Leiria, a antiga Companhia Leiriense de Moagem, e para a qual propõe um projeto de intervenção ao nível de estudo prévio. Ainda que a opção do tratamento histórico se afigure como demasiado focado num objeto singular, este permite trazer à luz informações acerca da metodologia/programa de intervenção de reutilização e refuncionalização deste edifício representativo da história da cidade de Leiria, sendo apresentado o programa implementar, a relação da proposta com as preexistências, a implantação e a distribuição programática. Também a dissertação de Iola Margarida Brito Filipe propõe uma investigação focada num objeto singular, a "Casa do Governador da Torre de Belém: o caso de uma unidade de produção de preparados de peixe no âmbito da economia romana"[21] (2011). Nesta a autora elabora a análise estratigráfica, arquitetónica e artefactual antes da edificação do complexo do século XVI, dado que na sua constituição apresenta diversos estratos representativos da sua evolução histórica decorrente da ocupação entre os séculos I-II e o século V. O estudo arqueológico desta edificação assume-se como uma fonte importante de informação, dado que analisa um dos casos de estudo selecionados para a fundamentação da presente dissertação.

Uma outra tentativa de análise igualmente digna de menção no campo das investigações subordinadas ao tema do património é a dissertação de mestrado de Susana Raquel Meneses Lemos intitulada "Memória e Património Cultural: Intervenções Arquitetónicas em Pré-Existências" (2014)[22] que, com maior ou menor intensidade, explora a evolução das teorias e conceitos desenvolvidos e a sua aplicação nas intervenções contemporâneas.

"75 DGEMN Conhecer, Inovar, Conservar, Informar" (2004)[23], é uma publicação realizada sob a coordenação de Margarida Alçada, lançada no âmbito da comemoração dos 75 anos da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e, que tem por intuito sintetizar o modo de

---

[20] Jesus, Davide A. G. (2012), (Re)utilizar: O edifício da Companhia Leiriense de Moagem antigo Convento de S. Francisco de Leiria, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Coimbra, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

[21] Filipe, Iola Margarida Brito (2011), Casa do Governador da Torre de Belém: o caso de uma unidade de produção de preparados de peixe no âmbito da economia romana, Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

[22] Lemos, Susana Raquel M. (2014), *Memória e Património Cultural: Intervenções arquitetónicas em pré-existências,* Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa.

[23] Costa, Vasto Martins *et.al* (2004) (Org.), *75 DGEMN: conhecer, inovar, conservar e informar,* Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

estar e atuar desta instituição, nas áreas da conservação e reabilitação de imóveis durante a sua existência. Ainda, no âmbito da atividade da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) foi lançado em 1992 um website do qual resultou a publicação "SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico" (2008)[24]. Atualmente, gerido pela Direção-Geral do Património Cultural, reúne um conjunto de recursos de informação e documentação especializados e interrelacionados que têm por objetivo ser suporte às estratégicas e às ações de intervenção de qualificação e reabilitação urbanas e de salvaguarda e valorização do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico. Destes recursos importa salientar a importância da existência do *inventário de património arquitetónico*, "que integra atualmente cerca de 30000 registos síntese com informação textual e iconográfica sobre imóveis, conjuntos, sítios e paisagens de todo o território nacional, bem como de outros espaços lusófonos" (IHRU, 2008: 1).

No mesmo âmbito, visando apoiar e melhorar a qualidade do desempenho e da ação dos diversos interveniente deste sector, realizou-se o seminário sobre "A Intervenção no Património: Práticas de Conservação e Reabilitação" (2005), resultante da parceria entre DGEMN e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. A sua realização assumiu-se como um espaço de debate sobre a conservação e a reabilitação do património edificado. Através de diferentes abordagens e técnicas, devidamente enquadradas pela apresentação de casos práticos. Destas pode-se destacar a comunicação sobre as "Metodologias de intervenção no património edificado" de Aníbal Costa, António Arêde, João Guedes e Paupério, em 2005 [25], que pretende contribuir para a instituição de normas e princípios que possam servir de base regulamentar da atividade do arquiteto-conservador.

A conferência "O Passado no Presente", apresentada pelo arquiteto e professor Marcelo Ferraz, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, em 2015 [26], aborda o tema do património a partir da análise de projetos desenvolvidos por instituições sediadas no Brasil, que concebem o projeto de arquiteto como transformador da realidade das cidades e, realçando a sua importância na reabilitação do património histórico. O arquiteto é visto pelo autor como o

---

[24] HRU (2008) *SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico,* Lisboa, Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, Direção de Informação Estudos e Comunicação.

[25] Costa, Aníbal *et.al* (2005), "Metodologias de Intervenção no Património Edificado", comunicação apresentada no *2o Seminário A Intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação*, realizado no âmbito do Mestrado em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e DGEMN, 12, 13 e 14 de Outubro de 2005, Porto.

[26] Ferraz, Marcelo (2015), "O Passado no Presente", comunicação apresentada na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, FAUP, 12 de Novembro de 2015, Porto.

"re-inventor do património ao agregar novos elementos, usos, e valores que acabam por "reacender", ou "ressignificar" este património, muitas vezes abandonado ou esquecido, introduzindo-o novamente na vida contemporânea" (Ferraz, 2015).

A nível internacional existe igualmente uma variedade de trabalhos, seminários e congressos que abordam o tema geral da reabilitação e, particularmente da *refuncionalização do património.* Há aqui que referir o nome incontornável de Françoise Choay, não só pelo levantamento da questão terminológica, mas também pelo primeiro esboçar de uma contextualização histórica da noção de monumento e de património na sua relação com a história, a memória e o tempo, analisa os excessos deste novo «culto» e descobre as suas ligações profundas com a crise da arquitetura e das cidades na contemporaneidade. Françoise Choay assume-se no quadro internacional como uma das primeiras historiadoras interessadas pelo estudo do conceito de património, interesse que desenvolverá ao longo das décadas seguintes, por via da publicação de dois livros dedicados ao tema, "Alegoria do Património*"* (2000)[27] e, mais tarde, "As Questões do Património" (2011)[28].

No concerne às questões patrimoniais, Loes Veldpaus, Ana Roders e Bernard Colenbrander apresentam um artigo "Urban Heritage: Putting the Past into the Future" (2013)[29] que se tornou incontornável no que remete para o estudo e gestão do património, não só pela forma como apresenta sinteticamente a evolução das teorias desenvolvidas desde o século XIX, mas também por conferir uma percepção alargada das vantagens de uma intervenção integrada na gestão do património, isto é, não confinar a intervenção ao objeto mas à totalidade do espaço urbano envolvente, possibilitando assim um desenvolvimento sustentável e conservação do património.

Relativamente às publicações exclusivamente ligadas ao estudo de projetos merecedores de destaque pela conformidade da aplicação do conceito de refuncionalização, há a destacar essencialmente a A+U – Journal of World architecture and urbanism. Trata-se de uma publicação periódica, com um website onde são disponibilizados alguns artigos que abordam temas relacionados com a reabilitação do património arquitetónico. Podemos destacar a edição número 318, lançada em Março 1997, com o artigo "Lois Convent – Renovation and Addition as

---

[27] Choay, Françoise (2000), *Alegoria do Património,* Lisboa, Edições 70 (Edição original, 1982).

[28] Choay, Françoise (2011), *As Questões do Património: antologia para um combate,* Lisboa, Edições 70 (Edição original, 2009).

[29] Loes, Veldpaus, Ana R. Pereira Roders e Bernard Colenbrander (Abr. 2013), "Urban Heritage: Putting the Past into the Future", *The Historic Environment*, 4, (1), pp. 3-18.

a Hotel" do arquiteto José Paulo Santos e Cristina Guedes[30], que aborda teoricamente as questões práticas inerentes à reorganização espacial do Convento de Lóios em Arraiolos, Portugal (1993-1996) e a sua adaptação às funções hoteleiras que veio a albergar.

Também ligada ao estudo da reabilitação e, particularmente, da reutilização ou refuncionalização da arquitetura, encontra-se a tese de doutoramento realizada por Elizabeth Cárdenas Arroyo, intitulada "Arquitecturas Transformadas: Reutilización Adaptativa de Edificaciones en Lisboa 1980-2002. Los Antiguos Conventos" (2007)[31] onde a autora procura compreender o significado do re-uso criativo dentro do conceito de reutilização, quer do ponto de vista cultural, a partir da análise dos projetos realizados em conventos na cidade de Lisboa, quer da sua importância no processo de renovação urbana e social. Segundo a autora "gran mayoría de los edifícios tienen una capacidade intrínseca para adaptarse a nuevos usos y que la reutilización de estos edifícios ha tenido una importância vital en la estabilización de las estruturas urbanas, principalmente en las ciudades europeas" (Arroyo, 2007: 4). O fenómeno da reabilitação e reutilização da arquitetura é, deste modo, várias vezes citado, relevando particular interesse neste âmbito, pela incidência no reuso de edificações antigas em Lisboa.

A tese de doutoramento da arquiteta Ana Pereira Roders, intitulada "Re-Architecture: Lifespan rehabilitation of built heritage" (2007)[32], constitui um dos contributos mais relevantes no que remete para a análise de concepção do projeto de reabilitação do edificado devoluto ou em estado de degradação; a partir da pesquisa fundamentada em casos reais a autora concebe uma ferramenta operativa para os profissionais envolvidos em intervenções de reabilitação arquitetónica. Segundo a mesma, "o planeta reclama por atenções ecológicas, no que diz respeito ao uso, transformação e desperdício de recursos; especialmente os não renováveis; sem controlo restritivo, nem consciência do seu impacto nas gerações futuras." Por outro lado, "o parque edificado está "arrebentar pelas costuras", com demasiados edifícios desocupados" que frequentemente têm as condições necessárias para serem "reutilizados, reprocessados ou até reciclados," mas muitas vezes os atores intervencionistas concentram-se em valores que ultrapassam a preservação do património construído e natural, negligenciando o passado em

---

[30] Santos, José Paulo e Cristina Guedes (1997), "Loios Convent – Renovation and Addition as a Hotel", *A+U – Journal of World Architecture and Urbanism*, (318), pp. 50-63.

[31] Arroyo, Elizabeth Cárdenas (2007), *Arquitectura Transformadas: Reutilización Adaptativa de Edificaciones en Lisboa 1980-2002. Los Antiguos Conventos*, Tese de Doutoramento em Proyectos Arquitectónicos, Barcelona, Universidad Técnica de Cataluña, Escuela Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona.

[32] Roders, Ana Pereira (2007), *Re-Architecture Basis. Lifespan rehabilitation of built heritage*, Tese de Doutoramento em Arquitetura, Eidhoven, Tecnische Universiteit Eindhoven.

detrimento de valores económicos e políticos do presente. “Os projetistas responsáveis por projetos de reabilitação podem subverter esta realidade e mostrar a todos os outros atores envolvidos, de que, pelo menos, no seu limitado raio de ação e decisão, são muito bem capazes de promulgar tal consciência temporal” (Roders, 2007: 10).

“O moderno já passado. O passado no moderno – Reciclagem, Requalificação, Rearquitetura” é o título do 7º Seminário DOCOMONO Brasil, realizado em Porto Alegre, em 2007, que debateu as questões do reuso adaptativo das edificações históricas, as vantagens e os limites dos projetos de intervenção. Importa aqui destacar a apresentação da arquiteta Célia Helena Castro Gonsales, intitulada “Reflexão sobre arquitetura e obras modernas – ou, por que o pavilhão sim e a stoa não?”[33] que aborda a questão da “reciclagem”, “requalificação” e “rearquitetura” na totalidade ou nas partes de uma estrutura arquitetónica obsoleta manifestada “em todos ou em alguns dos seus componentes, o funcional, o construtivo e o formal” (Gonsales, 2007: 2).

Os trabalhos enunciados são a base para o desenvolvimento do presente trabalho, na medida em que constituem o recorte temporal e conceptual dos princípios da intervenção do património edificado e do papel da arquitetura na salvaguarda da autenticidade das construções antigas quando se impõe a sua reabilitação.

Estrutura e organização

A presente investigação sobre *a Refuncionalização da Arquitetura*, procura confrontar diferentes abordagens patrimoniais na cidade. Partindo do enquadramento histórico da reconversão da função originária das instalações conventuais, fruto da extinção das ordens religiosas (1834), e interrogar as práticas de reuso do património arquitetónico na sociedade contemporânea. Pretendemos ainda questionar atual abordagem arquitetónica à reabilitação do património edificado, reconhecendo as patologias inerentes ao processo de intervenção. E ainda, compreender a influência que a evolução urbana apresenta na estrutura social da cidade e a atuação do turismo na reabilitação e difusão dos bens de interesse público, e o consequente estudo da intervenção de reabilitação e revitalização de três projetos contemporâneos na área

[33] Gonsales, Célia Helena (2007), “Reflexão sobre arquitetura e obras modernas – ou, por que o pavilhão sim e a stoa não?”, comunicação apresentada no 7o Seminário DOCOMONO Brasil, *O moderno já passado. O passado no moderno – Reciclagem, Requalificação, Rearquitetura*, UFRGS - Faculdade de Arquitetura, 22 e 23 de Outubro de 2007, Porto Alegre.

metropolitana de Lisboa. Concluímos assim esta investigação, que pretende gerar um diálogo fundamentado a partir do reconhecimento da importância da história da arquitetura e dos princípios da intervenção de reabilitação para a gestão do património convertido a usos turísticos. De forma alcançar estes objetivos o trabalho foi estruturado da seguinte forma:

No I capítulo, é feita uma contextualização histórica dos conceitos de monumento, monumento histórico e de património, analisando as alterações societais que estiveram na base da formulação da consciência preservacionista dos bens culturais.

No II capítulo, partiremos do enquadramento histórico das intervenções no património edificado, desde meados do século XIX, período de plena afirmação do movimento romântico até à atualidade. Este estudo pretende contextualizar as diferentes abordagens e fases da intervenção de reabilitação e preservação do património arquitetónico a nível internacional e nacional, de forma a clarificar os diversas critérios que se confrontam em torno de questões da conservação e a reutilização do património na contemporaneidade. Para a sua conceptualização apontaremos algumas metodologias de intervenção fundamentais e exemplos que persistem como referências insubstituíveis, desde de Viollet-le-duc (1814-1879) até ao culminar da incontornável Carta de Veneza (1964).

No III capítulo damos continuidade ao estudo sobre a evolução das metodologias de intervenção no espaço urbano da cidade, a partir da análise das ações de intervenção no património que visam alterar os seus usos e funções. Esta constante refuncionalização e ressignificação do património na contemporaneidade é analisada em estreita relação com o crescimento da indústria do turismo.

No IV capítulo a questão do turismo é reforçada a partir da constatação do advento dos primeiros movimentos turísticos e da incontornável influência que tiveram na concepção do património desde a modernidade até à atualidade. Este facto é comprovado a partir da análise de três construções palacianas do final século XVI e da primeira metade do século XVII, que sofreram diversas intervenções desde da sua fundação, e que agora são alvo de um projeto que visa reabilitar a sua estrutura primitiva, de forma a introduzir um novo uso: turístico.

No V capítulo, é realizado uma leitura crítica da investigação, que contempla os princípios de intervenção de reabilitação dos casos de estudo, a partir do parecer conclusivo que a análise proporcionou e, que é sustentada pelos anexos à presente dissertação.

Os anexos encontram-se seccionados por cada caso de estudo contento cada secção os seguintes documentos: Fichas técnicas, Alterações estruturais e funcionais do edificado, Plantas e desenhos, Memórias descritivas e Levantamento fotográfico.

Contributos do estudo

A história da salvaguarda, conservação e restauro do património cultural português é uma área de investigação recente. O tema da investigação inscreveu-se nesse horizonte de estudos procurando contribuir para o alargamento dessa problemática, a partir de novas fontes, hipóteses de trabalho, resultados e conclusões. Um dos objetivos foi estudar a história urbana da cidade de Lisboa e o papel da arquitetura – na proteção e preservação do património cultural nacional – e do turismo – tido como vector de salvação à crise económica de Portugal –, para o conhecimento da história do património arquitetónico português, atendendo existirem importantes lacunas de conhecimento na historiografia contemporânea, nas esferas da salvaguarda, classificação, conservação e Restauro do património arquitetónico. O acervo documental que constitui um dos alicerces científicos da dissertação, fundamenta a crítica aos conhecimentos adquiridos sobre as questões do património histórico e arquitetónico desenvolvidas. Vinculada a um novo ciclo da regeneração urbana, a intenção dos protagonistas é apetrechar o país com instituições capazes de protegerem os bens móveis e imóveis e desenvolverem estratégias da salvaguarda e da conservação. A relevância da ação das instituições patrimoniais nacionais constitui um ponto essencial deste estudo. Tanto para aferir os resultados das premissas dos órgãos públicos na gestão do património nacional, como para compreender a aplicabilidade dessas politicas. O estudo visa assim identificar os princípios, as linhas de orientação, as normas e os critérios seguidos na conservação e restauro do património arquitectónico. Tendo em conta o desenvolvimento e afirmação do conceito de refuncionalização, que em Portugal é implementado por via do normativo preconizado a nível internacional. Estes factos permitem avaliar o papel desempenhado por alguns dos mais importantes profissionais na conservação e reabilitação dos bens imóveis, e estabelecer a correlação entre o desenvolvimento das práticas de intervenção no património edificado, tendo em conta a sua contribuição para a economia nacional.

I MONUMENTO, PATRIMÓNIO E VALORES

> Heritage wasn't only about past – though it was that too – it also wasn't just about material things – though it was well – heritage was a process of engagement, an act of communication and an act of making in and for the present.
>
> (Smith, 2006: 1)

1.1 – MONUMENTO E MONUMENTO HISTÓRICO (SÉCULOS XV – XIX)

Para definir o termo *monumento* é necessário referir a construção etimológica da palavra. O seu sentido original advém do substantivo latino *monumentum*, proveniente do verbo *monere* que significa advertir, recordar, o que interpela a memória. Como Choay (2000: 16-17) afirma "a natureza afetiva do destino é essencial: não se trata de fazer verificar, de fornecer uma informação neutra, mas de excitar, pela emoção, uma memória viva." Isto é, a especificidade do monumento prende-se com a forma como interpela à memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza através da afetividade, na forma como recorda o passado, e o reativa à maneira do presente. (Choay, 2000: 17) Neste sentido, o conceito de monumento está agregado, primeiramente, a uma questão memorial e identificadora, no sentido que se poderá chamar monumento a qualquer artefacto edificado por uma comunidade de individuos para se recordarem ou fazerem recordar acontecimentos e vivências. A especificidade do conceito advém, então, da relação orgânica e afetiva que estabelece, conotando-o a partir da sua função identitária, antropológica e simbólica. O monumento é, nesta acepção, um testemunho construído pelo homem para prosperar e relembrar a origem da humanidade. No sentido que Choay (2000: 18) lhe atribuiu o monumento é um dispositivo de segurança, que assegura e tranquiliza, ao conjurar o ser do tempo. É garantia das origens e acalma a inquietude que dera a incerteza dos princípios.

Contudo, o papel do monumento, entendido originalmente como um "dispositivo memorial intencional" (Choay, 2011: 16) veio a par das alterações semânticas que foi sofrendo durante o século XVII, a amenizar progressivamente a sua significação memorial[34] em benefício da

[34] Como Françoise Choay (2000: 17) identifica, já "em 1689, Furetière parece já conceder ao termo um valor arqueológico, em detrimento do seu valor de memória: *Testemunhos que nos restam de*

afirmação de uma imagem monumental associada aos grandes regimes nacionalistas e a um senso estético próprio. Como Smith (2006: 19) nota o uso do termo monumento tornou-se particularmente importante no contexto europeu. “The monument became a ‘witness to history and a work of art’ that took on a commemorative role in triggering certain public memories and values, and is a concept that has come to embody a particular European vision of the world.”

É neste período que o papel atribuído ao monumento intencional, sob a forma arquitetural, concorre para o desenvolvimento das “memórias artificiais”, a partir da invenção e da difusão da tipografia no século XV, o que teve consequências diretas na transformação da sua significação (Choay 2011: 17). A concepção de textos relativos às preexistências de forma a manter estas construções vivas na memória da humanidade, tornando-as ícones da sociedade moderna, concorre para a conotação do *Monumento* como auxiliar dos desígnios públicos da Nação, através da exaltação da sua beleza e monumentalidade. Tal como Choay (2000: 19) evoca, o esbatimento progressivo da função de memória do monumento tem várias causa:

> A primeira diz respeito ao espaço crescente que as sociedades ocidentais concederam ao conceito de arte a partir do Renascimento. (...) A segunda causa reside no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de memórias artificiais. Platão fez da escrita o seu venenoso paradigma. A hegemonia memorial do monumento não foi, contudo, ameaçada antes de a imprensa[35] fornecer à escrita um poder sem precedentes na matéria.

É graças à mediação das novas “próteses da memória cognitiva” que a “memória orgânica” se apaga. (Choay, 2000: 18) Com o aparecimento destas “próteses” cada vez mais eficientes, as sociedades ocidentais deixaram, pouco a pouco, de erguer monumentos que impliquem no presente a nossa *memória viva*, por sua vez transferem essa importância para as construções que testemunhavam os acontecimentos da História da Humanidade.

> É precisamente a partir da constatação da perda irreparável de um enorme património compacto, homogéneo, não necessariamente monumental e sim quotidiano, doméstico, familiar, que constituía desde sempre o entorno imediato dos habitantes dos centros antigos, que desperta essa

---

qualquer grande potência ou grandeza dos séculos passados. (...) Alguns anos mais tarde, o Dictionnaire de l’Académie instala completamente o monumento e a sua função de memória no presente, mas os seus exemplos traem, desta feita, um deslize em direção a valores estéticos e de prestígio: *Monumento ilustre, soberbo, magnífico, durável, glorioso.*

[35] “Victor Hugo [séc. XIX] pronunciava a oração fúnebre do monumento, condenado à morte pela invenção da imprensa” (Choay, 2000:19).

> componente emocional e psicológica, ao comprovar a definitiva desaparição de bens e de memórias coletivas, que cada um possuía tanto a nível consciente como inconsciente (Lagunes, 2011 *apud* Aloise, 2015: 1).

A partir de então os bens edificados no espaço pelos homens são qualificados a partir da sua qualidade histórica, passando a associar-se estas construções ao conceito de *monumento histórico*, que se encontra desprovido da intencionalidade memorial de outrora. Sendo uma criação que não tem a predisposição de ser conotada como artefacto, pelo contrário:

> Foi escolhida num corpus de edifícios preexistentes, devido ao seu valor para a história (quer se trate de história de acontecimentos, social, económica ou política, ou se trate da história das técnicas ou da história da arte) ou do seu valor estético. Mais precisamente, na sua relação com a história (seja ela qual for), o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber. Por outro lado, na sua relação com a arte, solicita sensibilidade estética na sequência de uma experiência concreta (Choay, 2011: 18).

Esta expressão ocidental, monumento histórico, remonta, na sua verdadeira acepção, ao início do século XIX, e foi consagrada por Guizot aquando da criação do posto de inspetor dos Monumentos Históricos, após a sua nomeação para ministro do interior em 1830, vindo posteriormente a ser difundida pelos dicionários da época. “Há, no entanto, que recuar no tempo. A expressão aparece em 1790, sem dúvida pela primeira vez, pela pena de A. A. Millin, no momento em que, no contexto da Revolução Francesa, são elaborados os conceitos e os instrumentos de preservação” dos monumentos, dos quais a noção de monumento histórico não pode ser dissociada. (Choay, 2000: 24) Contudo, os letrados responsáveis pela concepção das primeiras Comissões Revolucionárias em 1789, eram eles próprios herdeiros de uma tradição intelectual que se adivinhava no seio do *Quattrocento* e da revolução humanista. O termo monumento histórico é então proclamado antes da sua verdadeira acepção, e consequente publicação, como Enrique Martín (2014: 17) nota:

> Se pueden señalar antecedentes vinculados con la admiración por las creaciones de los antepasados, el interés por el coleccionismo o el respeto hacia algunas construcciones ya desde la más remota antigüedad. Valoraciones significativas tenemos en la Grecia clásica, en la cultura romana o en el Renacimiento. Y este afán se fue plasmando en la creación de las cámaras artísticas y maravillosas del siglo XVI, que continuaron con los gabinetes de maravillas y curiosidades, en los que se iban agrupando, clasificando y conservando objetos de los «reinos de la natura».

Os humanistas italianos e o papel dos antiquários

Neste sentido para seguir a génese do conceito, como afirmou Françoise Choay, na sua Alegoria do Património (2000) é necessário recuar à Itália do *Quattrocento*, onde foi elaborado o seu primeiro esboço, comummente difundido sob a nomeação de *antiguidades*[36], termo adotado, desenvolvido e enriquecido pelo conjunto de países da Europa Ocidental.

O papel pioneiro da Itália do século XV, marca a emergência de um novo olhar sobre o individuo, até então confinado ao papel do Criador, colocando o Homem no centro das questões politicas, sociais e históricas. É o interesse dos humanistas pelo conjunto de campos da atividade humana, nomeadamente no que compete ao exercicio das artes maiores, onde o arquiteto ascende ao estatuto de criador, que despoletou uma diligência conservadora sob os vestígios da Antiguidade, metamorfoseando-os em objetos de reflexão e de contemplação, associados a um valor estético e histórico.[37] Entre 1420 e 1430, vemos a convergência destes valores tomar corpo entre os círculos de artistas e humanistas. "Por um lado, os primeiros formam o olhar dos segundos, ensinam-nos a ver com outros olhos. Por outro, estes últimos revelam aos arquitetos e aos escultores a perspetiva histórica" (Choay, 2000: 43). No fim deste processo "de impregnação mútua", artistas e humanistas traçaram o território da arte e articularam-no com o da história para aí implantar o que viria a ser designado por *monumento.*

É neste período, a partir do séc. XVI até aos primeiros decénios do século XIX, que as antiguidades são objeto de análise e estudo, que contribuiu para a construção de um aparelho iconográfico e documental, com o intuito de "sistematizar el conocimiento acumulado a lo largo de la historia del hombre y de transmitirlo a sus semejantes" (Martín, 2014: 17).

Esta atitude inaugural dos humanistas é prosseguida pelo trabalho de pesquisa e de inventário realizado pelos *antiquários*, antecipando o trabalho dos arqueólogos, dos historiadores de arte e dos primeiros etnógrafos do séc. XIX. Os antiquários europeus, a começar pelos ingleses, debruçaram progressivamente o seu interesse sobre as *antiguidades*

---

[36] Quer se trate de edifícios ou de outras categorias de objetos transmitidos pelos Romanos, Gregos e outros povos da Antiguidade, estes não são, à época, denominados como "monumentos históricos", mas designados sob a nomeação global de "antiguidades", derivado do substantivo plural *antiquitates* forjado pelo célebre erudito romano Varrão (116-26 a.C.) para designar um conjunto de produções antigas da romanidade (Choay, 2000: 23).

[37] O estaleiro romano é lido com uma lição da construção e depois como uma introdução ao problema da beleza. Para o autor do *De re aedificatoria*, os edifícios de Roma são simultaneamente a ilustração das regras da beleza arquitetónica, (...) e o culminar de uma inaugural "história da arquitetura" (Choay, 2000: 43).

nacionais[38] passando a conservá-las em abundantes arquivos. Como afirma Choay (2000: 58) "os antiquários acumulavam (...) verdadeiros *dossiers*, associando descrições e representações figuradas das antiguidades", atitude que revela uma objetividade científica cada vez mais manifesta, que é indissociável dos movimentos do saber na época das Luzes (séc. XVII-XVIII). É pois, neste período, com Arnaldo Momigliano, que a História, após ter conquistado a sua autonomia disciplinar da grande revolução humanista dos saberes e das mentalidades, adquire o seu estatuto epistemológico, no último quartel do século XVIII, com a obra *Decline and Fall of the Roman Empire* (1776-1788) do filósofo-historiador Gibbon; uma publicação da Era Industrial que viria a contaminar todo o século XIX, denominado a partir de então como "século da história". (Choay, 2011: 27) Paralelamente, a esta nova concepção dos monumentos, vinham a desenvolver-se as primeiras premissas do que viria a ser a História da Arte, como se pode constatar na análise crítica de Winckelmann, com a sua *Geschichte der Kunst des Altertums* (1767). É na viragem do século que se denotam os primeiros indícios do que viria a ser a transformação do estatuto das antiguidades, promovidas, então, a monumentos históricos, a partir da valorização do valor artístico que lhes é intrínseco como Choay (2000: 70) constatou:

> Os dois valores, histórico ou artístico, que os humanistas tinham descoberto nas antiguidades, a maioria dos antiquários reteve apenas o primeiro e negligenciou o segundo. Não se encontram quase nenhumas apreciações sensíveis e julgamentos de gosto nas suas obras. (...) A história da arte que, como o seu nome indica, adopta a metodologia historiográfica, (...) como forma de estimular a sensibilidade artística.

É a partir desta hierarquização de valores que a proteção dos bens patrimoniais foi sendo deliberada, e consequentemente foram aparecendo as primeiras recomendações para a sua conservação, defendidas pelos novos historiadores, orientados por uma reflexão sobre a arte, como é o caso de Alois Riegl (1858-1905)[39] que em 1903, publicou um ensaio critico intitulado *O Culto Moderno dos Monumentos* [40], sobre a origem e a natureza do conceito de monumento.

---

[38] Eram elas consideradas monumentos antigos erguidos ou produzidos nos diferentes países europeus (Choay, 2000: 59).

[39] Alois Riegl (1858-1905) foi jurista, historiador e conservador do Museu de Artes Decorativas de Viena durante o período entre 1886 e 1898. Em 1902 é nomeado presidente da Comissão Central dos Monumentos Históricos Austríacos (ativo desde 1856), encarregando-se de desenvolver a introdução teórica, do Projeto de Legislação dos Monumentos Históricos. O projeto foi publicado em 1903, sem o nome do autor, pela edições da Comissão Central. (Choay, 2000: 139)

[40] Esta obra constitui-se como a culminada de uma serie de escritos que o autor vina desenvolvendo

O conceito de monumento histórico

Seguindo a linha de pensamento que vai de Konrad Fiedler (1841-1895) a Heinrich Woolfflin (1864-1945), passando por Adolf Hilderbrand (1847-1921) e Wilhelm Worringer (1881-1965) conhecida como teoria da "pura visibilidade", Alois Riegl reivindica uma interpretação da História da Arte como história da emergência e do desenvolvimento de elementos puramente formais que se transformam dentro de um processo autónomo, onde o essencial da sua análise passa a ser a sua expressão visual, a sua visualidade. (Gonsales, 2007: 18) O autor por outro lado, indica que a expressão da obra é "relativa", sendo exclusivamente dependente do ponto de vista do receptor, ou seja a "pura visibilidade" aponta para a importância da experiência, da subjetividade e da percepção do observador que é colocado como protagonista do processo de significação da própria obra. Como Gonsales (2007: 18) nota o seu "objeto de estudo é original: investe na avaliação dos processos intrínsecos ao sujeito na escolha dos seus monumentos". O foco deixa então de ser o objeto e para ser o sujeito, que lhe atribui valores. Esta mudança radical do objeto para o sujeito teve influência na concepção da arte e da arquitetura da vanguarda do século XX. A questão do "sujeito que percebe", ou ainda, a importância da percepção na validação da obra é uma das questões centrais da sua obra.

Este culto aos monumentos que é fundamentado na obra de Alois Riegl é sem dúvida um ato moderno, que como Choay (2000: 154) nota estabelece os princípios da história e da teoria da arte. "Mas, esse culto em épocas anteriores ao século XX, identificava o monumento histórico e o monumento artístico como entidades separadas. O histórico era aquele que caracterizava um momento único que não se voltaria a apresentar no devir dos acontecimentos; o artístico era o objeto de admiração que de alguma maneira se aproximava de um cânon objetivo – essencialmente clássico" (Gonsales, 2007: 20). Segundo Alois Riegl, a negação da possibilidade de uma forma ideal objetiva fez com que na modernidade houvesse uma fusão entre monumentos artísticos e históricos, cuja sua obra desmistifica ao conceber a noção de monumento como "uma criação deliberada (*Gewolte*), cujo destino foi assumido *a priori* e à primeira tentativa, ao passo que o monumento histórico não é desejado inicialmente

---

desde a década anterior. Em 1893, quando publica o seu *Stilfragen, Grundlengungenzueiner Geschinchte der Ornamentik* – "Problemas de estilo" – já muestra uma innovadora leitura histórica ao propón uma história do ornamento contínua e autónoma, que incluí o tema da subjetividad. *Die spatromische Kunstindustrie* – "El arte industrial tardo-romano" – estuda un momento marginal e de intervalo entre os "grandes estilos" indicados pela História da Arte. Além disto, toma, de manera inédita, o espaço como elemento essencial de leitura estilística e por isso se torna uma obra fundamental para as questões da modernidad na Arquitetura (Gonsales, 2007: 17).

(*Ungewolte*) e criado enquanto tal. Este último é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amador, que o selecionam de entre a massa dos edifícios existentes e de que os monumentos representam apenas uma pequena parte" (Choay, 2000: 22).

É a partir de um olhar sobre as sociedades modernas que Alois Riegl avalia o monumento histórico, enquanto um processo evolutivo e relativo, que vem inverter a hierarquia de valores atribuídos até então, para privilegiar pela primeira vez valores de sensibilidade, nomeadamente estéticos. Segundo o historiador, não será apenas o valor histórico que nós apreciamos nos monumentos, se assim fosse, todas as obras do passado deveriam ter aos nossos olhos um valor igual. É esta questão inaugural que levanta, em 1907, uma das mais frutíferas noções da semântica do objeto em estudo, a partir da identificação de dois grupos de valores associados aos monumentos: "uns, ditos, "de rememoração" (*Erinnerungswerte*), estão ligados ao passado e fazem intervir à memória, os outros, ditos "de contemporaneidade" (*Gegenwarstswerte*), pertencem ao presente" (Choay, 2000: 139). Segundo a sua teoria, os primeiros dizem respeito aos monumentos autênticos, cujo o tempo marcou a sua presença no espaço, e os segundos não respondem exatamente às questões iniciais do conceito do monumento, mas representam uma série de escolhas dos individuos. O conceito de monumento não encerra, a partir de então, o seu valor apenas na historicidade da sua implantação. Além do interesse histórico inerente à sua concepção, deve existir outro elemento, relacionável com a sua especificidade artística, independente do lugar que ocupa no desenvolvimento da história.

No entanto quando se observam as atribuições de valor, percebe-se que os valores fundamentais são os rememorativos, devido à qualidade de vetustez da obra. Nessa categoria de valores que tem como base a consciência histórica inserem-se três valores: valor de antiguidade, histórico e intencionado. O primeiro é desde logo reconhecido pela sua aparência, que por vezes "abrange todo o património edificado que seja, mesmo se isento de uma significação especifica, um elemento comprovativo do passado" (Riegl, 2013 *apud* Rodrigues, 2005: 13). É a marca implícita do tempo que lhe confere o valor de antiguidade, distinguindo-se do valor histórico, que simboliza um fragmento da história, que é imediatamente perceptível ao olhar de todos pelo seu caráter comemorativo ou memorial. Como referiu Rodrigues (2005: 13) todas as edificações podem receber esta classificação, dado que este valor não depende diretamente da intenção que o originou, mas da significação que as gerações seguintes lhe atribuem. Já "o valor de antiguidade do monumento histórico não é para ele um desejo mas uma realidade. A instantaneidade com a qual se oferece à apropriação das massas (Massen), a sedução fácil que exerce sobre elas, deixam prever que ele será o valor dominante do

monumento histórico no século XX" (Choay: 2000: 140).

O segundo fator de classificação dos monumentos depende dos valores de contemporaneidade (Gegenwarstswerte), aqui subdivididos em valor instrumental e valor artístico, que não são menos ricos e diferenciados do que os assinalados. A diferença é que aqui existe um reconhecimento de que os monumentos podem ainda ter condições de utilização, ou de reutilização.

> Ao lado do transcendente "valor de arte", Riegl coloca, com efeito, um valor terrestre de "utilização", atendendo às condições materiais de utilização prática dos monumentos. Consubstancial ao monumento sem qualificativo este valor de utilização é, segundo Riegl, igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado o seu papel memorial original e as suas funções antigas, quer tenham recebido novos destinos, estando aí incluídas as funções museológicas. A ausência de valor de utilização é o critério que distingue o monumento histórico *das* ruínas arqueológicas, cujo valor é essencialmente histórico, e *da* ruína, cuja antiguidade é a qualidade principal (Choay, 2000: 140).

A par da valorização do uso, revela-se também o valor artístico que não é absoluto, depende diretamente de duas categorias: o "valor de arte relativo" apontado às obras de arte antigas percepcionadas sob um olhar moderno, e o "valor da novidade" (Neuheitswert), que questiona o conceito de belo inerente ao que é novo.

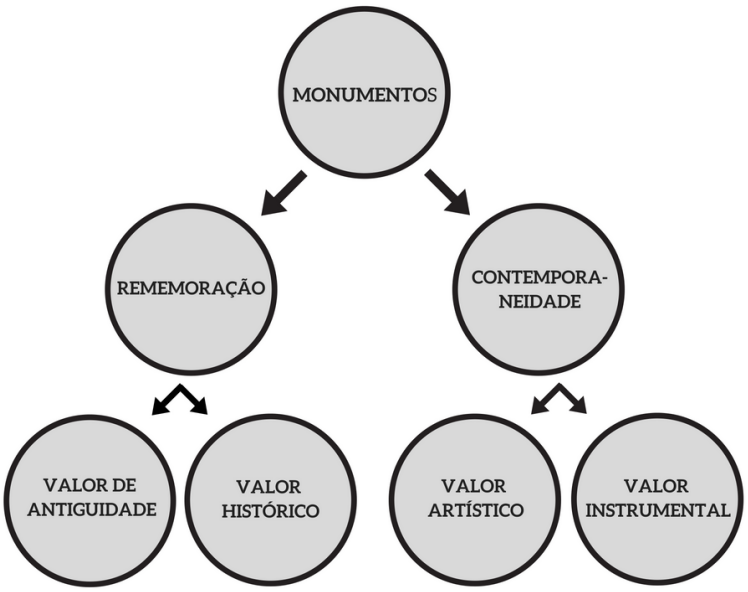


Figura 1.1 – Diagrama da hierarquia de valores estabelecida por Alois Riegl.

É a partir das pistas abertas por Alois Riegl que se pode procurar pensar o conceito de património. “Passado mais de 100 anos, o “novo” na época de Riegl é agora também património, histórico e rememorativo. A arquitetura e espaço urbano modernos são já objetos da história e a sua preservação desperta um crescente interesse” (Gonsales, 2007: 21). No entanto, a crítica e o relativismo da sua teoria estão longe de reger as práticas do património.

1.2 – O QUE É O PATRIMÓNIO: CONCEITO

O desenvolvimento e a integração gradual do conceito de património, que Choay explicitou, brilhantemente, desde quando os monumentos eleitos pertenciam exclusivamente à Antiguidade, até à sua consagração enquanto monumentos históricos, advém de uma percepção moderna de olhar o espaço arquitetural. O conceito moderno de património e os subsequentes discursos sobre a matéria são fruto do culminar do Iluminismo do séc. XVIII, e consolidaram-se no contexto séc. XIX na Europa, e atingiram o dominio como um discurso “universal” no séc. XX.

> Es en este momento de fines del siglo XVIII y princípios del XIX cuando se produce ele nacimiento del mundo moderno, con la delimitación del territorio de las naciones y la búsqueda de unas características propias de identidade, para lo que se recurrirá a monumentos y creaciones artísticas como representativas de esa genialidad vinculada a un «espíritu» colectivo. También es una época de cambios sociales, en él comienza la reivindicación de lo que se consideraba como perteneciente a una colectividad y a valorar aquello que tenía interés público, aspectos que se irá incorporando como una de las piezas en la construcción del concepto de patrimonio (Martín, 2014: 17).

É precisamente a partir dos anos 60 do séc. XX, que o inventário dos monumentos históricos não parou de aumentar por via da valorização de novas tipologias de bens, do alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas onde se inscrevem estes bens. Foi através do alargamento progressivo do conceito de monumento e monumento histórico que surgiram novos conceitos e expressões.

Património, esta palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, foi gradualmente adquirindo outros contornos e ganhando outras qualidades semânticas, sem prejuízo do domínio original. Tal como observou Choay

(2001: 13), as portas do domínio patrimonial foram forçadas e, um número cada vez maior de pessoas passou a interessar-se pelo campo do património, sobretudo, pela sua dimensão sociocultural, que resultou na dilatação do seu significado, vindo a associar-se a diversos adjetivos, que o qualificam e diferenciam[41].

As novas qualidades semânticas conferiram-lhe contornos e qualidades que, ainda hoje, têm a capacidade de expressar um significado algo difuso. Vejamos, particularmente, o conceito de património histórico, uma expressão atribuída a um objeto pela sua qualidade enquanto referência do passado, imprescindível para a consciência e existência de uma identidade coletiva, tanto no presente como no futuro. Como Castelo Branco (2005: 1) define: "património histórico envolve diversos meandros da cultura de uma sociedade, por se referir aos bens incomensuráveis, que é a memória coletiva construída socialmente e à identidade de um povo." Choay (2000: 11) aprofundou esta questão fundamentando que:

> O património histórico, é um dos maiores legados da cultura europeia para o mundo, é uma expressão que designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum a um passado.

O termo e conceito que se tornou numa das palavras chave da sociedade mundializada veiculado pelas entidades gestoras e pelos profissionais do património, foi proclamado durante a Revolução Francesa (1789-1799) pelas Comissões Revolucionárias[42], momento em a

---

[41] Património digital, património genético, biopatrimónio, etnopatrimónio, património intangível (ou imaterial), património industrial, património emergente, património comunitário e património da humanidade são algumas das múltiplas expressões que habitam as páginas da literatura especializada, ao longo de outras mais consagradas como, património cultural, património natural, património histórico, património artístico e património familiar. Em alguns meios museológicos também podem ser encontradas as expressões "património total" ou "património integral" que, utilizadas para designar o conjunto dos bens naturais e culturais (Chagas, 2007: 208).

[42] Aquando da criação em França da primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, as três grandes categorias de monumentos históricos eram constituídas pelos vestígios da Antiguidade, pelos edifícios religiosos da Idade Média e por alguns castelos. No final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o número de bens inventariados tinha sido multiplicado por dez, mas a sua natureza não tinha mudado quase nada. Eles derivavam essencialmente da arqueologia e da histórica erudita da arquitetura. Desde então, todas as formas da arte de edificar, eruditas e populares, urbanas e rurais e todas as categorias de edifícios, públicos e privados, sumptuários e utilitários, foram anexadas sob novas denominações: arquitetura *menor*, expressão oriunda de Itália usada para designar as

consciência histórica se alterou, associando-se a uma profunda busca pela identidade nacional. Como Laurajane Smith (2006: 19) nota "the French idea of *patrimoine* – specifically the concept of inheritance – underwrites the sense of aesthetic grandness" que provinha do uso do termo monumento. O interesse crescente pelas questões do património na busca pela preservação da identidade nacional, conduziu a uma série de consequências culturais e sociais que vieram alterar o posicionamento das práticas inerentes ao património no contexto da pós-modernidade.

O conceito foi forjado para designar os bens pertencentes à nação e suscetíveis de um novo tipo de conservação, no entanto perdeu parte da sua pertinência e caiu em desuso assim que a Revolução terminou, devido à ambiguidade na globalidade de referências a que se dirigiu, permaneceu em diálogo a noção de monumento histórico até 1964. No entanto já vemos aparecer em 1959 a expressão de Património Cultural pela incumbência de André Malraux, aquando da sua nomeação a ministro de Estado da Cultura, referindo a cultura como um privilégio de classe, essencialmente ligada ao lazer: «não haverá cultura se não houver lazer» (Choay, 2011: 36). Neste campo de associação à nova cultura de ócio, os bens culturais passam a ser vistos como objetos de consumo, associados a uma dimensão económica dominante à qual a expressão de património passou a ser associada. Como refere Françoise Choay (2011: 36) tende a apagar-se a noção viva, que fazia da cultura a obra e o bem-comum, igualmente partilhados e respeitados pelos membros da comunidade.

O novo sentido e significado do termo património é mais claramente traduzido e afirmado ao longo das mudanças que conduziram à designação da entidade reguladora das atividades e ações sobre o património, que viria a ser reconhecido como Secretaria de Estado para a Cultura (1974), e mais tarde como Ministério da Cultura (1977) e, finalmente, Ministério da Cultura e da Comunicação (1978). (Choay, 2011: 37)Foi, a partir deste momento, que a expressão património ganhou um novo adjetivo, cultural, passando a ser adoptada pela maioria dos países europeus.

---

construções privadas não monumentais, muitas vezes erguidas sem o concurso de arquitetos; arquitetura *vernacular*, expressão oriunda da Inglaterra usada para distinguir os edifícios característicos dos diversos territórios; arquitetura *industrial* das fábricas, das estações, dos altos-fornos, reconhecida em primeiro lugar pelos ingleses. Enfim, o domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais; ele compreende, daqui em diante, os conjuntos edificados e tecido urbano: quarteirões e bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como o demonstra "a lista" do Património Mundial estabelecida pela Unesco (Choay, 2000: 12).

> É certo que: desde mediados del siglo XX el concepto de património ha sido ampliamente revisado en su definición y en los elementos que lo integran. La noción de elemento histórico en la terminología legislativa y científica se ha remplazado por la de bien cultural, añadiendo nuevos valores y significados. Los bienes habitualmente reconocidos se enriquecen con la aportación de nuevas disciplinas y perspectivas de estudo (...) en los bienes arquitectónicos se contemplan no solos sus elementos o sistemas constructivos, sino también la organización de los espacios, el colores y la luz, el uso que se hace de los mismos y todos aquellos aspectos inmateriales que explican y dan sentido a cada una de las partes de un edifício (Martín, 2014: 18)

Esta substituição gradual do uso, consagrado desde o séc. XIX, das duas formas lexicais de monumento e de monumento histórico, que se fundiram no tempo sob o conceito de património histórico, cultural e artístico, decorreu do surgimento de uma nova dinâmica social, que impõe uma subversão dos valores outrora, associados agora a um novo valor, o valor económico, que advém da comercialização imposta pela indústria do turismo, com a qual nos deparamos a partir da segunda metade do séc. XIX. Denota-se, segundo Françoise Choay (2011: 39), um envolvimento progressivo das sociedades num mundo virtual, numa ruptura com a duração e o uso da memória viva, a favor da instantaneidade, que justifica uma normalização das culturas em detrimento das suas diferenças, resultando numa perda identitária em beneficio de uma mundialização e globalização da sociedade. Foi esta tendência que provocou a *fetichização* e museificação do património, e contribuiu para o crescimento de uma cultura de massas e para a comercialização do património edificado. (Choay, 2001: 45) No entanto é com a identificação deste valor, ou qualquer outro, seja ele simbólico, artístico, histórico, científico, afetivo ou cognitivo, que se despoleta a necessidade de o preservar contra o perigo na sua destruição. Na perspetiva de Chagas (2007: 209) a noção de património mantém-se intimamente conectada à noção de propriedade, material e simbólica, que por sua vez está vinculada à ideia de preservação. “Apenas aqueles que se consideram possuidores ou que exercem a ação de possuir – seja do ponto de vista individual ou coletivo – é que estão em condições de instituir o património, de deflagrar (ou não) os dispositivos necessários para a sua preservação, de acionar (ou não) os mecanismos de transferência de posse entre tempos, sociedades e individuos diferentes.” A diretora do Centro de Património e Museologia da Universidade Nacional Australiana, Laurajane Smith (2006: 2) desenvolve esta ideia de definição de património, a partir da sua experiência no Booddjamulla National Park e Riversleigh World Heritage, onde contatou com um grupo de aborígenes da comunidade Waanyi:

> Listening to the senior woman telling stories to younger woman about the place we were in, or events that were associated with that place, I thought of the stories that members of my own family had told me, and that I would now pass on to my own children. I realized, too, that the meanings I drew out of those stories, and the uses I had made of them, would of course be different to the meanings, and uses, the generations both before and after me had and would construct. These family stories, shared memories, could sometimes be attached to material objects or family heirlooms, and while these 'things' were useful for making those stories tangible – they were not in and of themselves 'heritage'. For instance, I would still tell the stories associated with my grandmother's necklace, should I be unfortunate enough to lose it before I passed it on to my daughter. The real sense of heritage, the real moment of heritage when our emotions and sense of self are truly engaged, is not so much in the possession of the necklace, but in the act of passing on and receiving memories and knowledge. It also occurs in the way that we then use, reshape and recreate those memories and knowledge to help us make sense of and understand not only who we 'are', but also who we want to be. This is not to day that I would not be distressed if the necklace was lost or destroyed. However, I would grieve not for the loss of any monetary or inherent value it may have, but for the loss of the opportunity to pass it on.

A noção de preservação aqui implicada não advém apenas da prevenção do objeto contra algum mal, dano ou perigo futuro. Mas está sujeita à identificação de um valor, seja ele simbólico, artístico, histórico, afetivo ou cognitivo, sem a identificação de um valor qualquer, a sua preservação não será concebida, ainda que haja o perigo da sua perda. Segundo esta ideia, a autora afirma que objeto que identificamos como património "is not so much a 'thing' as a set of values and meanings." Património nesta acepção não é um lugar, um edifício ou um objecto. Em vez disso, património são as histórias que o lugar, o edifício ou o objeto representa, o que não significa que um senso de lugar físico não seja importante, mas não representa a história completa do ser do património. Ou seja, são os usos que se fazem dos espaços que constituem os locais como património, e não o simples facto da sua existência. Nas palavras da autora (2006: 47) "heritage had to be experienced for it to be heritage. What also becomes apparent is a sense of the importance of memory, remembering and of performance." Nesta acepção do termo, Smith desafia a ideia Ocidental pré-estabelecida do património como um bem material com valores primários ligados à sua antiguidade, monumentalidade e estética. Impondo-se a questão: o que é o património? É um processo cultural que depende diretamente da ação humana, do ato de ativar o passado no presente através da memória e da experiência do espaço? Ou é apenas uma construção que deve ser preservada por razões estéticas, que deverão ser sedimentadas e perdurar intactas no tempo? Smith (2006: 44-45) responde-nos a esta questão:

> Heritage, I want to suggest, is a cultural process that engages with acts of remembering that work to create ways to understand and engage with the present, and the sites themselves are cultural tools that can facilitate, but are not necessarily vital for, this process. Harvey (2001: 327) defines heritage as a verb related to human action and agency, and suggests that it is a process concerned with the legitimization of the power of national and other cultural/social identities. (...) Bella Dicks, for instance, has suggest heritage may be understood as a culturally-defined communicative practice (2000a, 2000b), and David Lowenthal (1985), has argued that heritage is a way of acquiring or engaging with sense of history.

No entanto a autora (2006: 11) nota que existe sim um discurso hegemónico sobre património, que atua para constituir a nossa maneira de pensar, falar e escrever sobre património. "The 'heritage' discourse therefore naturalizes the practice of rounding up the usual suspects to conserve and 'pass on' to future generations and in so doing promotes a certain set of (...) values as being universally applicable." Smith continua afirmando que "is a hegemonic 'authorized heritage discourse', which is reliant on the power/knowledge claims of technical and aesthetic experts, and institutionalized in state cultural agencies and amenity societies." Este discurso a que se refere a autora está incorporado dentro de alguns dos documentos primários para a preservação, gestão e reabilitação do património, decorrentes das convenções e cartas editadas pela UNESCO[43] e pelo ICOMOS[44] que definem o que é o património, como e por que é importante, e como deve ser gerido e utilizado. Esta autoridade, que está continuamente a ser reproduzida através, da adopção e utilização destas convenções – Carta de Atenas (1931), Carta de Veneza (1964) – institui um "discurso" de regulamenta a forma de pensar e agir no e com o património. No entanto este discurso visa apenas privilegiar o seu valor estético e de antiguidade, negligenciando o seu significado social e cultural. Neste âmbito e em alternativa a este discurso, Smith (2006: 12) concebe o património como uma construção social e cultural, envolvida na construção de valores e histórias, que dependem diretamente das pessoas e das comunidades que o fruem e experienciam no presente. Ou seja, "the discursive construction of heritage is itself part of the cultural and social processes that are heritage".

A consciencialização alargada do valor do património como uma construção sociocultural, interrelacionada com as histórias que estão por trás da própria história do edifício, que interpelam à memória e à construção da identidade individual ou coletiva, devem hoje ser um

[43] Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

[44] Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

imperativo em todas as ações de reabilitação do património arquitetónico. Isto significa que o que importa salvaguardar são as histórias que determinado bem permite transmitir para o futuro. E se para a sua salvaguarda for necessário qualquer tipologia de intervenção, esta deve em primeira instância respeitar a sua memória. Como Alves Costa afirma que (2003: 8) à medida que avançamos no tempo, mais se fortalece a noção de que o contínuo alargamento do conceito nos leva a percepcioná-lo como o repositório final e sintético de valores civilizacionais de cada época. Na verdade a noção de património é em rigor um instrumento de mediação entre o passado, o presente e o futuro. Neste quadro é importante abrir o espaço conceitual reconhecendo não só os discursos institucionalizados sobre as questões do património, mas também compreender os usos e a natureza do património nas sociedades contemporâneas.

II QUESTÕES DE INTERVENÇÃO NA ARQUITETURA

> Os cidadãos são os depositários de um bem, do qual a Comunidade tem direito a pedir contas. Os bárbaros e os escravos detestam a ciência e não respeitam as obras de arte. Os homens livres amam-nas e conservam-nas.
>
> (Javier Riviera *apud* LUSO et al., 2004: 33)

2.1 – EVOLUÇÃO DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO: UM PROCESSO CULTURAL

A defesa e a conservação dos bens culturais, reconhecidas como uma incumbência do Estado, apoiam-se na sua ampla conjuntura política, social e económica, sobretudo desde a campanha do Ano Europeu do Património Arquitetónico, que prevê a proteção do espaço vital coletivo. Não faltam, por isso, normas e diretivas internacionais, referendadas por organismos vocacionados para a preservação da identidade histórico-cultural, sobretudo pela UNESCO e pelo ICOMOS, a apelar à preservação da herança cultural da comunidade humana.

Na política cultural, a importância da defesa e da conservação do património assenta em razões históricas. A consciência da necessidade de conservação dos edifícios é tomada precocemente nos finais do século III a.C. quando se estruturam as primeiras coleções de obras de arte antiga, que antecipam o que seria o museu[45]. No entanto falta a esses tempos o distanciamento da história e uma sustentação efetiva de preservação.

---

[45] Como afirma Choay (2000: 30-31) Roma conhece colecionadores de arte, eruditos (...). Todavia, a comparação com a modernidade ocidental deve ser matizada. Com efeito, nenhum principio proíbe a destruição de edifícios ou de objetos de arte antigos. A sua preservação prende-se a causas aleatórias. (...) O seu valor não deriva nem da sua relação com uma história que eles autentificariam ou permitiriam datar, nem da sua antiguidade: eles dão a conhecer os feitos de uma civilização superior. São modelos, apropriados para suscitar uma arte de viver e um requinte que só os Gregos tinham conhecido. (...) Não se tratava de uma atitude reflexiva e cognitiva, mas de um processo de apropriação: fragmentos de arquitetura ou de escultura, objetos de artesanato grego, que ganham um novo valor de uso uma vez assimilados à decoração das termas, da rua, dos jardins públicos e privados, da habitação, ou ainda depois de terem sido convertidos em repositórios da vida doméstica.

> Todavia, na mesma época, muitas obras e edifícios do paganismo foram objeto de uma conservação deliberada (...) No século VI, a atitude do Papa Gregório I é exemplar. Em Roma, toma a seu cargo a manutenção do parque imobiliário e pratica uma política de reutilização que o seu sucessor Honório seguirá: as grandes habitações patrícias são transformadas em mosteiros, as suas salas de recepção em igrejas (Choay, 2000: 33-35).

Como a mesma autora (2000: 38) constatou, nesta obra de origem papal é difícil traçar uma fronteira entre as medidas ditadas pela utilidade e as que inspiram o interesse histórico. É, no entanto, neste contexto mental da Itália medieval, que se situam as primeiras premissas da conservação das antiguidades. O interesse pelos vestígios da Antiguidade prolonga-se e é promovida, a partir dos anos 1430, pelos humanistas, em particular os da côrte pontifícia, a proteção vigilante dos monumentos Romanos, ideal que foi prosseguido pelos antiquários europeus. Contudo no que diz respeito ao quadro construído, não se preocuparam mais pela sua preservação do que os seus predecessores da Renascença. A reunião de uma documentação exigente tornou-se recorrente e a única medida de salvaguarda até ao início do séc. XIX. Este modo de fixar o monumento, através da escrita e da imagem, são até então os únicos modos de conservação do passado. Contudo, apesar desta "ausência" de preocupação com a necessidade de preservar e conservar os monumentos históricos é necessário, assinalar duas exceções antecipadoras. Por um lado das sociedades inglesas de antiquários, que militaram pela preservação dos edifícios góticos. Um processo que fora inaugurado pela Society of the Antiquarians of London, que se considerava já em 1583, como guardiã dos monumentos antigos. Por outro, a institucionalização da noção de preservação e conservação com o seu aparelho jurídico e técnico, foi antecipada pelos membros do Comité de instrução pública e da *Comission des Monuments* [46](1790) aparecidos com a Revolução Francesa [47], que numa tentativa de travarem os acontecimentos devastadores resultantes desta, providenciaram a elaboração de

[46] A obra conservadora das Comissões Revolucionárias é objeto de dois processos distintos. O primeiro no tempo é a transferência para a nação dos bens do clero, da coroa e dos emigrantes. O segundo é a destruição ideológica de que uma parte destes bens foi objeto (Choay, 2000: 86).

[47] No que concerne aos monumentos históricos, o período que se seguiu à Revolução foi desastroso pelas devastações e saques praticados contra obras de arte, no intuito de destruir e apagar os símbolos das antigas classes dominantes, nobreza e clero. Os edifícios medievais foram as principais vítimas, mas, na realidade, o desprezo por eles e as intervenções mutiladoras haviam sido uma constante, mesmo anteriormente, sendo comum a sua utilização como fonte de materiais de construção. Porém, a reação ao 'vandalismo' revolucionário, que ameaçava expurgar de solo francês os remanescentes da arte medieval, resultou em incipientes o ciais tomadas por um Estado visando à tutela de monumentos históricos, levando à criação de legislação sobre o assunto (Kuhl, 2007 apud Sousa, 2013: 34).

uma metodologia de conservação que delega a missão de inventariar, proteger e gerir os bens nacionais.

Vemos com esta consciencialização da proteção e conservação das antiguidades promovidas, então a monumentos e monumentos históricos, uma passagem da conservação iconográfica dos antiquários para uma conservação efetiva[48], que suscita a necessidade de criar uma legislação, que estabeleça normas de proteção e restauro dos monumentos.

> A chegada da era industrial enquanto processo de transformação, mas também de degradação do ambiente humano, contribuiu, juntamente com outros fatores menos importantes, como o Romantismo, para inverter a hierarquia de valores atribuídos aos monumentos históricos (...) a industrialização do mundo conseguiu, por um lado, para generalizar e acelerar as legislações de proteção do monumento histórico e, por outro, para fazer do restauro uma disciplina autónoma, solidária com os progressos da história da arte (Choay, 2013 *apud* Lemos, 2014: 34).

A Revolução Industrial (1760-1840), e a consecutiva da instauração de um pensamento Romântico no seio das sociedades, vem simbolizar uma ruptura abrupta com o passado. Esta nova corrente artística e intelectual que vem exaltar os sentimentos e as emoções, passa a defender a tomada de consciência do tempo e da valorização do passado histórico intrinsecamente ligado ao conceito de herança. Como constata Smith (2006: 19) “this sense of

[48] As diferentes relações que os monumentos e os monumentos históricos mantêm, respetivamente, com o tempo, a memória e o saber, impõem uma diferença maior relativa à sua conservação. (...) No entanto, os *monumentos* estão permanentemente expostos às injúrias do tempo vivido. O esquecimento, a desafetação, o desuso, fazem esquecê-los e deixam-nos cair. A desconstrução voluntária também os ameaça, inspirada quer pela vontade de destruir quer, pelo contrário, pelo desejo de escapar à ação do tempo ou pela vontade de aperfeiçoamento. A primeira forma negativa, é evocada mais frequentemente: política, religiosa, ideológica, ela prova *a contrario* o papel essencial representado pelo monumento na manutenção da identidade dos povos e dos grupos sociais. A destruição positiva (...) apresenta-se sob diferente modalidade. Uma, ritual, é característica de determinados povos, como o japonês que, não reverenciando como nós as marcas do tempo nos seus monumentos, constroem periodicamente réplicas exatas dos templos originais, cujas cópias precedentes são então destruídas. A outra modalidade de destruição, criativa, é ilustrada na Europa (...). Tratava-se de o substituir [santuário] por um edifício grandioso, cuja magnificência e cenografia pudessem recordar o poder conquistado pela Igreja (...). Em contrapartida, e porque se insere num local imutável e definitivo no seio de um conjunto objetivado e congelado pelo saber, o *monumento histórico* exige, no âmbito da lógica desse saber, e pelo menos em teoria, uma conservação incondicional. O projeto de conservação dos monumentos históricos e a sua execução evoluíram com o tempo e não podem ser dissociados da história da própria nação (Choay, 2000: 23).

inheritance promotes the idea that the present has a particular 'duty' to the past and its monuments. The duty of the present is to receive and revere what has been passed on and in turn pass this inheritance untouched, to future generations." Passa então a existir a consciência de que cada obra artística é única no seu tempo e, deve ser reconhecida e conservada, para que possa ser testemunha nas gerações futuras. É neste momento, como Choay (2000: 119) nota, mais precisamente a partir dos anos vinte do século XIX, que o monumento histórico é inscrito no signo do insubstituível. Os danos que sofre são irreparáveis e a sua perda irremediável. Estes danos passam a ser uma preocupação na consciência nacional, quando tidas em conta as consequências da Era Industrial, da qual decorria uma rápida e irreversível transformação dos tecidos urbanos antigos, e os monumentos que impedissem a sua evolução inspiravam renovações destruidoras. É então, este enquadramento revolucionário que favorece a promulgação de uma lei contra a destruição dos monumentos, que promove uma intervenção consciente, da qual deriva a noção de conservação patrimonial. E cujas palavras de Victor Hugo (1802-1885), citadas por Choay (2011: 147) elucidam:

> Será tempo, finalmente, de meter termo a esta desordem, para a qual nós chamamos a atenção do país. (...) Uma lei seria suficiente; que a façam. Sejam quais forem os direitos da propriedade, a destruição de um edifício histórico e monumental não deve ser permitida (...). Há duas coisas num edifício, o seu uso e a sua beleza. O seu uso pertence ao proprietário, a sua beleza a toda a gente; está, portanto, para além do seu direito de destruir.

Este período fica então conhecimento pela maioria dos historiadores como fundante da intervenção *científica* no património construído, vindo a ser consolidado como campo de conhecimento por toda a Europa. No entanto a introdução das politicas de salvaguarda do património apresentam desfasamentos cronológicos na sua colocação e particularidades próprias nos diferentes países da Europa ocidental. Em França, é proclamada a primeira lei sobre a preservação dos conjuntos arquitetónicos por Victor Hugo a partir de 1825, esboçada sob a forma de decreto em 1830 pelo *Comité Historique*, e só é publicada em 1913. Já no caso inglês, a gestão dos monumentos históricos, que foi negócio das sociedades de antiquários e de arqueólogos desde o séc. XVIII, foi substituída pela *Ancient Monuments Protection Act* em 1882, e mais tarde, em 1895, pela National Trust. Por sua vez, os países germanófonos revelam uma ampla sustentação teórica, desde 1807. Já em 1902 é publicada a legislação italiana, considerada então a mais avançada da Europa, *Sulla conservazione di monumenti e degli ogetti d'arte.* (Smith, 2006; Choay, 2011) Mas, ainda assim, a instauração de uma lei, não foi suficiente para esclarecer como se efetuariam as ações de conservação e restauro na prática. Foi

necessário definir critérios e sistemas de intervenção no edificado, que se refletiram nas duas doutrinas que atravessaram o século XIX, a intervencionista e a não intervencionista, concretizadas respetivamente, por Viollet-le-Duc, em França, que promove uma aproximação histórica da restauração através de uma ideologia conhecida como Restauro Estilístico e, por Jonh Ruskin[49] e William Morris (1834-1896)[50], que incarnam o conservadorismo inglês.

Eugéne Viollet-le-Duc (1814-1879)

A teoria proposta por Viollet-le-Duc[51], insere-se no contexto francês de meados de 1830, de valorização da novidade em detrimento da História, procurando uma nova linguagem em consonância com o seu próprio tempo. É neste ponto que se confronta com a teoria proposta por John Ruskin, ao defender a implementação da prática do Restauro Estilístico que tinha por objetivo repor o edifício na sua suposta unidade estilística original, mesmo que para isso seja necessário anular todos os estilos que o tempo tenha estratificado. Como o mesmo afirma "restore a building is not to preserve it, to repair, or rebuilt; it is in a condition of completeness, which could never have existed at any given time" (Viollet-le-Duc, 1875 apud Lemos, 2014: 40). Ou seja, o autor defende um tipo de restauro onde é permitido a remoção de todos os acréscimos executados em épocas posteriores, alegando serem desadequados e, deste modo, não correspondendo ao estilo do edifício. A historicidade do monumento acaba por passar para segundo plano em função prioridade da sua reconstituição estilística do monumento. Como Sousa (2013: 36) refere "a ideia de Viollet-le-Duc é a de guiar o monumento até ao seu estado

[49] Jonh Ruskin foi escritor, literário, poeta, crítico de arte e sociólogo. Manteve uma posição contraditória e de revolta relativamente à industrialização e à consequente reforma social. Vivia permanentemente preocupada com o ser humano e a Natureza, levando a que pensasse a arte como um reflexo moralista da sociedade (Lemos, 2014 : 37).

[50] William Morris foi pintor, escritor e, um dos fundadores do movimento socialista em Inglaterra e do movimento *Arts and Crafts* – Artes e Ofícios – que reafirmava e valorizava o trabalho manual, em deterioramento da máquina. Manteve uma profunda influência nas artes visuais do século XIX. "Morris, talvez ainda mais do que Ruskin, denuncia a insanidade da reconstituição ou da cópia. (...) Para Ruskin e para Morris, querer restaurar um objecto ou um edifício é ferir a autenticidade que constitui o seu próprio sentido. Parece que para eles o destino de qualquer monumento histórico é a ruína e a desagregação progressiva (Choay, 2013 apud Lemos, 2014: 37).

[51] Eugéne Viollet-le-Duc foi arquiteto, desenhador, crítico e historiador de arte arquitectónica. As suas teorias influenciaram atitudes ligadas ao restauro no século XIX. Viveu com intelectuais, escritores e artistas, acompanhando desde sempre os Inspetores Gerais dos Monumentos em França, Ludovic Vitet (1802-1873) e Prosper Mérimée (1803-1870).

mais puro, sendo que o arquiteto responsável pelo restauro do mesmo deveria 'vestir' a pele da arquitetura da obra original e tentar perceber quais seriam as suas ideias e tentar reconstituí-las no monumento, sem nunca acrescentar o seu contributo pessoal" (Sousa, 2013: 36). Neste contexto o projeto de reconstrução baseava-se essencialmente no conhecimento e domínio dos vários estilos arquitetónicos, ainda que não existisse respeito pelas posteriores adaptações.

A despreocupação com a autenticidade e pela passagem do tempo do edifício protagonizada por Viollet-le-Duc encontrou alguma resistência por parte dos teóricos contemporâneos. O crítico inglês, John Ruskin, que presencia a mesma Revolução Industrial que Viollet-le-Duc, renega toda a precisão do mecanismo e desumanização do trabalho; a sua abordagem ao património acompanha o Romantismo inglês, em que a arquitetura é um é testemunho da passagem do tempo, e como tal apenas deve ser modificada por este.

> Para John Ruskin, a natureza e a arquitetura possuíam vínculos comuns, pelo que os monumentos deveriam ser conservados como *seres vivos*, assumindo-se com naturalidade o seu fim de vida e destruição natural. Neste sentido, o restauro assumia uma desonrosa falsidade (...). O culto pela ruína, próprio do período romântico, tal como o culto pela Natureza, ganhava por este meio, uma nova qualidade artística, sendo absolutamente grotesca qualquer adulteração inerente a um processo de restauro, qualquer que fosse a sua natureza ou propósito (Dias, 2008: 16).

Jonh Ruskin (1819-1900)

Dentro da vertente estritamente conservadora assume-se como um dos seus maiores defensores. Tal como Custódio (2010: 58) o define é um dos maiores mentores da nova ordem patrimonial, um dos maiores líderes da elite patrimonial europeia, como que um apóstolo da conservação e da não-intervenção. No seu tratado *The Seven Lamps of Architecture* ([1849] 1899), "Ruskin argued against the dominant nineteenth-century practice of restoration, where historic buildings would be 'restored' to 'original' conditions by removing later additions or adaptations", uma prática comummente defendida por Viollet-le-Duc (Smith, 2006: 19). A defesa de que os monumentos são intocáveis e sagrados revela-se como um princípio base da sua teoria, que promove a manutenção invisível e considera que qualquer intervenção é um sacrilégio. Segundo as suas palavras a «restauração é a destruição do edifício, é como tentar ressuscitar os mortos. É melhor manter uma ruína do que tentar restaurá-la.» (Ruskin, 1849 *apud* Sousa, 2013: 36) As únicas operações toleradas pelo autor, seriam ações de manutenção, de forma a evitar degradações, sendo rejeitadas quaisquer intervenções estilísticas que retirassem originalidade à construção primitiva. Como o mesmo afirma «We have no right

whatever touch them. They are not ours. They belong partly to those who built them, and partly to all generations of mankind who are to follow us» (Ruskin [1849] 1899 *apud* Smith, 2006: 20). Neste sentido, o valor de autenticidade sobrepõem-se, ao desejo de reconstituir o monumento. Sendo que qualquer ação sobre o edifício, seria considerada uma cópia ou reinterpretação do original.

> Preservar os edifícios antigos significa conservá-los no próprio estado em que nos foram transmitidos, reconhecíveis, por um lado, enquanto relíquias histórica, e não como as suas cópias e, por outro lado, enquanto obras de arte executadas por artistas que teriam sido livres para trabalhar de outra forma se assim o tivessem desejado (Choay, 2013 *apud* Lemos, 2014: 38).

De acordo com esta linha de pensamento, John Ruskin, em conjunto com William Morris, principal fundador da Society for the Protection of Ancient Buildings (SPAB) defendem a teoria do Restauro Romântico: o monumento deveria manter-se fiel ao seu tempo e ao seu criador, sendo o tempo ser o seu único modificador.

> Therefore, when we build, let us think that we build forever. Let it not be for present delight, nor for present use alone; let it be such work as our descendants will thank us for, and let us think, as we lay stone on stone, that a time is to come when those stones will be held sacred because our hands have touched them, and that men will say as they look upon the labor and wrought substance of then, “See! This our fathers did for us”. For, indeed, the greatest glory of a building is not in this stones, or in this gold. Its glory of a building is in its Age (Ruskin, 1849 *apud* Lemos, 2014: 37).

Camillo Boito (1836-1914)

O antagonismo entre as duas teorias em meados do século XIX foi analisado e condensado na teoria de Boito, que recolhe o melhor de cada para construir a sua própria doutrina. “Camillo Boito partilha a crítica de John Ruskin contra o *falso histórico*, ainda que não aceite espontaneamente a visão fatalista do desaparecimento inevitável de um monumento.” Mas também “alertou para a perigosidade do restauro estilístico em função da arbitrariedade que o mesmo continha e que, inevitavelmente, conduziria à adulteração histórica de determinado elemento patrimonial” (Choay, 2000: 137). No entanto defende que em casos extremos, em falta de outro meio de salvaguarda, devem-se aplicar as ações de restauro sustentando a prioridade do presente sobre o passado. Defendendo que «é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspeto artístico e pitoresco (...) é necessário que os completamentos, se

indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje» (Boito, 2003 *apud* Sousa, 2013: 37). Foi a sua vontade de estabelecer pontos intermédios de atuação entre as teorias anteriores, intervencionista e não intervencionista, que Boito concebe a complexa teoria do Restauro Científico, que viria a formar uma nova cultura arquitetónica que determina a diferenciação entre o material preexistente do novo restaurado, através da utilização de materiais e técnicas diferentes das originais. Para isso todos os componentes adicionados devem marcar a sua própria época, de modo a evitar os restauros estilísticos que o mesmo considera serem uma falsificação dos monumentos.

> Ao distinguir-se de John Ruskin e Viollet-le-Duc, o Restauro Científico criou simultaneamente um teorização intermédia, defensora de uma intervenção meramente paliativa, sem necessidade de acréscimos ou supressões nos elementos intervencionados. A aproximação de Camillo Boito ao restauro romântico será somente visível no seu fundamento inicial, apontando principalmente para a necessidade de não sobrecarregar um monumento com demasiadas intervenções de restauro (Dias, 2008: 17).

Gustavo Giovannoni (1873-1947)

Ainda em Itália e no seguimento das ideias de Camillo Boito surge Gustavo Giovannoni, que defendia a intervenção mínima sobre o monumento, devendo os pequenos acrescentos necessários à sua intervenção ser assumidos, e apenas utilizados se a obra o justificar. Tal como o autor (Giovannoni *apud* Choay, 2011: 199) argumenta:

> (...) em termos estilísticos é necessário manter uma harmonia entre o antigo e o novo; mas não quero ser mal compreendido sobre este ponto. Não digo que os novos projetos devam ser simples cópias de obras preexistentes (...). Cada cidade tem a sua própria «atmosfera» artística, ou seja, um sentimento das proporções, das cores e das formas que se conservaram através da evolução dos diferentes estilos, o que é preciso ter em conta.

Está também plasmado no seu discurso quando profere que ‘cada cidade tem a sua própria atmosfera’ o inaugural conceito de património urbano, onde o valor da obra deixa de estar confinado à singularidade do edifício e passa a ser tido em conta dentro do enquadramento da sua envolvente. Neste sentido o monumento histórico, apenas transmite a sua autenticidade, se inserido no seu contexto original: é assim que a cidade e as edificações dialogam entre si. Por outras palavras, as relações que o monumento detém com a sua envolvente, tornam-se

relevantes no projeto de restauro, sendo essencial pensar a escala dos edifícios na sua relação com o conjunto urbano.

Alois Riegl (1858-1905)

Um trabalho mais ambicioso e reflexivo, relativo aos critérios e sistemas de intervenção no edificado, foi realizado no começo do século XX, pelo historiador Alois Riegl. A sua teoria vem romper com o contínuo de teorias baseadas na historiografia, passando a valorizar a análise dos valores contraditórios que todos os monumentos históricos têm em si. E, como tal demonstrou que em matéria de restauração não há uma regra científica absoluta, cada caso tem particularidades especificas, sendo o estado do monumento e do contexto social e cultural em que se insere, que ditam as regras da sua intervenção ou não intervenção. Ou melhor, a relação entre uma intervenção nova e a arquitetura preexistente é um fenómeno que se altera de acordo com os valores culturais atribuídos simultaneamente ao sentido da arquitetura histórica e às intenções da nova intervenção. É neste âmbito que Choay (2011: 33) afirma que não cabe ao restaurador tentar hierarquizar ou separar os valores atribuídos ao monumento. O objetivo será, por sua vez, evitar o conflito entre estes valores. Isto é, dentre os valores históricos, artísticos, de antiguidade, de uso e suas combinações, o que prevalecer em dado momento histórico do monumento é que deverá nortear a sua preservação. Devendo assim ser contrabalançados os valores em jogo.

Contudo, não se deve, exagerar o alcance das ideias e de certas experiências antecipadoras, mas pontuais, surgidas em paralelo à consagração do monumento histórico e consequente desenvolvimento do conceito de património, na verdade elas não afetaram profundamente as práticas de conservação que permaneceram mais ou menos idênticas durante quase um século, entre 1860 e 1960. A conservação dos monumentos históricos continuou a resumir-se, essencialmente, aos grandes edifícios religiosos ou civis, ou arquitetonicamente e historicamente significativos e representativos das identidade nacional das nações europeias. E, o restauro permaneceu quase fiel aos princípios de Viollet-le-Duc. No entanto os princípios teóricos e as práticas estabelecidas para a conservação dos monumentos históricos foram incorporados na Carta de Atenas de 1931[52], e na Carta de Veneza de 1964[53].

[52] Como Castelo Branco (2005: 3) notou as principais características da Carta de Atenas foram: eleger o Estado como responsável pela salvaguarda dos monumentos, aconselhava a criação de legislações que garantiriam o direito da coletividade suplantando a propriedade privada. Quanto à restauração,

Carta de Atenas (1931)

A *Carta de Atenas* refletiu sobre as questões de intervenção na arquitetura, nomeadamente sobre a tendência geral para o abandono progressivo das práticas de restauro descaracterizadoras, levadas a cabo na Europa do século XIX. Da conferência surge, então, uma carta de princípios para a conservação dos monumentos, cujas linhas orientadoras se aproximam claramente da teorização proposta por Camillo Boito e da escola do *restauro científico*.

> Segundo a Carta de Atenas, o edifício deve ser reutilizado, mantendo sempre que possível o seu uso original ou, em alternativa, funções semelhantes que possibilitem a integração no monumento sem que este sofra excessivas transformações. A valorização da envolvente do monumento é tida em conta, exigindo aos arquitetos responsáveis pelo restauro uma reflexão sobre as novas construções a terem lugar nas imediações do mesmo. A utilização de novas técnicas e materiais modernos é permitida desde que não afetem o caráter e a identidade da obra de arte. Para que estes sejam integrados da melhor forma, é necessário um estudo prévio e respetiva análise do edifício de modo a que o processo de restauro a ser realizado seja o mais adequado, pois, cada obra de arte contém as suas próprias particularidades (Sousa, 2013: 41).

Este documento manter-se-á atual durante todo o século XX, servindo de base para outros encontros[54] e para a formação de uma legislação específica dedicada ao património. No fundo,

---

poderiam usar todos os recursos materiais e técnicas modernas, desde que se mantivesse o aspecto "antigo" do edifício. A Carta de Atenas demonstra a consciência patrimonial da época, onde o Estado se torna o responsável por construir a identidade da nação.

[53] A Carta de Veneza é uma das referências mais importantes no domínio da recuperação e valorização do património arquitetónico e urbano de âmbito internacional, a partir do qual cada país se responsabiliza pela sua aplicação de acordo com as suas próprias culturas e tradições. A prática do restauro e beneficiação corrente adotou uma metodologia de intervenção baseada essencialmente na preservação do elemento existente e adaptação às funções úteis da sociedade sem alteração substancial do elemento original. Apenas podem ser autorizadas alterações consideradas necessárias quando a evolução dos usos e dos costumes assim o justifiquem (Pereira, 2013: 9).

[54] Embora não sejam determinantes para a presente análise, será necessário referenciar o Convénio Europeu para a Proteção do Património Arqueológico (Londres, 1969; Malta, 1992), a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado (UNESCO, Haia, 1954-1960), a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Natural e Cultural (UNESCO, Paris, 1972-1982), Convenção sobre as medidas a adoptar para proibir e impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícita de Bens Culturais (UNESCO, Paris 1972-1986), a formação do Conselho

recomenda o abandono das reconstituições integrais, e valoriza a conservação estabelecida através de um conjunto de ações de manutenção regular, e da reutilização e contínuo uso do espaço construído, como forma de combater um abandono inconsequente.

Posteriormente, os conceitos de restauro redigidos na Carta de Atenas sofrem algumas modificações. O projeto de revisão deste documento surge da necessidade de renovar as teorias do restauro e uma série de critérios de ordem prática, cuja aplicação se encontrou relacionada com as novas realidades urbanísticas e de gestão dos espaços decorrentes dos danos causados com a eclosão da II Guerra Mundial, na segunda metade do séc. XX.

Cesare Brandi (1906-1988)

Foi neste período que Cesare Brandi consolidou uma teoria que viria a ser considerada como a mais importante dentro da teoria ocidental do Restauro, sendo o autor da obra Teoria do Restauro (1963), que se estabeleceu "sobre dois pilares, a história e a arte, levando-o a discorrer sobre uma instância histórica e uma instância artística aplicáveis aos objetos a serem restaurados" (Carsalade, 2015: 61). Brandi passa analisar os monumentos não apenas como documentos, mas considera a sua existência como obras com significação social e simbólica, apresentando nesta altura uma perspetiva do restauro atenta ao resultado estético final, que esteve na origem da formulação do conceito de Restauro Crítico. Até este momento a valorização da componente histórica em matéria de restauro prevalecia em relação a qualquer outra. "Porém, Brandi defende que o restauro deve ser analisado como um todo, valorizando de igual maneira a parte artística do monumento sem deixar que a verdade histórica do mesmo seja posta em causa." (Sousa, 2013: 42) Para tal cada intervenção deve ser abordada após uma leitura crítica da preexistência, de forma a criar uma narrativa histórica e artística que irá contribuir para leitura do conjunto na contemporaneidade.

Nesta procura de potenciar a obra, Brandi defende a reutilização do edificado, de forma a preservá-lo no tempo. Sendo a arquitetura feita pelo homem para ser experienciada, está inevitavelmente sujeita a transformações contínuas que necessariamente não concorrem para a perda do seu significado, mas para o reforçar. Tal como Carsalade (2015: 65) argumenta:

Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS), as Recomendações para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos (Nairobi, 1976), a Carta dos Jardins Históricos (Florença, 1981) e o Convénio para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (Granada, 1985-1989) entre outros documentos, onde se inclui legislação e recomendações aplicáveis diretamente às práticas de proteção de salvaguarda do património histórico e cultural (Dias, 2008: 17).

> O que se preserva, na realidade, é a identidade em transformação, ou seja, a preservação não está na capacidade do bem de permanecer como está, mas na sua capacidade de manter significação junto com as mudanças socioculturais. (…) Não há, portanto, como buscar o essencial do objeto de restauro numa ideia imutável de "objeto" que sobreviveu à história, pois ele está inserido na história da vida, a qual se caracteriza pela transformação.

A questão da preservação centra-se agora, portanto, no conceito de transformação, e na conjugação das estruturas históricas e das inovações contemporâneas, dado que o bem patrimonial já nos chega alterado, tanto pela cultura como pelo tempo. Como tal apenas é necessário um conhecimento profundo do seu tempo histórico e das suas estratificações: "aquela que coincide com o ato da sua formulação, o ato de criação, e se refere, portanto, a um artista, a um tempo e a um lugar; e uma segunda historicidade que provém do fato de existir no presente de uma consciência, e portanto, uma historicidade que se refere ao tempo e ao lugar que está naquele momento." (Brandi, 2006 *apud* Aloise, 2015: 3)

É esta trajetória da obra entre a imagem que nos chega e o tempo da sua conformação, que representa a dialética que esteve presente nos princípios de intervenção de restauro da nova carta internacional, resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, que teve lugar em Veneza em Maio de 1964. Deste congresso, nasce então a *Carta de Veneza* (1964) sobre a *Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios,* que veio dar resposta ao notório crescimento do interesse pelas 'Questões do Património', decorrente do aumento acentuado do turismo cultural, que se tornou um fenómeno económico e cultural significativo pela meados de 1970, como veremos no capítulo IV.

Carta de Veneza (1964)

É neste contexto que surge uma das mais importantes referências no domínio da recuperação e valorização do património. A Carta de Veneza é, como Smith nota ao citar Starn (2002 *apud* 2006: 26) "'the canonical text of modern' heritage practices. This document reinforces the conservation ethic and stresses one of the key principles of heritage management: that the cultural significance of a site, building, artefact or place must determine its use and management." A concepção da noção de conservação patente nesta Carta visa a manutenção permanente do mesmo e a sua adaptação a funções úteis à sociedade, sem que seja necessário qualquer alteração substancial ao original, ou seja, o monumento não deve ser transformado em prol de um programa inadequado. Neste âmbito, a prática do restauro e beneficiação corrente

adoptou uma metodologia de intervenção baseada, essencialmente, na preservação do elemento existente, tendencialmente adaptado a uma função útil à sociedade, em que esta se assuma como garante da sua preservação. Qualquer intervenção nova deve manter-se higiénica e claramente diferente da antiga, ajudando a esclarecê-la, assim como às contribuições que o monumento foi adquirindo no decorrer das épocas, uma vez que estes fazem parte da história do edifício.

> Uma vez fundamentado o restauro, os novos elementos empregues no monumento podem ser concebidos com recurso a técnicas modernas de conservação uma vez que as técnicas tradicionais se revelem desapropriadas. Contudo, os acrescentos apenas serão consentidos uma vez que «respeitem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente (Carta de Veneza, 1964 *apud* Sousa, 2013: 45).

Ora, neste sentido o novo pressupõe o antigo e vice-versa, nenhum dos dois existe absolutamente sem o outro. Como consequência destes processos de intervenção, surge o conceito de "integração por contraste", onde a ideia de criação de novas formas de expressão e espaços arquitetónicos contemporâneos conjugados e articulados com a preexistência começa a ganhar uma nova perspetiva por parte do arquiteto (Sousa, 2013: 46).

Posteriormente, à aplicação prática dos princípios da *Carta de* Veneza que orientaram duram décadas as intervenções no património, começam nos anos 80 e 90 a ser colocadas dúvidas quanto aos seus resultados. A evolução cultural, social e política internacional levou a que fossem colocadas questões às práticas e metodologias de outrora, impondo-se uma revisão dos conceitos e orientações estabelecidos trinta e seis anos antes em Veneza. Com o tempo, os conceitos foram sendo afinados e surge, em 2000, na Conferência Internacional sobre Conservação realizada em Cracóvia, a Carta de Cracóvia[55] sobre os *Princípios para a*

[55] «A Europa atual caracteriza-se pela diversidade cultural e portanto, pela pluralidade de valores fundamentais, relacionados com os bens móveis, imóveis e património intelectual, com os seus diferentes significados associados e consequentemente também, com os conflitos de interesses a eles associados. Isto obriga a todos os responsáveis a salvaguardar o património cultural e a prestar cada vez mais atenção aos problemas e alternativas que este enfrenta, de modo a que possam ser atingidos os objectivos. Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e a sua consciência do passado, é responsável pela identificação e gestão do seu património. Os elementos individuais deste património são portadores de inúmeros valores que podem ser alterados com o tempo. Esta variabilidade de valores específicos em cada elemento define a particularidade de cada património. Por causa deste processo de transformação, cada comunidade desenvolve a consciência e o conhecimento da necessidade de cuidar dos valores próprios do seu património. Este património não

Conservação e o Restauro do Património Construído. No entanto esta não acrescentou quase nada aos princípios de outrora, como referiu Raposo (2003: 28) apenas levantou algumas questões relativas à expansão do âmbito de intervenção em património, a situações que anteriormente não mereciam a atenção dos profissionais, tais como jardins, conjuntos urbanos, centros históricos e valores arqueológicos.

A quantidade dos documentos produzidos apresentados[56] resulta da rápida transformação social e cultural verificada nas cidades. Sendo necessário estabelecer medidas para preservar a arquitetura e as tradições de cada época. "Em todos estes casos, persiste, no respeitante a particularidades relativas aos domínios específicos tratados, e alguma terminologia avulso –, o mesmo critério de base, conservar e restaurar para salvaguardar e prolongar o tempo de vida dos edifícios, dos monumentos, dos bens imóveis, dos sítios" (Raposo, 2003: 37). Apesar das regras apontadas em cada um destes documentos, não podem ser extraídas "cartilhas de aplicação automática", pelo contrário é necessário ter em conta a singularidade nas opções de intervenção a tomar. Não é, por este facto, possível estabelecer categorias de intervenção que tipifiquem a abordagem variada que o património, na sua extrema diversidade suscita, dado que a metodologia de intervenção dependerá da natureza do objeto e dos objetivos previstos pelo programa arquitetónico. Mas tornou-se viável estabelecer regras gerais que pautem por uma orientação comum, visando salvaguardar esses elementos de herança coletiva. "Salvaguardar[57]: seja no sentido primeiro de manter e preservar, seja no sentido de salvar, transformando e adaptando" (Raposo, 2003: 37).

Neste quadro de recomendações internacionais, o conceito de intervenção engloba uma diversidade de procedimentos, tendo todos eles como objetivo a alteração, mais ou menos

---

pode ser definido de modo unívoco e estável. Somente se pode indicar a direção pela qual ele pode ser identificado. A pluralidade social implica uma grande diversidade nos conceitos de património gerados por uma comunidade inteira; ao mesmo tempo os instrumentos e métodos desenvolvidos para a correta preservação devem ser adequados à situação atual, sujeita a um processo de evolução contínua. O contexto particular de eleição destes valores requer a preparação de um projeto de conservação, através de uma série de decisões de eleição crítica. Tudo isto deve ser materializado num projeto de restauração de acordo com critérios técnicos e organizados» (Tradução do Preâmbulo Carta de Cracóvia exposta em Blanco, Arroyo, *apud* Dias, 2008: 21).

[56] A descrição realizada menciona somente os documentos que se considera de maior relevância para a caracterização histórica das noções de património e restauro.

[57] Proteção ou Salvaguarda, Conceitos bastantes gerais que englobam sobretudo atuações sobre a substância histórica construída, com o objetivo de assegurar a sua existência futura (Nunes Pereira, 2003: 28).

significativa, da preexistência. Alguns dos conceitos mais utilizados neste âmbito como preservar e conservar[58] prevêem uma intervenção de forma sistematizada para manter as características identificadoras de um objeto patrimonial. Como notou Raposo (2003: 38) "conservar passa também – noutro plano, particularmente no respeitante ao património arquitetónico – por aplicar medidas de revitalização ou de afetação a novos usos, porque a inutilidade, o desuso e o abandono se traduzem rapidamente em degradação." Paralelamente, as ações de restauro[59], ainda nos termos da Carta de Veneza, é um tipo de operação altamente especializada que, até certo ponto, visa repor os valores estéticos e históricos do monumento. É, precisamente neste ponto, que terminam as certezas e começam as conjeturas sobre o objeto em causa, sendo necessário recorrer à investigação histórica e arqueologia, ao apoio das ciências e das tecnologias, à recuperação de materiais e de técnicas tradicionais.

Esta definição rigorosa das práticas de atuação no património feita por autores, cartas e convenções, contribuiu para a sistematização das intervenções, que acompanhou a evolução da terminologia, a gíria dos profissionais, que se veio a especializar e a criar conceitos mais precisos: manutenção[60], consolidação[61], renovação[62], reconstrução[63], reconstituição[64],

[58] A conservação tem por objetivo retardar o processo de degradação de um edifício e, por consequência, prolongar o tempo da sua existência, sem contudo modificar a substância construída original histórica. Em ações de conservação são, por isso, mantidos os vestígios de envelhecimento e os elementos fragmentários de uma edificação (Nunes Pereira, 2003: 28).

[59] Restauro significa restituir o estado inicial (mesmo que parcialmente) ou um estado posterior à edificação de um edifício, deteriorado pela ação do tempo e/ou alterado em épocas seguintes. A ação de restauro vai para além de uma ação de conservação, tendo dois objetivos: restabelecer a unidade de edificação do ponto de vista da sua concepção e legibilidade originais e acentuar os valores artísticos e históricos de um edifício. (...) Assim, numa obra de restauro pode remover-se uma parte ou estrato de um objeto (arquitetónico) para expor outro mais antigo, considerado de maior importância histórica e/ou artística. Devido aos problemas de autenticidade inerentes ao restauro, este deve ser realizado somente em casos excepcionais e baseado em levantamentos e análises anteriores de carácter científico (Nunes Pereira, 2003: 29).

[60] A manutenção de um edifício patrimonial consiste na prevenção de danos e no garantir do seu bom funcionamento enquanto objeto construído." (Nunes Pereira, 2003: 28) "A manutenção define-se como a combinação de todas as ações técnicas, administrativas e de gestão, durante o ciclo de vida de um bem, destinadas a mantê-lo ou repô-lo num estado em que ele pode desempenhar a função requerida (Pereira, 2013: 6).

[61] Restabelecimento ou reforço da capacidade de suporte estático de materiais ou de estruturas construtivas. Obras de consolidação têm por objetivo evitar a deformação perigosa ou mesmo a

reabilitação[65], revitalização[66]. O prolongamento da vida útil dos edifícios é um objetivo comum destes tipos de intervenção no espaço construído.

As cartas referidas, a inventariação ou publicação de instrumentos que prevejam a salvaguarda do património institucionalizaram uma forma de pensar e agir. E, é esta institucionalização das medidas de preservação, que suscitou um standard de "boas práticas", tanto na atuação entre os profissionais como na percepção do património na sociedade.

2.2 – SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO EM PORTUGAL

Os critérios para a intervenção no património arquitetónico são os mais variados, poder-se-á denotar na História um panorama de tensões, que se levantam desde logo com a questão o estabelecimento das normas de intervenção, que estão intimamente relacionadas com o contexto urbano, social e económico no seu próprio tempo.

---

derrocada de estruturas edificadas ou mesmo derrocada de estruturas edificadas ou a desintegração de materiais construtivos (Nunes Pereira, 2003: 29).

[62] Este conceito relaciona-se sobretudo com o aspecto visual de um edifício. Trata-se aqui do tratamento de superfícies, quer pela limpeza e polimento, quer por uma nova pintura e até mesmo por um novo reboco. Com esta ação restitui-se ao edifício as qualidades estéticas degradadas pelo envelhecimento das superfícies. Deste modo, o edifício readquire a coerência visual perdida, coerência visual essa que pode seguir os conceitos do projeto inicial ou conceitos completamente novos. Daí a renovação não poder ser incluída no âmbito da proteção, mas sim no de intervenção em património. (Nunes Pereira, 2003: 30)

[63] Reconstrução significa construir novamente, ou seja, construir um edifício ou partes de um edifício em substituição de um outro desaparecido ou de partes desaparecidas. Reconstrução é um termo geral e bastante vago, englobando outros termos mais precisos, como cópia, reconstituição e anastilose (Nunes Pereira, 2003: 30).

[64] A reconstituição consiste numa réplica formal conjectural o mais exata possível de um edifício ou de um elemento edificado ou decorativo original desaparecido. (...) Uma reconstituição só é possível existindo suficientes fontes de informação sobre o edifício a reconstituir (desenhos de projeto, levantamentos, fotografias, descrições, etc.) (Nunes Pereira, 2003: 31).

[65] Uma ação de reabilitação consiste em devolver a um edifício ou conjunto urbano ou rural a sua capacidade de ser utilizável, ou seja, de o tornar habilitado a funcionar novamente (Nunes Pereira, 2003: 31).

[66] A ação de revitalização está "situada entre a remodelação e o restauro, para além de restituir a funcionalidade do edifício, aplicam-se soluções que permitam uma forma de uso diferente da original (Pereira, 2013: 8).

> De um lado avançam as teses de intervenção maximalista, entre as quais se incluem a adição de novas construções de linguagem contemporânea, o restauro "por semelhança" ou "all 'identico" (ou seja, de restituição integral) ou o restauro por recriação. Do outro lado avançam teses de intervenção minimalista, de simples conservação e reparação. Entre estas teses recortam-se um sem número de opções, apoiadas em outras tantas filosofias, que vão desde os conceitos globais de gestão de um edifício e respetiva reutilização, até às técnicas de engenharia e de conservação física do monumento polarizadas em torno de escolas, pensamentos e exemplos que persistem tendo como referências insubstituíveis Viollet-Le-Duc ou Camillo Boito e culminando na incontornável Carta de Veneza (1964) (Pereira, 1997: 13).

A questão da intervenção em edifícios antigos veio a ser desenvolvida, como uma questão contemporânea da noção de património. Todas as hipóteses de intervenção que se puseram desde o início: introduzir o novo no velho; não tocar no velho (ideia características do Romantismo); reconstruir o velho de acordo com a arqueologia e a história; recriar o velho, visaram criar uma regra de intervenção que primasse pelo "Bom Senso" geral. (Alves Costa, 2003: 8) Contudo, a discussão que vinha a ser desenvolvida na Europa em torno da necessidade de preservar a arquitetura como testemunho civilizacional, só se repercutiu em Portugal em meados do século XIX. Apesar de haver conhecimento da existência de campanhas consertadas de restauro de espaços edificados de natureza militar junto dos monarcas medievais, assim como "de alguns debates no século XVI, no âmbito do pensamento renascentista de valorização da Antiguidade Clássica, visando a reposição, restauro ou recriação de alguns elementos arquitetónicos como são os casos da Igreja da Graça e do Aqueduto da Água de Prata em Évora" (Alves Costa, 2003: 8), somente durante o reinado de D. João V (1708-1787) surgem as primeiras políticas articuladas de conservação e restauro, acompanhadas por uma ampla produção legislativa[67].

> Esta nova atitude processual teve como base de atuação um alvará régio de 20 de Agosto de 1721, cujos princípios atribuíram à Academia Real da História uma função protetora face à conservação e preservação do património edificado nacional. Deve-se, na verdade, à Academia de História, a

[67] Um Alvará que D. João V assinou em 1721 atribuía à Academia Real de História, de fundação recente, o exame dos monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no reino, dos tempos em que n'elle dominaram os Phenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arábios. O considerável alargamento do próprio conceito de monumento carreou para a atenção dos académicos, além de edifícios, estátuas, mármores, cippos, lâminas, chapas, medalhas e outros artefactos (Soromenho, Silva, 1993 apud Dias, 2008: 26).

> difusão dos primeiros princípios teóricos de conservação e restauro patrimoniais em Portugal, cujo contributo se revelou de extraordinária importância nos inícios do período contemporâneo (Dias, 2008: 26).

Mas a consciência do valor do património só viria a ter repercussões na sociedade liberal, com o advento do Romantismo no séc. XIX, como consequência dos acontecimentos que conduziram ao abandono pela inadequação de uso dos monumentos, e à consequente destruição destes. Em primeiro lugar, com a Revolução Liberal em 1820, seguida da Guerra Civil (1832-1834) e, por fim, com a extinção das Ordens Religiosas e Militares em 1834[68]. Estes acontecimentos desencadearam a venda dos bens de natureza laica, e, em particular, dos de natureza religiosa, acabando por ser adaptados a novos usos como hospitais, quartéis e universidades. Esta reconversão de usos indiciada por motivos políticos e económicos propiciou a descaracterização de inúmeros conjuntos edificados de elevado valor patrimonial. Este processo, desencadeou no seio da sociedade intelectual, uma reação muito intensa por parte de teóricos, historiadores e pensadores como Alexandre Herculano (1810-1877)[69] e Almeida Garrett, que impulsionaram a tomada de consciência da necessidade de proteger o património e de reencontrar a identidade da nação, legível nos chamados monumentos pátrios que pré-selecionaram de entre os monumentos antigos da Cidade[70]. Este ideal foi prosseguido, por

---

[68] A extinção das Ordens Religiosas e a dispersão dos seus modelos de gestão, suscitou o aparecimento de todo um novo leque de responsabilidades da competência do governo central e dos municípios. A nacionalização forçada de um conjunto vastíssimo de mosteiros, conventos e igrejas colocou, problemas relacionados com a reutilização dos imóveis para fins que não os religiosos, que acabaram por interferir com a sua manutenção, preservação e disposição original (Dias, 2008: 28).

[69] Para Herculano – consciente das perturbações que o abalo social estava a provocar na herança histórica – importava reconhecer a ideia de pátria na sucessão dos tempos. Urgia salvar o que de mais válido subsistia do antigo edifício social que acabara de ruir. Diariamente assistia-se a excessos que punham em causa edifícios religiosos, monumentos, bens móveis, cuja função se perdera pela lógica das transformações sociais. Grassava um vandalismo de camartelo e uma impunidade sem freios, permissivos em relação à herança e aos valores antigos, contra a qual importava, desde logo, pôr travão (Custódio, 1993 apud Dias, 2008: 27).

[70] Sejam eles, inicialmente as ruínas góticas da Igreja do Carmo, o Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, vigorando como símbolos nacionais. De resto, como identificou (Rodrigues, 2005: 22) são estes mesmos edifícios que, nos inícios do século XX, vão constar da primeira e restrita lista oficial de monumentos classificados de nacionais, por decreto de 1907. Assim, como os Mosteiros da Batalha, de Alcobaça; os Conventos de Cristo e de Mafra; as Sés Velha de Coimbra, da Guarda, de Lisboa e de Évora; a Igreja de Santa Cruz de Coimbra; a Basílica da Estrela; a Torre de Belém; o Templo Romano

arquitetos, arqueólogos, e técnicos restauradores a partir de meados de Oitocentos, tendo neste período surgido uma série de publicações das quais se destaca o periódico *O Panorama*, onde se publicaram a partir de 1838 um conjunto de artigos denominados de *Os Monumentos.*

> Estes documentos, compilados posteriormente em *Opúsculos* [71] refletem a preocupação da defesa da herança cultural portuguesa, cujo destino se traçou frequentemente sem recurso a qualquer análise de natureza histórica ou científica. A publicação e difusão destes manifestos, viria a constituir uma das primeiras ações concertadas de divulgação da problemática da salvaguarda do património arquitetónico e artístico português, tendo uma influência determinante para a consciencialização social dos finais do século XIX (Dias, 2008: 27-28).

É também neste período que é fundada a Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses (1864) pelo arquiteto Joaquim Possidónio da Silva, cuja função se centrou na denúncia dos atos praticado contra o património, bem como na sua defesa e valorização. A partir de 1876, a Associação enceta a publicação do primeiro *Boletim de Arquitetura e Arqueologia*, ao qual se segue, em 1880, a publicação da primeira lista de imóveis a classificar como Monumento Nacional.[72] Na sequência deste processo foi formado o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, constituído por elementos dissidentes da Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses. A formação deste Conselho, dependente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, conduziu à revisão do conceito de monumento promovendo um novo e abrangente debate crítico, que estabeleceu novas bases

---

de Évora e as ruínas da Igreja do Carmo. Com a publicação de uma nova listagem em 1908, o universos dos imóveis classificados alarga-se, quer em termos quantitativos, mais 465 edificações, quer em termos qualitativos, registam-se monumentos da pré-história até ao século XVIII.

[71] Herculano, Alexandre (1872-73), *Opúsculos, Questões Públicas*, 2, Lisboa, Livraria Bertrand.

[72] A 24 de Outubro de 1880 do Ministério das Obra Públicas, solicitou à Associação a indicação de edifícios que pudessem ser classificados pelo Governo como Monumentos Nacionais. Em 30 de Dezembro desse mesmo ano, a comissão eleita para o efeito apresentou um extenso relatório com a primeira lista conhecida, intitulada *Monumentos Nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal.* Os monumentos apresentados foram divididos em seis classes de acordo com um esquema simples, embora justificado, que abrangia as obras primas da arquitectura e da arte portuguesa, os edifícios com significado para o estudo da história das artes, os monumentos militares, a principal estatuária erguida no país, os padrões e arcos comemorativos, lugares memoráveis, pelourinhos, cruzeiros e marcos miliários e os monumentos pré-históricos de reconhecido relevo, em especial dólmens ou antas (Custódio, 1993: 49).

para a classificação dos imóveis nacionais, divulgando entre 1904 e 1908 novas listagens de monumentos a classificar. Contudo, como refere Paulo Simões Rodrigues (2005: 24), a pluralidade não implicou a uniformização do significado de todos os monumentos classificados. Pelo contrário, os fundados dentro da baliza dos séculos XII e XVI continuavam a destacar-se pelos densos valores histórico-documental e simbólico-nacionalista, configurando provas do passado medievo, da fundação da nacionalidade, da consolidação da independência, e do período glorioso da expansão ultramarina. Eram períodos de eleição, que serviam os ideais do culto nacionalista, tanto do Romantismo da Monarquia Liberal, como do Positivismo finissecular e da República (1910). Elegeram-se essas épocas históricas como modelos do passado nacional a preservar no presente e a seguir no futuro. Porém, como Dias (2008: 29) nota "apesar dos esforços desta associação, a ação do Governo português do último quartel do século XIX veio revelar-se ineficaz na adoção de medidas concretas de salvaguarda patrimonial, sem que se tenham verificado quaisquer efeitos práticos de relevância."

Só com o Estado Novo (1933-1974) se institui um novo programa de preservação dos monumentos nacionais através da instauração das primeiras leis para salvaguarda efetiva do património. Em 1929, herdeira da Administração Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN) criada em 1920, nasce a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)[73], que vem sistematizar as formas de intervenção no âmbito dos serviços das obras públicas, assente na intenção de transformar as glórias nacionais em instrumentos políticos.

A estratégia passou como declarou o engenheiro Henrique Gomes da Silva no primeiro número do *Boletim da DGEMN* (1935: 19-20) da integração dos monumentos na sua beleza primitiva, expurgando-os das excrescências posteriores e das mutilações sofridas pela ação do

[73] A DGEMN criada pelo Decreto n.º 16 1791 de 30 de Abril de 1929, permitiu atribuir uma nova modernidade à aplicação dos quadros legais de defesa e salvaguarda do património, tendo determinado na sua fase inicial a extinção da Repartição dos Monumentos Nacionais do Ministério da Instrução Pública. À nova Direção passou a competir, a partir de 1930, a realização de todos os trabalhos de recuperação e manutenção dos monumentos nacionais e edifícios públicos, sob tutela do Ministério do Comércio e Comunicações. Ainda na década de 1930 lançaram-se os fundamentos legais para a defesa do património histórico edificado, consolidando-se a distinção entre *monumentos nacionais* e *imóveis de interesse público*, bem como a aplicação de *zonas de proteção* em torno de edifícios de reconhecido valor histórico e arquitetónico. (...) Destacou-se ainda a atribuição de novas competências aos municípios, na classificação e salvaguarda do património de âmbito concelhio, a partir de 1949[73]. Essa lei foi particularmente relevante, ao determinar conceitos inovadores como o *valor de conjunto, valor concelhio* ou *valor paisagístico*, cujos princípios se encontravam esboçados na *Carta de Atenas* de 1931 (Dias, 2008: 30).

tempo ou pelo vandalismo dos homens, decorrentes nomeadamente da sua venda e adaptação a novas utilizações[74]. "Podia assim o novo regime arrogar-se de resgatador dos monumentos nacionais como o tinha sido também do caos económico e da instabilidade social" (Acciaiuioli, *apud* Rodrigues, 2005: 26). No entanto depois das intervenções instauradas, cada monumento oferecia-nos uma imagem estável, monoestilística e completamente asseptizada, desprovida de quaisquer "impurezas", aliás em perfeita simetria com as preocupações rácias subentendidas na ideologia salazarista dos anos 40. Facto que também é hoje extremamente discutível. "A «unidade de estilo», desejo ascético de pureza, escondia a limpeza da perversidade correspondente aos estilos espúrios, isto é, os que não sustentassem o mito com limpidez. E assim se eliminaria a consciência do fluir da história que a modernidade tanto demorou a construir" (Alves Costa, 2003: 8).

Estes atos de reconstituição, eram justificados pela necessidade de recuperação das exemplares ações heroicas dos antepassados com o «intuito de educar e avivar o espírito do povo português» (Neto, 2001 *apud* Sousa, 2013: 54). As politicas deste período visavam preservar os monumentos como suportes de memória dos grandes feitos nacionais.

Este tipo de intervenções foram realizadas durante todo o período do Estado Novo, seguindo predominantemente os critérios do "Restauro Estilístico" de Viollet-Le-Duc; filosofia esta que foi por sua vez inspiradora das intervenções no património desde 1840 até ao século passado, ou se quisermos até à atualidade. E embora os motivos da maioria das operações sejam bastante pragmáticos, visando a adaptação dos monumentos a novas funcionalidades, estes estão interligados com um fundamento de natureza simbólica e nacionalista, atida à exploração dos símbolos pátrios, restituindo-os na sua beleza primitiva, que tinha sido subvertida pelos danos causados pelo terramoto de 1755, ou pelo abandono e pela incúria a que tinham sido votados desde os séculos anteriores. Como nota Paulo Pereira (1997: 14) estas intervenções careciam do tempero das teses mais "suaves" de Camillo Boito. Contudo estas tardaram a institucionalizar-se em território nacional. A metodologia de intervenção no edificado,

[74] Como Rodrigues (2005: 31-39) identifica a Torre de Belém foi utilizada como farol a partir de 1865, e mais tarde como estação dos serviços telegráficos. O Mosteiro dos Jerónimos albergou uma cavalaria inglesa no ano 1707, por ordem de D. João V. Após 1755 Marquês de Pombal indica-o como sede da Alfândega da Capital. Trinta e cinco anos depois são entregues dez ou dezoito arcadas à Inspeção da Real Tanoaria. Em 1808 passa a ser Hospital Inglês, que ali permanece até 1813. Finalmente, em 1834 passou a albergar a sede da Casa Pia e, em 1940 passou a ser o espaço da Exposição do Mundo Português. Estas funcionalidades requereram uma constante reconversão do edifício. Outros espaços intervencionados com vista na instalação de um espaço museológico foram a Igreja do Carmo e o convento Madre de Deus.

durante este período, manteve-se maioritariamente dentro dos critérios tradicionalistas de intervenção no património. Apenas a partir da década de 50, se procedeu a uma alteração da visão intervencionista na arquitetura, tendo como indícios antecipadores de uma consciência histórica em detrimento dos princípios de reconstituição estilística como se pode notar já no restauro do Castelo de S. Jorge (1940), da Igreja de Santa Engrácia (1954) e do Teatro Nacional D. Maria II (1965) como constatou Paulo Simões Rodrigues (2005: 49). No entanto apesar dos indícios de uma mudança na orientação nacionalista do restauro do património, esta só se efetuou pouco depois do 25 de Abril de 1974, momento em que se proporcionou uma abertura às recomendações europeias sobre o património.

É no período final do Regime após a deflagração da Revolução de 1974 que a DGEMN define novas práticas que visam o respeito pelas diferentes épocas e pelas camadas de história que os monumentos encerram, assim como pela valorização da sua identidade. Pedro Abreu (1996: 32) como defensor deste tipo de intervenções salienta na sua tese a importância dos contributos de todas as épocas. "O foco da questão é não esquecer nada, não censurar nada, não esquecer nem censurar sobretudo a nossa tradição e o nosso presente e, fazendo assim, aceitar e agradecer tudo, todos os contributos, quer venham de fora, quer de dentro." Neste período procedeu-se à reutilização dos monumentos, através do acesso aos financiamentos comunitários, que garantiram uma série de adaptações, maioritariamente com fins hoteleiros[75], que resultaram da necessidade de manter e dar utilidade aos diversos edifícios, a partir da coexistência entre obra nova e a preexistência, garantindo ao edifício uma mudança natural de usos sem com isso destruir a obra antiga. Aqui, os critérios adotados foram maioritariamente os da interpretação estrita da Carta de Veneza, recorrendo à inserção da obra nova em harmonia com a estrutura preexistente, tendo em conta que "os programas de afectação de monumentos a pousada eram quase sempre incompatíveis com a realidade física das preexistências", foi quase sempre necessária a construção de anexos dotados de uma linguagem contemporânea. (Pereira, *apud* Custódio, 2010: 268).

Estas intervenções simbolizam um novo conceito de intervenção, que marca o início de um novo ciclo de debate patrimonial, que define uma nova abordagem que usa a preexistência como matéria de projeto, e relê nela os extractos da história que revaloriza e integra no projeto. Como é o caso das adaptações feitas a partir de 1960 no Castelo de Cerveira (1967), no Mosteiro de

[75] Trata-se de um período que poderíamos caracterizar como o Ciclo das Pousadas de iniciativa estatal, como veremos no capítulo seguinte.

Santa Marinha da Costa (1985), de Fernando Távora[76], e no Mosteiro de Santa Maria do Bouro (1997), de Eduardo Souto Moura. Estes projetos apoiam-se no conhecimento rigoroso da história do edifício e dos seus valores, propondo adição de um corpo novo enquanto se preserva a preexistência. Esta intervenção pode ser vista como Susana Lobo (2004) afirma como uma criação de património na sua época, constituindo esta adição, ela mesma, doutrina.

Estes programas de intervenção na cidade distanciam-se da visão Salazarista, afirmando uma nova visão moderna e progressista, reflexo da adesão à União Europeia (1985), e de uma nova geração de arquitetos. É neste período que se dá uma nova etapa deste processo, marcado particularmente por projetos de recuperação de estruturas conventuais. Para lá das já mencionadas de Fernando Távora e de Souto de Moura, devem-se acrescentar o Convento da Flor da Rosa (1991-1995), de João Luís Carrilho da Graça, e o Convento dos Lóios[77] (Pousada

[76] Na complexa relação dos arquitetos portugueses com a intervenção patrimonial, cruzam-se uma cultura de prudência e uma continuada aspiração aos valores da arquitetura moderna, o que é muito patente na seminal intervenção de Fernando Távora no Convento de Santa Marinha da Costa (1972-1985). A importância desta obra decorre da sua superação do higienismo e pedagogismo histórico da Carta de Veneza (1964), e este avanço marcará a intervenção no património, no contexto português. De facto, mais do que distinguir o «antigo» do «novo», Távora pretende clarificar o processo histórico do edifício, fazendo uma reconstituição construtiva e especial de fases entendidas como determinantes. O «novo» também pode decorrer de uma clarificação do «antigo»; aquilo que se acrescenta não é necessariamente moderno, mas visa reconstituir algo que se considera essencial na matriz do edifício e que foi corrompido ou interrompido no processo temporal. Estas metodologias tornam mais permeável e aberto o processo de pensar a intervenção e fará o seu caminho, perdida a veleidade «purista» da aliança Estado Novo – racionalismo moderno e o esquematismo politicamente correto da Carta de Veneza (Figueira, 2013: 18).

[77] The reorganization of the different functional spaces of the convent accompanies what would be its natural expansion through time; the lower floor – almost all dug into the earth – houses the service áreas with the exception of a room to be used for conferences and other with the exception of a room to be used for conferences and other purposes. The main floor houses the public áreas organized around the succession of exterior spaces made up by the cloisters, patio and esplanade. The upper floor houses the bedrooms, of which some are in the old part with the remainder being in the new wing. The convent remains in its built essence very poor. Stuccoes are redone and used throughout. Store – green xisto and granite – covers most floors. Wood – oak – is used in the flooring of bedrooms and upstairs corridor of the new wing. Local marble from disused quarries makes up the revetment of bedroom bathrooms. (...) Now, like before, without altering the protagonism of the existing structure – keeping intact all its spatial qualities – the addition of a new wing enclosing the eastern patio acknowledges not only the implicit formal autonomy of the existing but also the development of its own

de Nossa Senhora da Assunção, (Arraiolos, 1993-1996), de José Paulo dos Santos.

Em contraponto a esta alteração na visão patrimonialista da intervenção arquitetónica sucede-se uma transformação na sua aplicação, por meio da recuperação da Casa dos Bicos (Lisboa, 1983). A opção do seu restauro levada a cabo pelos arquitetos Daniel Santa-Rita e Manuel Vicente, que previu a reconstituição dos dois andares superiores, perdidos no Terramoto de 1755, à semelhança do original através de um desenho moderno evocativo, gerou uma grande polémica. Se por um lado, esta intervenção marcava a diferença relativamente à tradição da DGEMN, de recriação arquitetónica de acordo com a obra primitiva, também não seguia os preceitos vinculativos da Carta de Veneza (1964), quanto à necessidade de distinção entre a obra nova e antiga. Como Figueira (2013: 19) afirma "a Casa dos Bicos resulta da ação de um hiper-Viollet-le-Duc, de onde se conclui que nem sempre o «silêncio» é a retórica perfilhada pelos arquitetos portugueses, mesmo se é essa a que mais se impôs na história recente." No entanto, foi a partir deste objeto e desta intervenção que se inaugurou em Portugal o debate acerca do "pós-modernismo" na arquitetura, na medida em que cada projeto passou a valorizar a forma moderna em detrimento da sua historicidade.

Com o pós-modernismo surge também um novo tipo de intervenção de reutilização definido como fachadismo. Esta prática arquitectónica que faz a separação entre o espaço interior e a fachada do edifício, visa a adaptação do imóvel às consequentes exigências contemporâneas incompatíveis com a sua organização interna. Como resposta desta adequação às vivências da sociedade atual é mantida a fachada de forma a preservar a imagem urbana da cidade, e desmantela-se o seu interior. Este processo procura manter a imagem exterior do edifício ao mesmo tempo que o adequa a receber uma nova função.

É neste âmbito que surge outro momento seminal a ter em conta no que remete para o processo de intervenção no património. A intervenção de reabilitação de Álvaro Siza Vieira no Chiado (1988) torna-se central no que remete para a estratégia relacional entre as preexistência física e a arquitetura moderna. Embora aqui não seja radical a desconexão entre a fachada e o interior do edificado, a mesma é apresentada como elemento representativo do plano pombalino, contribuindo assim para a manutenção da unidade urbana da Baixa Pombalina.

As práticas de restauro que se vinham a verificar durante os anos 80 e consequentemente prosseguidas nos anos 90, sofrem algumas alterações com criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 1980, mais tarde convertido no Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR) (1992), momento em que as intervenções no património

---

rules. Rules that keep in line with the character of the materials, austere but simultaneously rich in iconography and forms (Paulo dos Santos, 1997: 50).

arquitetónico passaram a ser regulamentadas, através de pareceres vinculativos e da sua classificação, visando a sua proteção e salvaguarda. O IPPAR, extinto em 2007, funde-se nesse mesmo ano com o Instituto Português do Património (IPA), gerando uma nova entidade reguladora, o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), que passa a ser responsável pelas questões de intervenção e salvaguarda do património até 2012. Após a sua extinção é criada a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), que aglutina as competências da DGEMN e do IGESPAR, com o intuito de atualizar as normas e promover uma regularização das metodologias de intervenção no património. Constando-se que as matrizes de intervenção de outrora são agora discutíveis, devendo o ato de restauro ser um *ato crítico*, baseado na relação entre os fatores estéticos e históricos da obra, sem deixar de ter em conta também o fator sociocultural, em termos de significado, simbologia e valor na sociedade.

Deste modo assiste-se hoje a uma maior reserva relativamente às propostas de reutilização e de introdução de obra nova, e a um avanço no que respeita a soluções integradas, de restituição. Por outro lado, constatando-se os limites da Carta de Veneza, observa-se um movimento no sentido da reintrodução, no nosso país dos critérios de restauro *anastilótico*[78] e de restituição de estruturas, embora segundo novos pressupostos. Sendo perceptível uma mudança de paradigma: depois da reação veiculada pela Carta de Veneza, depois do Restauro Científico de Cesare Brandi, depois dos regimes de afetação e reutilização de imóveis, cabe hoje discutir novos princípios. Que pressupõe que todos os métodos precedentes se encontram ativos e são passíveis de serem adotados, cabendo ao monumento, através do seu estudo, determinar a intervenção possível.

> Ganha assim forma a tese do Restauro Objetivo, defendida por Antoni Gonzalez Gomes-Navarro, que assume que "1- Quando ao valor de conservação como documento histórico do monumento: procedendo à indagação das suas características de maneira a garantir a sua manutenção para o futuro de toda a informação que proporciona, juntando-lhe a necessidade de traduzir e transpor, por meio da conservação, a compreensão e significação do monumento, para o que, se necessário for, se terá, inclusivamente, que o transformar para tornar mais evidente ou compreensível a sua mensagem. 2 - Quando ao seu valor arquitetónico, deverá manter-se a herança do criador do monumento bem como a da sociedade que o viu surgir e, quando tal for necessário, efetuar adaptações a novos usos; a eleição destas readaptações deve analisar-se a partir da óptica da

[78] Remontagem ou recolocação de elementos originais de uma determinada estrutura, que tenham sido removidos ou dispersos pela passagem do tempo ou ação humana. Esta operação somente será admissível, em casos em que a localização primitiva de um determinado elemento de uma estrutura esteja perfeitamente documentada.

> adequação tipológica; mas também da sua capacidade em manter vivo o monumento, que é objetivo principal (Pereira, 1997: 22).

Esta metodologia é considerada por Paulo Pereira (1997: 22) como pragmática – no sentido pragmaticista da palavra – uma vez que é a própria linguagem do projeto de restauro ou conservação que fará, de novo, o monumento falar, e significar, e ser usado. Assim falar de modos de intervir no século XXI, não é tanto uma análise metodológica em rigor, mas uma análise do estado da arte e das leituras críticas que possam daí resultar.

> Hoje, as intervenções não são somente subjugadas às imposições reveladas durante o processo de investigação da pré-existência, ou normalizadas segundo teorias de restauro. Ao contrário do que acontecia anteriormente, é possível a transformação do monumento de acordo com a criatividade do artista e/ou do arquiteto, desde que bem fundamentada, incluindo conceitos como a dinamização cultural do próprio objeto a intervir (Lemos, 2014: 64).

A dimensão do exercicio de intervenção na arquitetura, não se encerra por isso na sua ação enquanto disciplina, ou no trabalho dos agentes responsáveis pelo cumprimento das suas normativas, por sua vez, existem “várias linhas de atuação no património” que pressupõem uma “multidimensionalidade” para a sua prossecução. Ou seja, como Pereira (2003: 14) afirma “a intervenção “não se limita ao estudo dos princípios abstratos, embora poderosos, incluídos nas várias cartas internacionais.” O monumento está apto a receber novas intervenções, ou reinterpretações e, caso exista necessidade de adaptá-lo a novas realidades, desde que estas mantenham a identidade e autenticidade da obra original. Dever-se-á olhar o objeto edificado a partir das especificidades que apresenta, nomeadamente na sua articulação com outros valores culturais, estéticos e identitários que lhe estão associados, e cuja existência deverá ser sempre tida em consideração aquando da avaliação de uma determinada metodologia de intervenção, adaptando assim o programa de intervenção consoante o imóvel a intervencionar. A reconhecida complexidade inerente ao desenvolvimento de um qualquer projeto de intervenção em património arquitetónico requer um leque muito abrangente de capacidades de investigação e conhecimentos especializados com o objetivo de salvaguardar os valores fundamentais que o caraterizam. “É este facto que permite, hoje (mas não há dez anos curiosamente) encarar *diversas escalas e escolhas* quanto à intervenção arquitetónica em monumentos, ou seja, *diversos níveis ou graus de profundidade* das intervenções, cada qual com a sua complexidade: 1) manutenção e restauro de continuidade; 2) restauro mimético com ou sem recurso à

anastilose; 3) restauro "cópia"; 4) restauro crítico; 5) "obra nova" (Pereira, 2003: 14).

É evidente para o autor que a intervenção pressupõe um entendimento global dos imóveis, um exercicio que Paulo Pereira (2003) entende ser uma "gestão integrada" do património. O que importa é a valorização do edificado e dos conjuntos arquitetónicos devolutos, entendendo os mesmos enquanto património a reintegrar. "Trata-se, enfim de dar expressão às necessidade de reafectação de usos, a aquilo que na gíria patrimonial se chama "revitalização" – mas não "musealização". (Pereira, 2003: 21) Este processo resulta da necessidade de estudar mais atentamente as possibilidades de adaptação dos edifícios a novos usos, necessariamente variável no que respeita às suas componentes históricas e culturais. Por sua vez, a prática de reabilitação na atualidade à contextualização da sua implantação.

> De facto, los elementos patrimoniales individuales adquieren su adecuada valoración en la medida en que se establecen referencias al conjunto de otros bienes – similares o distintos – con los que se relaciona y complementa mediante vínculos de génesis cultural e histórica. Todos ellos junto con el entorno en el que se insertan, forman un íntegro sistema patrimonial identificable y en cuyo seno se desarrollan processos de relación social y cultura, funcional y de uso (Martín, 2014: 19).

Ou seja, é necessário ter em consideração no desenvolvimento do projeto de reabilitação as transformações urbanísticas do espaço de implantação. Do ponto vista dos critérios de intervenção, as intervenções mais recentes obedeceram a uma filosofia minimalista no que respeita ao espaço "em ruína", no entanto o que é relevante ao estabelecer o programa de intervenção é atender às especificidades de cada elemento abrangido e ter em conta o enquadramento global de todo o conjunto, explorando as diversas potencialidades de reutilização que lhe subjazem. Como Tostões (2015: 46) esclarece a reutilização do património "parte da hipótese que tanto a deterioração como as alterações no edifícios exprimem uma necessidade de adaptação a expectativas de uso atuais." Deste modo, "um dos objetivos da recuperação poderá passar pelo encontro de um léxico específico, que considere, simultaneamente, o caráter único do edificado a conservar e as mutações ocorridas na vivências do espaço" adaptando "edifícios que perderam a sua função original, que podem ser material ou tecnicamente obsoletos e já não cumprem as normas".

A adaptação dos sítios históricos ou monumentos às transformações das comunidades em que se inserem levanta continuamente questões, cuja solução nem sempre possibilita a total recuperação e fruição do objeto patrimonial. Ao invés, também se verifica um condicionamento do crescimento urbano em torno dos monumentos, que ao não serem objeto de reabitação

tornam-se um transtorno no desenvolvimento social e urbanístico da cidade.

A legislação adoptada em Portugal, bem como a regulamentação operada pelos institutos patrimoniais, tem vindo a contribuir para o delineamento de uma estratégia de intervenção que equilibra a intervenção isolada do objeto pensando na manutenção do seu contexto urbano. Neste sentido, no primeiro quarto do século XX, os conjuntos históricos começam a ser valorizados. O monumento deixa de ter um valor unitário mas ganha sentido apenas em articulação com as construções que o ladeiam ou circundam, no contexto do espaço urbano. "La percepción del conjunto también se va enriqueciendo con una visión integradora del entorno, de manera que la planificación urbana contemple la totalidad de un asentamiento en el que se debe compatibilizar la conservación de los elementos históricos con los usos y funciones de infraestructuras, transportes o servicios que requieren las actuales condiciones de vida. (Martín, 2014: 18) Esta perspetiva foi defendia na obra de Giovannoni, *Vecchie Città ed Edlizia Nuova*, publicada em 1931, que defendia a relação histórica dos monumentos com o sua envolvente urbana, podendo as preexistências funcionar como catalisadores no desenvolvimento das cidades, passando a salvaguardar-se o monumento dentro do conjunto arquitetónico que o limita, e considerando-o parte integrante deste. Desta nova concepção do espaço urbano enquanto património decorre o alargamento do conceito de monumento histórico, aquilo que hoje designamos como património urbano.

O processo de transformações urbanas também esteve corelacionado com as mudanças socioculturais inerentes ao espaço da cidade, o que contribuiu para a afetação de novos usos de carácter contemporâneo[79]. Tal metodologia de intervenção, que visava prolongar a existência dos edifícios, veio revolucionar as formas de atuação sobre o património. É neste âmbito que surgem projetos de refuncionalização na verdadeira acepção da palavra, já que a tendência mais comum é que a estrutura do edifício dure mais tempo que a sua função. No entanto apesar deste processo ser uma prática comummente utilizada na contemporaneidade, não é inédita no que remete para às questões de intervenção na arquitetura, pôde-se observar na história das politicas de intervenção no património que brevemente explanámos, que diversos monumentos foram sendo adaptados a novos usos. O valor patrimonial do edifício é concebido na sociedade contemporânea, como um compromisso entre a sua conservação e a sua reativação.

A reutilização e refuncionalização são, assim, vistas como a melhor forma de intervir no

[79] A atribuição de funções culturais, turísticas, comerciais e económicas aos espaços ou imóveis reabilitados, tem vindo a revelar-se como a mais viável solução de manutenção dos espaços construídos, destituídos na maior parte dos casos, da sua função original.

património construído, podendo caracterizar-se como abordagens mais ou menos invasivas, dependendo das necessidades do edifício, passando a ser amplamente utilizadas em toda a Europa, e particularmente em Portugal: “una buena parte de las obras de arquitectura de calidad de los últimos veinte y cinco años han estado producidas en intervenciones sobre lo construido, en proyectos de rehabilitación y extensión con cambios funcionales en edifícios patrimoniales” (Escolano, 2003: 55).



Figura 2.2 Pousada de São Dinis (Fernando Távora, 1967), Vila Nova de Cerveira (Alcino Soutinho, 1973) © Fundação Marques da Silva, Arte Capital.



Figura 3.2 Pousada de Santa Marinha da Costa (Fernando Távora, 1985), Guimarães © Arquivo Fernando Távora. Fundação Marques da Silva.



Figura 4.2 Pousada Mosteiro de Santa Maria do Bouro (Souto Moura, 1997), Cemitério do Bouro © Luís Ferreira Alves, Archdaily.



Figura 5.2 Pousada Convento da Flor da Rosa (Carrilho da Graça, 1991-1995), Portalegre © DGCP.



Figura 6.2 Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Convento de Lóios (João Paulo dos Santos, 1993-1996), Arraiolos © DGCP.

III PATRIMÓNIO E OS SEUS USOS

> Cada nova obra intervém numa certa situação histórica. Para a qualidade desta intervenção é crucial que se consiga equipar o novo com características que entrem numa relação de tensão significativa com o existente. Para o novo encontrar o seu lugar, precisa primeiro de nos estimular para ver o existente de uma nova maneira. Lança-se uma pedra na água. A areia agitasse e volta a assentar. O distúrbio foi necessário. A pedra encontrou o seu lugar. Mas o lago já não é o mesmo.
>
> (Zumthor, 2009: 17)

3.1 – REFUNCIONALIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO

A cidade começou a transformar-se em função das mudanças do tecido económico e social. "Communities live and work in towns and cities; as society changes so does urban form, responding to accommodate change and growth. 'The city is and has always been throughout the ages at the root of our culture, history, arts and traditions. It has been the birth-place of a society in constant evolution'" (Cravatte, 1977 *apud* Orbasli, 2000: 1). Nessas mudanças as edificações antigas deixam de dar resposta às necessidades emergentes, e às novas funções que a sociedade contemporânea impõe.

Em Lisboa, mais especificamente no centro histórico, podemos encontrar uma parte significativa destas edificações, onde cerca de 46% dos edifícios são anteriores a 1919. Esta quantidade de edifícios antigos, e o facto de não estarem, na maioria, em bom estado de conservação, confere a estas zonas um aspecto degradado, deixando por uma razão ou por outra de ter utilização e perdem a sua função na sociedade, como consequência, são entregues ao abandono, culminando em estruturas degradadas. Este estado de obsolescência em que decaiu parte do edificado deve-se à combinação de diversos fatores entre eles, a tendência, "cada vez mais ultrapassada, do "embalsamento do património", que advém principalmente das dificuldades impostas pelo sistema" (Gomes, 2011: 53). Esta ideia é retomada por Cannatà Fernandes (1999 *apud* Gomes, 2011: 53) ao afirmar que:

> A cultura conservadora não reconhece os mecanismos da história urbana que permitiram a revitalização e evolução das civilizações e impede, através do ocultamento e do mimetismo, a recuperação e uso do património herdado. E assim, à medida que se afirmam as tendências de embalsamento do património, acentua-se a desertificação dos lugares da história, acabando por transformá-los em representações fantásticas de uma realidade jamais existente.

É esta cultura conservacionista, que promove o património com um objeto intocável, com a incumbência de que tem ser preservado para as gerações futuras, que valida um conjunto de práticas comummente aceites. Sendo os fenómenos sociais e culturais inerentes ao processo do património arquitetónico colocados num plano rebatido em detrimento do que Laujanne Smith (2006: 11) intitula como sendo o "discurso autorizado", desenvolvido e divulgado pelas entidades e profissionais responsáveis pela conservação e restauro do património:

> This discourse takes its cue from the grand narratives of nation and class on the one hand, and technical expertise and aesthetic judgement on the other. The 'authorized heritage discourse' privileges monumentality and grand scale, innate artefact/site significance tied to time depth, scientific/aesthetic expert judgement, social consensus and nation building. (...) The discourse also constructs two important sets of heritage practices, those focused on management and conservation of heritage sites, places and objects, and those tied to the visitation of sites and institutions within tourism and leisure activities. However, the broader cultural work that these practices do is often obscured by the way the discourse of heritage constructs not only the idea of heritage, but also its practices. However, what these practices are involved in are the negotiation and regulation of a range of a cultural and social values and meanings (Smith, 2006: 12).

Este discurso dominante que Smith desmistifica, constitui uma ideia de património que exclui determinados interesses sociais, formatando a forma de agir e interagir com este. É necessário ver o nosso património como um conjunto de valores que necessitam de ser explorados e abertos à sociedade, com o intuito de criar novas experiências e memórias. "As ruínas podem ser testemunho de um genérico fluir do tempo, nunca a sua paragem, nem travão na construção da cidade, sempre reconstruída sobre sedimentos do passado. Só defenderemos a memória sagrada dos lugares, se lhes atribuirmos nova vida" (Alves Costa, 2003: 7). A sua petrificação no tempo ou a institucionalização de uma forma de pensar o património destrói a relação intima que este tem com sociedade na contemporaneidade. Pois, embora tenha sido concebido no passado, a sociedade tem o direito de frui-lo e utilizá-lo no presente. Como Smith (2006: 29) argumenta "the past is not abstract; it has material reality as heritage, which in turn

has material consequences for community, identity and belonging".

É perentório que o nosso património deve ser preservado, no entanto esta ideia não deverá ser seguida de forma fechada. O património sendo uma construção do passado no presente, está sujeito às alterações culturais e sociais do tempo em que se insere. As zonas históricas da cidade têm de ser revitalizadas, de modo a evitar que o aparelho produtivo e de consumo as abandone por novas centralidades, deixando nelas um vazio social no qual se instala a degradação do tecido construído por falta de manutenção. "Nessa mesma indiferença, vão sendo objeto de vandalismos de índole vária – que vão da destruição por desconhecimento, à renovação por vontade especulativa, às formas de recuperação que, tantas vezes bem intencionadas, lhes retiram o ser" (Lopes, 1993: 43). Estas práticas devem ser invertidas, tornando-se urgente, na época que vivemos, reconsiderar sobre a melhor forma de reativar as nossas cidades e o seu património. É necessário aceitar a evolução natural da nossa civilização e proteger a nossa identidade. "O legado construído que temos ao nosso dispor é a nossa história e a nossa "identidade cultural" e por este motivo, não devemos virar-lhe as costas (deixando-o intocável) mas sim trabalhar nele e com ele, trazendo para a atualidade todas as valências destas estruturas históricas acrescidas das atuais exigências funcionais" (Cannatà, Fernandes, 1999 *apud* Gomes, 2011: 54).

Na verdade a arquitetura é a concretização de alterações sucessivas, resultantes de tempos diferentes, que acompanham o crescimento da cidade. E, neste âmbito esta realidade sedimentada ao longo de muitas centenas de anos é hoje «atualizada», alterada, modificada, em todo o seu valor simbólico e documental. Em muito pouco tempo: a mundialização e a velocidade da troca de informação alteraram o modo como é percepcionado o espaço – por quem o projeta, por quem o habita, por quem o visita e por quem o gere (Lacerda, 2014: 155). É então necessário desenvolver a consciência do valor do património como fator de desenvolvimento, de modo a fugir à uniformização urbana e territorial, onde apenas cabem as modernas urbanizações. Importa promover o aproveitamento da herança urbana da nossa cidade, que dão corpo às memórias que temos do passado. É para este ideal de preservação patrimonial, que a reabilitação deve visar contribuir. "Reabilitar a cidade antiga não decorre de uma atitude de conservadorismo estéril ou nostalgia paralisante, mas sim de um realismo prático que consiste em olhar com respeito a cidade produzida no passado e colher nela os ensinamentos úteis à construção da cidade do futuro" (Lopes, 1993: 47).

É neste cruzamento entre a mudança e a permanência, que se define o sentido de lugar, sempre alimentado pelos valores que as gerações lhe conferem. Neste sentido, "a reciclagem

urbana, através da reabilitação em diferentes níveis, dos mais ligeiro ao mais profundo, vai estabelecendo novas relações urbanas e novas possibilidades de uso, podendo tornar-se o modo mais coerente de manter e reforçar o espírito do lugar, e também a forma mais coerente de criar novos ambientes que traduzam outros modos de habitar e de apropriação do espaço" (Lacerda, 2014: 157). É pois no processo cadenciado da reabilitação que a cidade se vai alterando, mas também por esse mesmo processo se vai consolidando. Constata-se, segundo este ideal, que as boas práticas[80] de atuação sobre o património construído prevêem um reforço do estudo das singularidades patrimoniais e da sua preservação, mas também uma intervenção criativa, de uma arquitetura que constrói sabiamente no (e com o) já construído, numa lúcida contemporaneidade (Aguiar, 2014: 66). Despoleta-se assim um ponto de viragem na estratégia de intervenção, "a partir do qual a reestrutução especial urbana define uma nova estratégia: a apropriação do património histórico e sociocultural, "reciclando-o" de forma a adaptá-lo a novos

[80] O Eng.º. João Appleton (2013: 32-33) identifica algumas das boas práticas de intervenção no património: Um primeiro exemplo do que deve ser uma boa prática em intervenções de reabilitação diz respeito à importância que deve ser dada à análise das características do edificado, do ponto de vista construtivo e estrutural, com observação, registo e diagnóstico das anomalias que o afetam; conhecer o objeto sobre o qual se vai intervir (…). As linhas para a concretização de uma operação de reabilitação são definidas na fase de projeto; para que este resulte é necessário dispor da informação tão exaustiva e correta quanto possível sobre o existente e, além disso, recomenda-se a adoção de duas atitudes fundamentais que deverão orientar a equipa multidisciplinar que se forma: capacidade de trabalhar em grupos, humildade perante o edificado existente com o necessário respeito pelo trabalho e pelos conhecimentos daqueles que antes o produziram. (…) Outra boa prática, ainda de carácter genérico, diz respeito a uma principio fundador de qualquer operação de reabilitação: esta deve adaptar-se ao objeto construído e às suas características essenciais e não o contrário, pois se o edifício for obrigado a ajustar-se ao projeto a operação está condenada ao fracasso, visto que será certa a destruição da identidade original sem que se recrie outra (…). Do ponto de vista mais tecnológico, (...) importa salientar que o uso sistemático e até exclusivo de materiais e técnicas tradicionais não é, por si mesmo, garante do sucesso de qualquer intervenção; depois da introdução de materiais e técnicas inovadoras, distintas das tradicionais, não significa necessariamente desprezo por estas, e a sua adoção pode até ser ponto de partida para a preservação de outros valores fundamentais (…). Mesmo em ações ditas de conservação, em que se segue de perto as características arquitetónicas e construtivas «originais» do existente, raramente se pode prescindir da introdução de alterações, de melhoramentos dos níveis de funcionalidade e de desempenho (…). [Por exemplo] Se o acréscimo do número de andares deve ser encarado como caso de exceção, por via do impacto que provoca em termos urbanísticos, arquitetónicos e estruturais, já a supressão de paredes interiores e até de troços de paredes exteriores pode ser uma inevitabilidade, numa lógica de adaptação do edifício existente a formas de viver contemporâneas.

usos e funções" (Bem-Haja, 2010: 120). Sendo um dos grandes motores desta transformação urbana, o fator económico, ligado à Indústria do Turismo, que rapidamente percebe que é possível valorizar o património edificado previamente considerado obsoleto, através da sua reintegração e reabilitação. A reutilização do património histórico-cultural, ao valorizar o lugar, tornou-se um negócio bastante rentável para a indústria do turismo, culminando na tão desejada dinamização e valorização cultural dos centros urbanos, tornando-os em pontos de referência turística.

No entanto é preciso medir as alterações que esta Indústria promove, que muitas vezes cria lugares idealizados, muito longe da realidade do que alguma vez foram, quase como uma retoma do Restauro Estilístico de um híper-Viollet-le-Duc. É assim necessário criar um equilíbrio entre as medidas de refuncionalização e reconversão do património e os interesses destes promotores, para que não se destrua a autenticidade do bem intervencionado. Por outras palavras, é necessário retirar os locais e os edifícios antigos do gueto museológico[81] e financeiro, através da sua refuncionalização e ressignificação, sem com isso perder a história e cultura que carrega no tempo. Como alertou Aguiar (2014: 65), muitas vezes a economia liberal confundiu a preservação com o fetichismo patrimonial para promover os «centros históricos» como novas "Disneylândias". A reabilitação do património orientada para criar parques temáticos destinados ao consumo hedonista de um turismo massificado, tornou-se em alguns casos, uma apressada alternativa para que as estruturas se tornassem imediatamente lucrativas e houvesse um retorno imediato para a entidade promotora. Este facto, como escreveu Choay, provocou o que alguns consideram ser verdadeiros «terramotourism» (Choay, 2000 *apud* Aguiar, 2014: 65). Por um lado, porque estas entidades privadas, que compram massivamente o nosso património, por vezes limitam o acesso aos monumentos nacionais e aos imóveis de interesse público, devido à sua conversão em usos privados. Sequestrados da esfera pública, e lançados no domínio do privado, os monumentos são submetidos "a uma espécie de destruição ou morte social. Impondo-se, de modo radical, sobre o interesse público o interesse privado" (Chagas, 2007: 212). Este confronto de interesses tem vindo a ser junto dos que se dedicam a estudar e a gerir o património, uma das maiores problemáticas inerentes

[81] A museificação da arquitetura nos monumentos ou nas ruínas sujeita-se a um processo de exposição que fatalmente produzirá a sua desaparição como objetos ligados a situações e significados concretos." Ao requerer uma conservação de acordo com os princípios museológicos, "cristaliza-se o passado e ao arquiteto destina-se o papel de construção do mausoléu e o estabelecimento dos circuitos de visita que expliquem uma entidades sem vida, cujo convívio com a nossa contemporaneidade nos parece útil para lhe explicar os fundamentos (Alves Costa, 2003: 11).

ao desenvolvimento da cidade. A privatização de grande parte do património construído pelos grandes grupos económicos, passou a ser vista como uma fonte de exploração do património cultural, não de uma forma benéfica de reabilitação estrutural e social, mas como um mero bem de consumo, um bem promocional de uma Indústria que explora as experiências do passado. Por outro lado, como Aguiar (2014: 65) refere, em vez de serem criadas politicas que promovam uma desejável heterogeneidade funcional, correspondendo ao novo ideal de poder viver, trabalhar e recriar-se na mesma cidade e bairro, como é defendido na Nova Carta de Atenas do Urbanismo de 2003, promove-se a expulsão do trabalho para a periferia e a excessiva promoção de hotéis no centro, como estamos a verificar na cidade de Lisboa.

A sobrevalorização do interesse privado sobre o interesse público promove uma espécie como isto espécie de destruição ou morte social dos objetos intervencionados. A vontade de acumular capital, através da especulação imobiliária e turística do centro histórico, tem vindo acompanhar o modo de desenvolvimento da cidade e, tem ganho forças desde o início do século XX. O sucesso imobiliário do desenvolvimento do centro histórico de Lisboa, terá sido o catalisador deste processo, que conduz à expulsão dos seus habitantes para zonas periféricas, ficando, assim, disponível para a implantação de usos mais rentáveis. Durante este período, com o objetivo de “limpar” os centros históricos, as políticas de renovação urbana foram responsáveis pela sua descaraterização.

Estas novas políticas, ao transformarem o *habitat* dos atuais habitantes, relegam para segundo plano, ou mesmo ignoram, os efeitos imediatos na sua qualidade de vida. Estas políticas, ao promoverem a renovação urbana através da transformação do património arquitetónico são muitas vezes, responsáveis pela destruição ativas desta âncoras de memória dos seus habitantes, o que conduziu à necessidade de regulamentar ativamente este fenómeno ativo na sociedade contemporânea.

Deste conjunto de fatores resultou que a Câmara Municipal de Lisboa fez da reabilitação urbana e do edificado um dos vectores estratégicos da sua atuação, procurando requalificar o tecido construído da cidade, consequentemente visando melhorar as condições de vida da população que a habita, com o intuito de reequilibrar os diferentes usos e interesses de “exploração” económica, social e cultural da cidade na contemporaneidade. Como Orbasli (2000: 3) refere tem de haver um balanço sustentável entre os interesses privados e públicos:

> For a high-quality and desirable environment which is competitive and progressive, locally distinct yet globally acceptable, a delicate balance has to be sought in historic towns between the desires of visitors and the interests of residents; between growth and quality of life; between economic

development and environmental costs; between the use of space and the interpretation of space; in the decision-making process between public roles and private interests; between the community and the market. Only tourism planning that directly benefits *local* interests and the local economy will serve the realistic continuation of heritage.

No fundo não basta preservar contra a ação do tempo é preciso também garantir a prerrogativa do interesse público sobre o privado. Há a necessidade de pensar numa inclusão social e cultural inerente aos processos de reabilitação, pensando-os a partir das necessidades da sua utilização no presente. Nasce aqui a missão, vital da reabilitação, de adequar os programas de usos previstos não só às especificidades características morfotipológicas e construtivas das preexistências, mas também às necessidades sociais contemporâneas. Importa conhecer o objeto e as suas histórias, de forma a que o programa se adeqúe ao imperativo de salvaguardar os seus valores patrimoniais, culturais e sociais. Impondo-se a valorização e preservação da memória do edifício face a qualquer individualização "artística".

Não há credibilidade no projeto de reabilitação que não tenha em consideração a preexistência e a envolvente social e urbana em que está inserida. Como argumenta Lemos (2014: 65) "as intervenções contemporâneas, novas, deverão impulsionar as preexistências, antigas, e, as preexistências deverão enaltecer as novas intervenções. Só funcionando como um conjunto, será possível a vivência entre os dois tempos e os dois modos de pensar. São as relações que as novas partes mantêm com o monumento, que o fazem manter vivo, enquanto obra física e intelectual." Ou seja, a legitimidade do lugar deve prevalecer na sua modernização. A sua aura e convivência urbana com as partes envolventes, e o papel social e cultural que desempenha devem ser preservados na forma como o passado é entendido e utilizado na contemporaneidade.

De facto cada vez mais a questão da autenticidade se tornou central nos discursos sobre o património dado o crescente interesse nas reconstruções e refuncionalizações atuais, o que desencadeou uma preocupação com o grau em que o património pode ser descaracterizado, em favor da teatralização dos espaços. Assim sendo, as evidências históricas patentes no edifício não deverão ser removidas, adulteradas ou destruídas devendo o projetista assegura-se da integridade física do conjunto edificado. "Desde uma edificação até à paisagem, o arquiteto deve estar sempre ciente da existência prévia à sua intervenção, e do fato de que esta se configurará numa nova temporalidade para aquela obra ou sítio" (Aloise, 2015: 15). Para tal numa fase preliminar deverão ser elaborados estudos históricos e arqueológicos, que invoquem uma consciência do passado que sustente os primeiros traços do projeto de arquitetura e de

estruturas. Projeto esse que deve incluir a memória do edifício e não pensar apenas na rentabilização do espaço. É necessário recuar e ter noção dos processos que formam a cidade, incluindo a experiência social do espaço.

Esta estratégia impõe bom senso às propostas de refuncionalização, revivificação e reabilitação do edificado, caracterizadas por um conjunto de ações que conduzem a uma nova unidade do objeto, visando colocá-lo apto às novas funções e ao tempo em que se insere. Assim deve proceder-se a uma transformação cautelosa do edificado preexistente de forma a manter a sua autenticidade e integridade enquanto património. É pois, como Françoise Choay defendeu, na conservação dos valores patrimoniais da cidade que reside a segurança da sociedade contemporânea. Uma sociedade em constante mutação e aceleração, onde as nossas heranças são o único ponto que nos liga à nossa realidade, e no qual se encerram as respostas das nossas origens. É preciso respeitar a dignidade da construção original, assim como o valor que o tempo insurgiu no edifício, reconectando as partes antigas de acordo com um modo contemporâneo de viver e de percepcionar o património. Como Lacerda (2014: 156) nos indica as nossas cidades são espaços dinâmicos, vivos. Se interrogarmos a história da nossa cidade, aquela que herdámos, deparamo-nos com camadas temporais que se sobrepõem no tempo, e que são responsáveis pela caracterização morfológica desta.

> Sendo as cidades dinâmicas a identidade urbana não pode ser considerada senão de um modo também dinâmico, em contraposição a uma visão redutora e estereotipada que resume um lugar a uma imagem, a um bilhete-postal, a uma coleção de tipologias de edifícios e de espaços públicos com características peculiares, mas estanques à mudanças. (…) se a natureza da arquitetura e da cidade é uma natureza transformativa, onde elementos ou ordens fundamentais permanecem ao longo do tempo, as identidades urbanas terão de estar necessariamente em permanente mutação.

Neste processo surgem novas perspetivas sobre a reabilitação urbana e colocam-se questões sobre outras formas de abordagem possíveis, que possam definir diferentes tipos de ambiente e vivência urbanas que dêem resposta às necessidades atuais e, que proporcionem um equilíbrio entre os pressupostos culturais da salvaguarda do património e os processos de transformação, não só dos grandes edifícios representativos da nação mas também da arquitetura vernacular, comummente vista como tendo mesmo interesse. Esta ideia é explorada pelo Eng.º João Appleton (2013: 31) afirmando que:

> Mesmo o património arquitetónico corrente, constituído por edifícios que isoladamente se podem considerar banais, mas que em conjunto assumem uma importância histórica e cultural de maior relevo, devem ser adotadas regras de abordagem e assumidas metodologias de projeto e construção que permitam alcançar os objetivos mais importantes: recuperar em bases economicamente sustentáveis o edificado existente, fazendo com que ele ganhe ou retome capacidades funcionais compatíveis com as necessidades contemporâneas, mantendo o essencial do corpo e do espírito do objeto intervencionado, através de uma intervenção que assegure, com todas estas componentes, a criação de uma nova unidade necessariamente distinta da original.

O objetivo é realizável nestas condições: dotar os lugares de novos usos adaptados à procura contemporânea com a intenção de marcar a experiência do utilizador, para tal é necessário renunciar ao dogma da sua intangibilidade e ao formalismo da restauração histórica, e saber proceder às transformações necessárias associando o respeito pelo passado e a aplicação das técnicas contemporâneas. Esta reapropriação viva das heranças urbanas e monumentais seguida de forma eximia pelos nossos vizinhos italianos. Basta recordar o exemplo das universidades italianas, na maioria instaladas em locais e edifícios antigos de prestigio. Consideremos somente o Palácio de Ca'Tron de Veneza, no qual após a renovação por Carlo Scarpa, passou a albergar a Faculdade de Ordenamento do Território. Para que a reabilitação de tais edifícios seja possível é necessário proceder a uma cuidadosa orquestração de interesses, na qual refuncionalização e a reutilização se tornaram a ponte possível entre o desejo público de preservação do património histórico-cultural e o desejo privado de acumulação de capital. Contudo, como Lacerda (2014: 158) alerta, existe uma subtil diferença entre as duas formas de intervenção na arquitetura patrimonial:

> A reutilização volta a tornar algo que se tornou obsoleto ou que se degradou, a refuncionalização volta a dar utilidade através de uma mudança de funções obrigando, normalmente, a um exercicio de projeto a partir de uma preexistência que, muito provavelmente, foi construída com uma finalidade diferente daquela que agora se entrevê venha a receber. A refuncionalização traduz-se numa alteração da substância, do conteúdo, necessária para que um objeto/espaço possa voltar a ser utilizado. Este exercicio poderá ter uma miríade de graus de profundidade de intervenção, sendo o aspeto fundamental que interesse aqui ter em atenção: de que modo, perante um programa funcional e um programa financeiro, poderá ser a abordagem? Uma abordagem redutora será o primeiro passo para uma perda de valores – arquitetónicos, documentais ou simbólicos – do edifício, do conjunto ou do contexto urbano, e para a redução da qualidade dos seus valores ambientais urbanos. Uma abordagem sistémica, holística, deverá trazer à luz todo o conhecimento

> pertinente para resolver novos programas funcionais, na justa medida em que seja útil para alimentar o projeto. O conhecimento da preexistência será o ponto de partida para a solução, em confronto com o programa funcional proposto, agregando especialidades em função do seu grau de complexidade e com o seu valor cultural.

É como podemos perceber, nas ações de refuncionalização e reutilização do património construído que a sua significação se eterniza, e que muitas vezes está associada ao facto de determinado objeto se tornar uma atração turística. O património construído como nota Aloise (2003: 1) “tem a notável capacidade de *transcender* a mortalidade humana, de ser produção de história e de ser *ressignificada* e *reapropriada* para cada época e cada fruidor.” É nesta evolução e adaptação do edificado às novas necessidades e usos contemporâneos, que se deve explicar a história da cidade. As intervenções no património no decorrer do séc. XX, até à contemporaneidade, ficam marcadas pelo desejo de estimular e relembrar a sociedade da sua própria identidade cultural.

IV PATRIMÓNIO COMO UM PROCESSO CULTURAL

> Visiting historic towns is not about going to a museum or reliving history, and urban conservation is not about preserving the past as an archaeological ruin; it is about enhancing an area which has qualities built upon from the past, as a contemporary living environment.
>
> (Orbasli, 2000: 4)

4.1 – O ADVENTO DO TURISMO CULTURAL

A alteração que as sociedades modernas sofreram com a civilização urbana global, conduziu a uma uniformização de valores, e promoveu a perda o contacto físico do individuo com o território, fator primordial na identificação das suas origens. O facto de alguns objetos perdurarem no tempo, faz com que adquiram um valor na sociedade. Com o intuito de responder a esta procura por encontrar as "origens", a Indústria do Turismo procurou precocemente dar respostas às suas necessidades. Foi a partir da exploração do património arquitetural, em especial o classificado, e dos conjuntos urbanos antigos, que se desencadearam grande parte dos movimentos turísticos. Portugal, sendo um país rico em património, viu recorrentemente a sua riqueza ser objeto de reconversão para fins hoteleiros a partir dos anos 60, e mais afincadamente durante os anos 80 e 90. Não podendo o património afastar-se dos mecanismos da globalização, estes movimentos passaram a ser entendidos como um recurso económico. Esta associação entre turismo e património, que hoje conhecemos como turismo cultural, foi um conceito proferido pela primeira vez na Carta de Turismo Cultural do ICOMOS (1976) que o define como:

> Um facto social, humano, económico e cultural irreversível. (...) que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios históricos-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui – para satisfazer os seus próprios fins – a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de facto, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais e económicos que comporta para toda a população implicada.
>
> A utilização do monumento através do seu uso turístico passou, por um lado, a ser vista

como uma estratégia benéfica e promotora de intervenções de preservação e conservação, com o intuito garantir a valorização da identidade cultural do mesmo. E, por outro, em prol do seu valor económico. É neste último ponto que o fenómeno do turismo desencadeia relações antagónicas, por um lado à uma defesa desta atividade pela sua capacidade de gerar riqueza, por outro é visto como responsável pela descaraterização do próprio espaço resultante da massificação do património.

> Worldwide, tourism is becoming a growth industry, and in the case of historic towns it is moving from being an 'add-on' economic benefit to playing a significant and sometimes powerful role in conservation and economic regeneration. It is true that urban heritage has been conserved as a result of tourism interest, but a considerable amount has equally been destroyed because of it (Orbasli, 2000: 2).

Neste enredo como Castelo Branco (2005: 9) alerta, o "turismólogo tem nas suas mãos a responsabilidade de atuar como um instrumento de preservação do património, ou de destruição do mesmo". Ou seja, este pode desempenhar dois papéis: o de agente que auxilia na manutenção e preservação de uma cultura, ou o de agente responsável pela total descaracterização dessa cultura, e da exclusão da população de fruir a sua própria cidade. Neste sentido o turismo deve desenvolver alternativas de forma a conciliar o lado económico inerente à exploração do património, com a sua preservação patrimonial, promovendo um desenvolvimento sustentável da cidade. Como Orbasli (2000: 4) afirma: "tourism has to be made to work for historic towns, enhance rather than destroy, support rather than siphon, most of all value the depth, the heart and the spirit of a place."

Num momento em que a conservação e o turismo estão a seguir caminhos estreitamente paralelos, as duas disciplinas devem ser intercomunicastes no que remete ao planeamento e gestão do património da cidade. De forma a compreender as ambições de cada uma é necessário recuar no tempo até ao período renascentista, momento em que se insticionalizou o amor pela arte. E se fundou um mercado em expansão constante, associado à profunda reflexão sobre a arte e sobre as descobertas arqueológicas, o que criou uma nova forma de olhar os bens culturais. Enquanto se multiplicavam as coleções privadas, cujo nascimento no *Quattrocento* tinha sido contemporâneo do das *antiguidades*, despoletava-se a criação dos primeiros museus de arte, desenvolvendo-se os primeiros mecanismos de democratização do saber, tornando acessível a todos pela substituição das descrições e recolhas de antiguidades pela exploração do objeto real aberto à comunidade em geral.

Este amor pela arte que, desde o Renascimento, exige a presença real dos objetos,

subjugados aos "dois valores (histórico e estético) originalmente atribuídos às antiguidades, como seguidamente aos monumentos históricos, longe de ser imediatamente dados à percepção, não são, um e outro, apreendidos senão à custa de um trabalho exigente, (...) que tem por condição uma experiência física ao mesmo tempo ativa e contemplativa." (Choay, 2012: 34) A relação com a arte, solicita assim a sensibilidade estética na sequência de uma experiência concreta.

Contudo certamente este interesse suscitado na Europa Ocidental pelas antiguidades e, depois, pelos monumentos históricos, veio sendo sempre acompanhado de repercussões financeiras, associadas à sua comercialização a partir da segunda metade do século XIX sob o termo património. Foi na emergência do período moderno, que foram reunidas um conjunto de condições, nomeadamente pela introdução de uma ideia de tempo livre proporcionada pela Revolução Industrial, que terão contribuído para o crescimento do fenómeno que hoje conhecemos como turismo, que desde cedo está ligado à evolução da cidade e aos mecanismos societais de vivência cultural desta.

Contudo este fenómeno refletiu-se tardiamente em Portugal, sendo ainda no início do século XX, a Indústria do Turismo pouco explorada[82], materializando-se apenas nas estruturas hoteleiras exclusivas para a alta sociedade portuguesa, os Palace Hotel. A verdadeira acepção do turismo em Portugal, só é sentida a partir dos anos 30, momento em que se verifica uma viragem no sector, derivada da remodelação dos mecanismos do turismo nacional.

Como refere Susana Lobo (2012: 444), o I Congresso Nacional de Turismo nasce como ponto de partida para delinear uma nova abordagem. Sob a influência da ação do Patronato

[82] Contudo, como refere Rodrigues (2005: 23) desde cedo que muitas publicações nomeavam, descreviam e reproduziam os monumentos nacionais, divulgando-os entre compatriotas e estrangeiro através de monografia, guias de viagem e obras periódicas, como o *Itinerário que os estrangeiros, que vem a Portugal, devem seguir na observação, e exame dos edifícios, e monumentos mais notáveis deste reino* (1845), de António Dâmaso de Castro e Sousa; a *Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal com vistas Photográficas* (1861-63), dirigida pelo arquiteto Joaquim Possidónio da Silva; os *Monumentos Nacionais* (1968), de José da Silva Mendes Leal; o *Panorama Photographico de Portugal* (1869-74), dirigida por Augusto Mendes Simões de Castro; o *Guia do Amador de Bellas-Artes* (1871) de Daniel Martins de Moura Guimarães; os *Monumentos de Portugal, Históricos, Artísticos e Archeológicos* (1886) de Inácio Vilhena Barbosa; o *Guia Ilustrado de Lisboa e as circunvizinhanças* (1891), de D. Tomás d' Almeida Manuel de Vilhena; *À Travers Lisbonne (Cintra-Cascaes)* (1898); o *Lisbonne à vol d'oiseau* (1898), de Caldeira Pires; *A arte e a Natureza em Portugal* (1902-08); e o *Roteiro de Lisboa* (1905), de Joaquim Gil Pinheiro. De assinalar é também a já referida revista, *O Panorama*, que reproduziu em diversos números gravuras dos primeiros monumentos classificados como "nacionais", selecionados pela sua capacidade de transmitir conhecimento.

Nacional de Turismo espanhol[83], que tinha sido divulgada na campanha do *Notícias Ilustrado*, delineiam-se as primeiras linhas para a exploração desta Indústria, que resulta da ambivalência que a mesma aufere, e que foi explorada por Francisco de Lima na sua tese "Pouzadas", que como autora (2012: 445) nos indica, sugere um novo tipo de instalação turística, que contribuía para reabilitação do património, através da sua conservação, adaptação e reafectação a um uso necessário, como também para a revitalização social e económica das áreas envolventes. Este projeto de turismo revelar-se-ia promissor durante as campanhas nacionalistas que se desenvolveram a partir da década de 40, momento em que se impõe uma consciência pela diferenciação cultural:

> Esta consciência tornou-se especialmente notória naquele que foi um dos mais amotinados momentos ideológicos do século XX – o período que precede à 2ª Guerra Mundial. Por esta altura emergiram por toda a Europa modelos políticos de feições absolutistas que cedo instrumentalizaram o turismo como um meio para a construção de um argumento de feições estético-politicas. Estas narrativas operavam consequentemente como um poderoso meio de mobilização ideológica que aliada a uma ideia de instrumentalização do lazer garantia a lealdade das massas (Cabrita, 2010: 128-129).

Este programa propagandista[84] da imagem de uma nação, serviu-se do património arquitetónico, ao possuir uma articulação privilegiada com o espaço da cidade e um significado denso acumulado ao longo de séculos, como meio para campanhas de persuasão que

---

[83] Numa série de artigos, elogiava-se o sentido de oportunidade da política de rentabilização dos recursos patrimoniais e paisagísticos adoptados por este organismo, com a criação, em 1928, de uma *Junta de Paradores* e *Hosterías del Reino*, mais tarde complementada por uma rede de *Albergues de Carretera* (Lobo, 2004: 85).

[84] Mussolini usa o património monumental de Roma para ressignificar novamente o tecido da cidade. Diversas operações que, na tentativa de significar de forma ideologicamente operativa alguns pontos monumentais da cidade, terão elas próprias destruído vastas áreas de tecido urbano que seriam consideradas hoje, à luz dos novos conceitos de património, classificáveis. (...) a sistemática ressignificação de peças patrimoniais para fins propagandísticos e o modo como o património arquitetónico monumental" está inerentemente relacionada com a sua refuncionalização. O investimento em novos significados e funções. Compreende-se assim a "subjetividade inerente à interpretação da cidade herdade, onde o significado se desprende da relação entre morfologia urbana e arquitetura. Deste modo as imagens urbanas são tidas como elementos subjetivos a serem precisados em relação à história presente, e como tal descritíveis e catalogáveis "sob a forma de reinvenção. (Costa, 2003: 23)

subtilmente ou não, os tornaram símbolos ou simplesmente suporte de um operativo discurso ideológico. A imagem da nação nestes Regimes passa a ser formalizada através da publicidade turística do seu património. A produção da nação e da sua identidade passou a ser propaganda do passado no presente, usado como sinal de prestígio e poder.

> Em Portugal, o Estado Novo (…) também usou um aparelho de propaganda para o legitimar – a Secretaria de Propaganda Nacional (SPN), que mais tarde se transformou no Secretariado Nacional de Informação, Turismo e Cultura Popular. Esta organização foi responsável, sob a direção de António Ferro, por algumas das mais importantes e significativas iniciativas turístico-culturais. Enquanto chefe do Secretariado de Propaganda Nacional (…) tinha como missão a fabricação de imagens de um país de convenções estáveis que recusando a contemporaneidade projetava a cultura popular para um passado puro. (…) Fundamentado nesta doutrina, proclamou uma estratégia de diferenciação regionalista do produto turístico português e despontou medidas na área da imprensa, com a criação da publicação Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo e do Património com atividades de conservação/divulgação do património, de classificação de monumentos, de paisagens (Cabrita, 2010: 130).

Foi neste período, como consequência das políticas empreendidas pelo Estado Novo na procura do "estilo nacional", que deu origem a um projeto de turismo inovador nos termos em que pensa uma estratégia de intervenção à escala do território nacional, elegendo e promovendo pontos de interesse turístico e dotando-os de estruturas hoteleiras, as *pousadas*. Em vez de promover a construção de hotéis demasiadamente dispendiosos e inoperantes, estas pousadas vieram responder prontamente a uma campanha turística da SNP/SNI. "Refere o chefe do SNI que «as nossas pousadas foram construídas e arranjadas com o intuito principal de servir de modelo a esta nova orientação da indústria hoteleira em Portugal, maquetas animadas, espalhadas pelo país, onde será fácil colher ensinamentos, aprender e desenvolver certas ideias.»" (Ferro, 1949 *apud* Cabrita, 2010: 131). Situadas em meios rurais, estas pousadas pretendiam materializar os princípios do conceito da "Casa Portuguesa" do arquiteto Raul Lino (1879-1974), visando recriar um "sentido de lugar". Como refere Paulo Pereira (1997: 16), Lino procedia à reinterpretação do legado arquitetónico português, como se recusasse aceitar as teses modernistas, procurando um nostálgico regresso às raízes. Tratava-se de um resistente e até de um anti-industrialista, cujos princípios foram apropriados sobre idílicas interpretações de uma vivência rural que se prestava ao imaginário nacionalista e conservador do Regime de Salazar e, que viria ter lugar de destaque nas politicas de intervenção da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Esta posição levantou um movimento de resistência da classe de arquitetos da época que para além das questões ideológicas reclamava questões formais da arquitetura que este discurso levantava contra a inovação da linguagem que rompesse com os critérios do estilo oficial. Esta posição ganha dimensão cultural e política, com a realização do *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa,* publicado, em 1961, sob o título de *Arquitetura Portugal em Portugal* (Pereira, 1997: 18). Esta iniciativa vem definir uma nova via, que promove a dicotomia inaugural entre o novo e o velho, no sentido de garantir a natural relação entre a produção cultural e a respetiva dimensão construída pelo seu espaço e tempo, algo que o discurso estatal não privilegiava. Como Susana Lobo (2004: 94) nota:

> Discute-se, acima de tudo, o conceito, então corrente, de pousada regional, entendido agora mais em termos de escala e intimidade do ambiente, do que com base num "tacanho e adulterado regionalismo". Com outra postura perante o território, à "noção exclusiva do edifício" sobrepunha-se, agora, a "noção mais complexa de sítio", alargando-se o sentido das intervenções a uma "visão cinemática e envolvente", que permitisse a leitura integral e progressiva do conjunto, enquanto prolongamento do contexto exterior.

Estas propostas que a autora (2004: 94) conota como ações de irredutível qualidade pela interpretação culta e sensível dos valores preexistentes e do espaço envolvente, viriam responder a um programa distinto da atitude que conduziu o programa de Obras Públicas do Estado Novo no que compete à adaptação dos monumentos a pousada, que resultou inicialmente da estilização destas estruturas num revivalismos históricos evocativo da nação. Concepção esta, eminentemente ligada ao ideário historicista do regime e ao valor económico do património, mais do que ao seu valor cultural. No entanto a progressiva expansão de uma ideologia do património, alimentou todo um culto, que veio a traduzir-se no desenvolvimento dos primeiros movimentos turísticos em Portugal, que viriam a ter um crescimento desmesurado formulando as primeiras iniciativas do que hoje reconhecemos como turismo cultural.

4.2 – Património e Experiência

Naturalmente, o Estado explorou esta situação, forjando um contacto físico com o objeto patrimonial em detrimento da autenticidade da experiência proporcionada. "Nesta base, a partir do momento em que as estratégias de promoção turística ameaçam os limites do "autêntico", através de um mecanismo de controlo direcionado para os domínios da produção e da

reprodução da experiência turística subverte-se o princípio da mobilidade." Como Choay (2012: 46) refere são relegados para segundo plano o tempo e o labor necessários à percepção estética do monumento, esta última exigida, na sequência de uma contemplação ativa, pelo deleite estético que só percepcionado pelo que Riegl chamava o *kunstwollen* ("o querer da arte") daquele que o experimenta. A imposição de uma cultura e de uma experiência aniquila qualquer um destes sentimentos que estão na base na concepção do conceito de património.

A associação das nossas heranças edificadas ao turismo ganhou uma preponderância ainda mais exponencial a partir da sua classificação como património mundial, atribuída pela Unesco. A Convenção do Património Mundial e a sua evolução, de 1972 até hoje, tornaram-se num instrumento universal de democratização do património e no desenvolvimento e institucionalização das normas de proteção do património. Tal como argumentou Laurajane Smith (2006: 27) na sua obra Uses of Heritage:

> In that year, UNESCO adopted the *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage,* which established an internacional agenda for the protection and conservation of sites of universal significance, and importantly confirmed the presence of 'heritage' as an internacional issue. (…) As Choay has argued, the European sense of the historical monument as universally significant underwrites this Convention, which inevitably universalizes Western values and systems of though.

Contudo em Portugal, o fenómeno emergente do turismo direcionado para o património arquitetónico foi considerado como motor e meio de sustentabilidade em virtude do seu estado de conservação, da sua dimensão e custos necessários para intervenção. A preocupação em reutilizar os imóveis garantindo a sua utilização, e sustentabilidade esteve presente na base das intervenções assumidas. Em todas elas os problemas da recuperação, conservação e valorização do património arquitetónico, constituíram os principais motivos orientadores e base de suporte para a existência da atividade turística.

A associação entre o património construído e a instalação de unidades turísticas assumiu um papel de relevo, o que revela a necessidade de uma visão estratégica em que as suas reutilizações se deverão basear. Nas últimas décadas tem-se assistido, quer por parte dos agentes económicos privados, quer do sector público, a um conjunto de ações que julgam reconhecer no turismo a capacidade de dinamização económica e de reestruturação do património arquitetónico e dos conjuntos urbanos antigos, afetados pela desadequação às exigências de conforto dos nossos tempos. No entanto é necessário reconhecer que essa

relação entre o património arquitetónico e o turismo não está isenta de dificuldades e problemas, designadamente no uso que decidem fazer desse património, geralmente assente na sua massificação. É neste ponto que os núcleos urbanos antigos, atualmente muito pressionados, correm o risco de se transformar em locais teatralizados, ignorando por vezes as necessidades dos residentes a favor dos visitantes e, como tal, negando a sua própria autenticidade. (Ramalho, 2005: 66).

A questão da autenticidade é um tema recorrente tanto na discussão da arquitetura, como na discussão do fenómeno turístico. É um tema profundamente moderno na medida em que "for moderns, reality and authenticity are thought to be elsewhere: in other historical periods and other cultures, in purer, simpler lifestyles" (MacCannel, 1976 *apud* Cabrita, 2010: 133) Por outras palavras, a rápida e profunda transformação da sociedade, gerou um conflito entre o passado e o presente e futuro, que importa conciliar para que seja desenvolvida uma vivência sustentável da cidade.

> A Carta de Cracóvia que, no ano de 2000 a DGEMN, subscreveu em representação do nosso País, na qualidade de redator, no seu ponto 11 afirma: "O Turismo Cultural, mesmo aceitando os seus aspetos positivos para a economia local deve ser considerado como um risco. (...) *A gestão do processo de mudanças transformação e desenvolvimento das cidades históricas e do património cultural em geral, consiste no controlo das dinâmicas de mudanças, das opções e dos resultados.* (…) *Como parte essencial deste processo, é necessário identificar riscos a que se sujeita o património* (Ramalho, 2005: 66).

Esta preocupação com o dominio social e económico do património associado diretamente a uma relação de consumo é resgatada no artigo "Património e Intimidade" (2014) de Paulo Pereira. Segundo o autor (2014: 82) é necessário despir o património da sua carga de consumo. O consumismo patrimonial constitui uma maneira pós-moderna ou neomoderna de conceber os lugares/monumentos/museus, que o alargamento do turismo de massas, a acessibilidade a meios de difusão electrónica e a aceleração do mundo têm potenciado deste segmento, que se inscreve, assim, com facilidade, numa espécie de necessidade socioeconómica no sentido reducionista, e menos numa idealização ou valoração da experiência sensível. Hoje, "a passagem por um lugar icónico ou aurático torna-se numa espécie de «troféu digital», uma cruzinha que se coloca na carlinga dos nossos captores, sejam eles máquinas fotográficas ou *smartphones.* A desmultiplicação da imagem e a sua difusão instantânea comprime o mundo nas redes sociais e virtualiza a experiência" (Pereira, 2014: 82). Há uma construção do património que induz a um olhar passivo sobre o objecto. Esta forma de

olhar é incutida pelo modo como o património foi sendo concebido e "oferecido" à sociedade pelas grandes entidades responsáveis pela sua preservação e conservação. Retomando neste ponto a ideia de Smith (2006: 31) no que remete para o que nomeia como Authorized Discourse of Heritage (AHD): "the audience (...) consume the message of heritage constructed by heritage experts. Heritage is not defined in the AHD as an active process or experience, but rather it is something visitors are led to, are instructed about, but are then not invited to engage with more actively." Ou seja, o turismo atualmente sustenta uma formatação do olhar do espectador, e promove uma estética socialmente aceite. Neste sentido os turistas tendem unicamente a "to be interested in the traditional aesthetics of heritage and nothing else" (Smith, 2006: 32).

A ideia de passividade, aqui presente, inerente ao papel do turista na sociedade atual, é amplamente explorada por Diane Barthel (1996 *apud* Smith, 2006: 32) que assume "that heritage visitors are inherently uncritical and passive." Esta passividade é suscitada pela indústria do turismo que reduziu o património a um mero bem de entretenimento, "where heritage has been accused of stifling creativity and sanitizing or simplifying the historical messages of the past" (Smith, 2006: 33). Este quadro que é feito do património não só concebe os seus receptores como sendo socialmente passivos, como também cria barreiras significativas à apreensão do significado e natureza do património. A massificação decorrente deste processo implicado pela Indústria do Turismo criou a necessidade de explorar novas formas de ver, na procura de uma experiência única, deslocada, não massificada nem conduzida pelas vias comuns. A desvalorização da experiência sensorial em detrimento do consumismo sem predisposição voluntária para o conhecimento efetivo do objeto histórico, pressupõe uma nova estratégia de relação com o território e com o ambiente, que deverá estar intimamente relacionada com as politicas públicas para a reabilitação urbana e de requalificação arquitetónica. Uma relação que deve ser vista na sua globalidade, não centralizando a atenção apenas nos lugares de caráter monumental.

"Mas se o turismo é capaz de gerar este conflito também deverá ser capaz de o resolver podendo até ser visto como potencial mecanismo de reconciliação da sociedade moderna com o passado" (Cabrita, 2010: 133). Interessa por isso procurar criar um equilíbrio entre o passado, o presente e o futuro, onde a questão da autenticidade seja preservada na discussão da arquitetura como lugar turístico. A arquitetura pode contribuir de duas formas para a experiência turística: a primeira é como atração no seu sentido material e a segunda tem a ver com o seu contributo para a construção de lugares de memória, tal como Laurajane Smith (2006) sugere. Ideia que é retomada no discurso de Cabrita (2010: 134):

Pegando na definição de atração turística de Dean MacCannell (MacCannel, 1976): "an empirical

> relationship between a tourist, a sight and a marker (a piece of information about a sight)" – verifica-se a indispensabilidade do significado e da retórica necessários ao objeto arquitetónico, para ser reconhecido como atração turística. Porque apesar de um turista poder fazer turismo quando quiser, (…) a arquitetura só faz parte desta dialética quando tiver capacidade de retaliar um significado. (…). A cidade transforma-se num objeto turístico, quando, e usando as palavras de Norberg-Schulz, "expressa um modo de vida". (…) O Turismo deve ser por isso entendido como um fenómeno potencialmente pedagógico a partir do momento que esclarece os diferentes modos de vida.

Neste sentido, o património pode ser visto como uma experiência significativa, onde o objeto não está petrificado no tempo, como a ética de conservação tende a exigir, mas é um processo que proporciona uma constante revalorização e ressignificação dos seus valores pré-estabelecidos, que por sua vez estão envolvidos na própria construção da identidade individual e coletiva através de memórias partilhadas. Como Thus argumenta "there is no past out there or back there. There is only the present, in the context of which the past is being continually re-created" (Thus, 1996 *apud* Smith, 2006: 58). Ou seja, é a experiência e a vivência do lugar, e as suas histórias passadas entre gerações, que mantém o lugar vivo. Vejamos um exemplo que Laurajane Smith (2006: 54) nos dá quando descreve a natureza do património nas sociedades contemporâneas:

> Challenges to Western traditional conceptualizations have occurred in response to specific events, such as the controversy and debate sparked by the 're-painting' of rock art sites in Western Australia during in 1980s. In the case, Aboriginal custodians were accused of re-painting sites in 'non-traditional' ways and thus 'destroying' ancient rock art. The countered that was important, in terms of Aboriginal perspectives, was the maintenance of culture practice and meaning. The act of re-painting was vital in keeping alive certain values and meaning in a way the simples' existence of the sites could not. (...) This event directly contradicts the 'conserve as found' ethos and questions the universality of the consumption that is fabric that is importante as heritage.

Na verdade estamos a interagir com um conjunto de valores e significados, exaltados no presente pelo objeto, tais como a emoção, a memória, o conhecimento e a experiência. Nesta acepção é o valor e os significados que o património emana que devem ser o sujeito principal no momento de decisão de intervir no património. Tal como Smith (2006: 56) sugere a verdadeira preocupação com a sua preservação deve ser definida pelos valores e significados que oferece, e neste sentido todo o património é intangível. Este conceito ajuda a vincular que o sentido físico do património, não é mais que um corpo de valores e significados. E logo, o

turismo não deve ser conectado como uma versão negativa da utilização do património, mas como um dos fenómenos com mais potencial da cultura contemporânea, dado que como Cabrita (2010: 136) defende:

> Assenta num conjunto de práticas sociais e criativas mas distingue-se como atividade económica, pela sua capacidade de gerar riqueza através da comercialização da experiência. A matéria-prima explorada no turismo é, portanto, o próprio espaço. As especificidades dos lugares, reflexos da sua identidade. E é neste dominio que a produção turística verdadeiramente se potencia, enquanto mecanismo benéfico para o desenvolvimento e estruturação especial do território. Não se pode por isso continuar a encarar este fenómeno como uma simples fonte de rendimento que manobra na lógica do artifício (…). O lugar, mesmo enquanto produto, é sempre caracterizado por uma grande complexidade inerente que o turismo estende para além das suas características próprias, acrescentando um novo nível de auto consciência que gera novos níveis de complexidade e que constituem material para uma contínua e sustentável construção dos lugares.

4.3 – Casos de Estudo

Os três edifícios selecionados dos centros históricos de Lisboa, como casos de estudo desta dissertação, estão diretamente relacionados com esta relação que o património arquitetónico detém com o turismo na contemporaneidade. Neste âmbito, para além da sua escolha ter recaído numa primeira instância pela sua localização, e pelo valor social, cultural e histórico que auferem, foi também devido ao aproveitamento e adaptação para fins turísticos e hoteleiros a que estes imóveis estão ser sujeitos, – que como viemos a argumentar contribui para a preservação, recuperação e divulgação do património identitário da nossa cidade – que motivou a sua escolha. Assim, a seleção destes casos teve como princípio a procura de edifícios já reabilitados ou em fase de reabilitação que se enquadrassem nos seguintes parâmetros:

a) edifícios devolutos com valor social, cultural e histórico situados nos centros de Lisboa;

b) edifícios com projetos de reconversão contemporâneos com fins turísticos;

c) edifícios em diferentes estádios dentro do processo refuncionalização: obra concluída, obra em desenvolvimento e, edifício devoluto com projeto aprovado.

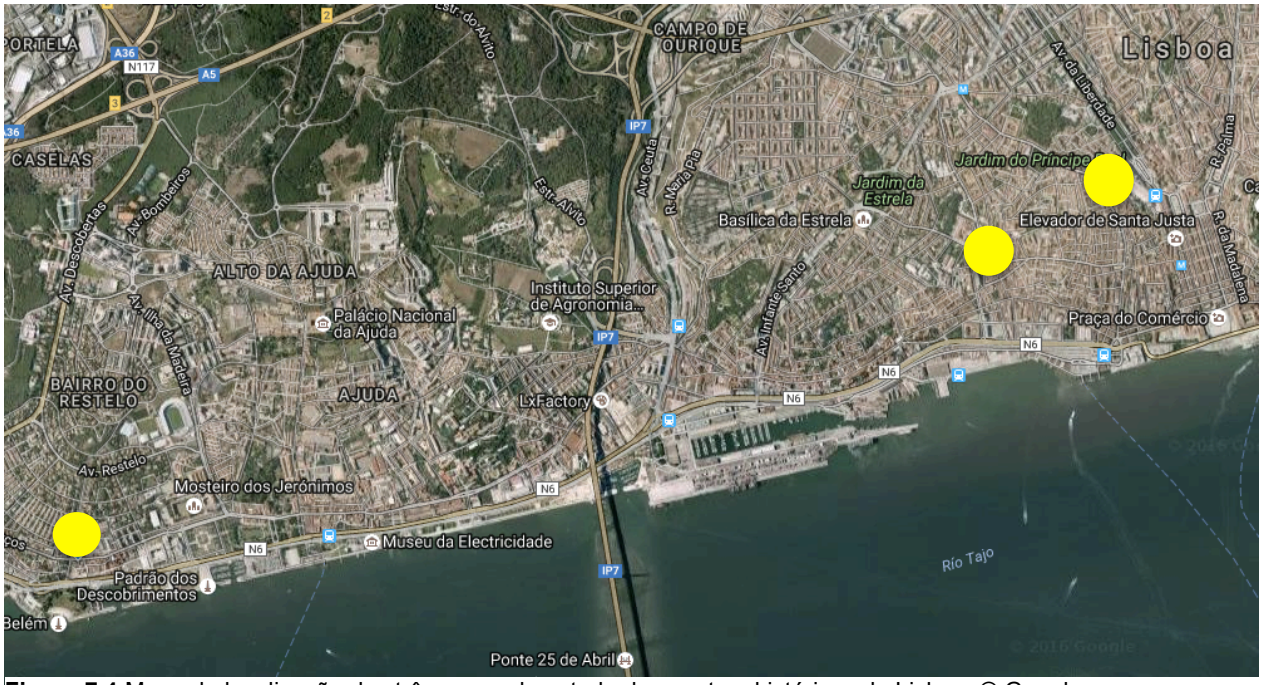


Figura 7.4 Mapa de localização dos três casos de estudo dos centros históricos de Lisboa. © Googlemaps.

Serão então analisados três edifícios da cidade de Lisboa:

1) Casa do Governador da Torre de Belém – Rua Bartolomeu Dias, nº 117
2) Palácio dos Condes de Lumiares – Rua do Diário de Notícias, nº 138
3) Palácio Conde-Barão do Alvito – Largo do Conde Barão, nº 47-44

No caso do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém (séc. XVI), o único cuja reabilitação já foi concluída, são apresentadas as diferentes fases do projeto, como o anteprojeto, o projeto e as alterações, de modo a compreender o processo e a evolução do projeto de arquitetura, desde o seu início até à finalização da sua construção.

O segundo caso, o Palácio dos Condes de Lumiares (séc. XVII–XVIII) tem a sua obra a decorrer, encontrando-se o mesmo fechado e entaipado, o que não permitiu visitar o local. É um processo recente, numa das mais emblemáticas artérias no Bairro Alto, que revela a contemporaneidade das ações de reabilitação e refuncionalização do património arquitetónico na nossa cidade.

O edifício que pertenceu ao grupo hoteleiro Carlos Saraiva, que submeteu à Câmara Municipal um projeto de reabilitação para hotel com o nome “CS Palace Glória Hotel”, é hoje

alvo de um novo projeto de reconversão também com fins hoteleiros da sociedade Quick & Positive - Investimentos Imobiliários, Lda, que comprou em 2014, o imóvel aos anteriores proprietários, após a insolvência do grupo hoteleiro. Os atuais proprietários melhoraram e alteraram o projeto e o conceito anteriores, de hotel para hotel de apartamentos de luxo, com projeto da MetroUrbe – Projectos de Consultoria em Arquitectura, Lda. Deste último projeto, ainda recente, serão apresentadas as fases do projeto previstos até à data, nomeadamente as diferentes propostas de implantação e utilização da ruína, que consta da Memória Descritiva e Justificativa submetida à Câmara Municipal de Lisboa, a 15 de Janeiro de 2015[85].

Em ambos os casos temos uma perspetiva de preservação do edifício histórico, numa articulação dos elementos estruturais da preexistência, em contraste com a obra contemporânea, e na reconstituição e preservação dos achados arqueológicos e históricos que foram subtil integrados no contexto da reabilitação dos edifícios.

No caso do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém, foi possível verificar, presencialmente, uma constante procura de preservação dos principais elementos da estrutura primitiva, assim como na recuperação dos tectos de masseira, dos tectos em abóbadas de aresta, e no registo e inventariação dos vestígios azulejares e dos achados arqueológicos romanos.

No Palácio dos Lumiares, apesar de não ser possível visualizar a recuperação e preservação da preexistência, é visível através da análise da Memória Descritiva e Justificativa, uma preocupação com a restituição e reconstrução das fachadas e dos elementos de valor patrimonial que ainda possam constar no seu interior. Verifica-se uma proposta que visa a manutenção da métrica que deriva das fachadas e, por consequência, de semelhante base estrutural, podendo-se designar como o chamado *fachadismo*. Uma opção muitas vezes contestada pelos autores que vêem como uma forma de descaracterização total do edificado, no entanto neste edifício a preservação do interior era insustentável, dado que o mesmo fora completamente demolido, tendo apenas resistido a escadaria central barroca.

Procurou-se dentro do estudo destes dois projetos analisar as abordagens e conceitos inerentes ao seu desenvolvimento, pelo facto de ambos iniciarem a sua vida útil com a mesma utilização e passarem agora a uma nova. Interessa com isto expor o processo de reconversão existente, que se centrou eminentemente na reinterpretação do espaço arquitetónico. Os projetos centraram-se na modificação da organização interior, sem grandes alterações à estrutura original que ainda tinha subsistido às anteriores alterações e à degradação do tempo. Nesta visão, acentua-se a compatibilidade entre elementos preexistentes e contemporâneos,

[85] "Memórias Descritivas" - Anexo A4

que convivem numa dialética harmoniosa, proporcionando uma valorização global dos edifícios, visando dar continuidade e prolongar a vida útil das preexistências adaptando-as às necessidades contemporâneas, mas com respeito pelas suas memórias e história, assim como pela sua integridade enquanto património.

O último caso apresentado o Palácio Conde-Barão do Alvito (século XVI – XVII), dos três é o único que ainda está em vias de licenciamento, pertencendo atualmente à mesma entidade promotora, do Palácio dos Condes de Lumiares. A sua presença nesta dissertação é tida como um elemento que fundamenta a posição do turismo como um processo cultural ativo na cidade de Lisboa na atualidade. A transformação económica, social e cultural da cidade através do turismo é hoje incontornável, e este edifício é exemplo vivo da contemporaneidade destas intervenções de reabilitação na cidade.

Nos três casos é feito um enquadramento urbano e histórico-social do edifício, sendo relevante abordar a sua importância, dado estarem inseridos numa área urbana classificada. É ainda elaborada uma análise das alterações que a preexistência sofreu no tempo, que consta nos anexos à presente dissertação. A explanação destas alterações visa comprovar que os edifícios são como “seres vivos” ativos nas sociedades que os utilizam e modificam constantemente, promovendo uma reconversão e refuncionalização das suas arquiteturas, com diferentes níveis de impacto.

Desde logo, as intervenções que estamos a considerar são processos longos e complexos, compreendendo uma série de dimensões estruturantes e envolvendo a interação de uma pluralidade de atores sociais. São processos com objetivos relativos a diversos sectores e de âmbitos de intervenção e com repercussões simultâneas a diferentes níveis, objetivos esses muitas vezes difíceis de compatibilizar entre si. Tais objetivos tendem a ser definidos e redefinidos no decurso dos próprios processos que passamos a analisar.

CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM

4.3.1 – PALÁCIO CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM (SÉC. XVI)
FREGUESIA DE SANTA MARIA DE BELÉM

Enquadramento Histórico e Urbano

O edifício da antiga Casa do Governador da Torre de Belém, insere-se no contexto urbano histórico, paisagístico e patrimonial da Zona Especial de Proteção da Torre de Belém (v. IPA.00004065) (Anexo A1). Num contexto mais amplo, este conjunto arquitetónico faz parte de uma arquitetura de acompanhamento, onde se incluem o Forte e Casa do Governador do Bom Sucesso, a Quinta da Princesa, o Convento do Bom Sucesso e os núcleos habitacionais e piscatórios, que caracterizam a frente ribeirinha de Belém.

O sítio do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém corresponde à totalidade do quarteirão com uma localização privilegiada no estuário do Tejo que terá sido em época romana um importante factor para a sua construção enquanto unidade de produção de preparados de piscícolas. Essa mesma posição geográfica voltaria a ser determinante para a construção do atual imóvel, que se inscreve na memória histórica do lugar e da cidade.

> A posição estratégica da cidade de *Olisipo* em relação o Tejo foi determinante no processo da conquista romana, assumindo especial ênfase na campanha de Décimo Junio Bruto: - Alendisto [Bruto] fortificou Oliosipon que é pela sua posição a chave do rio, com o fim de dominar o seu curso, e de poder sempre fazer chegar ao seu exército as provisões precisas: por natureza estas duas cidades [Lisboa e Moron] são as mais fortes entre as marginam o Tejo. (Estrabão, 1878 *apud* Filipe, 2011: 11) Estas mesmas características voltariam a ter um importante papel aquando do estabelecimento de vários unidades de produção de peixe na atual baixa de Lisboa e na própria Casa do Governador, na medida em que o Tejo funcionava como uma importante via comercial, fundamental para o comércio a uma escala regional: O Tejo com 20 estádios de largura na sua boca tem ao mesmo tempo bastante profundidade para os maiores *transportes* do comércio o possam subir (...) (Estrabão, 1878 *apud* Filipe, 2011: 11).

Nesta zona urbana o Palácio Casa do Governador da Torre de Belém era apresentado com algum destaque, sendo parcialmente isolado por um pátio delimitado por um muro

gradeado. A sua imagem sóbria de expressão chã, pela austeridade da morfologia das suas formas, remete para a concepção artística e gosto do século XVI. A sua encomenda é referida como decorrente do ano de 1519, momento em que o primeiro capitão da Torre de São Vicente de Belém, Gaspar de Paiva, solicita a construção da sua residência, num terreno que lhe fora aforado pelos monges de Santa Maria de Belém.

Embora haja notícia de a propriedade ter sido vendida a Francisco da Costa e, posteriormente, a Diogo Póvoas, que nunca foram membros da guarnição da fortaleza, os Governadores da Torre de Belém continuaram a residir neste palacete, denominado à época "Palácio de Pedrouços"[86]. Em 1677 ocupava a residência D. Luís Manuel de Távora, 4º conde da Atalaia (1646 - 1706), Governador da Torre de Belém, que terá sido responsável pela principal campanha de obras, entre finais do séc. XVII e primeira metade do séc. XVIII, que originou o complexo palaciano como hoje se apresenta, isto é um corpo mais alto e outro horizontal, com terraços virados a Sul. Estas alterações terão resultado de uma intervenção subsequente ao terramoto de 1755, que como o Eng.º. João Appleton[87] nota, terão reordenado a edificação quinhentista e acrescentado elementos decorativos, tais como a colocação dos revestimentos de azulejos nas salas do corpo baixo, ao gosto da produção da Fábrica do Rato. E também os fogaréus de desenho tardio que coroam o portão de acesso sobre a antiga praia, que seria a entrada nobre do palácio, como aponta o historiador José Sarmento de Matos[88] no mesmo documento.

O palácio, que esteve sempre sob a guarda estatal, anexa à sua função militar, foi em 1854, vendido a um neto dos Condes da Atalaia, o Marquês de Viana, que nele viveu até finais deste século. A partir de então o edifício sofreu algumas obras funcionais durante o séc. XIX e XX, resultando hoje o conjunto de uma acumulação de intervenções que terão começado pelo corpo Poente que seria, inicialmente, a Casa do Governador, virada ao Tejo, sucessivamente acrescentada e modificada[89]. Este núcleo mais antigo do edifício – primitiva área residencial com três pisos inter-penetrantes – é claramente identificado por uma caracterização mais erudita rematada pelos jogos de coberturas prismáticas e piramidais de várias alturas, o que lhe conferia uma volumetria escalonada e articulada, sublinhada pelo embasamento e terraço,

---

[86] Tal como é referido da Ficha de Inventário da DGPC, a sua denominação decorre da proximidade que na época tinha da praia de pedrouços. (Anexo A1)

[87] "Memórias Descritivas" – "Estado de Conservação", Eng.º João Appleton, pp. 1-15. (Anexo A4)

[88] "Memórias Descritivas" – "O Palácio do Governador da Torre", historiador José Sarmento de Matos, pp.1-4. (Anexo A4)

[89] "Alterações estruturais e funcionais da edificação" (Anexo A2)

portal de fogaréus e escadas exteriores. O corpo alongado que se atribui ao século XVIII é sublinhado pelo embasamento e rematado pela acentuada volumetria da cobertura.

Já o lado Este integra as dependências de serviço e a capela, em dois pisos em torno do pátio rectangular. Apesar das alterações que veio a sofrer, mantém-se a homogeneidade do ponto de vista construtivo do Palácio e das características materiais[90] que lhe conferem um valor de antiguidade.

Apesar de modificados e degradados pelos usos que veio adquirir, estes dois corpos (setecentista e oitocentista) mantêm ainda parte da traça original, nos amplos salões virados ao rio caracterizados pelos tectos de masseira e pelos lambris de azulejos, azuis e brancos; e na capela barroca junto ao pátio, marcada pelos painéis de azulejos setecentistas e pelos balcões e altar de talha.

As restantes construções de apoio conformam o pátio para a Rua de Pedrouços, cujo caráter utilitário reflete um certo empobrecimento arquitetónico resultado de sucessivas adaptações e crescimentos aditivos não planificados. A própria morfologia do edifício em U, como refere o Arquiteto Jorge Cruz Pinto, não corresponde a uma intenção tipológica de pátio de raiz, pois carece de unidade arquitetónica, dada a fragmentação, escala de um e dois pisos e caracterização heterogénea dos distintos corpos e coberturas de telhados a 2 e 4 águas. No entanto, parece existir nessa forma e no pátio, que se foi sedimentado à custa de construções de apoio de carácter mais funcional, um desejo de uma imagem palaciana barroca que não se chegou a concretizar na íntegra.

A animação dos alçados efetua-se pela abertura de janelas de peito e portas ao nível do piso térreo, e de janelas de sacada com guardas, no piso nobre, rematando-se o conjunto edificado por um beirado simples. No alçado Norte, ritmado pela abertura regular de vãos, a presença da capela (do lado Este) é assinalada por um pano sineiro rematado por frontão triangular, que se eleva acima do beirado. No alçado Sul, coincidindo com o ponto de articulação dos dois núcleos identificados, destaca-se a presença de um portal lateralmente delimitado por pilastras ostentando enrolamentos vegetalistas junto das bases e encimadas por fogaréus apresentando motivos ornamentais.

[90] "Estado de Conservação", ponto 2 "Características construtivas do edificado", Eng.º João Appleton, pp. 3-6. (Anexo A4)

Enquadramento do Projeto – Proposta de Refuncionalização

Face à degradação arquitetónica do conjunto, o programa funcional de conversão do edifício em Hotel de Charme, pretendido inicialmente pelo promotor estabeleceu um conjunto de intenções arquitetónicas para a reabilitação urbana, apoiadas nas interpretações histórica, construtiva e estrutural. Neste projeto incluiu-se também a reabilitação do quarteirão onde se localiza o edifício, com o intuito de contribuir para o melhoramento urbano do espaço intervencionado.

Condicionantes de Intervenção no Palácio dos Lumiares

Estrutura	Trata-se de um edifício palaciano arrabaldino, aproximando-se de uma casa de quinta, com dois corpos distintos. Um mais alto, com telhados autónomos escalonados por divisão, e um mais baixo, de telhado único e de grande altura; Coberturas de telhado e remates dos beirados em telha mourisca; Guardas em ferro e gradeamentos.
Interiores	Casa do Governador (corpo horizontal virado a Sul) com 3 pisos: 1º piso - Salões nobres, revestidos com lambris de azulejo, azul e branco; vãos, caixilharias e portadas de madeira; tectos de caixotão em masseira, alguns possivelmente anteriormente revestidos de pinturas, que dão ao seu interior o sentido característico da moradia fidalga do período aristocrático. 2º/3º piso - Tectos em abóbadas de aresta, em formato setecentista; A Norte, abre-se o pátio que dava acesso às cavalariças e outras dependências, para o qual abria também a entrada pública da capela.
Capela	A capela, com a suas galerias de 2º piso, é um dos elementos mais interessantes deste conjunto. Apresenta uma unidade de intervenção, pois os azulejos, as madeiras, a talha do altar e a grande tela central, em estado bastante degradado mas recuperáveis, apontam para a 2ª metade do século XVIII, da campanha de obras pós-terramoto.

Quadro 1.4 Condicionantes de Intervenção no Palácio Lumiares. CML

É o facto de ter resistido ao terramoto, mantendo o essencial da sua estrutura original faz dele um exemplar interessante da arquitetura portuguesa deste período, que revela o bom gosto que marcou o imaginário lisboeta. Como o Eng.º João Appleton nota, a proposta para sua reabilitação não deverá, portanto, esquecer estas condicionantes tirando partido delas para um verdadeiro cruzamento entre a memória e as necessidades do presente.[91]

Neste sentido o projeto procurou preservar e acentuar o traçado principal do edifício, deixar clara a leitura dos vários extractos históricos que o integram, como as fachadas, espaços interiores e as características arquitetónicas e estruturais preexistentes, capela, salões e lambris de azulejos, tendo o projeto merecido a aprovação com mérito por parte do Instituto Português do Património (IPPAR) e do Instituto Português de Arqueologia (IPA). Assim como da Direção-Geral de Turismo que declarou que o imóvel tinha relevante valor arquitetónico, por despacho de 2002. Neste sentido, o projeto de arquitetura visou adaptar o programa hoteleiro à estrutura espacial e construtiva do edifício, potencializando o valor de uso dos espaços preexistentes através da restituição da memória do edifício. Este facto confere a esta proposta uma irredutível qualidade, pelo bom senso com que utiliza as normativas de intervenção no património. As opções tomadas no desenvolvimento do projeto e reabilitação deste edifício seguiram as linhas de pensamento que a autora Susana Lemos (2014: 65) defende no capítulo anterior, e com as quais concordamos. Dado que o projeto que analisamos visou em primeira instância enaltecer as preexistências, antigas, de forma a manter o edifício vivo, enquanto obra física e intelectual, adaptando conscientemente o programa hoteleiro, sem com isso destruir a autenticidade e valor do edificado, como podemos verificar na proposta dos Arquitetos Jorge Cruz Pinto e Maria Cristina Mantas (2002):

Ao nível da estrutura do edifício foi reforçada a tipologia de pátio em U, através do acrescento do antigo corpo anexo nascente; solução que marca com rigor a diferenciação de linguagens, não procurando introduzir qualquer espécie de *pastiche*.

No que remete para a organização espacial do hotel, a mesma foi realizada segundo um eixo longitudinal do corredor, ao nível do piso 0, em consonância com dois novos eixos dos corredores perpendiculares correspondentes às alas laterais destinadas ao programa de quartos. No cruzamento destes dois eixos encontram-se as circulações verticais, formadas por blocos de escadas e dois elevadores para uso públicos, e lateralmente, pelas duas colunas de serviço. Neste piso, na ala sul, foi ainda restituída a enfiada perspéctica nos sucessivos salões existentes, atribuídos ao uso social do *lobby*, sala de reuniões e bar, abertos ao terraços, às

[91] "Estado de Conservação", ponto 3 "Anomalias construtivas, estado de conservação do edifício", Eng.º João Appleton, pp. 12-15. (Anexo A4)

vistas do rio e Torre de Belém. A intervenção neste corpo visou respeitar, por sua vez, as três janelas de sacada do século XVIII que caracterizam a fachada nascente, bem como toda a zona do pátio que comunica com a sala de recepção, adjacente à capela barroca.

No piso 1, do corpo do século XVII, procedeu-se à reabilitação da função nobre do edifício, através da reconversão dos salões nas principais suites do hotel. No piso de embasamento foram preservadas as paredes mestras e as abóbadas de alvenaria de tijolo sob terraços. É também aí que se localiza o restaurante, com entrada pelo portal principal dos fogaréus. No embasamento mais alongado, correspondente ao século XVIII, aproveitou-se a métrica dos vãos e das paredes mestras existentes para modelar a ala de quartos, que se debruçam diretamente sobre um extenso espelho de água, que acompanha todo este corpo do edifício.

As alas norte e noroeste do edifício, correspondentes às de menor valor histórico e arquitetónico, são marcadas por adulterações subsequentes ao acrescento de um novo piso de quartos caracterizado por volumes de gelosias de madeira e cobre que protegem da exposição solar, intersectando a cobertura do corpo alongado do século XVIII, sem deixar de assinalar a diferença com a intervenção contemporânea. Em termos da intervenção no edifício, esta solução procurou respeitar e aproveitar as qualidades intrínsecas da preexistência, de modo a reduzir as demolições e reciclando alguns elementos.

Os três novos pisos escavados contêm uma área comercial, o SPA e zonas de serviço, que ligam diretamente ao parque de estacionamento subterrâneo sob a praça. O grande tanque do SPA ocupa o espaço de dupla altura, sob o pátio do palácio e é coberto por uma laje em consola com um grande lanternim a toda a largura do pátio, permitindo uma iluminação natural. As soluções estruturais adotadas são bastante diversificadas, de acordo com as distintas zonas do edifício: desde a preservação dos muros de pedra e paredes mistas de estrutura de madeira existentes até às lajes de madeira e à adoção de estruturas mistas de perfis de aço, madeira e betão.

Dado o valor histórico e urbano do edifício foram realizados trabalhos arqueológicos, como consta nas “boas práticas” de atuação sobre o património construído apontadas pelo Eng.º João Appleton (2013: 32-33). As escavações realizadas inserem-se no âmbito da minimização de impactos da construção nova sobre o património. “Os trabalhos desenvolveram-se em três fases: num primeiro momento (2003) realizou-se o acompanhamento arqueológico da construção do parque de estacionamento subterrâneo, na área Sul da propriedade (Parque do Infante), onde apenas se identificaram estruturas cronologicamente enquadráveis em época moderna, nomeadamente um tanque e muros de

delimitação de propriedade" (Valente, Silva, 2003 apud Filipe, 2011: 36). Já em 2006, foram realizadas sondagens, consequência deste edifício ser um imóvel em vias de classificação, com o objetivo de identificar o potencial arqueológico da zona referente ao edifício principal (área Norte da propriedade). A realização de sondagens de diagnóstico permitiu a identificação de contextos susceptíveis de serem caracterizados como cetárias romanas, hipótese que se confirmou após o início dos trabalhos de escavação em área, que se realizou em todas as zonas que seriam afectadas pela referida obra. Uma quarta fase, decorreu em simultâneo com a escavação da área, consistiu no acompanhamento arqueológico das áreas onde não se identificaram contextos arqueológicos preservados de época romana (Filipe, Guilheme, 2006 apud apud Filipe, 2011: 36).

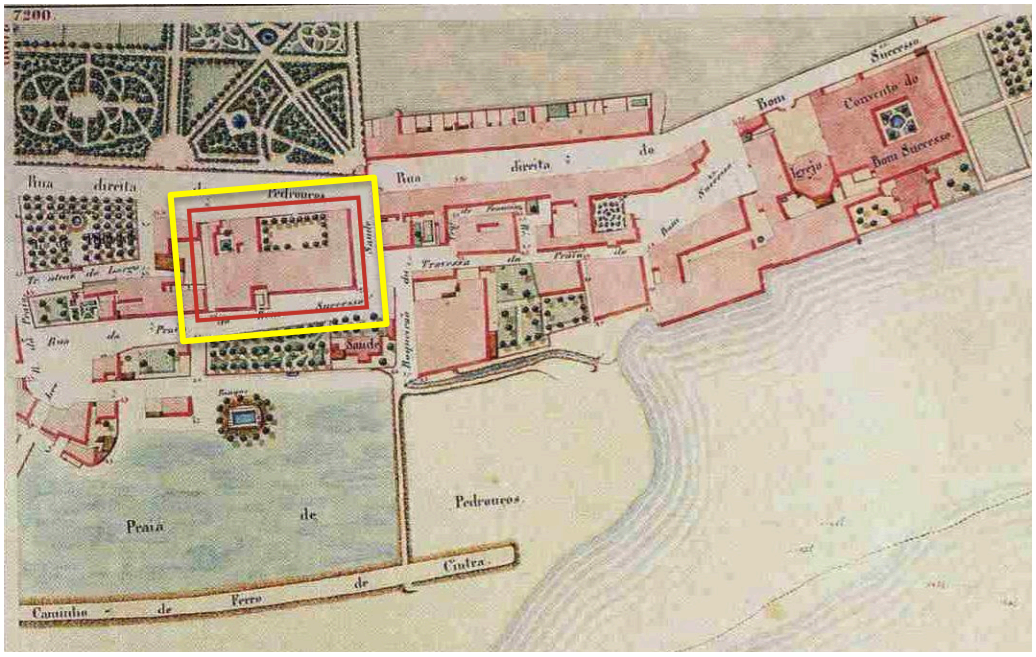


Figura 8.4 Localização do Palácio Casa do Governador de Belém no Atlas Topográfico de Lisboa, de Filipe Folque (1856-1859).

Decorrente desses trabalhos, identificaram-se vestígios arqueológicos do século I ao século V pertencentes a uma indústria piscatória da cidade romana de Lisboa. "A unidade de produção da Casa do Governador da Torre de Belém é um complexo edificado em uma única fase de construção, de planta regular, ao que tudo indica simétrica, com 57,55m de comprimento e 26,50 de largura, o que perfaz uma área total de 1525, 08 m^2" (Filipe, 2011: 37). Registaram-se 34 tanques, de dimensões e morfologias variadas, dos quais se escavaram 31. Estes tanques eram destinados à salga de peixe e marisco para a confecção do *garum* (molho

que era exportado em ânforas). “Os Tanques 1 e 22 encontravam-se sob paredes da Casa do Governador que não iriam ser desmontadas, não havendo condições de segurança para a escavação do seu interior. Relativamente ao Tanque 28, foi apenas identificado durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico, encontrando-se já quase totalmente destruído, subsistindo apenas o nível de preparação para a sua construção” (Filipe, Guilheme, 2006 apud apud Filipe, 2011: 36).

A estrutura romana de estereotomia *opus quadratum* ocupava parte do subsolo do pátio e prolongava-se debaixo do palácio, que havia aproveitado as estruturas romanas como alicerces, seguindo as direções ortogonais pré-existentes, o que possibilitou a sua preservação, no entanto em determinadas áreas a concepção de espaço era obviamente distinta, o que implicou não raras vezes a destruição de estruturas romanas. No interior das cetárias foram encontradas várias ânforas romanas, atualmente em restauro. A descoberta arqueológica levou à intervenção do *IPA (Instituto Português de Arqueologia)* e de uma equipa de arqueólogos que, durante seis meses, procedeu às escavações e ao levantamento das estruturas romanas encontradas.

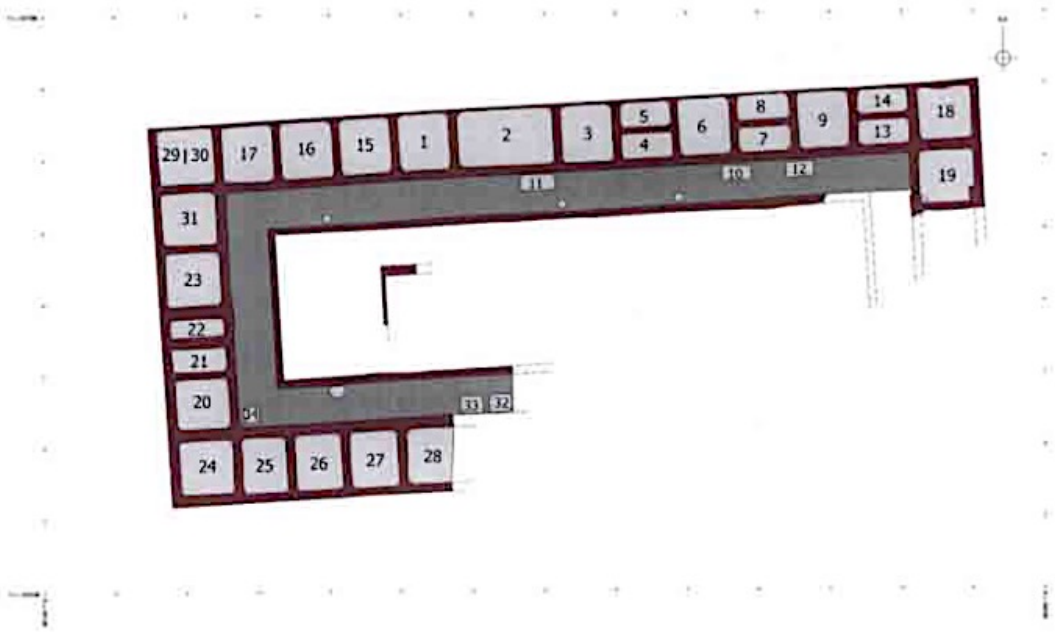


Figura 9.4 Planta esquemática (reconstituição) com a localização dos tanques. © Iola Filipe

Em relação à organização espacial da unidade de produção do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém segue um modelo já conhecido para este tipo de estabelecimento no mundo romano. “Jacinta Bugalhão refere que as unidades fabris têm uma estrutura muito estereotipada. Mesmo naquelas em que os tipos de exploração referidos são diversos, a estrutura é idêntica” (Bugalhão, 2001 apud Filipe, 2011: 38).

No Palácio Casa do Governador da Torre de Belém os tanques encontravam-se dispostos em torno de um pátio central, 28 numa fiada principal e 6, de menores dimensões, instalados no corredor de circulação, localizado entre o pátio e as fiadas de *cetárias* (três do lado Norte e outros tantos do lado Sul). Os dados recolhidos durante a escavação arqueológica, ainda que com algumas lacunas, permitem traçar o modelo organizativo da unidade de produção. Apresenta forma retangular, estando os tanques, dispostos em torno de um pátio central. No entanto, importa assinalar que as áreas Sul e Este se encontravam já afetadas pela construção da Casa do Governador no século XVI, ou mesmo por remodelações posteriores à concepção original. Este facto inviabilizou a localização da entrada da unidade de produção e determinar de que forma se processava a ligação ao rio.

É necessário ainda assinalar que a escavação se limitou “às áreas que seriam afetadas pela obra em causa, circunscrevendo-se ao quarteirão do imóvel. Sendo este totalmente ocupado pela unidade de produção, o conhecimento disponível relativamente às áreas envolventes é praticamente nulo” (Filipe, 2011: 38).

A intenção de preservar os achados arqueológicos, suscitou o interesse em integrá-los na obra, o que implicou a reformulação estrutural do projeto, especialmente ao nível dos pisos enterrados e na estrutura exterior de proteção das ruínas romanas. Esta reformulação, da autoria do Eng.º João Appleton, visou consolidar definitivamente o edifício. De modo a resguardar as *cetárias*, tornou-se necessário cobri-las, através de uma estrutura metálica ligeira, com chapa de zinco e envidraçados, que permitem a exposição pública dos tanques romanos e o acesso principal ao Hotel através do pátio é, agora, mediado por uma ponte sobre as *cetárias*.

No interior do SPA é revelado o reverso da estrutura romana outrora enterrada. A piscina é convertida numa grande sala de água, à qual se acede por um dos lados da galeria porticada que sustenta a estrutura da grande consola da cobertura. Uma fresta contínua em vidro separa o tecto da ruína, permitindo a entrada de luz zenital que escorre dramaticamente sobre o muro romano, que podemos verificar nas figuras presentes no Anexo A5. Esta opção reforça as memórias das termas romanas e árabes. As ânforas encontradas foram expostas no piso -2, em vitrinas nas paredes.



Figura 11.4 Planta de Localização 3D do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Imagem manipulada Googlemaps



Figura 12.4 Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Vista Geral (nascente) © DGPC



Figura 13.4 Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada Sul. Antiga entrada principal © DGPC



Figura 14.4 Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada Sul, terraço © DGCP



Figura 15.4 Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada Sul © DGCP



Figura 16.4 Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada Norte © DGCP



Figura 17.4 Fachada Norte. Vista sineira. © DGCP



Figure 18.4 Painel de azulejo, interior da capela, representando Anunciação. © DGCP

PALÁCIO DOS CONDES DE LUMIARES

4.3.2 – PALÁCIO DOS CONDES DE LUMIARES (SÉC. XVII-XVIII)
FREGUESIA DA MISERICÓRDIA

Enquadramento Histórico e Urbano

O Palácio dos Condes de Lumiares situa-se no Bairro Alto (v. PT031106150275) na Área Histórica Central, ocupando a totalidade de um quarteirão. Dada a sua localização dentro do conjunto de palácios que caracterizam a Rua de S. Pedro de Alcântara, o mesmo está incluído na classificação do Bairro Alto (v. IPA.00005019), na Zona de Proteção do Ascensor da Glória (IPA.00003986), na Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres (v. IPA.00006811) e na Zona Especial de Proteção Conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente, como consta na Ficha de Inventário da Direção-Geral do Património Cultural que consta no Anexo B1, da presente dissertação.

Este imóvel ou conjunto de acompanhamento apesar de não possuir características individuais a assinalar, segundo consta no documento já assinalado, o mesmo colabora na qualidade do conjunto urbanístico onde se insere, o Bairro Alto, e mesmo para a cidade de Lisboa, ou pela sua ligação do tempo com o lugar, devendo ser preservado em tal medida, assim como todos objetos edificados classificados como Valor Concelhio / Imóvel de Interesse Municipal e outras classificações locais.

Apesar de pouco ou nada se saber da mansão primitiva da família, há registo que em 1438, Abraão Guedelha, tio de Afonso V recebeu os terrenos como recompensa da aclamação deste rei nas Cortes de Tomar. Por outro lado, segundo a publicação de Júlio de Castilho acerca da memória histórica do “Bairro Alto”, seria no lugar que ocupa o atual edifício que se situavam as casas da quinta da família Andrade, por cuja iniciativa de D. Manuel se aforaram todos os terrenos da chamada “Vila Nova do Andrade”, complexo urbano que se terá iniciado cerca de 1513, na urbanização das terras de Bartolomeu de Andrade, senhor do domínio útil da propriedade. (Matos, 2001: 1) Estes terrenos ocupavam então “toda a encosta, a Norte e Sul da calçada do Combro, correspondendo ao hoje chamado Bairro Alto somente à parte Norte, entre o Combro e o antigo sítio dos Moinhos de Vento, agora Rua D. Pedro V” (Matos, 2001: 1).

Segundo o mesmo autor (Matos, 2001), a mansão primitiva da família Andrade – de carácter uniforme pela malha octogonal e regras de construção uniformes – terá sido habitada por Nicolau de Altero de Andrade, filho do referido Bartolomeu, na segunda metade do século XVI. "Seria naturalmente uma casa de quinta, sem grande aparatos palacianos, dispondo certamente de um pátio, em torno do qual se dispunham as diversas dependências funcionais. Nada mais se conhece sobre a propriedade que, naturalmente, se foi adaptando à sua nova funcionalidade, não já como cabeça de uma exploração agrícola, mas sim como edifício urbano, encaixado entre quatro vias públicas da nova urbanização" (Matos, 2001: 2).

Até finais do século XVII, 1ª fase da sua expansão até à travessa da Queimada, a sua ocupação foi de predomínio popular. Vindo no século XVII e, princípios do século XVIII a expandir-se para Norte com os novos palácios da aristocracia[92], sendo parte integrante do

[92] A arquitetura da cidade de Lisboa do século XVII e inícios do século XVIII, em particular a arquitetura civil, foi alvo de discussão entre os críticos da época. A "«aridez» em matéria de erudição arquitetónica, patente na arquitetura desta época" foi especialmente criticada, já que as ordens arquitetónicas (que "eram, então, o essencial da Arquitetura, se não mesmo a sua essência") (Ferrão, 1994: 240) eram apenas utilizadas em programas religiosos ou em obras de disposição régia. Esta situação proporcionou que a sociedade começasse a associar este tipo de arquitetura pouco trabalhada a cargos de "poder", deixando para trás a utilização das ordens arquitetónicas. O Palácio urbano da Lisboa do século XVII era o "espelho" destas críticas, visto apresentar na sua maioria uma fachada austera e uniforme, despojada de decoração. Os palácios desta época eram tendencialmente horizontais, de planta longitudinal com uma longa fachada baixa, onde o andar nobre do palácio assume um papel de destaque, com um conjunto de janelas de sacada encimadas por um duplo lintel e cornija. Apesar de ter sido uma época em que surgiram diversos exemplos desta tipologia, foram apelidados de "grandes casarões" (França, 1980: 26) e os elementos decorativos exteriores concentravam-se (quase exclusivamente no portal de entrada principal, - personalizando o edifício conforme a sua escala e elaboração de desenho – visto como o "emblema" da arquitetura habitacional aristocrata. (...) A Casa (principalmente a "nobre") foi desde sempre vista como espelho da família que a habitava. Os motivos que as escolhas arquitetónicas exibidas nos palácios de cada família da nobreza estão relacionados, não só com a sua natureza familiar, mas também com a sua posição na sociedade (...). A demonstração de um gosto conservador e austera exibia a *antiguidade, a qualidade e a gravidade* da "estirpe" (Ferrão, 1994: 244). Do mesmo modo, manteve-se a tradição de subtilmente "mostrar escondendo", já que o exterior despojado e desinteressante, escondia interiores muito ricos e exuberantes, com todo o tipo de adereços e decorações. Estes interiores eram definidos igualmente de acordo com a vontade do seu proprietário, tanto no que respeita à decoração, como à sua organização espacial. A organização do espaço doméstico resultava, muitas vezes, num conjunto de espaços descontínuos, que dificultavam a circulação e comunicação entre o seus habitantes (Gomes, 2011: 43-44).

centro de vida urbana de ambiência aristocrata, do adro de São Roque ao sítio das Portas de Santa Catarina. Neste período a propriedade aparece associada à família Cunha e Meneses, "mais propriamente do menor Manuel Inácio da Cunha e Meneses, morgado de Paio Pires e das Cachoeiras, alcaide-mor de Tavira, então sob tutoria de sua mãe, D. Leonor Tomásia de Távora, viúva de Tristão Antónia da Cunha, descendente do célebre homónimo, embaixador de D. Manuel ao Papa." (Matos, 2001: 2) Não há ainda explicação para esta alteração súbita de posse da casa do Andrade para a família Cunha e Meneses. Levanta-se, contudo a "hipótese de a mesma estar integrada num dos morgados, herdados do Andrade da Anunciada, que nada teriam a ver com os homónimos do Bairro Alto. Fosse como fosse, o mais certo é ter sido uma compra, o facto é que em 1708 a referida D. Leonor Tomásia de Távora iniciou o processo de reconversão das "casas nobres sitas ao relógio de São Roque", propriedade de seu filho" (Matos, 2001: 2).

Assim a edificação do séc. XVI, mais conhecida como "Solar dos Andrades", foi reedificada segundo uma concepção maneirista, deixando de ser perceptíveis os vestígios do edifício primitivo, o que revela alternância de utilizações a que o edifício foi sujeito. Para a sua reedificação D. Leonor contraiu um empréstimo "e, logo depois, representada por seu procurador e capelão o padre José da Silva Nogueira, celebrou contrato[93] com o mestre pedreiro Manuel da Silva (mestre da Igreja de Santa Engrácia), obrigando-se este a determinadas condições, e a tutora a entregar-lhe anualmente 600$000 reis até final do pagamento" (Matos, 2001: 2).

Segundo o relatório de Estudo Histórico e Patrimonial assinado pelo Olisipólogo Senhor Doutor José Sarmento de Matos[94], compreende-se que D. Leonor, em nome de seu filho, procedeu a obras de reconversão do edifício primitivo, com o intuito de adaptá-lo à dinâmica sociocultural que se vivia na época, o que fundamenta que as ações de reabilitação e refuncionalização que vimos a analisar não são exclusivas das sociedades contemporâneas ou do tempo que atualmente vivemos. Mas sim das necessidades sociais e culturais que se impõe pelos tempos pelos quais o edifício passa. Ou seja, a ruína que conhecemos hoje do Palácio

[93] Infelizmente Castilho não nos informa onde se encontra esse contrato, capaz de conter alguma outra informação, mormente o nome do responsável pela direção das obras, pois dado o que nos é dado ainda hoje observar as mesmas não se poderiam limitar à ciência de um simples mestre pedreiro. Ou então, o que se poderá alvitrar é que o palácio já estaria erguido no fundamental, tratando-se tão-só de terminar um projeto já anterior. Simples conjetura (Matos, 2001: 2).

[94] Relatório anexo à Memória Descritiva redigida para a aprovação do projeto de recuperação do Palácio dos Lumiares com vista a albergar um Hotel de 5 Estrelas. (Anexo B4)

dos Lumiares já não é original nas suas formas, mas vem carregada de alterações que as necessidades do tempo lhe souberam impor, e cujas mesmas passo a citar algumas alterações estruturais nomeadas no documento referido:

> É neste processo de euforia aristocrática, que levou então à construção da maioria dos grandes palácios de corte, dominados ainda pelo gosto chão que, ao longo do século XVII, se tornara a imagem de marca do grupo dominante na sociedade portuguesa pós Restauração. As linhas dominantes deste gosto chão caracterizam-se por uma manifesta sobriedade, a marcação muito nítida de uma hierarquia na arrumação dos pisos, com a exaltação do andar nobre, de sacadas e aberturas com frontão liso, erguido sobre um piso de "mezanino", ou sobreloja, destinado a serviços. No piso térreo arrumavam-se as cocheiras e, por vezes, nos casos inseridos na malha urbana, algumas lojas que, alugadas, sempre amenizavam as despesas da casa. Este palácio do Bairro Alto apresenta, no entanto, uma característica menos habitual. A sua fachada principal abria-se sobre a rua hoje do Diário de Noticias, onde um portão dava acesso a um pátio muito fundo, a partir do qual a mansão se organizava. Esta solução era mais habitual em palácios não integrados na malha urbana, como é ainda hoje evidente no antigo palácio da quinta do Campo Pequeno, dos Marqueses de Távora (hoje Galveias), construção um pouco anterior. José Sarmento de Matos questiona esta solução: "Seria o pátio, diretamente ligado à rua, uma reminiscência da construção anterior, uma verdadeira casa de quinta, ou teria D. Leonor copiado no Bairro Alto o padrão do palácio familiar, já que ela era filha do 1º Marquês de Távora, construtor do palácio do Campo Pequeno?
>
> Outro pormenor levanta alguma perplexidade. No edifício primitivo haveria provavelmente uma escada exterior lançada no fundo do pátio solução estranha num edifício urbano, onde habitualmente a escadaria interior era o centro a partir do qual a estrutura palaciana se organizava. Outro pormenor ainda, será de ter em consideração: a ausência de um portal nobre, dando acesso ao pátio. Se ele tivesse sido efetivamente erguido, de acordo com o projeto original, seria pouco natural que fosse eliminado em obras posteriores, ficando o atual muro inestético que separa o que resta do pátio da rua hoje do Diário de Notícias. Será que as obras iniciadas por D. Leonor Tomásia não foram terminadas ou, mais provável, que no seu decurso o projeto original tivesse sido radicalmente alterado?
>
> Esta hipótese parece a mais provável dada a atual configuração do edifício. Em data desconhecida, a orientação foi alterada, abrindo-se dois portais sobre a rua de S. Pedro de Alcântara, que davam acesso a um amplo vestíbulo para circulação das viaturas, onde a meio se abria, primeiro tramo da nova escadaria. Esta ocupava uma parte significativa do antigo pátio, reduzindo este a um pequeno logradouro, e tornando por isso desnecessário a construção do portal do pátio, agora mero acessório sem função nobre.

> A solução de dois portais, para acesso ao vestíbulo coberto para circulação de viaturas, é bastante comum na arquitetura palaciana de Lisboa, datando o seu aparecimento, segundo julgo, ainda dos finais do século XVII, sendo exemplos bem conhecidos o Palácio dos Condes de Alvor, às Janelas Verdes (hoje MNAA) e o Palácio da Bemposta, da Rainha D. Catarina, ambos da autoria provável de João Antunes.
>
> A datação desta remodelação do projeto original, que alterou profundamente a estrutura interna do edifício, deverá colocar-se entre a década de trinta e cinquenta, uma vez que os elementos decorativos dos portais e janelas sobre a escadaria apontam já para uma direta influência dos protótipos do barroco romano que D. João V transformara em estilo oficial (novo gosto joanino). (...) obra realizada pelo referido Manuel Inácio da Cunha e Meneses ou, mais provavelmente, por seu filho herdeiro, José Félix da Cunha e Meneses (Matos, 2001: 3-4).

Segundo o mesmo autor (Matos, 2001), estas obras de beneficiação que reestruturaram o interior do edifício segundo o gosto joanino vigente serão posteriores ao terramoto de 1755, uma vez que os "Livros da Décima da Cidade", começados em 1762, já retratam o palácio dividido em múltiplas habitações, com entradas autónomas pelas diversas ruas, tendo sofrido pouco na consequência do sismo. Neste período, o Palácio possuía: lojas no andar térreo, andar nobre, águas furtadas e capela de orago de Nossa Senhora da Glória, que sem dúvida alteraram a morfologia primitiva do edifício.

O último proprietário do palácio da família Cunha e Meneses, José Félix, terá habitado uma parte do palácio no ano de 1777, aliás a parte do andar nobre que dava para a Rua de S. Pedro de Alcântara. A partir de então, apesar de o palácio pertencer ao seu filho herdeiro, outro Manuel Inácio da Cunha e Meneses, passaria a ser transformado, num mero prédio de rendimento, intitulado Palácio dos Lumiares, devido ao casamento de Manuel Inácio com a 3ª Condessa de Lumiares. Esta transformação da sua titularidade e, consequente transformação predial do edifício, que se sucedeu provavelmente na década de 40/50 do século XVIII, foi responsável pela sua descaracterização, que hoje podemos verificar e a qual consta da Ficha de Inventário da DGPC, já referida:

Surgiu um terceiro piso a ocupar parte dos tectos em caixotão dos salões do andar nobre e retiraram-lhe os portões de acesso junto à calçada da Glória.

A cobertura passou a ser efectuada por cinco telhados de quatro águas e um de duas águas, articulados ortogonalmente entre si. Edifício com soco, cunhais e aros de vãos revestidos a pedra e também neste material a cornija de transição entre o segundo e terceiro piso e do remate da cobertura.

A fachada principal orientada a Este contém ao nível do r/c três vãos de entrada iguais entre si. A partir do primeiro andar contam-se sete vãos de janela em cada piso, que no segundo andar correspondem a janelas de sacada e no primeiro e terceiro a janelas simples com moldura em cantaria. Ambas as fachadas laterais, orientadas respectivamente a Norte e a Sul, contam com treze vãos de janela em cada piso com leitura idêntica à da fachada principal. A fachada posterior, orientada a Oeste, tem também sete vãos de janela (tendo ruído o pano central que corresponde a três vãos).

O acesso principal é feito através do vão central do r/c que comunica com uma escadaria interior através de um átrio. A escadaria em pedra, desdobra-se em dois lances simétricos à maneira dos palácios barrocos. A caixa de escadas de modelo maneirista a altura correspondente a três pisos é iluminada por três vãos a Este e a Sul. Os restantes vãos auferem apenas um valor plástico de simetria. No patamar, três portas e duas janelas de grandes proporções e cantarias elaboradas contribuem para um efeito monumental e cenográfico. A meio do primeiro lance da escadaria encontram-se em posição lateral simétrica os acessos aos diversos pisos do imóvel.

Já no século XIX a planta em U que ainda subsistia, desapareceu, dada a ocupação do pátio das traseiras que fazia a ligação às cozinhas, descaracterizando assim a estrutura arquitetónica do palácio.

Enquadramento do Projeto – Proposta de Refuncionalização

É esta, em linha gerais, a evolução do edificado. “A sua forte implantação no Bairro Alto, bem como a sua histórica, obrigam a uma correta avaliação de uma futura intervenção, apesar do estado de ruína em que se encontra, que já danificou grande parte da escadaria, sem dúvida o elemento central do edificado e a sua mais relevante peça arquitetónica” (Matos, 2001: 5). Para tal, por solicitação do Gabinete da Senhora Vereadora do Urbanismo, em Novembro de 2003, o Núcleo de Estudos do Património elaborou um dossier sobre o Palácio dos Lumiares, no qual se indicaram as condicionantes patrimoniais a ter em conta na intervenção do edifício.

Condicionantes de Intervenção no Palácio dos Condes de Lumiares

Exteriores	Manutenção do jogo de coberturas setecentistas, extremamente importante para a caracterização do edifício; Manutenção integral da composição e métrica dos três alçados ainda existentes, embora com possibilidade de acertos pontuais, nomeadamente no piso térreo; A nova fachada para a Rua do Diário de Notícias, embora de desenho contemporâneo, deve recuperar a implantação setecentista; A nível de materiais, há que dar especial atenção ao tipo de reboco, tinta e cor a aplicar nas fachadas. Relativamente à cor, sugere-se a realização de um estudo estratigráfico. E quanto à caixilharia, deverá ser objeto de um estudo pormenorizado, quer ao nível de desenho quer de materiais.
Interiores	Reconstituição da escadaria barroca e respetiva caixa de escadas, possível uma vez que as pedras que a compunham se encontram entre os escombros do palácio; Eventual integração de outros elementos arquitetónicos atualmente soterrados. Esta avaliação só pode ser feita depois de realização de sondagens de diagnóstico em obra.
Caves	Os vestígios arqueológicos encontrados no pátio remontam na sua maioria à pré-história e não condicionam, segundo informação da ERA, a execução das caves. No entanto, só após a realização de sondagens no resto do edifício – apenas possíveis em obra – se poderá, com rigor, definir as condicionantes à sua construção.

Quadro 2.4 Condicionantes de Intervenção no Palácio dos Condes de Lumiares. CML

Desde o primeiro projeto apresentado pelo anterior proprietário que os vários serviços municipais intervenientes no processo de licenciamento vêm chamando a atenção para um conjunto de questões de natureza patrimonial, sintetizadas no quadro 2.4. Como forma de sustentação do projeto de reabilitação do imóvel que visa a sua adaptação a uma unidade

hoteleira de 5 Estrelas, submetido à Câmara Municipal de Lisboa em 2007[95], foi solicitado pela entidade promotora do projeto, o parecer de José Sarmento de Matos (2001) que enumera os elementos que deverão ser preservados no seu interior, uma vez que o projeto levado a cabo não coloca qualquer modificação na estrutura das paredes-mestras exteriores, nem nas concomitantes aberturas dos vários pisos. Elementos a preservar:

a) Todo o conjunto central de aparato do antigo palácio, composto pelo grande vestíbulo com os seus portais abrindo sobre S. Pedro de Alcântara; a escadaria, com a sua caixa alta, e as aberturas com as suas cantarias barrocas;

b) A antiga entrada de acesso lateral sobre a travessa da Boa-Hora com o seu portal interior (de desenho semelhante às aberturas da escadaria), devendo ser reintegrado na sua escala original;

c) Algumas das estruturas das paredes-mestras interiores originais, hoje abertas em arcos na parte fronteira do piso térreo, devendo, no entanto, proceder-se a um estudo mais aprofundado com vista à sua datação mais aproximada, estudo esse de momento difícil de realizar dada a situação de ruína do conjunto;

d) Deverão ainda reaproveitar-se as portadas das janelas e algumas portas interiores, manifestamente datáveis do século XVIII período das grandes transformações do edifício.

[95] Proposta antecedida pelo processo nº1612/EDI/2005 que foi indeferido pela Câmara Municipal de Lisboa, ao qual se juntaram novos pareces. "(...) Para uma maior responsabilização no trabalho que se apresenta, recorreu-se à colaboração da ERA Arqueologia, gabinete altamente credenciado em conservação e gestão de património arqueológico, e que já tinha anteriormente procedido a escavações e sondagens no local, para que, com base nas informações recolhidas, elaborasse um Plano de Trabalhos Arqueológicos. (...) plano, que ora se junta (...) foi aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia em 22 de Setembro de 2006 e enumera uma série de procedimentos, nomeadamente a nível de sondagens, a serem realizados logo que a situação estrutural do edifício o permita, e antes de se proceder à escavação para a execução das caves." A esta proposta juntou-se também o parecer do Olisipólogo Sr. Dr. José Sarmento de Matos "que conseguiu apurar com verdadeiro rigor todos os antecedentes histórico/arquitetónicos do edifício em estudo, de modo a que ficasse assegurado que todos os elementos construtivos e formais, de relevância patrimonial, ficassem salvaguardados (Memória Descritiva, Anexo B4).

Além destes elementos que caracterizam o conjunto e lhes dão sentido, o resto encontra-se em tal estado de ruína iminente que se torna indispensável alguma urgência no processo de intervenção, a fim de evitar maiores danos quer ao que dele resta, quer, ainda, à própria segurança dos edifícios e das vias circundantes. A sua reabilitação torna-se assim urgente. A manutenção do edifício num estado obsoleto e de ruína apenas contribuí para a sua continua degradação, que consequentemente pode conduzir à sua total destruição. Após a constatação física deste facto, no caso apresentando, compreende-se que as ações de reabilitação são hoje um imperativo no que remete para as questões de intervenção na arquitetura. Como já tinha sido dito, é perentório que o nosso património deve ser preservado. As zonas históricas da cidade têm de ser revitalizadas, de modo a degradação do tecido construído por falta de manutenção.

De acordo com estes factos foi proposto pelo grupo hoteleiro Carlos Saraiva, um de projeto de reabilitação do palácio, que segundo a Memória Descritiva, visou respeitar todas as diretrizes do parecer histórico e patrimonial do Dr. José Sarmento Mantos, assim como do programa turístico, sendo concebido de acordo com o rigor histórico que o Palácio dos Lumiares merece, por forma a reabilitá-lo e adaptá-lo assegurando a preservação de todos os elementos construtivos e formais de relevância patrimonial. Tendo sido proposta uma intervenção estrutural preconizada para o edifício, realizada a partir da contenção das fachadas e com acabamentos exteriores idênticos aos originais. Já no interior, o projeto procurou utilizar materiais que recuperem as características originais, preservando e recuperando os elementos decorativos existentes, conforme assinalado na descrição e enquadramento do projeto (Memória Descritiva, 2007: 4) que consta no Anexo B4:

1. Por questões de funcionalidade, uma vez que a Rua de S. Pedro de Alcântara para onde está direcionada a fachada principal, é uma artéria com passeios muito estreitos, e com grande movimento rodoviário, optou-se por repor a primitiva orientação do edifício recriando a sua configuração original, cuja entrada, segundo foi apurado pelo levantamento histórico, era feita ao nível do piso 0, a partir de um pátio exterior pavimentado em calçada portuguesa, contíguo à Rua do Diário de Notícias;

2. Este pátio será contido a Norte e a Sul pelas fachadas originais do edifício, sendo apenas criada um pequena porta de serviço na fachada Sul, e na fachada Norte será feito o acesso ao estacionamento e SPA em cave com 3 pisos inferiores, cuja

localização encontrada é a que menos interfere com a harmonia do conjunto edificado. A nascente, o pátio é "rematado" por uma fachada em vidro, paralela ao arruamento, a qual permite uma continuidade visual do exterior para o interior do edifício, e constitui um elemento neutro de ligação entre a construção existente e a nova intervenção;

3. Procurou-se manter a planta original do edifício, em forma de U, desenvolvendo-se em torno da sua escadaria monumento, a qual será, aquilo que dela resta, cuidadosamente desmontada e resposta no lugar exato em que se encontra. A escada em questão, datada do reinado de D. João V, está em grande parte destruída; qualquer substituição das partes que não for possível recuperar são feitos moldes idênticos aos originais. Ainda em relação à reconstituição da escadaria, não há registo histórica da concepção das cantarias, se originalmente seriam em madeira, como as guarnições dos vãos que se encontram no Piso 3 e Mansarda, ou se seriam em pedra como as restantes cantarias. Dada a qualidade e monumentalidade das últimas optou-se por, ao reconstruir os vãos, colocar as guarnições em pedra, de modo a enquadrar-se melhor com o conjunto. Outro ponto relativamente à escadaria remete para a existência ou não de uma claraboia na sua cobertura. Tudo indica que nunca existiu claraboia na escada, a iluminação desta era feita a partir dos vãos referidos, os quais davam, antes da construção do 3º piso, em meados do século XVIII, para o exterior, pelo que se procura manter o telhado com a sua traça original;

4. O edifício manterá a sua forma original, todas as fachadas serão restauradas na sua globalidade, apenas o encerramento dos vãos, ao nível do piso 0, será feito recorrendo a caixilharias de ferro pintado e vidro temperado, de modo a que exista uma constante ligação visual;

5. Os materiais adotados terão em conta todos os componentes das fachadas que se manterão inalterados em relação aos originais;

6. No interior do edifício, a solução estrutural a preconizar, vai permitir que os pavimentos a construir sejam apoiados na estrutura que vai servir de suporte à reconstrução de escada e no muro de betão que irá fazer a contenção da fachada. Isto irá permitir uma maior liberdade na adequação dos espaço aos seus usos e a recolocação dos elementos arquitetónicos, a preservar, no local onde se encontram.

Tal promove a integração e manutenção no espaço do que será o futuro espaço de Lobby/Recepção, Sala de Estar, Bar e Restaurante do Hotel, dos arcos e respetivos apoios da estrutura original. Mantêm-se ainda adoçados a esse conjunto, dois arcos que pertencem à estrutura primitiva do palácio, os quais ficarão no que será a futura sala de estar. Por sua vez, será feita a reconstrução na sua traça original de todo o piso térreo, com os seus arcos e cantarias; bem como dos que foram suprimidos ou escondidos pelos anteriores arrendatários;

7. A entrada do Bar, pelo interior do Hotel, será feita pelo pórtico que marcava a entrada do edifício pela Travessa da Boa-Hora, o qual será reposto na sua posição original, bem como os dois vãos adjacentes;

8. Os piso 1, 2 e 3 serão totalmente renovados, para serem ocupados pelos 61 quartos, mantendo-se a premissa que todos os elementos arquitetónicos ou decorativos que venham a ser encontrados, sejam eles portas, portadas ou cantarias, serão integrados no projeto. Os únicos ajustes ao edifício original serão feitos no Piso 3, também resulta ele de uma obra de ampliação, no que remete à cota de pavimento, que forma a aproveitar o piso da Mansarda. Neste piso serão feitos ajustes ao nível das coberturas. Apesar de se manterem os jogos de telhados em todas a envolvente do edifício, sem mesmo alterar o desenho e o alinhamento dos beirados, apenas se elevou um pouco a cota de todas as linhas de cumeeira, mantendo-se contudo a sua proporcionalidade. Já na área contígua ao volume que encerra a escada, levantou-se a cota do beirado das águas interiores do telhado, de modo a permitir a implementação do corretor de acesso aos quartos. No entanto, esta alteração não comprometerá a estética do exterior do conjunto edificado. Os vãos dos quartos da mansarda, serão feitos através de trapeiras, a localizar no telhado, utilizando a mesma métrica dos vãos dos pisos inferiores. Estas trapeiras, utilizando a mesma métrica dos vãos dos pisos inferiores. Estas trapeiras serão construídas de acordo com a imagem utilizada na época de construção do edifício, nomeadamente a nível da espessura das paredes exteriores, mas utilizando materiais que permitam uma boa adequabilidade às exigências de utilização dos nossos dias.

Apesar do deferimento relativo ao projeto desenvolvido pelos Eng.º Carlos Saraiva e Humberto Martins, coordenadores do Gabinete CS, as obras não tiveram continuidade devido à

abertura de insolvência do grupo hoteleiro. O imóvel foi adquirido, em 2014, pela empresa promotora Morningbridge, que atua em representação Quick&Positive – Investimentos Imobiliários, Lda, cujo capital é debito por Chris Eddis e Peter Lowe. Os atuais proprietários resgataram o projeto já aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa submetendo-o apenas à aprovação da mesma entidade o projeto de alterações da autoria do atelier MetroUrbe – Projectos de Consultoria em Arquitectura, Lda, dos arquitetos João Pedra e Hélder Cordeiro, com o intuito de melhorar o projeto e o conceito anteriores, de hotel para hotel de apartamentos 5*. As diretrizes deste projeto constam da Memória Descritiva que acompanhado o mesmo, e que se encontra igualmente no Anexo B4 da presente dissertação.

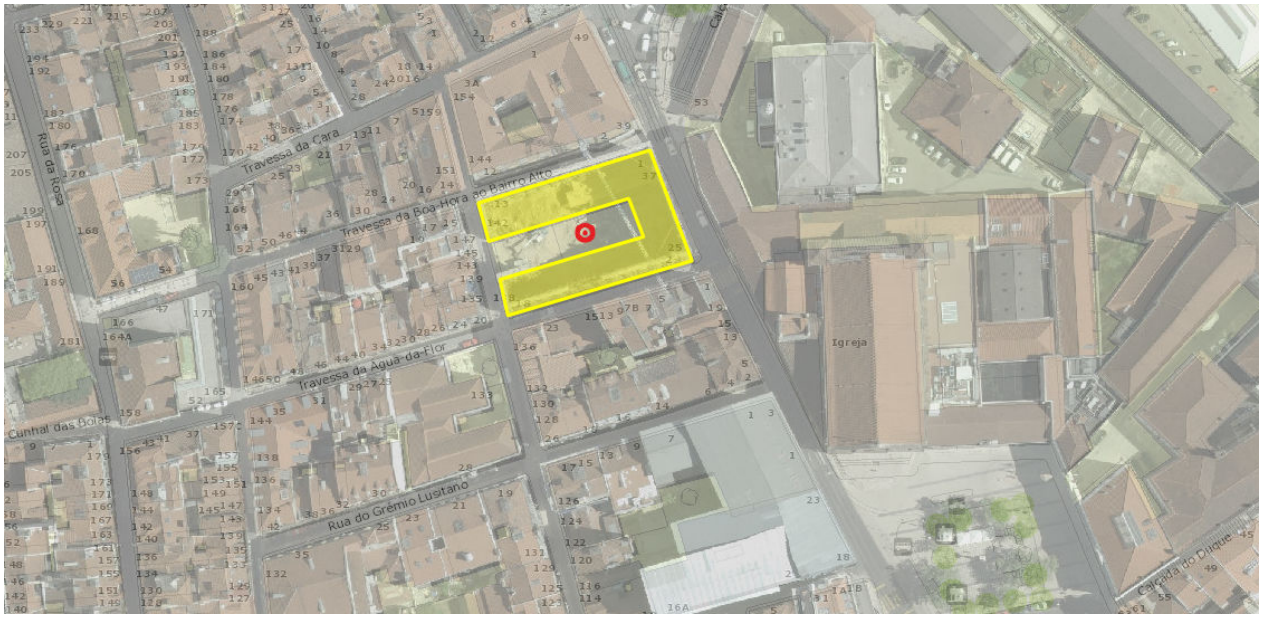


Figura 19.4 Implantação do Palácio dos Condes de Lumiares. Imagem manipulada LxInterativa.



Figura 20.4 Planta de localização 3D do Palácio dos Condes de Lumiares. Imagem manipulada Googlemaps



Figura 21.4 Palácio dos Condes de Lumiares. Fachada Principal virada Este.
© DGCP



Figura 22.4 Palácio dos Condes de Lumiares. Fachada Sul © DGCP



Figura 23.4 Palácio dos Condes de Lumiares. Fachada Norte © DGCP



Figura 24.4 Palácio dos Condes de Lumiares. Fachada Oeste © DGCP

PALÁCIO CONDE-BARÃO DO ALVITO

CASO EXEMPLIFICATIVO DA CONTEMPORANEIDADE DESTAS INTERVENÇÕES

4.3.3 – PALÁCIO DO CONDE-BARÃO DO ALVITO (SÉC. XVI-XVII)

FREGUESIA DA MISERICÓRDIA

Enquadramento Histórico e Urbano

Foi igualmente tido em conta neste estudo o primitivo Palácio dos Conde-Barão do Alvito, situado na área urbana de Santos, em pleno Largo do Conde Barão, que faz esquina com a Rua dos Mastros. Dada a sua localização dentro do conjunto urbano que caracteriza este eixo frontal, o mesmo foi incluído na Zona Especial de Proteção do Bairro Alto e imóveis classificados na área envolvente, nomeadamente do Palácio Almada-Carvalhais (v. PT03110649040). Nesta zona urbana o Palácio datado dos finais do século XVI, colabora na qualidade do espaço e na ligação do tempo com o lugar, devendo ser preservado nessa medida, toda a estrutura da edificação, que como refere a Ficha de Inventário da Direção-Geral Património Cultural (Anexo C1):

É composta por dois corpos rematados na sua junção por um ângulo saliente que confere ao edifício uma morfologia particular, que segue o eixo da via. O edifício desenvolve-se em três andares, sendo ainda visível um quarto piso ao nível da cobertura, sobre o corpo a Oeste. A abertura dos vãos é regular, e com emolduramento simples em cantaria. O piso térreo contém três portas a Oeste, seguido de sobreloja ao nível do 1º piso, ostentando janelas de peito, encimadas por janelas de sacada de verga recta destacada, servidas por varandins com guarda em ferro forjado, ao qual corresponde o andar nobre. A entrada principal está localizada no corpo a Este, que exibe uma porta de verga recta de maior vão do que as observadas ao nível de todo o embasamento da construção. Esta é sobrepujada por uma janela de peito de verga curva, que também se distingue dos restantes vãos.

Este edifício alvo de sucessivas alterações (Anexo C2) que o tempo lhe conferiu encontra-se hoje num estado de degradação avançado. Esta conjetura levou a que a empresa promotora Morningbridge, que atua em representação Quick&Positive – Investimentos Imobiliários, Lda, comprasse o Palácio dos Condes-Barão de Alvito, tendo em vista um projeto de reconversão com a mesma linguagem do Palácio dos Condes de Lumiares.



Figura 25.4 Implantação Palácio do Conde-Barão do Alvito. Imagem manipulada LxInterativa.



Figura 26.4 Planta Localização em 3D do Palácio Conde-Barão do Alvito. Imagem manipulada Googlemaps



Figura 27.4 Palácio Conde-Barão do Alvito. Fachada principal virada a Sul © DCGP



Figura 28.4 Palácio Conde-Barão do Alvito. Fachada principal virada a Sul © DCGP

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo efetuado sobre a reabilitação e refuncionalização da arquitetura do edificado antigo da cidade de Lisboa teve como objeto de análise três casos de estudo – Palácio Casa do Governador da Torre de Belém, Palácio dos Condes de Lumiares e o Palácio do Conde-Barão do Alvito – que nos deram uma percepção viva do nosso tempo e das constantes alterações e modificações a que estes espaços são sujeitos, e às quais estas operações de intervenção se devem coadunar. Consideramos que os intervenientes devem estar cientes da historicidade tanto das edificações, como das ações e metodologias a que foi sujeitas no tempo. Consideramos igualmente que a análise deve partir do conhecimento dos conceitos e teorias, de forma a adquirir um conhecimento aprofundado sobre a temática, encontrando as premissas necessárias para absorver as referências históricas dos diferentes autores e inquirir o que é, ou o que deveria ser, a reabilitação do património edificado na contemporaneidade: o que importa preservar, que metodologias devem ser solicitadas e qual veracidade histórica e arquitetónica dos bens patrimoniais que herdamos. Nesta procura da concepção do património na construção da cidade contemporânea, foi ainda colocado em evidência um valor moderno induzido pelo desenvolvimento da indústria do património cultural em meados do século XIX, o qual vai além dos valores introduzidos precocemente por Alois Riegl: o valor económico, interrelacionado com os movimentos turisticos que se começavam a desenhar na Europa Ocidental. Foi a partir da constatação da estreita relação entre o valor económico e o património que contribuiu para a necessidade de redigir as primeiras recomendações para a sua preservação e conservação. Observando-se, por um lado, a demarcação de valores negativos nesta relação e na tipologia de intervenção que daí decorre, que alguns autores referem (Choay 2000, 2011; Aguiar, 2005) como responsável por adulterar a essência do objeto patrimonial; e por outros (Smith, 2006) como uma nova possibilidade de vivência do espaço, que não deve ser petrificado no espaço e no tempo como um objeto de antiguidade, mas que deve ser adaptado às exigências da vida contemporânea. Consideramos como Smith (2006) afirma, que é esta contínua vivência do espaço e a troca de pareceres entre os envolvidos sentimentalmente, economicamente, culturalmente ou sociologicamente, que contribui para que este perdure no tempo e na memória dos cidadãos. Ou seja, são os usos que se fazem dos espaços que constituem os locais como património, e não o simples facto da sua existência.

Neste sentido, a reflexão sobre o que é e, como deve ou não, o património ser intervencionado, leva-nos a crer que esta relação deve ser mantida num espaço de questionamento constante. O projeto para a revivificação e refuncionalização de um espaço devoluto, como é o caso de grande parte do edificado da cidade de Lisboa, pela mutação e, simultaneamente, continuidade de transformações e vivências que adquirem, obriga a um profundo conhecimento do seu passado e simultaneamente do seu presente, tanto no que diz respeito às suas arquiteturas como às suas memórias. Consideramos que o espaço arquitetónico construído, sendo livre e contínua mutação, evoluindo com os tempos, deve responder às necessidades que estes lhe impõem, e às mudanças e aos diferentes fatores exteriores à própria arquitetura, sejam eles de caráter político, cultural, social ou económico. No entanto para que seja sustentável a relação entre a sua fisicalidade, a sua memória, o seu valor, e os interesses externos que suscita, é necessário que as equipas envolvidas, assim como a entidade promotora do projeto, tenham consciência de que independentemente do objetivo da reabilitação deste edificado ser a concretização de uma reestruturação formal ou funcional, a sua valorização depende precisamente do facto de estar integrada num edifício histórico, sendo por isso importante que a intervenção seja realizada com o intuito de preservar as sobreposições e camadas que a história lhe soube dar, que não só refletem a sua evolução como a sua manutenção no tempo. Neste sentido, consideramos que só a partir de um estudo fundamentado do bem edificado, das suas memórias e alterações no tempo é que se poderá gerir qual a melhor forma de intervenção, que sem dúvida depende de um conjunto de premissas interrelacionadas com a singularidade de cada edifício e da forma como a ruína nos chega do passado.

As ações sobre o património, com o passar dos tempos foram-se adaptando e modificando de acordo com a evolução das mentalidades e das sociedades, e foram procurando dar resposta às necessidades do seu tempo. Os espaços construídos foram adquirindo um valor nas sociedades e na própria construção da cidade, no decorrer dos séculos, seja através da percepção de um valor meramente memorial, ou de um valor económico, cultural ou social.

Esta consciência conduziu à institucionalização das primeiras teorias, cartas e convenções que visam vincular uma forma de gerir, pensar e agir em matéria de património. Contudo não são estas teorias, nem as “normas” plasmadas nas diferentes cartas e convenções – Carta de Atenas, Carta de Veneza, Carta de Cracóvia – que dirigem ou gerem as questões do património, o espaço e o arquiteto que faz o exercicio de reativá-lo, é que ditam qual a metodologia mais eficaz para a correta persecução da sua salvaguarda, seja através de

metodologias mais ou menos evasivas. Podemos ver por nos dois primeiros casos de estudo – Palácio Casa do Governador e Palácio dos Condes de Lumiares, que cada projeto tenta dar respostas a fatores comuns, mas que em si são completamente distintos, primeiro porque a preexistência assim o requer, segundo porque existem inúmeras soluções arquitetónicas para reativar o espaço. Não podemos dizer assim que haja um modelo de intervenção mais correto, existem sim elementos e metodologias de intervenção que devem estar presentes no desenvolvimento dos projetos de reabilitação e refuncionalização das suas arquiteturas. Isto é, as várias abordagens de intervenção e os seus diferentes resultados apresentam-nos diferentes metodologias possíveis no campo da reabilitação e da refuncionalização do património, no entanto não podem ser encarados como soluções universais, nem se deverá sistematizar uma forma de intervir no património universal, porque a institucionalização de um pensamento que rege a forma como se intervém no património contribui muitas vezes para a uniformização arquitetónica dos edifícios, em vez de primar pela sua singularidade. Esta normalização da intervenção deve apenas conter diretrizes sujeitas à interpretação dos atores intervenientes, que por sua vez devem em primeira instância ter em conta o edifício como principio de qualquer intervenção, e não como fim.

Consideramos ser necessário, acima de qualquer princípio, o respeito pela preexistência em detrimento dos interesses políticos, económicos e privados, para que se posso adaptá-la adequadamente às necessidades da sociedade contemporânea. A aprendizagem, a utilização da sabedoria que já foi utilizada no passado apenas pode contribuir para a construção de uma nova e mais completa maneira de atuar com e no património, visando preservar o que ainda subsistiu da sua substância, dado que maioria das vezes a ruína da qual vertente ruskiniana e conservadora se orgulha nos chega após uma série de alterações estruturais e funcionais, relacionadas com as vicissitudes do próprio tempo. Os casos de estudo são elementos comprovativos desta relação que o património detém com o tempo. Consideramos que após a constatação da sua degradação e das sobreposições de usos que auferiram, levam a que seja necessário autenticar o que resta do conjunto e qual a forma mais sustentável de o preservar para o futuro. Importa com esta avaliação adquirir um conhecimento do conjunto no seu todo, para que o programa arquitetónico, se possa adaptar sem destruir a sua autenticidade. Consideramos ainda que sendo a arquitetura, uma construção do espaço e do tempo, deve por si mesmo servir as comunidades. A manutenção da ruína em nada contribui para a sua salvaguarda, antes pelo contrário é meio para a sua degradação, como podemos constatar no caso do Palácio do Conde-Barão de Alvito. É crucial entender a importância destes espaços,

para além da sua qualidade histórica, porque antes disso são e sempre foram espaços sociais e culturais que tem por função primordial servir as comunidades.

A investigação efetuada suportou a análise destes casos, permitindo perceber e compreender que a evolução das metodologias de intervenção no património arquitetónico têm uma aplicabilidade na contemporaneidade, e que o valor económico que este aufere, nomeadamente ligada à Indústria do Turismo, contribui muitas vezes, através das ações de refuncionalização e reutilização, para a sustentabilidade e conservação do nosso património arquitetónico. Neste sentido consideramos que a utilização do património através do seu uso turístico, como uma estratégia benéfica e promotora da valorização da identidade cultural. Mas, para que tais ações de intervenção sejam bem sucessivas é fundamental reconhecer a consciência de um passado histórico, que fundamente o desenvolvimento dos projetos arquitetónicos e o pensamento crítico sobre os mesmos, e para que possam responder da melhor forma às necessidades funcionais do edifício. É permanente no pensamento arquitetónico dos arquitetos dos casos de estudo o recurso à história, e de tentativa de preservar as referências históricas e arquitetónicas das diversas épocas.

Neste âmbito, o estudo verificou que apesar de existirem premissas que necessitam de ser tidas em conta na reabilitação de um espaço arquitetónico, não existe um modelo ou uma regra de intervenção, a procura é contínua e as referências passadas estão continuamente presentes nas práticas de intervenção na arquitetura. Concluindo-se que a relação entre a teoria e a prática arquitetónica é essencial, a relação de conhecimentos entre os diferentes autores obrigatória e a preservação da autenticidade do bem uma prática incontornável para uma qualificada reabilitação e refuncionalização do património na contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, José (2005), "Conservação do Património Urbano: Evolução dos Conceitos e da Teoria#, *Cor e Cidade Histórica, Estudos Cromáticos e Conservação do Património*, Porto, FAUP.

Aguiar, José (2014), "Reabilitação ou Fraude?", *RP-Revista Património*, (2), pp. 56-69.

Aloise, Julia Miranda (2015), "O Restauro na Atualidade e a Atualidade dos Restauradores", (Online). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/

Alves Costa, Alexandre (2003), "O Património Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade", *Jornal de Arquitetos*, (213), pp. 7-13.

Alves Costa, Alexandre (2009), "Identidade nacional e património construído – arquitetura, cidade e território, comunicação apresentada no *Seminário O Património como Oportunidade e Desígnio* realizado no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 18 de Abril de 2009, Coimbra.

Amendoeira, Ana Paula (2013), "Património mundial e turismo: uma reflexão a propósito dos 40 anos da convenção", *RP- Revista Património*, (1), pp. 54-59.

Appleton, João (2002), "Estado de Conservação", Anexo à Memória Descritiva, A2P, *Processo Administrativo* 53/EDI/03, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 2-15

Appleton, João (2013), "Património urbano: boas práticas de conservação e reabilitação de edifícios", *RP-Revista Património*, Lisboa, (1), pp. 30-35.

Appleton, João (2003), *Reabilitação de edifícios antigos: patologias e tecnologias de intervenção*, Amadora, Edições Orion.

Appleton, João (1991a), "Edifícios Antigos. Contribuição para o estudo do seu comportamento e das ações de reabilitação a empreender", programa de investigação apresentado a concurso para provimento na categoria de investigador-coordenador, LNEC, Lisboa.

Appleton, João (1991b), "Quality in rehabilitation of historical buildings in Portugal", em Artur Bezelga e Peter Brandon (org.), *Management, Quality and Economics in Building*, Londres, Chapman & Hall.

Arroyo, Elizabeth Cárdenas (2007), *Arquitecturas Transformadas: Reutilización Adaptativa de Edificaciones en Lisboa 1980-2002. Los Antiguos Conventos,* Tese de Doutoramento em Proyectos Arquitetcónicos, Barcelona, Universidad Politécnica de Cataluña, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona.

Baião, Joana (2011), "Jorge Custódio: "Renascença Artística" e Práticas de Conservação e Restauro Arquitetónico em Portugal, durante a 1ª República", *Revista de História da Arte,* (8), pp. 252-257.

Baptista, Luís Santiago (Jul./Ago.2010), "Ações Patrimoniais – As Tensões entre a Memória e a Experiência", *Arqa*, pp. 82-83.

Ballart, Josep (1997), *El Patrimonio Historico y Arqueológico: valor y uso,* Barcelona, Editorial Ariel.

Bem-Haja, Ana (2010), "Recycling Manhattan", *Joelho – Revista de Cultura Arquitetónica - Mulheres na Arquitetura*, (Online), (1). Disponível em: http://impactum-journals.uc.pt/index.php/joelho/user.

Blanco, Javier e Arroyo, Salvador Pérez (2000), *Carta de Cracovia 2000. Principios para la Conservación y Restauración del Patrimonio Construido*, Instituto Español de Arquitectura, Universidade de Valladolid.

Brandi, Cesare (2006), *Teoria do Restauro*, Lisboa, Orion.

Branco, Ricardo Jorge Nabais (2009), *Património e pós-moderno,* Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, ISCTE.

Beschaouch (2001), "Patrimoine, sites, tourisme: de quelques contradictions", Colloque Accueil, Aménagement et Gestion dans les Grands Sites Arles, Paris: ICOMOS France, pp. 19-23.

Bucho, Domingos (2003), *Teoria e História da Conservação. Notas de investigação e textos de apoio*, tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Dissertação de Mestrado em ?, Évora, Universidade de Évora.

Boito, Camillo (2003), *Os Restauradores*, São Paulo, Atelier Editorial.

Bugalhão, J. (2001), *A indústria romana e transformação e conserva de peixe em Olisipo*. Lisboa, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, IPA.

Cabrita, Filipa (2010), "Turismo para a construção de uma paisagem cultural. Sedução, símbolo e autenticidade", *Joelho – Revista de Cultura Arquitetónica: Mulheres na Arquitetura*, (Online), (1). Disponível em: http://impactum-journals.uc.pt/index.php/joelho/user.

Campanella, Christian (coord.) e adaptação de João Mascarenhas Mateus (2003), *Obras de conservação e restauro arquitetónico: condições técnicas especiais,* Lisboa, Câmara Municipal, Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana.

Cannatà, Michele e Fernandes, Fátima (1999), *Construir no tempo*. Lisboa, Estar Editora.

Carita, Hélder (1990), *Bairro Alto, tipologias e modos arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal.

Carsalade, Flávio (2015), "O Passado Presente: Problemas epistemológicos do restauro arquitetónico", *Joelho – Revista de Cultura Arquitetónica*, (Online), (6). Disponível em: http://impactum-journals.uc.pt/index.php/joelho/user.

Carta de Veneza 1964. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios. Versão portuguesa em www.icomos.org.

Carta de Washington 1987. Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas e Áreas Urbanas Históricas. Versão portuguesa em www.icomos.org.

Carta de Lausanne 1990. Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico. Versão portuguesa em www.icomos.org.

Carta de Cracovia 2000. Principios para la Conservación y Restauración del Patrimonio Construido, Instituto Espanhol de Arquitectura, Universidade de Valladolid.

Castelo Branco, Patrícia M. (2005), "Património Histórico e Turismo: Uma Construção Social", (Online). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/

Castello, Lineu (2006), "City & time and places bridging the concept of place to urban conservation planning", *City & Time*, (Online), 2 (1). Disponível em: http://www.ct.ceci-br.org/ceci/

Chagas, Mário (Jul/dez 2007), "Casas e portas da memória e do património", *Revista Em Questão*, (Online), 13 (2). Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980/2017

Choay, Françoise (2000), *Alegoria do Património,* Lisboa, Edições 70 (Edição original, 1982).

Choay, Françoise (2011), *As Questões do Património: antologia para um combate,* Lisboa, Edições 70 (Edição original, 2009).

Convenção de La Valetta, Malta, 1992. Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico. Versão portuguesa em www.aparqueologos.org.icomos.org.

Convenção de Granada, 1985. Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa. Versão portuguesa em www.aparqueologos.org.icomos.org.

Conselho da Europa (2004), *Guidance on Urban Rehabilitation,* Strasburg: Council of Europe Publishing.

Costa, Aníbal *et.al* (2005), "Metodologias de Intervenção no Património Edificado", comunicação apresentada no *2º Seminário A Intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação*, realizado no âmbito do Mestrado em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e DGEMN, 12, 13 e 14 de Outubro de 2005, Porto.

Costa, António Firmino e João Emílio Alves (1996), "Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos, *Sociologia – Problemas e Práticas,* (22), pp. 61-79.

Costa, António Ricardo da (2003), "Cidade, Ideologia e Património", *Jornal de Arquitetos*, (213), pp. 22-26.

Costa, Vasto Martins *et.al* (2004) (Org.), *75 DGEMN: conhecer, inovar, conservar e informar,* Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Cravatte, H. (1977), 'Introduction', *Historic Town Centres in the Development of Present- Day Towns,* Strasbourg, Council of Europe.

Cunha, Claudia dos Reis (Jun. 2006), *Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos*, (Online). Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/

Custódio, Jorge (1993), "Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos: De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)", *Dar Futuro ao Passado*, catálogo da exposição realizada na Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura.

Custódio, Jorge et.al (2010) (Org.), 100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010, Lisboa, IGESPAR.

de Kadt, E. (ed.) (1980), *Tourism: Passport to Development?*, New York, Oxford University Press.

Dias, Manuel Graça (2003), "A Prova", *Jornal de Arquitetos*, (213), p. 3.

Dias, Susana José Gomes (2008), *Intervenções de Reabilitação em Património Construído – Projeto de Beneficiação do Castelo de Alter do Chão,* Dissertação de Mestrado em Recuperação e Conservação do Património Construído, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico.

Dicks, B. (2000), *Heritage, Place and Community,* Cardiff, University of Wales Press.

Eco, Umberto (1997), *Function and Sign: The Semiots of Architecture em Rethinking Architecture (Neil Leach)*, Londres, Routledge.

Escolano, Víctor Pérez (2003), "La Paradoja de la Arquitectura Moderna, Patrimonio y Proyecto Modenro", *Jornal de Arquitetos*, (213), pp. 53-55

Estratégia para a Reabilitação Urbana em Lisboa 2011/2024, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, (Online). Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana/estrategia-de-

reabilitacao-urbana

Feilden, Bernard M. (2003), *Conservation of historic buildings*, Amesterdão, Architectural Press (3ª Edição).

Ferraz, Marcelo (2015), "O Passado no Presente", comunicação apresentada na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, FAUP, 12 de Novembro de 2015, Porto.

Ferrão, Leonor (1994), "Desenvolvimento urbanístico. Os palácios e os conventos", *O Livro de Lisboa.*

Ferro, António (1949), *Artes decorativas: palestra de 1940, e discurso da Exposição de Artes Decorativas em 1949*, Lisboa, Edição SNI.

Figueira, Jorge (2013), "Do românico ao minimalismo: os caminhos da intervenção patrimonial em Portugal", *RP – Revista Património*, (1), pp. 16-23.

Filipe, I. e Guilherme, A. (2006), "Relatório da escavação de emergência realizada na fábrica romana de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém", Era, Arqueologia S.A., (Online). Disponível em: http://www.nia-era.org/component/

Filipe, Iola Margarida Brito (2011), *Casa do Governador da Torre de Belém: o caso de uma unidade de produção de preparados de peixe no âmbito da economia romana,* Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

França, José-Augusto (2008), *Lisboa. História física e moral,* Lisboa, Livros Horizonte.

França, José-Augusto (1980), *Lisboa: Urbanismo e Arquitetura,* Lisboa, Biblioteca Breve: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Garcés, Eduardo Kingman (2006), "Heritage, policies of memory and the institutionalization of culture", *City & Time,* (Online), 2 (1). Disponível em: http://www.ct.ceci-br.org/ceci/

Gaspar, Jorge (2005), "Herança, Património e Turismo", I Fórum Marvão, Actas do Colóquio de Património, Turismo, Despovoamento e Descaracterização dos Centros Históricos, Câmara Municipal de Marvão.

Gonçalves, José Reginaldo Santos (2003), *A Retórica da persa: os discursos do património cultural no Brasil,* Rio de Janeiro, UFRJ.

Gomes, Henrique da Silva (1934), "Monumentos Nacionais: orientação técnica a seguir no seu restauro", Actas do 1º Congresso da União Nacional.

Gomes, Marta (2011), *Reconversão de edifícios habitacionais em Lisboa: aplicação ao caso de estudo das unidades hoteleiras,* Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, Instituto Superior Técnico.

Gonsales, Célia Helena (s.a.), "O excepcional e o exemplar: valor e património recente", *Cadernos Proarq21,* pp. 15-28.

Gonsales, Célia Helena (2007), "Reflexão sobre arquitetura e obras modernas – ou, por que o pavilhão sim e a stoa não?", comunicação apresentada no 7º Seminário DOCOMONO Brasil, *O moderno já passado. O passado no moderno – Reciclagem, Requalificação, Rearquitetura*, UFRGS - Faculdade de Arquitetura, 22 e 23 de Outubro de 2007, Porto Alegre.

Gracia, Francisco (1992), *Construir en lo Construido: La Arquitetura com Modificación,* Madrid, Nerea.

Harrison, Rodney (2013), *Heritage: critical approaches,* Londres, Routledge.

Harvey, D.C. (2001) "Heritage pasts and heritage presents: Temporality, meaning and the scope of heritage studies", *Internacional Journal of Heritage Studies,* 7 (4), pp. 319-338.

Henriques, Fernando (1991), "Teoria da Conservação", *A Conservação do Património Histórico Edificado*, Lisboa, LNEC, Memória n.º 775.

Herculano, Alexandre (1871-1873), *Opúsculos, Questões Públicas*, II, Lisboa, Livraria Bertrand.

Hilghfield, David (1987), *Rehabition and Re-use of Old Buildings,* Londres E & FN Spon.

IHRU (2008), *SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico,* Lisboa, Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, Direção de Informação Estudos e Comunicação.

Introdução: Memória descritiva e Justificativa do Projeto de Reabilitação do Palácio dos Lumiares, datada de 2007, Hersal-Investimentos Turísticos, SA, *Processo Administrativo,* nº 1722/EDI/7, Lisboa, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, pp. 3-10.

Jesus, Davide A. G. (2012), *(Re)Utilizar: o edifício da Companhia Leiriense de Moagem, antigo Convento de S. Francisco de Leiria,* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Coimbra, Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Jokilehto, Jukka (1999), *A History of Architectural Conservation*, Oxford, Butterworth & Heinmann Edition.

Jokilehto, Jukka (2006), "Considerations on authenticity and integrity in world heritade contexto", *City & Time,* (Online), 2 (1). Disponível em: http://www.ct.ceci-br.org/ceci/

Kuban, D. (1978), "Conservation of the historical environment for cultural survival", R. Holod (ed.) *Conservation as Cultural Survival,* Istanbul, The Aga Khan Award for Architecture.

Kuhl, Beatriz Mugayar (Nov/Abril 2007), "A Restauração de Monumentos Históricos em França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico", *Revista CPC,* (3), pp. 110-144.

Lacerda, Manuel (Nov. 2014), "Entre a memória e a criação: seis questões", *RP – Revista Património*, (2), pp. 154-159.

Lagunes, María Margarita Segarra (2011), "La Restauración después de Cesare Brandi", em Marco Aurélio Gomes e Elyane Corrêa (org.), *Reconceituações contemporâneas do património,* Coleçãp Arquimemória, 1, Salvador, EDUFBA.

Lemos, Susana Raquel M. (2014), *Memória e património cultural: intervenções arquitectónicas em pré-existências,* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa, Faculdade de Arquitetura e Artes.

Lira, Flaviana Barreto e Virgínia Pontual (2006), "Is conciliation of the old and new possible? Urbanistic instruments applied to the historical area of the downtown district of Bairro do Recife – Pernambuco", *City & Time*, (Online), 2 (1). Disponível em: http://www.ct.ceci-br.org/ceci/

Lobo, Susana (2004), "1942-2002 – 60 anos de Pousadas", *Arquitetura Moderna Portuguesa 1920-1970,* Lisboa, IPPAR.

Lobo, Susana (2012), *Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1.ª República à democracia,* Dissertação de Doutoramento em Arquitetura, especialidade de Teoria e História, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Loes, Veldpaus, Ana R. Pereira Roders e Bernard Colenbrander (2013), "Urban Heritage: Putting the Past into the Future", *The Historic Environment*, 4, (1), pp. 3-18.

Lopes, Bárbara (1993), "Homens e Pedras. A Identidade a Reencontrar", em Clemente Augusto (org.), *Reabilitação Urbana: Núcleos Históricos,* Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, pp. 43-50.

Lopes, Carla (2010), "Novas Memórias", *Joelho – Revista de Cultura Arquitetónica - Mulheres na Arquitetura*, (Online), (1). Disponível em: http://impactum-journals.uc.pt/index.php/joelho/user.

Lopes, Flávio (1996), *Cartas e Convenções Internacionais*, Lisboa, IPPAR, Lisboa.

Lopes, Flávio (2012), *Património Arquitectónico e Arqueológico – Noção e Normas de Proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

Lowenthal, David (1998), *El Pasado es un País Extraño,* Madrid, Ediciones Akal, S.A. (Edição original, 1985).

Luchiari, Maria Tereza Duarte Paes (2005), "A Reinvenção do Património Arquitetónico no Consumo das Cidades", *GEOUSP – Espaço e Tempo,* (17), pp. 95-105.

MacCannel, Dean (1976), *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class,* Nova Iorque, Schocken Books.

Martín, Enrique Saiz "Hacia un Nuevo modelo – sostenido y social – de gestión del património cultural", *RP – Revista Património*, (2), pp. 17-25

Matos, José Sarmento (2007), "O Palácio do Governador da Torre de Belém", Anexo à Memória Descritiva, *Processo Administrativo* 53/EDI/03, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 1-4.

Matos, José Sarmento (2007), "Palácio dos Lumiares, Projeto de Arquitetura. Parecer Histórico e Patrimonial", Anexo III à Memória Descritiva e Justificativa, Hersal-Investimentos Turísticos, SA, *Processo Administrativo* 1722/EDI/7, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 1-6.

Mantas, Maria Cristina (2016), "Memória Descritiva e justificativa das Telas Finais, Hotel Palácio do Governador"*, Processo Administrativo,* nº 178/POL/16, Lisboa, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, pp. 1-8.

Mantas, Maria Cristina (2014), "Memória Descritiva do Projeto Alterações de Arquitetura CS Palace Belém Hotel", *Processo Administrativo,* nº 3759/EDI/14, Lisboa, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, pp. 1-5.

Mantas, Maria Cristina (2002), "Memória Descritiva do Projeto de Arquitectura para Conversão da Antiga Casa do Governador da Torre de Belém em Hotel de Charme", *Processo Administrativo,* nº 53/EDI/03, Lisboa, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, pp. 1-14.

Meneses, José Newton (2004), *História & Turismo Cultura,* Belo Horizonte, Autêntica.

Memória Descritiva e Justificativa, Arquitetura, projeto de licenciamento de alterações, datada de 2015, MetroUrbe-Projectos e Consultoria em Arquitectura, Lda, *Processo Administrativo,* nº 1197/EDI/15, Lisboa, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, pp. 4-42; 56-58.

Murta, Stela Maris e Celina Albano (org) (2002), *Interpretar o Património: um exercicio do olhar,* Belo Horizonte, UFMG.

Nabais, José Casalta (2004), *Introdução ao Direito do Património Cultural*, Coimbra, Almedina, pp. 73-74.

Neto, Maria João (2001), *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960),* Porto, FAUP.

Nunes Pereira, António (Nov./Dez. 2003), "Para uma terminologia da disciplina de proteção do património construído", *Jornal de Arquitetos*, (213), pp. 27-32.

Oliveira, Catarina (2007), "Casa do Governador de Belém" (Online). Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio /classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70950

Oliveira, Catarina (2007), *Casa do Governador da Torre de Belém,* Lisboa, DGPC.

Orbasli, Aylin (2000), *Tourist in Historic Towns. Urban Conservation and Heritage Management,* Londres, E&FN Spon.

Passos, José Manuel da Silva (1989), *Estudos de Integração do património histórico-urbanístico para a reabilitação urbana,* Lisboa, IPPC, Direção Geral de Ordenamento do Território.

Pedreirinho, José Manuel (Mar.2011), "O Novo e o Antigo Contemporâneo", *Revista de Arquitetura Ibérica,* (36) Reabilitação, pp. 10-13.

Peters, Paulhans (1977), *Reutilización de edifícios: renovación y nuevas funciones,* Barcelona, Editorial Gustavo Gili, SA.

Pereira, Ana Rita Rodrigues (2013), *Operações de Reabilitação de Edifícios Antigos: Organização de um Sistema de Informação Transversal a Todo o Processo,* Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil – Especialização em Construções, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Pereira, G. (1878), *Descrição da Península Ibérica*, Livro 3º de Strabão, 1ª Parte, Évora, Typ. de Francisco da Cunha Bravo.

Pereira, Paulo (1997), "Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História", *Intervenções no Património 1995-2000: nova política,* Lisboa, IPPAR, pp. 14-21

Pereira, Paulo (2003), "Intervenções arquitetónicas recentes no património edificado", *Jornal de Arquitetos*, (213), pp. 14-21.

Pereira, Paulo (2014), "Património e Intimidade", *RP – Revista Património*, (2), pp. 82-85.

Ramalho, José Filipe (2005), "Património e turismo ou turismo e património", *Revista Portefólio,* (1), pp. 62-67.

Raposo, Manuel (2003), "Conservação e Restauro", *Jornal de Arquitetos*, (213), pp. 37-41.

Rato, Vasco Moreira (2002), *Conservação do património histórico edificado. Princípios de intervenção*, Dissertação de Mestrado em Construção, Lisboa, Instituto Superior Técnico.

Real, Fernando (1996), "Património Arqueológico: Conservação e Usos", *Cadernos SPPC*, (3), Évora, Sociedade para a Preservação do Património Construído

Roders, Ana Pereira (2007), *Re-architecture basis. Lifespan rehabilitation of built heritage,* Tese de Doutoramento em Arquitetura, Eindhoven, Technische Universiteit Eindhoven.

Rodrigues, Paulo Simões (2005), *Lisboa. A Construção da Memória da Cidade,* Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora.

Ruskin, John (1849), *Seven Lamps of Architecture*, New York, John Wiley.

Solà-Morales, Ignasi de (2003), "Do Contraste à Analogia. Desenvolvimento do Conceito de Intervenção Arquitetónica", *Jornal de Arquitetos*, (213), pp. 68-75.

Solà-Morales, Ignasi de (1982), "Toward a modern museum: from Riegl to Giedion", *Oppositions*, (25-28), pp. 68-78.

Santos, José Paulo e Cristina Guedes (1997), "Loios Convent – Renovation and Addition as a Hotel", *A+U – Journal of World Architecture and Urbanism*, (318), pp. 50-63.

Silva, Jorge Fernando Cordeiro (2013), *Reinterpretar o passado: reabilitar o presente,* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Lisboa, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Silva, Vitor Cóias (2005), "Opções intrusivas de reabilitação estrutural dos edifícios antigos", *Revista Portefólio,* (1), pp. 32-39.

Sobral, José Manuel (1999), "Da casa à nação: passado, memória, identidade", Etnográfica, 3(1), pp. 71-86.

Soromenho, Miguel e Silva, Nuno Vassalo (1993), "Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos. Da Idade Média ao século XVIII", *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR.

Sousa, Ana Rita Simões (2002), *O Turismo como factor de Revitalização da Cidade,* Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Sousa, Isabel C. F. (2013), *Intervir no património: Reconversão do Hospital do Desterro em unidade hoteleira*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, Faculdade de Arquitetura de Lisboa.

Smith, Laurajane (2006), *Uses of Heritage,* Londres, Routledge.

TheLumiares (Online). Disponível em: http://www.thelumiares.com/index.php?page=moviept

Tostões, Ana (2015), "Património moderno: conservação e a reutilização como recurso sustentável", *Joelho – Revista de Cultura Arquitetónica*, (Online), (6). Disponível em: http://impactum-journals.uc.pt/index.php/joelho/user

Terán, Fernando de (2009), *El Passado Activo: del uso interesado de la história para el entendimento y la construcción de la ciudad,* Madrid, Akal.

Unesco (2008), *Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention du Patrimoine Mondial,* Paris, Centre du Patrimoine Mondial.

Valente, A. e Silva, I. M. (2003), "Relatório dos trabalhos de acompanhamento arqueológico na Casa do Governador da Torre de Belém. Parque de estacionamento subterrâneo de Belém – Parque do Infante", Lisboa, Era - Arqueologia S.A.

Venda, Cátia Filipa Fidalgo (2008), *Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas com património,* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Lisboa, Instituto Superior Técnico.

Vieira, Liliana Fátima Queirós (2009), *Transformações Dinâmicas da Cidade: Reabilitação do Hospital em Pousada e Requalificação de um Espaço Público,* Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, Departamento de Arquitetura, ISCTE.

Viollet-le-Duc, Eugéne Emmanuel (1875), *On Restoration. London: Sampson Low*, Marston, Low and Searle.

Viollet-le-Duc, Eugène Emmanuel (1996), *Restauro*, São Paulo: Editora Ateliê.

Zukin, Sharon (1989), Loft living, culture and capital in urban change, Londres, Rutgers University Press.

Zumthor, Peter (2009), *Pensar a Arquitetura,* Barcelona, Gustavo Gili.

ANEXOS

ANEXO A – PALÁCIO CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM

ANEXO B – PALÁCIO DOS CONDES DE LUMIARES

ANEXO C - PALÁCIO CONDE-BARÃO DE ALVITO

II

ANEXO A

PALÁCIO CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM

ANEXOS

ANEXO A1 - FICHAS TÉCNICAS

PALÁCIO CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM

Casa do Governador da Torre de Belém

Portugal, Lisboa, Lisboa, Belém

IPA.00002526

Arquitectura política e adinistrativa, barroca e rococó. Palácio urbano



Número IPA Antigo: PT031106320289

Registo visualizado 331 vezes desde 27 Julho de 2011

2

Registo | Mapa | Alterar Registo | Votar/Comentar
Arquivos e colecções | 6 Imagens | Adicionar Imagens | Votos/Comentários (0)

INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA
PESQUISAR PATRIMÓNIO
INVENTARIAR PATRIMÓNIO
PESQUISAR ARQUIVOS
PESQUISAR BIBLIOTECA
INDICADORES

Registo

Edifício e estrutura | Edifício | Residencial unifamiliar | Casa de função | Casa do governador

Descrição

De planta composta em U, o edifício apresenta volumetria escalonada e articulada, sendo a cobertura efectuada por telhados a 2 e 4 águas. Reconhecem-se porém 2 núcleos, desenvolvendo-se o do lado O. (primitiva área residencial) em 3 pisos, constituído por 3 volumes interpenetrantes diferenciados pela autonomia das coberturas, e o do lado E. (integrando a capela e as dependências de serviço) em 2 pisos em torno do pátio rectangular. A animação dos alçados efectua-se pela abertura de janelas de peito e portas ao nível do piso térreo, e de janelas de sacada com guardas (varas verticais de ferro forjado), no piso nobre, rematando-se o conjunto edificado por beirado simples. No alçado N, ritmado pela abertura regular de vãos, a presença da capela é assinalada por um pano sineiro rematado por frontão triangular, que se eleva acima do beirado. No alçado S., coincidindo com o ponto de articulação dos 2 núcleos identificados, destaca-se a presença de um portal lateralmente delimitado por pilastras ostentando enrolamentos vegetalistas junto das bases e encimadas por fogaréus apresentando motivos ornamentais (concheados).





Acessos

Rua Bartolomeu Dias, n.º 1 - 3; Travessa da Saúde, n.º 65; Rua da Praia do Bom Sucesso, n.º 50 - 62

Protecção

Incluído na Zona Especial de Proteção da Torre de Belém (v. IPA.00004065)



Enquadramento

Urbano (ocupando a totalidade do quarteirão), destacado, isolado parcialmente por pátio delimitado por muro gradeado

Descrição Complementar



Utilização Inicial

Residencial: casa do governador

Utilização Actual

Comercial e turística: hotel



Propriedade
Pública: estatal

Afectação
Sem afectação

Época Construção
Séc. 17 / 18 / 21

Arquitecto / Construtor / Autor

Cronologia
1519 - aforamento de um terreno, pelos religiosos de Santa Maria de Belém, a Gaspar de Paiva, primeiro capitão da torre de São Vicente de Belém, o qual procede à edificação de uma casa para sua residência. Esta propriedade seria mais tarde, estranhamente, vendida a Francisco da Costa e, posteriormente, a Diogo Póvoas, os quais não parecem ter pertencido à guarnição da fortaleza; 1677 - ocupava a residência D. Luís Manuel de Távora, 4º conde da Atalaia (1646 - 1706), governador da torre de Belém; 1832 - instala-se neste edifício parte das tropas dos regimentos realistas de Vila Viçosa; 1834 - nomeação do duque da Terceira, António José de Sousa Manuel e Menezes Severim de Noronha (1792 - 1860) como governador da torre de Belém, vindo a residir no edifício; 1851 - inauguração do chafariz de Pedrouços, no largo aberto em terrenos da horta da propriedade, a O. da casa; 1862 - o rei D. Luís toma este local como residência; 1890 - falece no palácio, de que entretanto se tornara proprietário, D. João Manuel de Menezes, 2º marquês de Viana (n. 1810), permanecendo como residentes a sua viúva, D. Maria do Carmo da Cunha Quintela e suas filhas, Maria do Carmo (m. 1908) e Ana (m. 1910); 1893 - a ala E. do edifício é afectada à família Perry Vidal; séc. 20, 1º quartel - a casa era propriedade da condessa e marquesa de Rio Maior, D. Maria Isabel de Lemos e Roxas Carvalho e Menezes De La Rue Saint-Léger (1841 - 1920), que a lega em testamento a D. José Luís de Saldanha Oliveira e Sousa (Rio Maior), do qual passará para a posse do seu filho, o Dr. José Luís da Câmara de Saldanha; 1941 - inauguração da Escola Profissional de Pesca, a qual permanece no edifício até à década de 70; 1991, 07 fevereiro - Despacho de abertura do processo de classificação pelo presidente do IPPC; 2005, Dezembro - profundas obras de remodelação do imóvel; 2006 - durante as obras foi descoberta uma unidade de fabrico de garum, tendo sido localizados 16 tanques de pedra; 2008 - conclusão das obras, que transformaram o edifício em hotel; 2010, 30 dezembro - proposta de revogação do Despacho de abertura do processo de classificação pela DRCLVTejo; 2009, 23 outubro - o processo de classificação caduca nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, DR, 1.ª série, n.º 206, publicado nesta data.

Dados Técnicos
Paredes autoportantes

Materiais
Alvenaria mista, reboco pintado, cantaria de calcário, ferro forjado

Bibliografia
ARAÚJO, Norberto de, Peregrinações em Lisboa, Livro 9, Lisboa, s.d.; SANCHES, José Dias, Belém e Arredores Através dos Tempos, Lisboa, 1940; SANCHES, José Dias, Belém do Passado e do Presente, Lisboa, 1970; FREITAS, Eduardo de, CALADO; Maria, FERREIRA, Vítor Matias, Lisboa. Freguesia de Belém, Lisboa, 1993

Documentação Gráfica

Documentação Fotográfica
IHRU: DGEMN/DSID

Documentação Administrativa
CML: Arquivo de Obras, Proc. nº 30.741; IGESPAR: IPPAR, Proc. nº 93/3 (28)

Intervenção Realizada
1922 - construção de pavimento intermédio na loja con o nº 58 da R. da Praia do Bom Sucesso; 1932 - obras gerais de beneficiação; 1937 - alteração da porta da loja nº 63 da Tv. da Saúde; 1939 - transformação de janela em porta e alteração da compartimentação interna, pinturas e reparações na loja da R. da Praia do Bom Sucesso, nº 58; 1941 - reparação do algeroz do alçado do Lg. da Princesa; 1949 - obras grais de beneficiação; 1955 / 1957 - abertura de montra e alterações internas na loja da Tv. Saúde, nº 63; 1957 - instalação de bomba de gasolina para a Escola Profissional de Pesca; 1963 - reparações e pinturas na loja da Tv. Saúde, nº 63, obras gerais de beneficiação; 1967 - obras clandestinas de ampliação de WC na oficina sita no r/c do Lg. da Princesa, nº 1; 2006 / 2007 / 2008 - remodelação do imóvel com construção de dois pisos no sub-solo, consolidação da estrutura, construção de paredes e pavimentos de betão e de madeira, em zonas mais sensíveis.

Observações

Autor e Data
Teresa Vale e Carlos Gomes 1995

Actualização

Ficha Técnica

Palácio Casa do Governador de Belém

Projeto

Reabilitação e Refuncionalização do Palácio Casa do Governador de Belém

Localização

Rua Bartolomeu Dias, nº 1-3, Travessa da Saúde nº 65, Rua Praia do Bom Sucesso nº 50-62

Santa Maria de Belém, Lisboa

Promotor

Grupo NAU Hotels & Resorts

Autoria e Coordenação Geral

Jorge Cruz Pinto & Cristina Maria Mantas, Arquitectos, Lda.

Arquitetura

Arq. Jorge Cruz Pinto

Arq. Maria Cristina Mantas

Colaboração

Elsa Caeiro

Consultores

Interpretação histórica – Dr. José Sarmento de Matos

Estudos e prospecção arqueológica – ERA, Arqueologia

Projeto geral de conservação e estabilidade – Eng.º João Appleton

Datas de obras

1519 – Construção primitiva

2005 – Início do processo reabilitação

2006 – Início da construção

2015 – Inauguração

Observações

Despacho de abertura do processo de classificação pelo presidente do IPPC, em 1991.

Terreno pertencente aos monges de Santa Maria de Belém.

Propriedade dos membros da guarnição da fortaleza de Belém.

Palácio localizado na Zona Especial de Proteção da Torre de Belém.

Enquadrado na malha urbana, completa o quarteirão.

Construção de estrutura quinhentista transformada ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Planta regular em U: divide-se em duas áreas, a residencial, dividida em três pisos, e a que integra as dependências de serviço e a capela.

Vestígios arqueológicos de um fábrica romana de salga de peixe e produção de molho de peixe, datada dos séculos I-V d.C.

Área bruta – 1525 m^2

ANEXOS

ANEXO A2 - ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS E FUNCIONAIS

PALÁCIO CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM

x

Alterações Estruturais e Funcionais

Consulta realizada nos dias 05.07.2016, 06.07.2016, 07.07.2016 e no dia 08-10-2016, no Arquivo Municipal de Lisboa

O Palácio do Governador da Torre de Belém há muito que deixou de desempenhar a função para que foi inicialmente construído, como alertou o Eng.º João Appleton[96]. As diversas utilizações que teve trouxeram vantagens no que remete à manutenção do edifício, mas também diversos inconvenientes. Os inconvenientes apontados pelo engenheiro, derivam da circunstância de se tratar de uma adaptação de um edifício habitacional para instalação de serviços públicos, que naturalmente desencadearam um número razoável de agressões, como a perda do uso de compartimentos, montagem de tectos falsos, alteração de revestimentos, implementação de redes e instalações técnicas. Apesar disso, as transformações que sofreu não afetaram os revestimentos azulejares, os tectos de masseira ou as paredes e abóbadas, o que permite ter uma imagem real do palácio.

Em 1832 instalam-se neste edifício parte das tropas dos regimentos realistas de Vila Viçosa. Terá sido por volta destes anos, no período dos séculos XVII e XVIII, que o edifício terá sido transformado uma vez que da estrutura quinhentista nada subsiste. A casa apresenta um modelo que pela simplicidade das linhas que se aproxima muito da arquitetura pombalina. Em 1834 foi nomeado como governador da Torre de Belém o duque da Terceira, António José de Sousa Manuel e Menezes Severim de Noronha (1792-1860), vindo a residir no edifício, que mais tarde viria a ser propriedade do rei D. Luís (1862).

Em 1890 após o falecimento do rei o palácio tornara-se propriedade, D. João Manuel de Menezes, 2º marquês de Viana (n. 1810), permanecendo como residentes a sua viúva, D. Maria do Carmo da Cunha Quintela e suas filhas, Maria do Carmo (m. 1908) e Ana (m. 1910).

Em 1893, a ala Este do edifício é afectada à família Perry Vidal. E, no 1º quartel do século XX, a casa era propriedade da condessa e marquesa de Rio Maior, D. Maria Isabel de Lemos e Roxas Carvalho e Menezes De La Rue Saint-Léger (1841 - 1920), que a lega em testamento a D. José Luís de Saldanha Oliveira e Sousa (Rio Maior), do qual passará para a posse do seu filho, o Dr. José Luíz da Câmara de Saldanha. Durante este período o edifício passou por diversos arrendatários com estabelecimentos de diversas variantes comerciais, que tiveram necessidade de proceder a algumas alterações, cujas mais significativas passo a mencionar.

---

[96] "Estado de Conservação", ponto 3 "Anomalias construtivas, estado de conservação do edifício", Eng.º João Appleton, pp. 7-11.

Em 1923, Augusto Veríssimo de Sousa pediu licença para que fosse construído um pavimento intermédio na loja com o nº58 da Rua da Praia do Bom Sucesso, tendo havido um parecer favorável para a sua pretensão.

Em 1937 procedeu-se à alteração da porta da loja nº 63 da Tv. Da Saúde, cujo o mesmo albergava um estabelecimento de venda de bebidas a copo e leitaria.

Em 1939, José Luiz de Saldanha Oliveira e Sousa pretendeu fazer obras de alteração no seu prédio, tendo a Repartição-Arquitetura da Direção dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa aprovado a pretensão do requerente, dado se tratar de uma pequena obra destinada a beneficiar as condições de higiene de habitação.

> Referente à obra que o mesmo Exmo. Senhor acima mencionado, pretende mandar fazer no seu prédio, situado no Largo da Princeza nº 2 r/o e conta de: rasgar o vão de janela para a porta e subir a verga de forma a dar conjunto harmónico na frente principal, emparedar a ‘ / 2 vez de tijolo com argamassa de cimento, o vão de porta da casa de banho e forrar com lambrins de azulejo branco e o pavimento a mosaico das casas de banho, cozinha e W.C., rasgar o vão da janela da cozinha a fim de poder dar mais luz. (Obra nº 30741, volume 1, processo nº 31220, folha 2)

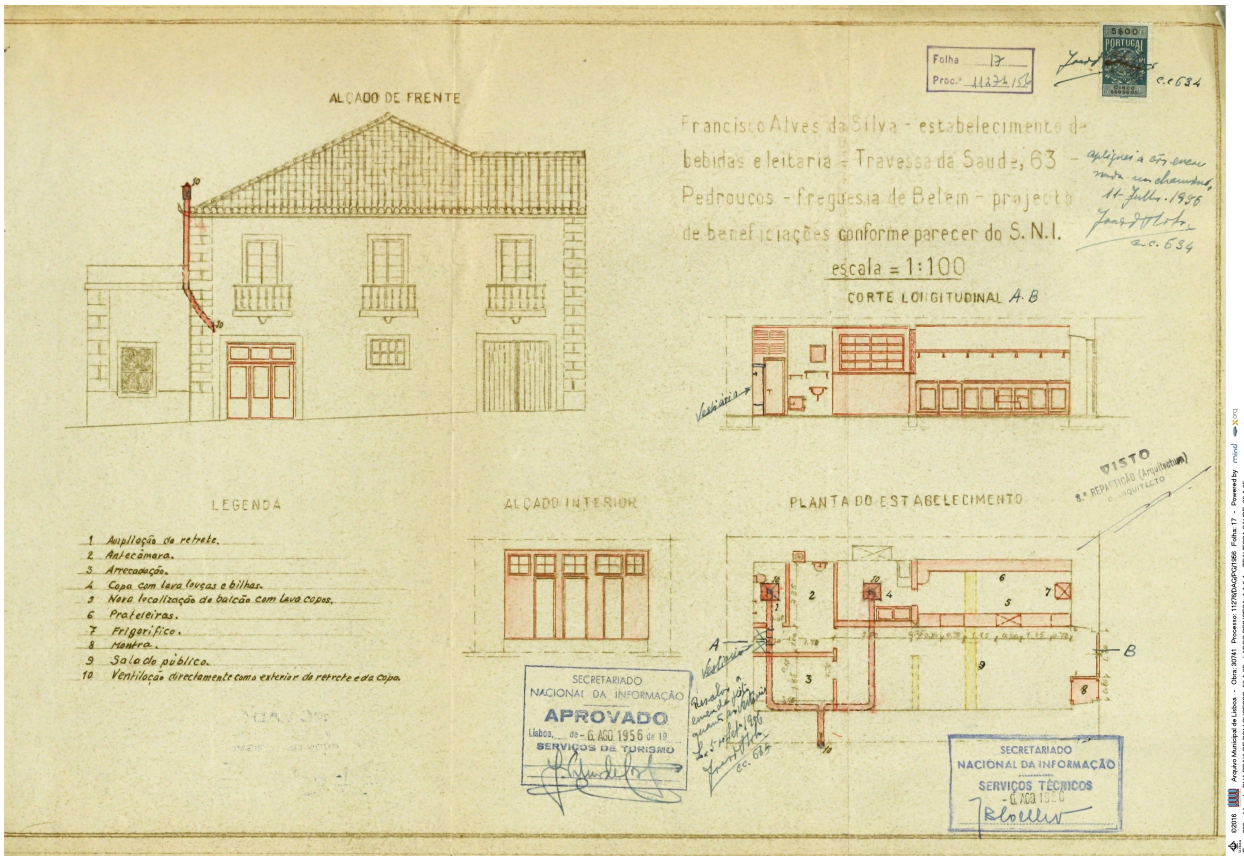
No mesmo ano, o morador António Casimiro Rodrigues Merca, solicitou a licença para realizar obras no seu estabelecimento, tendo o mesmo pedido sido deferido pela Direção de Serviços de Urbanização e Obras. O arrendatário pretendia então “proceder a trabalhos na pintura na frente, em azul claro, rebocos interiores, pintura e caiação também dos interiores e colocação de armação para um estabelecimento, a abrir, de vinhos e mercearia.” (Obra nº 30741, volume 1, processo nº 53307, folha 1)

Em 1941 foi aí instalada a Escola Profissional de Pesca, a qual permanece ativa no edifício até à década de 70 do século XX.

Em 1955/57, foi intimado pelo delegado de saúde do distrito de Lisboa o proprietário do estabelecimento de venda de bebidas e leitaria, sito na Travessa da Saúde, nº63, devido às condições precárias de higiene em que se encontrava o imóvel para apresentar um projeto das beneficiações a realizar no dito estabelecimento, que mereceu a aprovação.

> Junta-se novo desenho de acordo com o parecer do Secretariado Nacional de Informação com as seguintes alterações: 1º criando uma antecâmara ao compartimento indicado com o número 1 (retrete) a qual vai indicada no desenho junto pelo número 2. 2º Anulando-se a dependência mencionada no primitivo desenho com o nº5 criando-se uma pequena arrecadação indicada no

atual desenho pelo número 3. 3º Estabelecendo-se uma ventilação direta com o exterior da retrete e da copa por meio de tubagem de Cimianto de 150mm de diâmetro com entrada ao centro dos tetos de cada uma das dependências e saída pelo terraço do mesmo prédio por meio de ventilador de frestas. (Obra nº 30741, volume 1, processo nº 11276/56, folha 16)

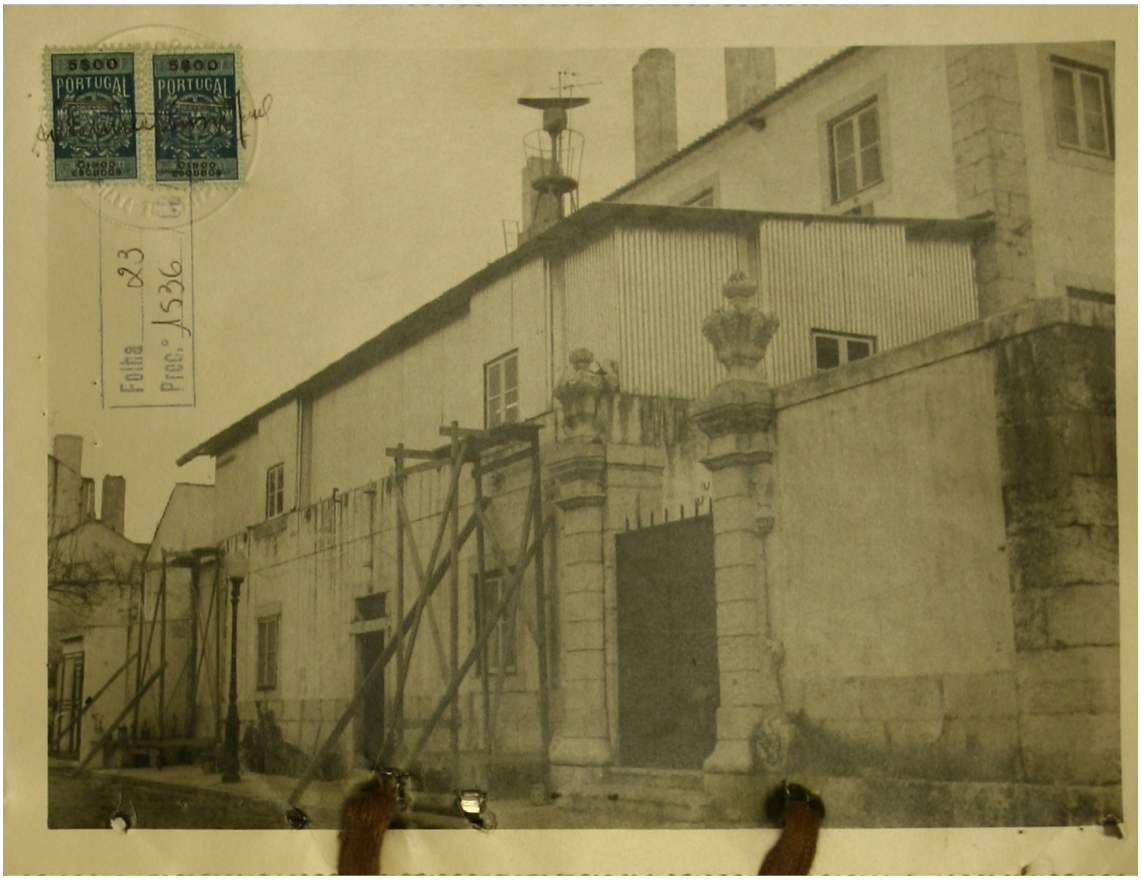


Projeto de alterações (1956). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 30741 – Proc. 11276/56, Folha 17.

Em 1966/67, António Rodrigues Noivo, com sede e oficina de serralharia mecânica civil, reparações navais, com soldaduras elétricas e oxiacetilénicas, no Largo da Princesa, nº1 realizou obras clandestinas de ampliação de WC na oficina sita no r/c do mesmo edifício. O arrendatário foi intimado para que procede-se à demolição das obras de alteração que realizou sem licença prévia, nem projeto aprovado.

Em 1975, a Junta Central das Casas dos Pescadores, com sede no Largo da Princesa, n.º 2, veio solicitar a aprovação do projeto de cobertura em material metálico destinado à Casa de Pescadores deste organismo, que colocou sem aviso prévio. Apesar de existir um parecer

favorável dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, a Direção-Geral dos Assuntos Culturais, através da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, indeferiu o presente processo dado o edifício se encontrar na Zona de proteção da Torre de Belém.



Fotografia (1975). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 30741 – Proc. 1536/75, Folha 23.

> (…) Foi homologado o seguinte parecer emitido pela 4ª Subsecção da 2ª Seção da Junta Nacional de Educação sobre o assunto em causa: "como se verifica pela fotografia que acompanha o processo a obra já foi executada. É inegável que a sua realização contribuiu para desfeitear o local, visto que não se insere, de todo, na composição existente. Nesta conformidade (…) a obra não será de aprovar, nestes precisos termos, não sendo de aceitar o projeto em questão." (Obra nº 30741, volume 1, processo nº 1536/OB/75, folha 32)

Em 1994 a Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A. requereu vistoria para obtenção de licença de utilização da loja com o n.º 3-A sita no prédio do Largo da Princesa.

A Comissão compareceu no local e verificou que a fração se encontra em boas condições de segurança e salubridade. Em relação ao projeto aprovado – processo n.º 31 220/30 – verificou-se a construção de uma instalação sanitária, alteração esta tolerada pelo despachado 2/DS0/86. (Obra nº 30741, volume 1, processo nº 158/94, folha 7)

Em 1995, Antonio Rugeroni de Saldanha, proprietário então do prédio sito no Largo da Princesa, n.º 1, 2, 3, 3A e 3B, e ainda com fogos com entrada pela Travessa da Senhora da Saúde, n.º 63 a 65, e pela Rua da Praia do Bom Sucesso, n.º 50 a 62, requereu que fosse feita uma vistoria ao imóvel a fim de se verificar se o mesmo é constituído por frações autónomas, formando unidades independentes, distintas e isoladas entre si, com saída própria para a via pública ou parte comum do prédio. (Obra nº 30741, volume 1, processo nº 10514, folha 1)

A Comissão compareceu no local e verificou tratar-se de um edifício com grande área de implantação com três pisos designados de cave, rés-do-chão e sótão. Ao nível da cave, com acesso direto à via pública, localiza-se na Rua da Praia do Bom Sucesso: com o nº 62 três habitações; com o nº 60-A um pequeno logradouro de onde parte uma escada exterior privativa para acesso ao terraço existente ao nível de rés-do-chão (com entrada pelo nº 2 do Largo da Princesa); com os nº 60 e 58 outra habitação; com o nº 56 outra habitação; com o nº 54 mais uma habitação; com o nº 52 outra habitação, com o nº 50 outra habitação.

Ainda com acesso direto à via pública ao nível da cave, Travessa da Saúde, localizam-se: com o nº 63 uma ocupação loja (café); com o nº 65 uma habitação; entre o nº 63 e o 65, ao nível da cave, localiza-se um armazém que possui uma escada interior primitiva que estabelecer ligação com a outra parte situada ao nível do rés-do-chão, e que também tem acesso através do nº1 do Largo da Princesa.

Através dos vãos localizados no Largo da Princesa, ao nível do rés-do-chão, faz-se o acesso a: uma ocupação armazém com nº1 que também tem acesso através da Travessa da Saúde tal como já foi referido; uma ocupação escritório com o nº2 que possui um logradouro à frente em terraço a tardoz tendo este acesso à via pública através do vão com o nº 60-A da Rua da Praia do Bom Sucesso. Esta ocupação escritório desenvolve-se no rés-do-chão e no 1º andar tendo para acesso diversas escadas interiores privativas e ainda os vãos com os nºs 3 e 3-B uma ocupação loja (stand de automóveis). (…) Composição I Frações autónomas: duas (2) habitações com quatro divisões assoalhadas; duas (2) habitações com três divisões assoalhadas; três (3) habitações com duas divisões assoalhadas; duas (2) habitações com uma divisão assoalhada. (Obra nº 30741, volume 1, processo nº 10514, folha 8)

Em 2001 o direito de superfície sobre os terrenos da Casa do Governador foram cedidos,

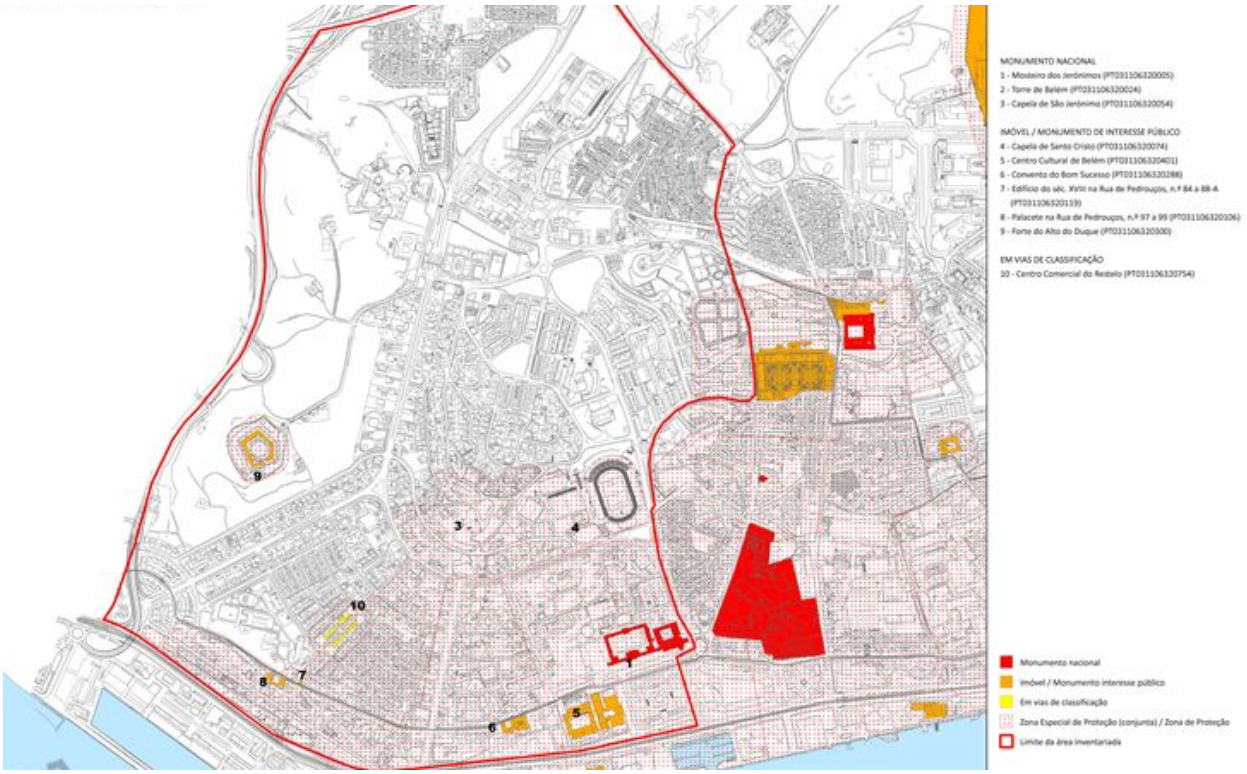
pela Câmara Municipal de Lisboa, a uma empresa de empreendimentos turísticos, que apresentou um projeto para a reabilitação do edifício com vista à construção de um "hotel de charme". Este projeto teve inicio em Dezembro de 2005, vindo o edifício a sofrer profundas obras de remodelação. Durante as obras, em 2006, foram descobertos debaixo do pátio e das caves da casa 16 tanques de pedra pertencentes a uma fábrica romana de salga de peixe e produção de molho de peixe, datada dos séculos I-III d. C., considerada uma das maiores do Estuário do Tejo, o que veio atrasar o prosseguimento das obras devido à necessidade de se realizarem escavações arqueológicas.

Em 2006-2008 foi retomado o início do processo de remodelação do imóvel com construção de dois pisos no subsolo, consolidação da estruturas, construção de paredes e pavimentos de betão e de madeira, em zonas mais sensíveis. As obras ficaram concluídas em 2015 tendo transformado o edifício em hotel.

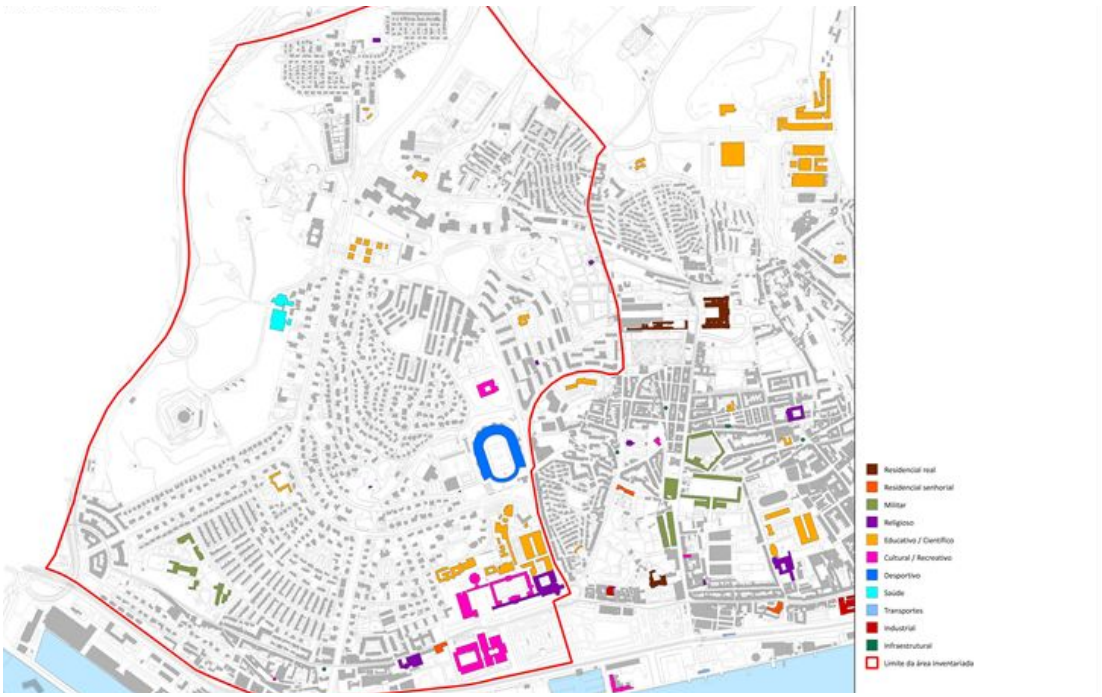
ANEXOS

ANEXO A3 – PLANTAS E DESENHOS

PALÁCIO CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM



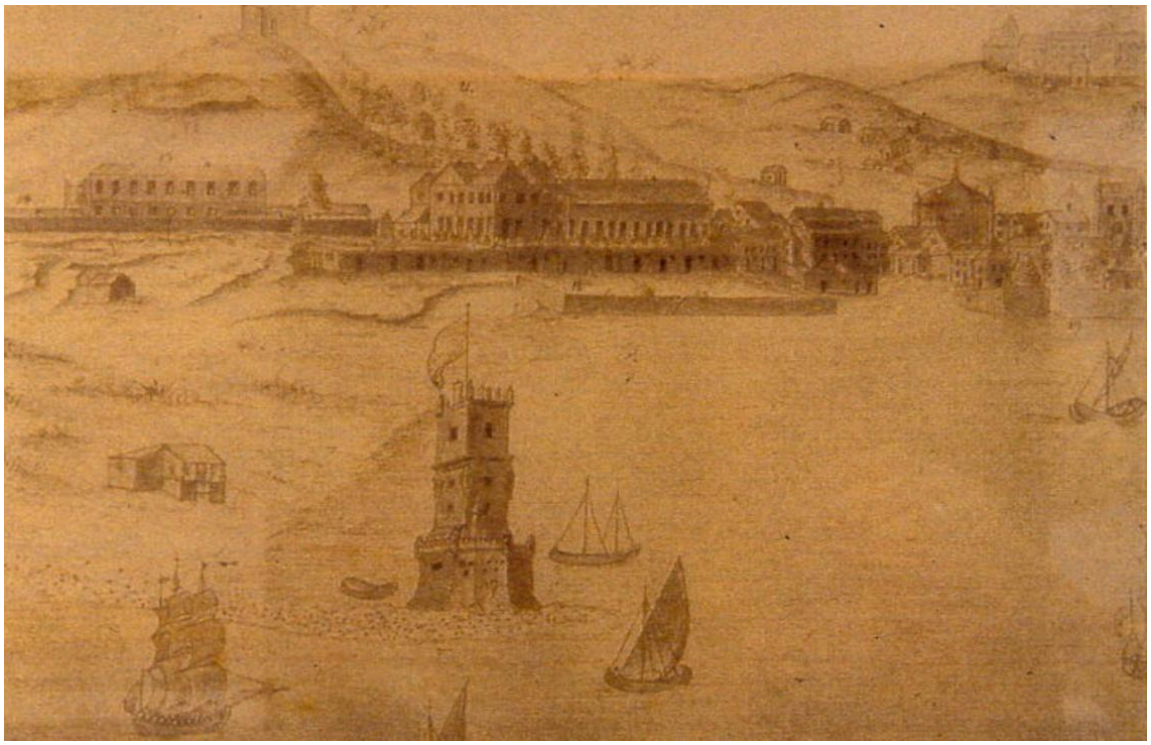
Planta da área urbana do Restelo. Delimitação das áreas de património arquitetónico (2003) © Anouk Costa, Rita Vale, DGPC



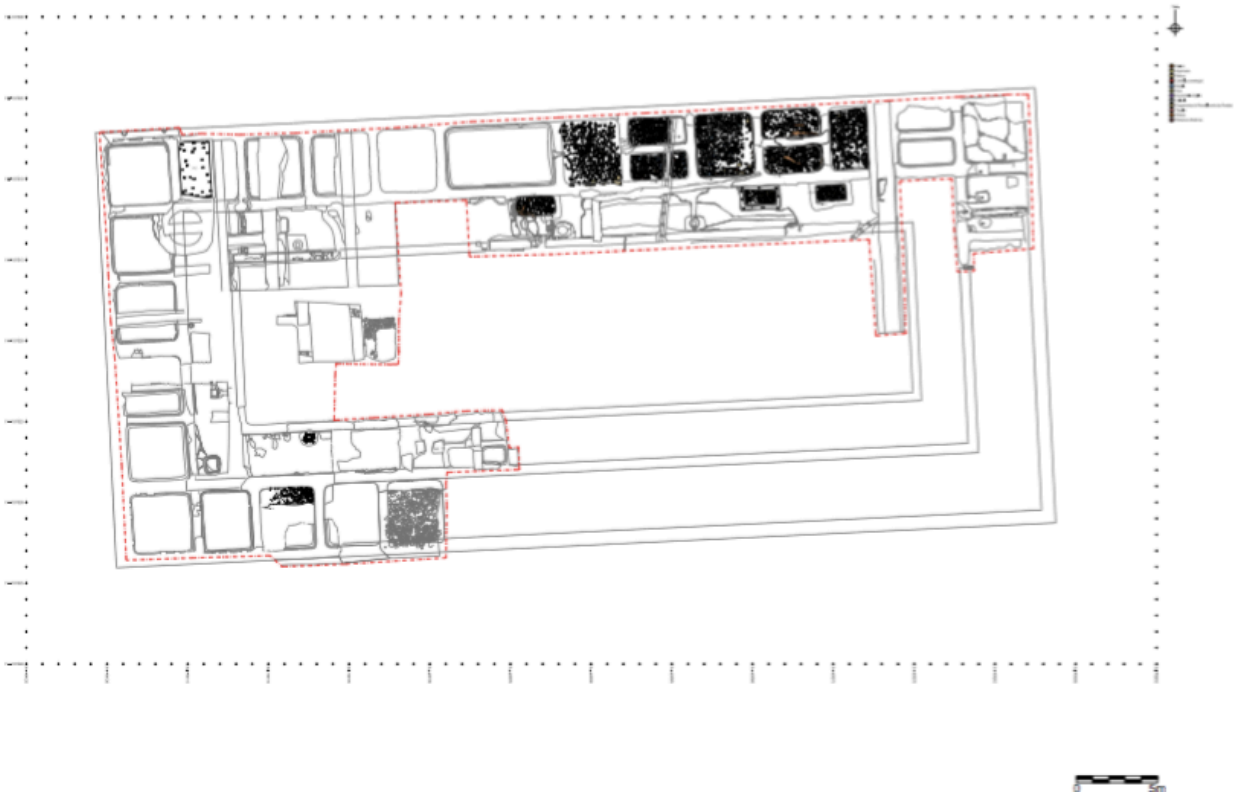
Planta da área urbana do Restelo. Grupo tipológico do património arquitetónico (2003) © Anouk Costa, Rita Vale, DGPC



Planta de localização do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém (séc. XVI) © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Desenho de localização do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém (séc. XVI) © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



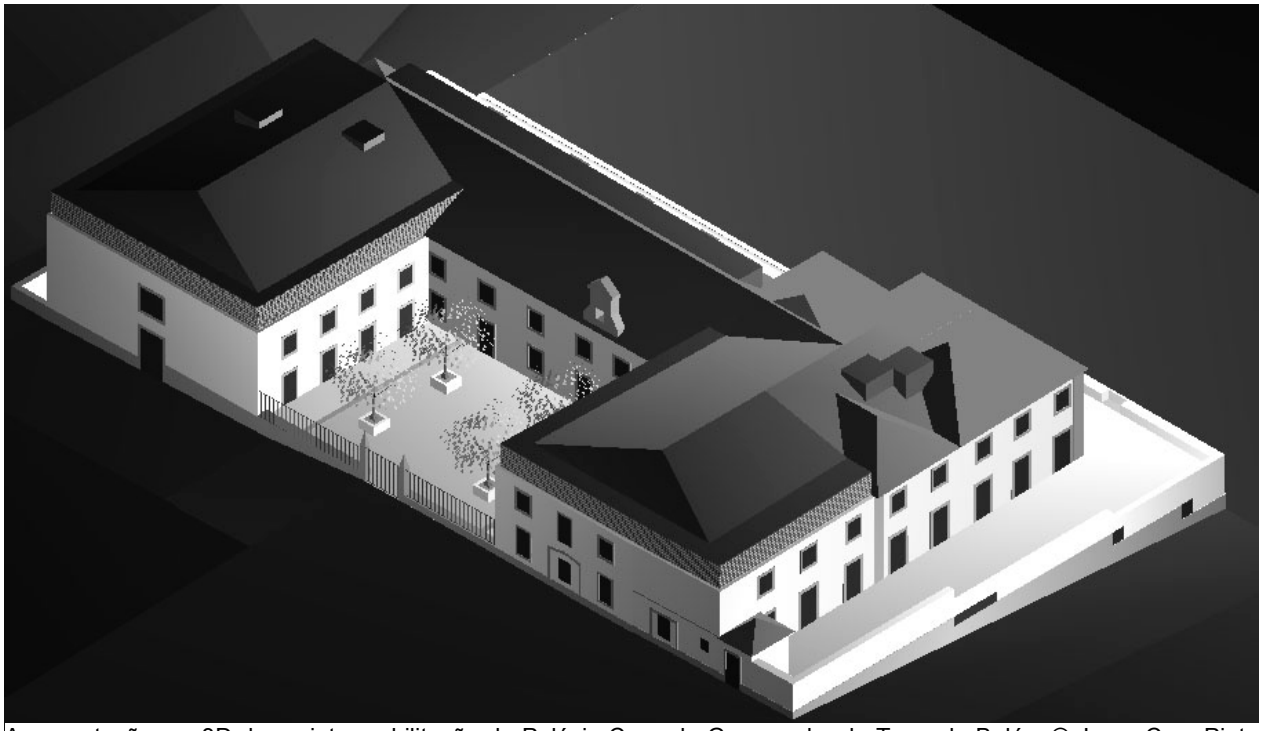
Escavações arqueológicas – Derrube de pedra © Iola Filipe.



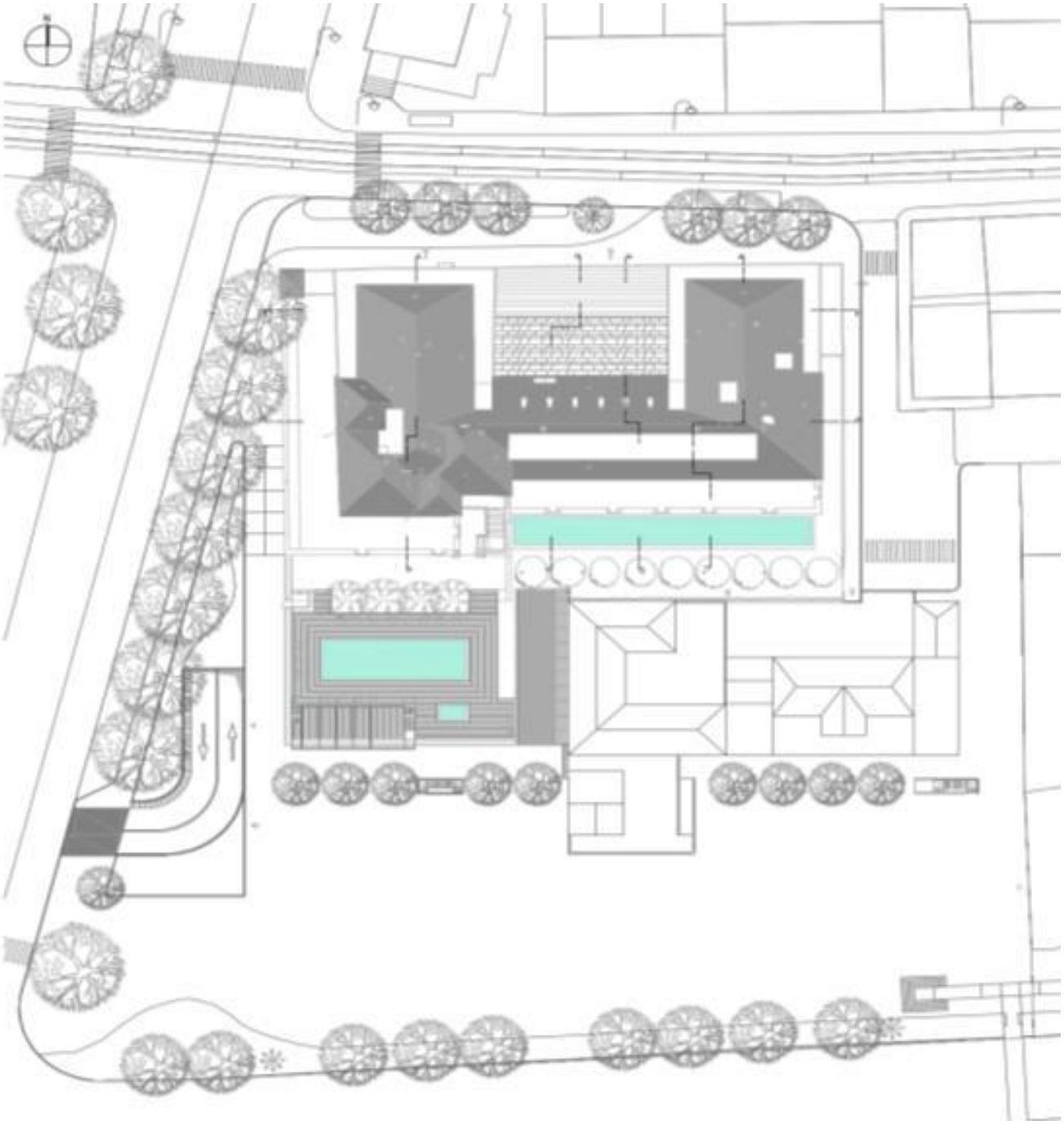
Depósito de ânforas *in situ* © Iola Filipe.



Maquete de desenvolvimento do projeto de reabilitação do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém (plástico). © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Apresentação em 3D do projeto reabilitação do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Planta geral do Hotel Palácio do Governador da Torre de Belém © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Planta de alçados do Hotel Palácio do Governador da Torre de Belém © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Planta de alçados do Hotel Palácio do Governador da Torre de Belém © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.

ANEXOS

ANEXO A4 – MEMÓRIAS DESCRITIVAS

PALÁCIO CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM

Folha 85 77
Proc.º
53/EDI/03

JORGE FILIPE PINTO E MARIA CRISTINA MANTAS
A R Q U I T E C T O S , L D A

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
D.M.P.G.U. - D.P.E.L.E.
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS ESPECIAIS
APROVADO
NOS TERMOS DO ARTº 20º D.L. Nº
DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA
D.L. Nº 177/2001, DE 4 DE JUNHO
Arq.ª Ana Fonseca

MEMÓRIA DESCRITIVA

DO PROJECTO DE ARQUITECTURA PARA CONVERSÃO DA ANTIGA CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM EM HOTEL DE CHARME



Breve caracterização do contexto e do edifício

O edifício da antiga Casa do Governador da Torre de Belém insere-se num contexto urbano de excelência, que dado à sua natureza patrimonial, histórica e paisagista, integrado num conjunto arquitectónico "em vias de classificação" serve de enquadramento à Torre de Belém e ao Forte do Bom Sucesso. Num contexto mais amplo, este conjunto arquitectónico forma também parte de uma arquitectura de acompanhamento (onde se inclui a Casa do Governador do Forte do Bom Sucesso, a

53/EDI/03

Quinta da Princesa, o Convento do Bom Sucesso e os núcleos habitacionais e piscatórios) que caracteriza a frente ribeirinha de Belém, permitindo a valorização dos seus principais monumentos – Torre, Mosteiro dos Jerónimos – onde se enquadra também a recente intervenção do Centro Cultural de Belém.

O edifício em causa remonta ao séc.XVII e inscreve-se na imagem e na memória histórica do lugar e da Cidade. A ala sudoeste e sul virada ao Tejo corresponde ao núcleo mais antigo do edifício claramente identificado pela caracterização mais erudita, marcada pelo embasamento, portal de fogaréis e escadas, devendo ter correspondido outrora à fachada principal sobre o Rio, como era comum nestas situações, conforme mostra o desenho de 1886. O corpo alongado que se atribui ao séc.XVIII é sublinhado pelo embasamento e rematado pela acentuada volumetria da cobertura.

Interiormente estes dois corpos (setecentista e oitocentista) mantêm ainda parte da traça original, nos amplos salões virados ao rio caracterizados pelos tectos de masseira e pelos lambris de azulejos, além da capela junto ao pátio definida por espaço de duplo pé-direito, com vestígios de época.

As restantes construções de apoio que conformam o pátio são o resultados de ampliações posteriores de carácter mais utilitário que reflectem um certo empobrecimento arquitectónico.[1]



APROVADO
DESPACHO DE LICENCIAMENTOS E OBRAS
NOS TERMOS DO ART.º 20º DO D.L. Nº 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELO D.L. Nº 177/2001, DE 4 DE JUNHO
Arq.ª Ana Fonseca

87
Proc.
53/EDI/03

Porém, na ala norte, a traça interior e imagem arquitectónica originárias, terão sido mais afectadas, fruto de sucessivas adaptações e crescimentos aditivos não planificados. A própria morfologia do edifício em "U" conformando um pátio, não corresponde a uma intenção tipológica de raiz, pois carece de unidade arquitectónica, dada à fragmentação, escala de um e dois pisos e caracterização heterogénea dos distintos corpos e coberturas. No entanto, parece existir nessa forma e no pátio, que se foi sedimentando à custa de construções de apoio de carácter mais funcional, um desejo de uma imagem palaciana barroca que não se chegou a concretizar.





IPAL DE LISBOA
- D.P.E.L.E.
AMENTOS ESPECIAIS
APROVADO
NOS TERMOS DO ARTº 20 D.L. Nº 555/99,
DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA PELO
D.L. Nº 177/2001, DE 4 DE JUNHO
Arq. Ana Fonseca

[1] Veja-se relatório histórico do edifício do Dr. Sarmento Matos, em anexo.

Folha 88
S3/EDI/03

Parte da caracterização sul do edifício é conferida pelo encabeçamento volumétrico, rematado pelos jogos de coberturas prismáticas e piramidais de várias alturas, correspondente ao núcleo mais antigo, pela expressão da grande volumetria da cobertura sobre o corpo alongado e pelo embasamento destacado, marcado pelo portal e ritmado por vãos. No gaveto noroeste, para o Largo da Princesa, o edifício é rematado com uma pequena casa torreada que articula o muro do embasamento da Avenida da Torre de Belém.



Face à degradação arquitectónica e urbana do conjunto, ao programa funcional pretendido pelo promotor, às recomendações do I.P.P.A.R., resultantes das anteriores consultas, da pesquisa histórica efectuada por este organismo e às leituras histórica e técnico-estrutural efectuada pelos especialistas consultores, de que se anexam os respectivos relatórios, propomos seguidamente um conjunto de intenções arquitectónicas para a nova intervenção no edifício.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
E.M.A.U. E.M. L.E.
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS ESPECIAIS
APROVADO
NOS TERMOS DO ARTº 20º D.L. Nº 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA PELO D.L. Nº 177/2001, DE 4 DE JUNHO
Arqª Ana Fonseca

Intenções arquitectónicas das intervenções propostas

Após uma análise das propostas anteriormente apresentadas para a reabilitação e conversão do edifício segundo um programa funcional de *Hotel de Charme*, estabelecemos uma nova base de critérios de actuação, dada à importância de enquadramento patrimonial que o edifício assume no contexto, ao valor de memória que a sua própria imagem representa, apoiados na sua interpretação histórica e constructivo-estrutural.

Folha 89
S3/EDI/03

A nova proposta procura revalorizar os vários extractos históricos do edifício deixando a sua leitura clara, conferindo especial importância aos espaços interiores preexistentes e às suas características arquitectónicas e estruturais - salões com tectos de masseira e lambris de azulejos, fenestrações, paredes mestras... - indo ao encontro do valor histórico-arquitectónico genuíno do imóvel. Neste sentido, o programa hoteleiro irá adaptar-se ao espírito do edifício potencializando o valor de uso destes espaços preexistentes através da restituição das suas funções nobres.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
D.P.E.L.E.
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS ESP.
APROVADO
NOS TERMOS DO ART.º 20º DO D.L. Nº 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA PELO D.L. Nº 177/2001, DE 4 DE JUNHO



Ao nível do piso térreo, em toda a ala formada pelas salas a sul, foi atribuído o uso mais público e social de lobby e bar; através da abertura de alguns arcos que se encontravam tapados foi restituída uma enfiada perspéctica nos sucessivos salões. Este uso dá a possibilidade de uma franca utilização dos terraços a sul, devolvendo-lhes a sua vivência lúdica como esplanada ao rio e à Torre de Belém. Igualmente neste piso, foram respeitadas as três janelas de sacada do séc.XVIII que caracterizam a fachada nascente, bem como a capela com o seu duplo pé-direito que ladeará o vestíbulo de entrada do hotel.

No piso superior, do corpo do Séc.XVII, procedeu-se a uma reabilitação da função nobre do edifício, respeitando e convertendo os espaços dos salões de masseiras nas principais suites do hotel.

Ao nível do embasamento foram respeitadas todas as paredes mestras e as respectivas abóbadas de arestas e de lunetas que sustentam os terraços. Na parte do séc.XVII foi inserido o restaurante, com entrada pelo portal principal dos fogaréis. No embasamento correspondente ao séc.XVIII adaptou-se a métrica dos vãos e das paredes mestras existentes para modelar uma ala de quartos que se debruçam para um espelho de água proposto que acompanhará todo este corpo do edifício. Em

Folha 9b 84
Proc.º
53/EDI/03

ambas as situações atende-se aos aspectos significativos da construção das abóbadas que irão conferir uma caracterização arquitectónica genuína aos espaços do restaurante e dos quartos.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS ESPECIAIS
APROVADO
NOS TERMOS DO ARTº 20º D.L. Nº 555/
DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA PE
D.L. Nº 177/2001, DE 4 DE JUNHO



As propostas de maior intervenção actual situam-se nas alas norte do edifício, correspondentes às de menor valor histórico e arquitectónico, marcadas por adulterações do traçado interior e sucessivos acrescentos funcionais de menor valia.

Na ala noroeste foi completada a volumetria do edifício existente mantendo exteriormente a mesma linguagem arquitectónica, demarcando a nova intervenção a partir da pilastra existente e inserindo no interior o programa de quartos.



Folha 94
Proc.º
S3/EDI/03

Na ala nordeste foi substituída a volumetria de carácter utilitário por uma nova ala de quartos que veio a conferir uma escala unitária ao pátio. A caracterização arquitectónica da fachada para a Rua Bartolomeu Dias é marcada pela expressão dos dois vãos existentes que serão recolocados.

De modo a reforçar a leitura exterior dos vários estratos históricos procurou-se que grande parte da actual intervenção ficasse confinada à cobertura, definindo uma clara e subtil demarcação com o existente. Deste modo, mantendo-se a altura e a expressão das coberturas existentes, propõe-se a introdução de um volume de expressão contínua de gelosias, interceptando a cobertura prismática do corpo alongado do séc.XVIII.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
D.M.P.G.U. - D.P.E.L.E.
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS ESPECIAIS
APROVADO
NOS TERMOS DO ARTº 20º D.L. Nº 555/
DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA PELO
DECRETO-LEI Nº 177/2001, DE 4 DE JUNHO
Arqº Ana Fonseca

Esta nova intervenção, que intercepta a cobertura a sul, ao modo de grandes trapeiras, corresponde interiormente a um programa de quartos e caracteriza-se por um envidraçado contínuo protegido por gelosias de madeira, na tradição particular da cultura arquitectónica meridional, que o resguardam da exposição solar. Esta caracterização é retomada nas coberturas das alas norte, abarcando parte das fachadas nas novas intervenções a poente e a nascente, funcionando como elemento identificador e unificador de toda a nova intervenção arquitectónica. Esta solução, rediz, de forma actualizada, a condição das trapeiras tradicionais, sob uma nova expressão conferida pelas frentes de gelosias de madeira e as partes laterais e superiores em zinco.

Em termos da intervenção no edifício, esta solução procura respeitar e aproveitar ao máximo as preexistências arquitectónicas e construtivas reduzindo as demolições ao mínimo e reciclando alguns elementos existentes.

As intervenções no pátio, ao nível da composição das fachadas, procuram unificar a imagem arquitectónica deste espaço. A implantação de dois tanques de água adjacentes às alas laterais propiciam adequações estético-ambientais e funcionais: conferem um efeito ambientador, estético e bioclimático em associação com a implantação de quatro árvores em canteiro; garantem a privacidade dos quartos ao nível do piso térreo; e permitem a implantação de uns lanternins de iluminação zenital para a piscina coberta sob o pátio, produzindo no interior deste espaço de duplo pé-direito uma atmosfera que evoca certas termas tradicionais da cultura meridional.

Igualmente, a adopção de um destes tanques ao longo do embasamento da fachada sul, sobre o qual se debruçam os terraços individuais dos quartos, ao nível desse piso, garante a privacidade dos mesmos, produz efeitos estéticos de reflexo e espelhamento e permite ganhos bioclimáticos.

Folha 92
Proc.
53/EDI/03



Em suma, a nova intervenção procura preservar e acentuar a imagem exterior e a traça interior e a estrutura do edifício. Os aspectos emergentes da solução arquitectónica apresentada, ao nível da intersecção da cobertura e de grande parte do remate superior edifício, marcam a diferença da intervenção actual, facilitando a leitura dos estratos das preexistências históricas.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
D.M.P.G.U. - D.P.E.L.E.
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS ESPECIAIS
APROVADO
NOS TERMOS DO ARTº 20º D.L. Nº 555/99
DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA PELO
D.L. Nº 177/2001, DE 4 DE JUNHO
Arqª Ana Fonseca

Adequações espaço-funcionais:

Em termos funcionais, procurou-se inserir o programa hoteleiro de *Hotel de Charme*, respeitando a estrutura espacial e construtiva existente, valorizando os aspectos arquitectónicos patrimoniais que reciprocamente valorizarão em termos de ambiência e memória histórica o propósito do programa de hotel de *standart* elevado.

O ingresso principal do Hotel efectua-se pelo pátio que comunica directamente com o vestíbulo da recepção, marcada pela presença adjacente da Capela que lhe confere um ambiente mais solene. A partir do vestíbulo tem-se acesso aos salões do *Lobby* e Bar e distribuem-se as circulações horizontais com ligação às escadas e elevadores.

Folha 93
Proc.
53/EDI/03



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS ESPECIAIS
APROVADO
NOS TERMOS DO ARTº 20º DO D.L. Nº 555/
DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA PE
Arqº Ana Fonseca

Foram destinados os salões de maior valor patrimonial caracterizados pelos tectos de masseira, ao longo da ala poente-sul, virada ao terraço e ao Tejo, para as zonas públicas de *Lobby* e Bar do Hotel.

O restaurante e a tabacaria encontram-se situados ao nível do piso de embasamento, aproveitando parte dos espaços abobadados existentes, tendo acesso directo ao exterior do jardim pelo portal de fogaréus.

As zonas de serviço – cozinhas, copas, despensas, refeitório de pessoal, etc., encontram-se situadas no piso semi-enterrado do embasamento com ligações horizontais e verticais a todo o edifício através das duas colunas de serviço (uma copa de serviços principal na prumada das cozinhas, constituída por escada, elevador e arrumos por piso e por uma copa secundária constituída por escada e arrumos por piso). A ligação entre as duas alas das copas de serviço é efectuada a partir do segundo piso. A entrada de serviços (abastecimento, pessoal e saída de lixos é efectuada através do piso enterrado de estacionamento - piso –2 - com separação e autonomia funcional de cada um destes espaços).

Folha 94
53/EDI/03



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DMPGU
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS
APROVADO
NOS TERMOS DO ARTº 20º D.L. Nº 555/99,
DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA PELO
DECRETO-LEI Nº 250/94, DE 15 DE OUTUBRO

Em termos de circulações, o Hotel organiza-se tirando partido do principal eixo longitudinal conformado pelo corredor existente, ao nível do primeiro piso, com os dois novos eixos de corredores perpendiculares correspondentes às alas laterais destinadas ao programa de quartos. Nos dois cruzamentos destes eixos encontram-se as circulações verticais formadas por blocos de caixas de escadas e dois elevadores para uso público, e lateralmente as duas colunas de serviço dotadas de escadas, copa de serviço e uma delas com elevador, servindo igualmente todos os pisos.

O piso situado ao nível da cobertura destina-se ao programa de quartos e inclui espaços técnicos reservados à colocação dos aparelhos de ar condicionado que ficarão ocultos do exterior pela continuidade dos planos de gelosias. As ligações verticais de todas as instalações técnicas estão asseguradas pelas coretes e as ligações horizontais são realizadas de forma oculta pelos tectos falsos.

A nível do piso –2 situa-se a piscina e *health club*. Este piso contém igualmente a zona de armazém, instalações técnicas, a zona de armazenamento e saída de lixos com acessos de serviço, conforme foi anteriormente referido e um acesso de público directo pelo parque de estacionamento subterrâneo.

No "Parque de Estacionamento público subterrâneo na Av. da Índia /Av. da Torre de Belém/ Rua da Praia do Bom Sucesso", já aprovado pela Câmara de Lisboa e em fase de construção, estão reservados cerca de 20 lugares de estacionamento para uso exclusivo do Hotel, respeitando os índices indicados pelo PDM (veja-se Título III, artigo 112º(Estabelecimentos Hoteleiros) .

Folha 93
Proc. 53/EDI/03

Nos termos da Portaria nº1064/97, de 21 de Outubro, trata-se de um empreendimento turístico cujo tipo pretende-se seja Hotel de Charme com a categoria de cinco estrelas.

A denominação pretendida é de "**HOTEL DO GOVERNADOR**" e as 63 (sessenta e três) unidades de alojamento estão distribuídas da seguinte forma:

singles : num total de 7 (sete):
3 (piso -1); 1 (piso 0); 1 (piso 1); 2 (piso 2);

duplos: num total de 50 (cinquenta):
3 (piso -1); 14 (piso 0); 15 (piso1); 18 (piso 2).

Triplos: um quarto no piso –1

suites: uma no piso –1
suites junior: num total de cinco:
1 (piso –1), 2 (piso 0); 2 (piso 1).

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
D.M.P.G.U. - D.P.E.L.E.
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS ESPECIAIS
APROVADO
NOS TERMOS DO ARTº 20º D.L. Nº 555/9
DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA PE
D.L. Nº 177/2001, DE 4 DE JUNHO
Arqª Ana Fonseca

Identificação construtiva do edifício

Embora o Projecto se encontre na fase de Projecto Base, ao nível das intenções dos aspectos de detalhe arquitectónico-construtivo, procurar-se-á atender à recuperação e conservação dos principais aspectos e detalhes arquitectónicos que passamos a referir:

- Tectos de madeira em Caixotão e planos: serão preservados os tectos de masseira e seus componentes construtivos, ao nível de peças de carpintaria, de desenho e do processo construtivo, substituindo as peças que se encontrarem deformadas e deterioradas, devido às infiltrações na cobertura; igualmente serão mantidos e recuperados os elementos - lanternins de iluminação existentes em dois quartos do segundo piso no núcleo principal da Casa do Governador, - bem como a se respeitará a traça e o sistema construtivo dos elementos constituintes.
- Lambris de azulejo: serão cuidadosamente preservados os lambris de azulejo azul e branco existentes nos salões, dado ao seu valor patrimonial e deverá proceder-

Folha
Proc.º 96
S3/EDI/03

se à recuperação dos painéis existentes da Capela, ainda que largamente destruídos, poder-se-ão preencher com outros azulejos de época, aleatoriamente dispostos, conforme é habitual, ou assumindo as faltas com estuques; uma outra hipótese de actuação pode consistir na reconstituição integral dos painéis, desde que sejam encontrados vestígios e documentação que possibilitem uma correcta execução técnica.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
D.M.P.G.U. - D.P.E.L.E.
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS ESP.
APROVADO
NOS TERMOS DO ART.º 20 DO D.L. Nº 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA PELO D.L. Nº 177/2001, DE 4 DE JUNHO

- Estuques e Rebocos: recuperação e conservação, sempre que possível, dos estuques e rebocos existentes, de acordo com as prescrições técnicas indicadas pela especialidade de construção e estabilidade;
- Vãos, Caixilharias e Portadas: Devido ao estado de má conservação geral das caixilharias de madeira exteriores e às actuais exigências de conforto térmico ambiental, estas serão substituídas por caixilharias análogas de madeira que garantam a estanquicidade e o isolamento térmico com a inserção de vidros duplos; contrariamente às caixilharias exteriores dos vãos, as portadas interiores existentes de madeira, pelo seu estado de conservação, são passíveis de ser recuperadas; as caixilharias dos novos vãos propostos serão igualmente de madeira, porém com expressão de desenho de alçado simplificado;
- Guardas em ferro e gradeamentos e portões: Serão igualmente reabilitadas as guardas metálicas existentes nas sacadas, na fachada nascente que se pressupõe serem datadas da mesma época da construção inicial do edifício e na fachada norte que apresenta um desenho de data posterior; quando do projecto de execução, serão projectados novos gradeamentos, com expressão actualizada, para o pátio e portões norte e sul;
- Remates de beirados e muretes de cobertura: Serão mantidos e recuperados os detalhes de remate dos beirados em telha mourisca nos corpos a preservar da Casa do Governador, procurando estabelecer uma continuidade actualizada com a nova intervenção através de um capeamento nos muretes desta última;
- Coberturas em Telhado: Apesar de existirem distintos tipos de telha – mourisca e marselha, devendo esta última ter correspondido a intervenções mais recentes - no revestimento das diversas coberturas, procuraremos homogeneizar a expressão das coberturas com o revestimento a telha mourisca. A aplicação de parte da telha existente dependerá do seu estado de conservação.
- Trapeiras: Tal como foi referido anteriormente, a proposta prevê a utilização do piso da cobertura, através da intersecção subtil de volumes, ao modo actualizado das tradicionais trapeiras; estes volumes correspondem a envidraçados protegidos da exposição solar por gelosias em rotulados de madeira, sendo rematados

Folha 57
Proc.º
53/EDI/03

lateralmente e superiormente em chapa de zinco, conforme solução construtiva a explicitar no projecto de execução.

- Cobertura em terraço existente: O terraço existente sobre o corpo do embasamento interiormente abobadado, deverá ser alvo de uma recuperação e impermeabilização adequada. Também no terraço serão reabilitados os bancos (namoradeiras) existentes.



- Cantarias existentes e projectadas: Serão recuperadas as cantarias existentes, em pedra calcária, tipo Pêro Pinheiro, de guarnecimento de vãos, portal dos fogaréus, escadas exteriores, socos, pilastras e cunhais; no acrescento superior da fachada poente serão reutilizadas as cantarias hoje existentes no plano de fundo do mesmo alçado; propõe-se igualmente a continuidade do soco em pedra, em todo o edifício e muros em continuidade, a nascente e poente, adoptando a mesma métrica, mas demarcando-se do existente pela expressão simplificada da estereotomia; igualmente serão projectadas duas novas peças monolíticas de desenho simplificado para o novo portal do pátio.
- Pavimentos exteriores e interiores: O pavimento exterior do pátio será revestido em calçada à portuguesa, e os terraços em lajedo de pedra; dado à degradação dos revestimentos dos pavimentos interiores existentes e às exigências técnico-funcionais do programa de hotelaria, os revestimentos serão adequados com a natureza e necessidades de conforto, higiene, e estética de cada espaço,

Folha 98
Proc. 53/EDI/03

concordantes com a imagem de nobreza palaciana do edifício convertido em Hotel de Charme.

As soluções técnicas de fundações, estruturas e patologias de construção são objecto do projecto dessa especialidade.

Em anexo a esta memória descritiva, junta-se o quadro sinóptico.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
D.M.P.G.U. - D.P.E.L.E.
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS ESPECIAIS
APROVADO
NOS TERMOS DO ARTº 20º D.L. Nº 555/99,
DE 16 DE DEZEMBRO, COM REDACÇÃO DADA PELO
D.L. Nº 177/2001, DE 4 DE JUNHO
Arqª Ana Fonseca

Lisboa, Novembro de 2002

O Projectista de Arquitectura

Câmara Municipal de Lisboa
ENT
PROC.
Data
Divisão de
Folha 136
Proc.º 373/EDI/2014

MEMÓRIA DESCRITIVA

Projecto de Alterações em Obra do "CS Palace Belém Hotel"

Enquadramento nos Planos Municipais:

De acordo com as informações técnicas retiradas do site oficial da Câmara Municipal de Lisboa, o edifício:

Enquadra-se na Freguesia de Belém, numa "Área de Reabilitação Urbana" e numa "Zona Especial de Protecção" da Torre de S. Vicente de Belém / Torre de Belém.

Pertence à "Área de Reconversão Urbanística Mista", de acordo com o PDM94 – Qualificação do espaço urbano.

Não está inserido em qualquer plano de pormenor.

De acordo com a servidão aeronáutica, enquadra-se no plano horizontal exterior.

Pertence ao "Espaço Central e Residencial – Traçado Urbano C Consolidado".

Anexam-se as respectivas plantas do site.

Antecedentes:

Para o edifício sito no Largo da Princesa 1-3ª, Rua da Praia do Bom Sucesso 50-56 e Travessa da Saúde 63-65, constam já vários processos e situações que importa referir para a compreensão do presente projecto:

- 53/EDI/2003 - Processo de alteração/ampliação do edifício da antiga Casa do Governador da Torre de Belém, tendo em vista a instalação de um Hotel de 5* e SPA, denominado "Hotel Palace Belém", cuja licença de construção foi emitida com alvará nº323/EO/2008, válido até 28-09-2012.

No decurso deste processo deu-se inicio a todas as diligências no sentido de existir um acompanhamento arqueológico por determinação do IPPAR; a partir do ano de 2003 a empresa de arqueologia ERA fica encarregue da execução de sondagens arqueológicas e mais tarde entre os anos de 2005 / 2006 a mesma empresa executa todos os Trabalhos Arqueológicos na Casa do Governador da Torre de Belém" (sondagens,

escavações com recurso a meios mecânicos, escavações arqueológicas manuais de segmentos do interior das estruturas romanas e elaboração de relatórios de acompanhamento sempre supervisionados pelo IPA), conforme consta de relatórios exaustivos incluídos em processo de obra arquivado no IGESPAR (P. nº 1325/EDI/2009).

151
Proc. 323/EDI/2014

Em 2006 o IPA Aprova o relatório final das Sondagens Arqueológicas realizadas pela ERA (Ofício IPA de 05:04.2006) e é ainda aprovada a integração parcial das cetárias no projecto de Arquitectura do Hotel (Ofício IPA de 05.04.2006).

- 1325/EDI/2009 - Processo de alteração durante o decorrer da obra - Na sequência dos acontecimentos acima descritos é elaborado este projecto no sentido da integração das descobertas arqueológicas, aprovado em 14.01.2010 pelo Sr. Vereador Manuel Salgado , cuja licença de construção foi emitida com alvará nº323/EO/2008, válido até 28-09-2012.

Proc. 53/EDI/03

Memória descritiva e Justificativa do Projecto de Alterações em Obra do "CS Palace Belém Hotel"

O Projecto de alterações em obra do "CS Palace Belém Hotel" tem como principal objectivo a reposição em obra do projecto aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em Janeiro de 2010 (1325/EDI/2009).

Aprovado em 14/01/2010

Na sequência do processo de embargo a que a obra está sujeita, pelos factos descritos no mesmo , (Informação nº 2116/INF/DUCU/GESTURBE/2012), o projecto agora entregue, reflecte a vontade da nova direcção da empresa promotora da obra de retomar o projecto aprovado, com algumas alterações justificadas pelas novas optimizações funcionais pretendidas. O projecto reflecte ainda algumas obras, efectuadas pela anterior direcção, que agora se pretendem legalizar. Embora as aliterações referidas tenham sido feitas à revelia dos projectistas, consideram-se de difícil reposição, pelo que se procurou um enquadramento sensato que não afecta a

Folha 152
Proc.º 373/EDI/2014

globalidade das intenções do projecto aprovado, nem constituem menos valias para o edifício.

Nas plantas denominadas "cores convencionais" são apresentadas a azul as alterações executadas no decurso da obra e que agora se pretendem legalizar (pequenos ajustes de opções tomadas no decurso da obra), a amarelo os elementos que deixam de existir e a vermelho as alterações proposta ao projecto aprovado.

Enumeramos em seguida as várias situações de alterações ao projecto aprovado:

Durante o decurso da obra, foram modificadas paredes, em praticamente todos os quartos, nas instalações sanitárias dos mesmos e por consequência, foram alterados os respectivos sanitários.

Ocupação de espaços escavados no piso -2 entre as zonas do SPA e da Garagem. Após prolongado período de escavações e sondagens realizadas pela empresa de arqueologia ERA (conforme consta do memorando apresentado-antecedentes), mediante a supervisão do então IPA deram-se por concluídos os trabalhos (foi determinado que as escavações efectuadas eram já suficientes para o entendimento e estudo da descoberta arqueológica, pelo que nos propusemos alterar o projecto de Arquitectura existente no sentido da integração de algumas das cetárias, o que de facto aconteceu). O projecto procurou dar uma especial visibilidade ás cetárias com um sentido museológico aberto, expondo-as intencionalmente ao percurso urbano entre as fachadas Norte do edifício e no ambiente arquitectónico do pátio de entrada existente. Esta intervenção pretende reforçar o valor patrimonial do edifício, revelando os seus diferentes estratos históricos.

Alterações na disposição das áreas técnicas na zona de entrada de serviço/cargas e descargas e depósito de lixos – procurou-se aproveitar algumas das opções tomadas já em obra; não obstante as alterações propostas, respeitam-se todas as exigências anteriores no que diz respeito à localização, isolamento, áreas e

Folha 153
Proc.º 373/EDI/2014

quantidade de caixotes de lixo necessários (de acordo com regulamento e tabelas constantes no "Regulamento de resíduos sólidos da Cidade de Lisboa".

Muro de Alçado Nascente: pretende-se legalizar a forma e dimensão, manter o traçado do muro conforme projecto aprovado, que será reforçado por sebe vegetal pelo interior de forma a criar privacidade aos quartos do piso-1. Propõe-se a continuação do muro de forma a:

a) esconder os vãos e entrada do PT;

b) evitar espaços urbanos residuais

c) dar continuidade ao soco em pedra da fachada norte do edifício.

A entrada para a zona técnica do PT far-se-á através de um portão pivotante revestido a pedra na continuidade do muro.

O quarto para hóspede de mobilidade condicionada passou para o Piso 0 (Q 102) e também neste piso, a copa e o elevador, converteram-se em instalações sanitárias públicas.

No piso -1 o espaço de cabeleireiro foi substituído por instalações sanitárias públicas separadas por géneros, e por uma I.S. para utentes de mobilidade condicionada destinada a ambos os géneros. As instalações sanitárias existentes no projecto aprovado deram lugar a um amplo espaço destinado a salas polivalentes.

Ainda no Piso -1 deixa de existir a entrada para o SPA na fachada Nascente, que passa a ser a entrada para o PT e área da direcção do Hotel.

No Piso -2, além das alterações referidas anteriormente, o espaço destinado a Balneários e I.S. do SPA foi reduzido consideravelmente, no sentido de se incluir uma sala de Ginásio com ligação visual para a sal de água/piscina . As Instalações sanitárias/balneários para o Staff e para utentes de mobilidade condicionada são introduzidas na área escavada que se pretende legalizar.

É intenção do promotor manter a classificação de "Hotel de 5*" de acordo com a legislação em vigor do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (Portaria nº 327/2008); neste sentido o projecto apenas é alterado na localização do quarto

Folha 154
Proc.º 373/EDi /20 14

destinado a utentes de mobilidade condicionada (está agora no Piso 0) e na introdução de salas polivalentes no piso-1 junto à cozinha. Anexa–se a tabela do Anexo I daPortaria acima referida.

10 de Abril de 2014

Maria Cristina Mantas

Fls. 20
178/p-416

Memória descritiva e Justificativa das Telas Finais

Hotel Palácio do Governador

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Recebido nos termos do nº 1 do artigo
64º do RJUE

Recuperação e Conversão do Palácio do Governador da Torre de Belém em Hotel e SPA

Notas introdutórias

A Obra do Hotel Palácio do Governador encontra-se terminada, pelo que se entregam as telas finais do respectivo projecto.

Sobre este Hotel, correm, na Câmara Municipal de Lisboa, dois processos em paralelo:
O processo Proc.373/EDI/2014, do edifício, que se encontra ainda em fase de licença de Obra, prestes a terminar
O processo Proc. 990/EDI/2014, do espaço experior, piscina e anexos, que se encontra também em fase de licença de obra.

Antecedentes e breve caracterização do contexto e do edifício

O Palácio do Governador insere-se no contexto urbano histórico, paisagístico e patrimonial da Torre de Belém, a famosa construção militar, do início do século XVI, que defendia a entrada da barra de Lisboa, cujo estilo *manuelino* e o local se relacionam com a epopeia dos descobrimentos portugueses.

Num contexto mais amplo, este conjunto arquitectónico faz também parte de uma arquitectura de acompanhamento (onde se inclui o Forte e Casa do Governador do Bom Sucesso, a Quinta da Princesa, o Convento do Bom Sucesso e os núcleos habitacionais e piscatórios) que caracteriza a frente ribeirinha de Belém, permitindo a valorização dos seus principais monumentos – Torre, Mosteiro dos Jerónimos.

O Palácio, de imagem sóbria e expressão *chã*[1] quase vernacular, remonta ao início do séc. XVI, propositadamente construído para habitação do Governador da Torre de Belém, foi sucessivamente ampliado ao longo dos séculos XVII e XVIII. A ala sudoeste,

[1] *Chã*, termo utilizado por Georges Kubler, a partir de Júlio de Castilho para designar a arquitectura portuguesa renascentista, *Portuguese Plain Architecture*.

virada ao Tejo, corresponde ao núcleo mais antigo do edifício, claramente identificado por uma caracterização mais erudita. Rematada pelos jogos de coberturas prismáticas e piramidais de várias alturas, sublinhada pelo embasamento e terraço, portal de fogaréus e escadas exteriores, este corpo correspondeu outrora à fachada principal aberta ao Rio, conforme mostra o desenho oitocentista. O corpo alongado, referente ao séc. XVIII, é sublinhado pelo embasamento e rematado pela acentuada volumetria da cobertura. Apesar de modificado e degradado pelos últimos usos, estes dois corpos mantêm ainda parte do traçado original, nos amplos salões virados ao rio caracterizados pelos tectos de artesanado de madeira e pelos lambris de azulejos; a capela barroca junto ao pátio eleva-se num espaço de dupla altura, marcada pelos painéis de azulejos setecentistas e pelos balcões e altar de talha em estado bastante degradado.

As restantes construções de apoio conformam um pátio para a Rua de Pedrouços, cujo carácter utilitário reflecte um certo empobrecimento arquitectónico resultado de sucessivas adaptações e crescimentos aditivos não planificados. A própria morfologia do edifício em "U" não corresponde a uma intenção tipológica de pátio de raiz, pois carece de unidade arquitectónica, dada a fragmentação, escala de um e dois pisos e caracterização heterogénea dos distintos corpos e coberturas. No entanto, parece existir nessa forma e no pátio, que se foi sedimentando à custa de construções de apoio de carácter mais funcional, um desejo de uma imagem palaciana barroca que não se chegou a concretizar na íntegra.

Projecto existente

Face à degradação arquitectónica do conjunto, ao programa funcional de conversão do edifício em *Hotel de 5 Estrelas e SPA,* pretendido pelo promotor (Sycamore, Propriedades, SA), e às recomendações do IGESPAR *(Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico)*, estabeleceu-se um conjunto de intenções arquitectónicas para a nova intervenção de recuperação e restauro do edifício, apoiadas nas interpretações histórica, construtiva e estrutural.

A proposta procura preservar o traçado principal do edifício, deixar clara a leitura dos vários estratos históricos, fachadas, espaços interiores e suas características arquitectónicas e estruturais - salões com tectos de masseira e lambris de azulejos, cantarias e paredes e materiais – cujo valor patrimonial sustenta a imagem de *Hotel de Charme*.

Reforça-se a tipologia do pátio em "U", em redor do qual se distribuem parte dos quartos. Funcionalmente, o Hotel organiza-se segundo o eixo longitudinal do corredor

existente, ao nível do piso 0, com dois novos eixos de corredores perpendiculares correspondentes às alas laterais destinadas ao programa de quartos. Nos dois cruzamentos destes eixos encontram-se as circulações verticais, formadas por blocos de escadas e dois elevadores para uso público e, lateralmente, as duas colunas de serviço.

O ingresso principal do Hotel efectua-se no piso 0, através do pátio que comunica com a sala de recepção, adjacente à capela barroca de dupla altura, caracterizada pelos painéis de azulejos setecentistas. Em toda a ala virada a sul é restituída a enfiada perspéctica nos sucessivos salões existentes, atribuídos ao uso social de lobby, sala de reuniões e bar, abertos ao terraço, às vistas do rio e Torre de Belém.

No piso 1 procedeu-se também a uma reabilitação da função nobre do edifício, através da conversão dos salões nas principais suites do hotel. Ao nível da cobertura, cria-se um novo piso de quartos caracterizado por volumes de gelosias de madeira e cobre, que protegem da exposição solar, intersectam o telhado e assinalam a diferença da intervenção contemporânea.

No piso do embasamento são preservadas as paredes-mestras e as abóbadas de tijolo sob os terraços. É também aí que se localiza o restaurante, com entrada pelo portal barroco, aberto a sul, ao jardim. No embasamento mais alongado aproveita-se a métrica dos vãos e das paredes-mestras existentes para modelar a ala de quartos, que se debruçam directamente para um extenso tanque de água proposto, que acompanha todo este corpo do edifício, espelha a sua imagem, garante a privacidade dos quartos e serve de reservatório de segurança.

Dois novos pisos escavados contêm uma área comercial, o SPA e zonas de serviço, que ligam directamente ao parque de estacionamento subterrâneo sob o jardim. O grande tanque do SPA ocupa o espaço de dupla altura, sob o pátio do palácio e é coberto por uma lage em consola com um grande lanternim a toda a largura do pátio, permitindo uma iluminação natural que procura recriar um ambiente termal das culturas meridionais.

Estruturalmente, procedeu-se à escavação dos três pisos enterrados através da colocação de micro-estacas de aço, que suspenderam o edifício até ao recalçamento das fundações com paredes de betão armado. As soluções estruturais adoptadas são bastante diversificadas, de acordo com as distintas zonas do edifício: desde a preservação dos muros de pedra e paredes mistas de estrutura de madeira existentes, até às lajes de madeira e à adopção de estruturas mistas de perfis de aço, madeira e betão armado.

Das Escavações Arqueológicas à Reformulação do Projecto

Durante a escavação do pátio, para inserção do *SPA,* foram descobertos vestígios arqueológicos, do séc. I ao séc. V, pertencentes a uma indústria piscatória da cidade romana de *Olissipo* (Lisboa). Revelou-se a existência de um conjunto de *cetárias,* tanques, com cerca de 1,50 m de profundidade, destinados à salga de peixe e marisco para confecção do *garum*, o molho que era exportado em ânforas para todo o império romano.

A estrutura romana de estereotomia *opus quadratum* ocupava parte do subsolo do pátio e prolongava-se debaixo do palácio, que havia utilizado parte dela como fundação, seguindo as direcções ortogonais pré-existentes. No interior das cetárias foram encontradas várias ânforas romanas, actualmente em restauro.

A descoberta arqueológica levou à intervenção do *IPA (Instituto Português de Arqueologia)* e de uma equipa de arqueólogos que, durante seis meses, procedeu às escavações e ao levantamento das estruturas romanas encontradas.

A intenção de preservar grande parte dos achados arqueológicos, integrá-los na obra e conferir ao local momentos museológicos genuínos, implicou a reformulação do projecto do pátio e do SPA. De modo a resguardar as *cetárias*, tornou-se necessário cobri-las, através de uma estrutura metálica ligeira. O gradeamento do pátio para a rua foi substituído por uma cortina de vidro que permite a exposição pública dos tanques romanos e o acesso principal ao Hotel através do pátio é, agora, mediado por uma ponte sobre as cetárias.

No interior do SPA é revelado o reverso da estrutura romana outrora enterrada. A piscina é convertida numa grande sala de água (tanque) de dupla altura, que liga a outra sala de menor escala, permitindo nadar através dos dois espaços e chegar à zona dos banhos turcos, jacuzzi, sauna e duches tropicais situados ao longo de um eixo longitudinal. Acede-se ao tanque por um dos lados através de uma galeria porticada que sustenta a estrutura da grande consola da cobertura. Uma fresta contínua em vidro separa o tecto da ruína, permitindo a entrada de luz zenital que escorre dramaticamente sobre o muro romano, criando uma atmosfera enigmática contaminada pelos reflexos dinâmicos da água. Reforçam-se as memórias das termas romanas e árabes reditas de forma contemporânea. As ânforas encontradas serão expostas no piso -2, à saída dos balneários, em vitrinas nas paredes, junto à zona de duches.

TELAS FINAIS DO PROJECTO DE ARQUITECTURA

No decurso desta fase final da obra, foram-se ajustando pequenas situações pontuais de funcionalidade, na procura de uma maior economia, tanto ao nível construtivo, como de recursos humanos.

No sentido de uma maior clareza e respeito final pela obra, optou-se por indicar minuciosamente as diferenças e as alterações que detectámos em face da realidade da obra em contraponto com os desenhos de projecto (os quais são "descendentes" dos levantamentos iniciais do edifício que remontam ao ano de 2002). Em face do exposto faremos referência nesta memória descritiva apenas às alterações efectivas que foram executadas no decurso da obra, nomeadamente:

– As instalações Sanitárias públicas (nos pisos 1 e -1) sofreram alterações pontuais por necessidades de decoração, mas não houve alteração do número de santários.

– Optou-se por substituir a escada de caracol, herdada de uma antiga fase da obra (de serviço interno do SPA, entre o piso -1 e -2, quando este tinha uma entrada directa para a Rua da Praia do Bom Sucesso), por já não fazer sentido, e ser mais operacional a existência de um arrumo nesta zona.

– Na área reservada à direcção do hotel, no piso -1, junto ao PT, o espaço foi reaproveitado para mais uma sala pequena de conferências, com vista para as ruínas, o que levou ao redimensionamento daqueles espaços.

– O espaço reservado à cozinha foi ajustado por necessidades de funcionamento da mesma, bem como a zona de "Buffet" / pequenos almoços / "show cooking", permitindo três salas de restaurante e uma sala para vestíbulo / entrada directa para o restaurante a partir do exterior.

– Ainda no piso -1, optou-se por ampliar a sala Polivalente e permitir, assim, uma grande sala de conferências/banquetes, com entrada de serviço para a zona da cozinha; ou duas salas separadas por parede amovível inserida num armário de parede.

– No piso -2 a área do SPA sofreu pequenos ajustes funcionais, nas salas de repouso, massagens e Vichy, no sentido de recuperar o eixo espacial desde a grande sala de água, que culmina agora numa sala de repouso depois do banho turco e da sauna, permitindo uma fruição mais ampla e aprazível destes espaços.

– Substituição da sala do ginásio 1 (que se localizava em frente à piscina) por mais uma sada de repouso afecta ao SPA.

– Na zona de serviço e apoio do pessoal ao nível do piso -2, entendeu-se ser mais operacional a existência de apenas uma entrada comum ao pessoal e às mercadorias, o que permitiu um melhor aproveitamento desta área para os balneários e vestiários, evitando-se também a furação na parede de fundação como estava anteriormente previsto.

– No piso -3, as paredes interiores foram ajustadas às mais recentes necessidades técnicas dos vários serviços de águas, bombagens e instalações especiais.

– São consideradas e contabilizadas em desenho as áreas de estar que estão distribuídas pelos corredores e vestíbulos dos pisos dos quarto, restaurante e salas polivalentes.

Matêm-se as 60 (sessenta) unidades de alojamento assim como o número de camas individuais, 119 (cento e dezanove).

Os espaços de utilização e as capacidades previstas para esta unidade hoteleira são as seguintes:

- Restaurante – 100
- Salas de reuniões do hotel – 40
- Área de SPA (incluindo balneários e vestiários) – 40

O edifício do Hotel Palácio do Governador (antiga Casa do Governador da Torre de Belém) foi declarado de relevante valor arquitectónico, por despacho do Senhor Subdirector-Geral do Turismo, de 23.07.02. Neste quadro, aquando da emissão de parecer favorável pela Direcção-Geral do Turismo, o projecto beneficiou da dispensa de um conjunto de requisitos, uma vez que se trata de um edifício em vias de classificação, cuja construção remonta ao século XVII. A estrutura de funcionamento geral do hotel proposta não se alterou.

As unidades de alojamento distribuiem-se da seguinte forma: no piso 2, existem 17 Quartos duplos e 1 quarto individual, no piso 1, existem 16 quartos duplos e uma suite (denominada suite do Governador); no piso 0, distribuiem-se 15 quartos duplos, sendo um preparado para pessoas com mobilidade condicionada e uma suite (denominada suite da princesa); no piso -1, encontram-se 8 quartos dulos e uma suite (denominada Suite do Infante).

É importante ressalvar que todos os quartos têm áreas acima das mínimas definidas para esta categoria de hotel, como comprovam as áreas dos mesmos verificáveis em planta, além do que, 34 quartos com a áreas acima da mínima definida para quarto triplo, sendo que o promotor optou por considerar todos os quartos duplos. Dos 34 quartos mencionados, 21 (7, no piso 2 ; 6, no piso 1; 4, no piso térreo e 4 no piso -1) dão a possibilidade de, no caso de ser solicitado pelo cliente, incluir mais uma cama.

Relativamente ao número de lugares de estacionamento a prever para o estabelecimento hoteleiro, preconiza-se a reserva no parque de estacionamento subterrâneo adjacente ao Hotel de 25 lugares para o Hotel. Estes lugares de estacionamento apresentam-se identificados na planta do piso -2.

O estacionamento apresenta duas entradas directas para os utentes do hotel (sendo uma de acesso ao SPA), uma entrada para a área técnica e um acesso à zona para cargas e descargas e do serviço pessoal, e também duas entradas públicas directas do exterior.

Fls. 27

cesto de papéi snos quartos; menu de almofadas, sala de jogos que será incluída no Bar (Ocasua bar), bem como o serviço de engraxador de sapatos, que são pretendidos, mas não estão especificados em desenho. 1778/P02/16

Anexo Quadro correspondente ao Anexo I da Portaria n.º 327/2008, de 28 de Abril (classificação para estabelecimento hoteleiro de 5 estrelas), segundo a rectificação nº 49 2015preenchido com os requisitos verificáveis em planta.

Lisboa, 20 de Dezembro 2015

Jan 2016

Maria Cristina Mantas

Arquitecta

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

107

53/EDI/03

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do projecto da intervenção no antigo Palácio do Governador da Torre de Belém, em Pedrouços, Lisboa, tendo em vista a sua reconversão para uma instalação hoteleira, foram realizadas visitas de observação do edifício, tendo em vista a avaliação do seu estado de conservação, elaborando, para o efeito o respectivo estudo de diagnóstico

Como se sabe, tal avaliação é um passo essencial para que possam ser definidas as estratégias das intervenções estruturais e construtivas, condicionadas naturalmente pelas opções arquitectónicas, mas também condicionantes destas, umas e outras subordinadas ao entendimento do valor histórico e patrimonial que o edifício pode apresentar.

Note-se que este estudo que agora se apresenta se baseou apenas, do ponto de vista construtivo, nos resultados da observação directa e na experiência do observador, o que não significa que, em fase posterior de elaboração dos projectos e mesmo em fase inicial da construção, não venha a ser determinada a necessidade de se fazerem prospecções, inspecções e ensaios, como sucede, por exemplo, com a informação indispensável que haverá que recolher sobre as fundações do edifício existente e sobre os terrenos de fundação, além da que diz respeito a zonas do embasamento até agora não visitadas e das coberturas inspeccionadas muito sumariamente, por óbvias dificuldades de acesso.

No que se segue, identificam-se as principais características construtivas do edifício e as anomalias que o afectam, de modo a tornar possível a definição do estado de conservação do edifício e das suas diferentes partes.

2. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DO EDIFICADO

É evidente, pelo conhecimento histórico que se tem sobre o Palácio do Governador da Torre de Belém e pelas características construtivas evidenciadas, que o edifício actual resulta de uma acumulação de intervenções que terão começado pelo corpo Poente que seria, inicialmente, a Casa do Governador, mais tarde sucessivamente acrescentada e modificada.

O que hoje se observa parece ser resultado de uma intervenção muito significativa, setecentista, provavelmente na sequência do terramoto de 1 de Novembro de 1755, que terá reordenado a edificação quinhentista; reconhecem-se ainda intervenções tardias, talvez de finais de oitocentos ou mesmo do século XX, em parte do corpo Nascente e Poente.

Existe, apesar desta longa história do edifício, uma homogeneidade marcante de ponto de vista construtivo, exibindo no seu todo, o Palácio, as características materiais que identificam as construções antigas, ou seja, as que são anteriores à aplicação do cimento Portland artificial, em argamassas e betões.

Assim, o edifício é construtivamente marcado pelo uso de paredes de alvenaria de pedra, constituindo uma malha ortogonal, complementadas na frente Sul por tectos abobadados de alvenaria de tijolo sob os terraços existentes e, no restante, por estruturas de madeira em tabiques de frontal, pavimentos, tectos e coberturas.

Note-se que a existência de paredes mestras de alvenaria ordinária em malha ortogonal na zona do Palácio, nomeadamente, é sinal de pelo menos uma de duas coisas: trata-se de um edifício de base anterior à segunda metade do século XVIII; é um edifício notável que "escapa", por isso, ou pelas pré-existências, às rígidas determinações da reconstrução "pombalina", que banaliza o recurso sistemático a paredes interiores de frontal tecido

integrando a notável Cruz de Santo André, que se transformou mesmo num símbolo da própria ideia de "estilo pombalino" na construção, excesso de personalização de soluções que têm origem decerto muito mais antiga, virtuosamente aperfeiçoadas e racionalizadas quando tal mais necessário se revelou.

Não se conhecem as características das fundações, mas a tipologia do edifício e a sua localização em zona geologicamente informada, permitem admitir que se trate de fundações directas contínuas de alvenaria ordinária, à base de blocos de pedra de grandes dimensões, assentes sobre solo consistente, porventura de rocha mais ou menos alterada.

Em fase de elaboração de estudo prévio de estrutura será necessário realizar uma campanha de prospecção geológica, com furos de sondagem e poços de prospecção, que dê informação suficiente sobre as características das fundações existentes e sobre os estratos de fundação, tanto das construções existentes como das novas que venham a ser executadas a partir da base, sobretudo porque são previstas algumas intervenções significativas no sub-solo.

A estrutura vertical resistente é constituída essencialmente, como se referiu, por paredes de alvenaria ordinária, por vezes dotadas de arcos, como sucede com algumas paredes transversais interiores ou de vãos com verga recta a que se sobrepõe decerto, mesmo que não esteja exposto à observação directa, o competente arco de descarga (de alvenaria de tijolo).

As estruturas horizontais são predominantemente constituídas por vigamentos de madeira paralelos entre si, ou por estruturas tridimensionais mais complexas, de madeira, com que se formam os tectos de caixotão, como sucede com toda a zona Sul do Palácio e a parte superior da Casa do Governador.

A ala Sul do edifício, no corpo baixo que o remata, tem pavimentos baseados em abóbadas de aresta, de alvenaria (de pedra ou mais provavelmente de tijolo, já que aquele material mais nobre se destinava a construção mais vernáculas), em formato provavelmente setecentista; também abobadado é o piso mais baixo do corpo da Casa do Governador, provavelmente mais extenso do que aquilo que agora se observa, escondido por aterros ou, quem sabe, parcialmente removido.

As estruturas de cobertura são de madeira, com geometrias não totalmente identificadas mas que, pelo menos nos casos em que "rematam" tectos de masseira, integram as estruturas destes, com soluções sempre engenhosas, geometricamente muito complexas, até por resultarem, com frequência, de adições impostas pela constatação de deformações indesejáveis.

Os revestimentos de parede são rebocos e estuques de cal e gesso, com incorporação de lambris e rodapés de azulejo predominantemente azul e branco.

Os revestimentos de piso são de madeira, formando soalhos fixados sobre os vigamentos do mesmo material; exceptua-se o revestimento de terraços, sobre abóbadas as quais provavelmente têm carregos (soltos ou coerentes, é questão que importa esclarecer em sondagens a executar oportunamente) que preenchem os vazios sobre o extradorso e que são rematados superiormente por massames revestidos com materiais cerâmicos ou pétreos.

Os revestimentos de tecto são também geralmente de madeira, sendo assinalável a predominância das masseiras com forro de saia e camisa; as zonas abobadadas são rebocadas e estucadas.

Os telhados têm revestimento de telha cerâmica, com excepção de uma zona do corpo Norte - Nascente, em que têm revestimento de chapa (de fibrocimento?).

111 105

Anote-se ainda a existência de intervenções avulsas, através dos quais foram introduzidos elementos de ferro e de betão, como sucede em parte da ala Poente; o interesse de fazer aqui referência detalhada é mínimo, já que se trata de intervenções cuja remoção é sistematicamente proposta, no âmbito das profundas remodelações a que os corpos Nascente e Poente irão estar sujeitos, pela menor valia arquitectónica e construtiva que apresentam e porque foram naturalmente entendidas como as áreas de sacrifício que viabilizam a introdução do número de quartos minimamente compatível com uma exploração hoteleira de grande qualidade, muito longe mesmo dos padrões especulativos que tanto se praticam e que, aqui, destruiriam inexoravelmente o Palácio.

53/EDI/03

3. ANOMALIAS CONSTRUTIVAS. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO

O Palácio do Governador da Torre de Belém há muito que deixou de desempenhar a função para que foi inicialmente construído e, depois de diversas vicissitudes, que as memórias históricas resultantes das investigações já realizadas e em curso irão esclarecer e seriar no tempo, foi nos últimos anos ocupado por um serviço público, tendo essa ocupação tido as vantagens e inconvenientes que são normais em situações deste tipo.

As vantagens que se podem apontar derivam do facto de o edifício ter sido sujeito a diversas operações de manutenção que limitaram certos tipos de anomalias, nomeadamente no que se refere à estanquidade das coberturas em telhado, ao estado geral da caixilharia exterior e, em geral, à garantia de condições de utilização pelo menos razoáveis.

Os inconvenientes derivam da circunstância de se tratar de uma adaptação de um edifício habitacional, unifamiliar, de "standard" muito elevado, para a instalação de um serviço público onde perde sentido , por exemplo, o uso de compartimentos para a função dormir, ou onde parece um contrasenso a preservação de uma capela, embora com as respectivas zonas de apoio modificadas.

Naturalmente, e como seria de esperar, a adaptação do edifício fez-se com um razoável número de agressões ao construído, por exemplo com alterações locais de compartimentação, montagem de tectos falsos, alteração de revestimentos, implementação de redes e instalações técnicas, etc.

Apesar disso, ao contrário do que seria de temer, a transformação que o edifício sofreu foi irregular e, em muitas zonas foi minimalista, tendo sido mantidos os revestimentos azulejares e tectos originais, algumas vezes escamoteados por tectos falsos.

Isso permite ter uma, ideia muito próxima de realidade do que seria o edifício - Palácio e até avaliar o estado de conservação, nomeadamente pelo interior. 113 107

A observação do edifício permite constatar, em primeiro lugar, o bom estado geral das estruturas de alvenaria - paredes e abóbadas -, sinal da adequação das fundações do Palácio e da correcta escolha e aplicação destes materiais pesados.

As estruturas de pavimentos de madeira não estão acessíveis à observação directa, a não ser pontualmente onde os tectos se apresentam parcialmente destruídos, pelo que a avaliação do seu estado de conservação se faz de forma indirecta, embora se evidencie, desde já, que se tornará necessário um trabalho de inspecção sistemática dos vigamentos de madeira, nas zonas em que seja previsto manter, ou seja, nos pisos elevados do núcleo inicial da Casa do Governador e nos pisos amansardados sobre masseiras.

Observam-se sinais de deformação dos pavimentos de madeira, ao nível do 1º andar, mas não de deformação acentuada e a vibração dos pavimentos, quando sobre eles se caminha é imperceptível, sinais de que os vigamentos terão sido bem dimensionados quando da construção e não apresentarão um quadro de deterioração grave e/ou generalizada. Também não se observaram sinais de actividade de xilófagos, dando-se o caso de as visitas terem ocorrido em períodos em que se dá a emergência dos insectos adultos; isso não evita que se intensifiquem as inspecções nas zonas críticas dos pisos de madeira que são as que se localizam nas paredes de fachada (é crítica a fachada Sul, ainda mais neste caso faceando o Tejo), ainda mais sob ou junto de janelas, locais por onde se intensificam as infiltrações de água da chuva.

No contexto das inspecções a realizar devem portanto ser particularmente cuidadas as zonas de bordo dos pisos, locais onde se fazem sentir preferencialmente os efeitos da humidificação das paredes e dos próprios

pisos. É particularmente importante a realização deste trabalho nos pisos de madeira da Casa do Governador e nas estruturas dos tectos de masseira do 1º andar (piso 0) do Palácio; uma zona crítica corresponde ao canto Norte-Poente, na zona do pátio, onde são visíveis as consequências de danos na rede de esgotos pluviais, afectando paredes e pavimentos e onde é certo que se encontrarão vigamentos danificados e a necessitar de intervenção de reparação e reforço.

Quanto às estruturas das coberturas já se referiu o caso particular dos terraços a Sul, sobre abóbadas, anotando-se nestas sinais de infiltrações provenientes dos terraços; a observação foi, no entanto, muito dificultada pelas condições de acesso a estas estruturas, pelo que deverá proceder-se, em fase de arranque do projecto de estruturas, a uma inspecção detalhada destas abóbadas; é também ponto assente que, dadas as novas funções desses espaços, se tornará necessário proceder à impermeabilização generalizada destes terraços, operação que possibilitará uma mega-prospecção que abrangerá todas as abóbadas até ao extradorso e que servirá para verificar a eventual existência de danos ocultos.

As estruturas de madeira das coberturas exibem sinais de alguma degradação que se traduz em deformações que conduziram a perdas de estanquidade dos telhados, tendo como consequência infiltrações de água da chuva e humedecimento e degradação de tectos, como se verifica, por exemplo, em masseiras no piso elevado da Casa do Governador.

As estruturas observadas directamente, na zona correspondente ao corpo Sul do Palácio, sobre os tectos de masseira, apresentam-se em estado de conservação razoável, mas exibindo ataques de fungos e insectos xilófagos, não tendo sido possível constatar o grau de actividade actual destes agentes agressivos da madeira, mas que, como atrás se disse para os pavimentos, parecem estar pouco activos.

Como as coberturas de madeira terão de ser necessariamente objecto de remodelação geral, até pelas transformações que são propostas, haverá necessidade de fazer um levantamento geométrico rigoroso das características das estruturas de cobertura a manter ao mesmo tempo que se aproveitará tal trabalho para mapear as anomalias observadas, trabalho que será essencial para definir a possibilidade de preservação de elementos e de quais carecem de reparação ou de substituição.

Em qualquer caso, as coberturas em telhado a manter, como sucede na Casa do Governador e na Ala Sul do Palácio, têm condições para serem objecto de um trabalho de requalificação, admitindo-se que possa ser aproveitada genericamente a estrutura existente, sujeita a operações locais de reparação ou de substituição.

No que se refere a elementos não estruturais, salienta-se que a caixilharia de madeira apresenta, naturalmente, sinais de envelhecimento, requerendo uma intervenção generalizada que passará pela sua substituição, dificilmente comportando reparação da caixilharia exterior, mas havendo possibilidade de preservação de portadas. Além do envelhecimento dos elementos mais expostos, as exigências de isolamento acústico e térmico e de estanquidade à água da chuva, seriam suficientes, por si sós, para impor uma intervenção profunda.

Os revestimentos e acabamentos de paredes, apresentam um estado geral razoável, embora com zonas problemáticas; no que se refere aos lambris de azulejo é de salientar a destruição de painéis da Capela mas, em geral, estão bem conservados, requerendo uma acção sistemática de restauro que passará também pela fixação de elementos soltos e substituição de elementos obviamente colocados de modo inadequado.

Os rebocos e estuques apresentam algumas zonas afectadas por efeitos de humidade de infiltração, de condensação e de ascenção capilar (a partir da

base enterrada); de qualquer modo, a alteração profunda nos corpos Nascente e Poente leva a que se tenha especial atenção aos revestimentos das paredes de toda a Ala Sul, incluindo a zona da Casa do Governador.

Considera-se tecnicamente possível manter e recuperar boa parte desses revestimentos, mas a necessidade de introduzir redes, de instalações especiais, e a execução de novas compartimentações conduzirão, muito provavelmente a uma intervenção um pouco mais "rude", até porque se admite que parte desses rebocos e estuques sejam de feitura recente.

Os revestimentos de piso exibem naturalmente sinais do uso e evidenciam muitas intervenções recentes; no âmbito de uma reconversão como a que se prevê, os revestimentos de piso serão quase sistematicamente renovados, com possível excepção para os soalhos que revestem os vigamentos de madeira a preservar, os quais, exibindo um estado de conservação razoável, permitem que seja ponderada a sua recuperação. No entanto, faz-se notar que há necessidade de inspeccionar e reparar os vigamentos estruturais dos pisos, caso em que terá de se fazer opção entre o sacrifício do revestimento de piso e o de tecto, já que dificilmente se poderão manter os dois.

Os tectos de masseira serão mantidos na sua maior parte, prevendo-se sobre eles a realização de uma operação de conservação para fazer face às anomalias que exibem e que se traduzem na existência de tábuas empenadas, despregadas e apodrecidas, nomeadamente nos tectos da Casa do Governador, onde se fez sentir a presumível infiltração de água da chuva através dos respectivos telhados.

No que se refere aos telhados, o seu estado de conservação é também razoável, como já se referiu, exibindo, apesar disso, algumas zonas deformadas mas mantendo a sua geometria muito próxima da original. A possibilidade de reaproveitamento parcial da telha é questão a ser ponderada "a posteriori".

4. DIAGNÓSTICO E METODOGIAS DE INTERVENÇÃO

O diagnóstico do estado de conservação do edifício e a correspondente prescrição das medidas a adoptar para resolver o quadro de anomalias apresentado, não podem ser desligados da proposta arquitectónica em curso, a qual, não se pode esquecer, corresponde a uma intervenção profunda com reconversão do antigo Palácio para uma instalação hoteleira de luxo.

Isso significa que nos corpos Nascente e Poente, a demolir quase inteiramente, apenas subsistirão, quando muito, as paredes de fachada do pátio, no corpo Poente, e a exterior do corpo Nascente, não sendo portanto necessário cuidar dos restantes elementos, a não ser para se garantir a recuperação e preservação de elementos relevantes, como é o caso de azulejos, elementos de pedra, por exemplo.

As paredes de fachada a manter estão, em geral, em estado razoável de conservação, pelo que as intervenções aí a realizar serão também de conservação, ao nível de rebocos e pinturas e de guarnecimentos de cantaria nos vãos: a limpeza da pedra, a reparação local ou geral dos rebocos exteriores reutilizando argamassas de cal e areia e a repintura com sistemas à base de tintas de silicatos de potássio são os caminhos propostos.

Pelo interior destes corpos propõe-se uma intervenção um pouco mais forte: após a demolição do interior, as paredes ficarão decerto danificadas e exibirão "cicatrizes" correspondentes à inserção de pavimentos, de paredes transversais de tubagens para instalações especiais.

Será aí quase inevitável a remoção generalizada de rebocos, e de faixas de azulejos a recolocar; admite-se que a construção de novos pavimentos se faça com base em soluções de lajes mistas aço-betão que, apesar de serem semi-leves, implicam acréscimos de carga nas alvenarias remanescentes.

Estas deverão portanto ser reforçadas propondo-se que o sejam com rebocos armados com redes de aço distendido, em espessuras da ordem de 50 mm, sobre os quais se executarão as camadas tradicionais de estuques e outros revestimentos.

No que se refere à ala Sul, de Poente a Nascente, as acções a empreender serão necessariamente mais moderadas, já que aí se prevê a preservação de uma grande parte do construído, reservando-se as intervenções mais significativas para uma pequena zona na Casa do Governador (onde se criarão instalações sanitárias) e no sótão e cobertura na Ala Nascente deste corpo Sul.

Assim, nesta zona não se prevê a necessidade de qualquer reforço de paredes, já que as estruturas existentes são suficientes; pelo contrário prevê-se a realização de uma campanha generalizada de consolidação estrutural, com reparações ou substituições locais de vigamentos de piso e uma cuidada detecção de fendilhação em paredes para fazer a sua consolidação por injecção de caldas e de argamassas de cal hidráulica natural.

Apesar de não se prever, como se referiu, a necessidade de reforço das paredes de todo o corpo Sul, admite-se que a mais completa avaliação das condições de segurança e de estabilidade do Palácio possa conduzir a decisões de aplicação de pregagens e atirantamentos entre paredes ortogonais e entre paredes e pavimentos e coberturas de madeira, de modo a garantir ao todo estrutural capacidade resistente acrescida, por exemplo em relação à acção sísmica.

Anote-se que, de acordo com o projecto irão ser feitas escavações para aprofundamento de algumas zonas do edifício, as quais podem causar instabilidade nos edifícios existentes.

119

S3/EDI/03

Esta situação obriga a que se pense, primeiro, na necessidade de determinar a cota de fundação das paredes existentes e a manter, nomeadamente as que confinam com a zona de escavação; só depois se decidirá se a consolidação de fundações se fará por recalçamento directo ou se irá recorrer a colocação de cortinas de microestacas.

Por outro lado, admite-se que os movimentos que estas escavações podem gerar nos maciços de fundação, aconselham a que se reforce a solidarização estrutural, na ala Sul do Palácio, em toda a sua extensão. Mais uma razão para que se considere a adopção de medidas de solidarização global através da execução de pregagens com tirantes longos de aço inoxidável que irão da fachada Sul à fachada Norte ligando-as através das paredes interiores.

Importa ainda referir que o facto de se prever uma intervenção profunda nos corpos Nascente e Poente justifica que se assumam duas atitudes fundamentais: por um lado, as soluções construtivas a adoptar devem obedecer a uma lógica de coerência e de compatibilidade com as estruturas existentes com que terão de conviver e que, de certo modo, passarão a dominar; por outro lado, como se faz sentir na solução arquitectónica, existe um imperativo de modernidade, de ausência de mimetismo que comporta escolhas fundamentadas.

Nestas condições, entende-se que as soluções estruturais mais coerentes para se fazer um bom casamento entre o velho edifício de alvenaria e madeira é recorrer a elementos verticais constituídos por lâminas de betão armado (afinal o betão é o material contemporâneo que sucede à alvenaria ordinária, com a diferença essencial que reside no sinal da contemporaneidade que resulta da introdução do aço na massa de betão, compensando a falta de resistência à tracção do betão que é também o ponto fraco das alvenarias, desempenhando as armaduras do betão um papel similar ao das pregagens e tirantes que reforçam alvenarias).

Seguindo a mesma lógica, a solução eleita para os pavimentos será a de lajes mistas com cofragens colaborantes nervuradas e lâmina de compressão contínua; as nervuras e as vigas de aço são o equivalente aos vigamentos de madeira; a lâmina de compressão substitui o soalho, mas com outras capacidades, como a de conferir isolamento acrescido e a de constituir base para aplicação de materiais de impermeabilização e de revestimento, podendo por isso fazer facilmente o piso de instalações sanitárias.

Nas coberturas novas destes corpos, que já não têm exigências tão duras como os pavimentos, propõe-se o uso de estruturas de madeira, formando asnas a toda a largura do edifício, com formas estilizadas e usando perfis de madeira lamelada colada, suportando os isolamentos e revestimentos que a arquitectura entenda escolher.

Para terminar, releva-se a importância das futuras campanhas de prospecções, sondagens, levantamentos e inspecções, que envolvem as diversas questões já afloradas ao longo deste texto; conhecer o solo e o sub-solo para saber das facilidades de fundação e das dificuldades de escavação, fazendo-o dentro de exigentes padrões científicos conduzidos por historiadores e arqueólogos, conhecer o estado de conservação das estruturas de madeira de pavimentos, de tectos e de coberturas, reconhecer e avaliar o estado de conservação e a constituição das zonas abobadadas, redescobrir nas paredes os sinais de antigas aberturas e as cicatrizes de intervenções recentes, determinar a geometria de elementos essenciais como são as estruturas de cobertura, são passos determinantes para dar ao projectista a informação de que carece para realizar o projecto justo que este edifício merece não permitindo, pela sua ausência, desculpas por erros e omissões que se pagarão caro em termos financeiros mas, antes disso, em termos patrimoniais.

Lisboa, Julho, 2002

A2P CONSULT
ESTUDOS E PROJECTOS, LDA

João A. Silva Appleton

O Palácio do Governador da Torre

53/EDI/03

A adaptação de um edifício histórico a um novo destino constitui um exercício particularmente difícil, carecendo de obedecer a dois critérios fundamentais:

a) em primeiro lugar, respeitar as coordenadas fundamentais do edifício preexistente, procurando-se mesmo valorizar os elementos que o caracterizam e individualizam;

b) em segundo, garantir que, sem o desvirtuar, o edifício possa preencher todos os requisitos da nova função a que se destina, ganhando uma nova lógica em coabitação com a anterior.

É sob o prisma destas duas coordenadas que deverá olhar-se qualquer proposta de adaptação de um edifício histórico, procurando, no caso presente, apreciar o projecto de transformação em unidade hoteleira do antigo palácio dos Governadores da Torre de Belém, na Rua de Pedrouços.

Procuremos, em seguida, alinhar os principais dados históricos e arquitectónicos do edifício em questão, para depois percebermos se o projecto apresentado respeita e valoriza essa realidade histórico/arquitectónica, não deixando de preencher também todos os requisitos de uma moderna unidade hoteleira.

1 - São escassas as informações históricas sobre o edifício habitualmente denominado como palácio dos Governadores da Torre de Belém, sendo o melhor trabalho de investigação o capítulo a ele dedicado por João B.M. Néu, no seu estudo «Em volta da Torre de Belém» II vol., « Pedrouços e Bom Sucesso» , publicado pelos Livros Horizonte em 1998.

Esta escassez de informação conduz a uma abordagem cautelosa do edifício, baseada sobretudo na observação directa da construção e dos elementos mais característicos que o compõem, desde a sua estrutura, passando pelo desenho de aberturas e gradeamentos das sacadas, até à tipologia dos tectos e dos revestimentos de azulejos.

Segundo este autor, não se sabe ao certo quando o edifício actualmente existente terá sido efectivamente construído, tudo apontando, no entanto, para que já em inícios do século XVIII o mesmo se encontrasse já de pé, aliás com a forma que ainda hoje ostenta. Nele terá já residido o 4º Conde da Atalaia, Governador da Torre, em 1677, lugar que permaneceria na posse desta família, depois Marqueses de Tancos,

até finais do século XVIII. Poderá assim ligar-se a esta casa aristocrática a principal campanha de obras que originou o complexo palaciano.

53/EDI/03

Esta ideia parece ser corroborada por um desenho da costa de Belém, realizado, segundo informação fornecida pelos serviços do IPPAR, por Bernardo de Caula, em 1763, onde o palácio surge desenhado com a mesma unidade global que ainda hoje apresenta, isto é um corpo mais alto e outro horizontal, sobre a varanda virada ao rio.

Deverá, deste modo, afastar-se a ideia de se tratar de duas construções justapostas, ideia bastante difundida e que não parece ajustada à realidade. Essa leitura separava temporalmente os dois corpos do edifício, apontando o corpo mais alto como o original e o corpo baixo longitudinal à antiga praia como posterior. Se bem que fosse possível existir já alguma construção no local, eventualmente na mesma localização do actual corpo torreado de três pisos, a leitura construtiva das existências - tratamento dos cunhais, desenho das aberturas, uniformidade decorativa –, parece sem dúvida indiciar que o conjunto terá sido tratado como um todo nessa campanha de obras que podemos apontar para um período largo entre finais do século XVII e primeira metade do século XVIII, datação aliás para que apontam restos de azulejo de padrão desse período ainda subsistentes.

Mais tarde, após o terramoto, terá o edifício sofrido nova intervenção, sobretudo decorativa, como se infere dos revestimentos de azulejos de algumas das salas do corpo baixo, nitidamente da segunda metade do século, ao gosto da produção da Fábrica do Rato. Deste período datam também os fogaréus de desenho tardio que coroam o portão de acesso sobre a antiga praia, então a entrada nobre do edifício.

O palácio, que fora sempre propriedade estatal, anexa à função militar, foi já no século XIX, mais precisamente em 1854, vendido a um neto dos Condes da Atalaia/ Marqueses de Tancos, o Marquês de Viana, que nele viveu até finais do mesmo século. Darão de então algumas outras obras funcionais, bem identificáveis no conjunto.

Do conjunto hoje existente parece de realçar:

1- A estrutura – Trata-se de um interessante edifício palaciano arrabaldino, aproximando-se portanto de uma casa de quinta, com dois corpos distintos. Um mais alto, com telhados autónomos por divisão, ao gosto tradicional, e um mais baixo, de telhado único e de grande altura, que esconde um segundo piso do lado norte. A entrada principal era virada a Sul, sobre a praia, aliás como era prática usual em edifícios de localização semelhante na ribeira do Tejo. Um grande portão, embelezado com fogaréus mais tardiamente, dava acesso por uma escada ao piso nobre e às amplas varandas, em parte fechadas.

53/ED/03

como parecem indicar alguns elementos construtivos ainda existentes na muralha.

Sobre as varandas abriam as salas nobres, revestidas a azulejos (alguns desapareceram por obras posteriores) e com altos tectos de masseira, alguns possivelmente anteriormente revestidos de pinturas e hoje uniformemente pintados de branco. Estas varandas corriam sobre um andar térreo abobadado, ainda em óptimo estado de conservação.

Para trás, a norte, abria-se o grande pátio- verdadeiro pátio de quinta -, com acesso a cavalariças e outras dependências, para o qual abria também a entrada pública da capela.

2- **A capela** - A pequena capela, com as suas galerias de segundo piso, é um dos elementos mais interessantes deste conjunto. Apresenta uma unidade de intervenção, pois os azulejos, infelizmente maltratados, as madeiras das portas, a talha do altar e a grande tela central, em mau estado mas recuperável, apontam para a segunda metade do século XVIII, da campanha de obras pós-terramoto.

3- **Elementos decorativos** – Além dos azulejos, de realçar neste conjunto o bom estado dos elementos em madeira, como os tectos de masseira e as portadas das janelas, que dão ao seu interior o sentido característico de uma moradia fidalga do período aristocrático, ambiente esse que se deverá procurar preservar quanto possível em futuras intervenções.

Trata-se, portanto de um exemplar bastante interessante de um período característico da arquitectura portuguesa, sem grandes inovações ou particularidades arquitectónicas, mas bom exemplo de um gosto e de um formulário simples que marcou fortemente o imaginário lisboeta. O facto de ter resistido ao terramoto, mantendo o essencial da sua estrutura, faz dele um apontamento de um paradigma, essencial para o estudo mais aprofundado da arquitectura deste período aristocrático. A sua renovação e aproveitamento, que se saúda, não deverá esquecer, portanto, estas condicionantes, tirando delas partido para um verdadeiro e salutar cruzamento entre a memória de um passado e as necessidades do presente.

Quanto ao projecto apresentado, mantem as coordenadas do edifício existente. As alterações mais significativas, com impacto na imagem externa, constituem o acrescento do antigo corpo anexo nascente, dando uma forma mais acentuada em U ao antigo pátio central, e o andar sobreposto no vão do telhado. Em ambos os casos, principalmente no andar superior, a solução encontrada marca com rigor o acrescento através de uma distinta linguagem estética, não procurando atingir

qualquer espécie de *pastiche*, que, esse sim, macularia a estrutura original. Quanto às outras alterações, caso da piscina sob o pátio, em nada prejudicam a percepção histórica do edifício.

53/CDI/03

A solução encontrada, depois de uma amadurecida reflexão que muito se louva, parece assim constituir uma significativa mais valia, garantido por si só a manutenção de um edifício que se impõe quer do ponto de vista histórico, quer, talvez sobretudo, pela forte implantação numa zona marcante da cidade.

Lisboa, 29 de Julho de 2002

José Sarmento de Matos

ANEXOS

ANEXO A5 – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

PALÁCIO CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM

XXX



Vista do sítio arqueológico © Iola Filipe.



Vista geral da escavação arqueológica romana © Iola Filipe.



Pormenor da escavação arqueológica romana © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada lateral Este (2006) © DGCP.



Reabilitação do Palácio Casa do Governador de Belém. Vista da Fachada lateral Este © DGCP.



Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada lateral Oeste (2006) © DGCP.



Reabilitação do Palácio Casa do Governador de Belém. Vista da fachada lateral Oeste (2013) © Anouk Costa.



Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada Sul. (2006) © DGCP.



Reabilitação do Palácio Casa do Governador de Belém em Hotel. Vista da fachada Sul (2013) © Anouk Costa.



Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Porta Sul. Antiga porta principal da casa virada ao rio Tejo © DGCP.



Reabilitação do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Vista da porta Sul. Antiga porta principal da casa virada ao rio Tejo © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Reabilitação do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Vista da antiga escadaria ao Palácio, virada a Sul © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Pormenor da recuperação da antiga escadaria ao Palácio, virada a Sul © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Reabilitação do Palácio Casa do Governador de Belém. Vista da fachada Sul © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Reabilitação do Palácio Casa do Governador de Belém em Hotel. Vista da fachada Sul © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Antigo portão de entrada virado a Norte © DGCP.



Reabilitação do Palácio Casa do Governador de Belém. Vista do portão de entrada para o pátio central virado a Norte © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Recuperação dos azulejos do Palácio Casa do Governador de Belém aquando da sua reconversão em Hotel © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Recuperação dos tectos de masseira do Palácio Casa do Governador de Belém aquando da sua reconversão em Hotel. Salões © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



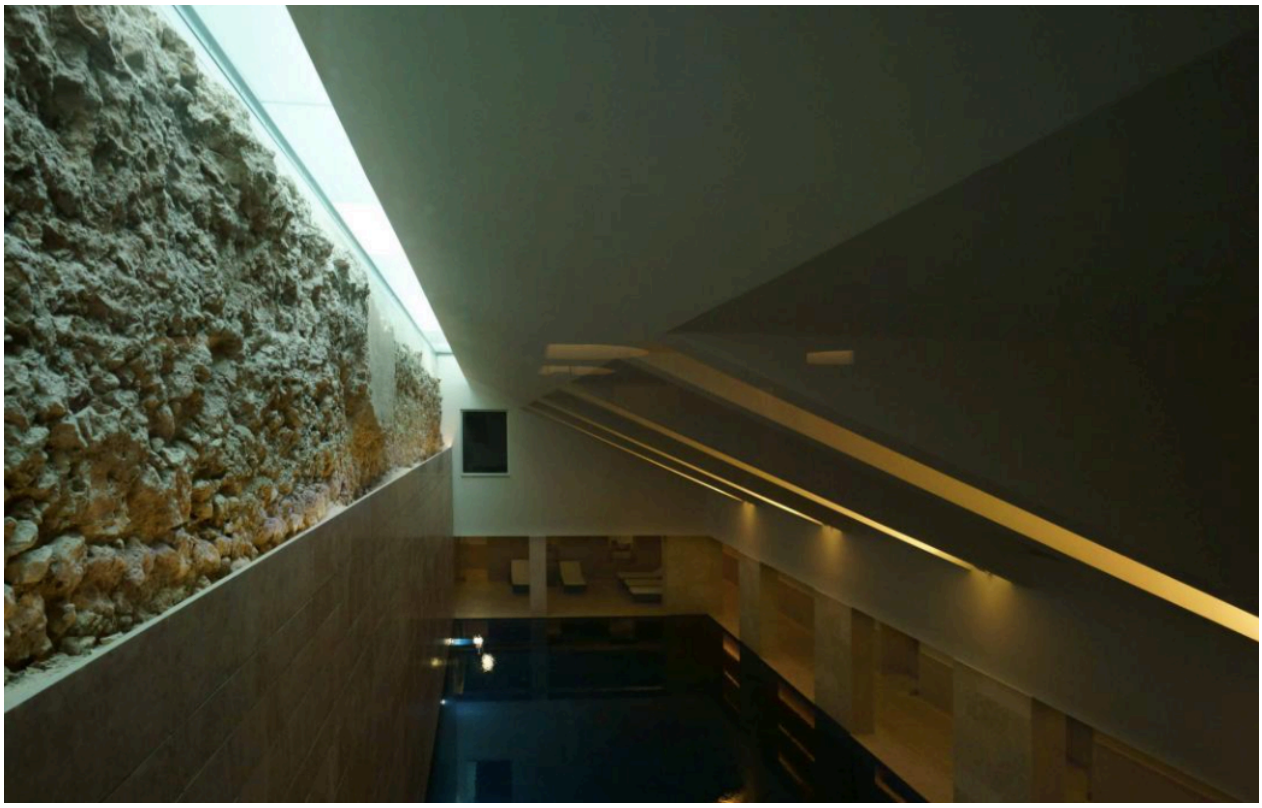
Recuperação dos tectos de masseira do Palácio Casa do Governador de Belém aquando da sua reconversão em Hotel. Capela © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Recuperação dos tectos de masseira do Palácio Casa do Governador de Belém aquando da sua reconversão em Hotel. Capela © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Recuperação dos tectos em abóbadas de aresta do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém aquando da sua reconversão em Hotel © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Reabilitação da Casa Palácio do Governador da Torre de Belém: integração da preexistência na obra nova © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.



Reabilitação do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém: integração da preexistência na obra nova © Jorge Cruz Pinto & Maria Cristina Dantas Arquitectos, Lda.

ANEXOS

ANEXO A6 – CONVERSA COM O ARQUITETO JORGE CRUZ PINTO

PALÁCIO CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM

L

Conserva com o Arquiteto Jorge Cruz Pinto

Realizada no dia 17.08.2016, no atual Hotel Palácio do Governador, em Belém

1 – Qual a influência do contexto urbano, arquitetónico e histórico específico, no desenvolvimento do projeto de arquitetura para o Palácio Casa do Governador da Torre de Belém?

2 – Que condicionantes encontrou no desenvolvimento do projeto?

3 – Qual a relação com o promotor/cliente? E quais foram as implicações do programa, hoteleiro, na concepção do edifício como reabilitação da preexistência?

4 – Quais os conceitos base, preexistência, programa... no desenvolvimento do projeto?

5 – Considera que o conhecimento teórico sobre a história do edifício foi indispensável para o projeto?

6 – Durante a sua prática profissional qual foi a importância do conhecimento histórico no trabalho de projeto de reabilitação?

7 – Qual a sua opinião sobre as metodologias de intervenção no património construído, nomeadamente sobre a evolução das mesmas no tempo?

8 – Quais são para si os elementos principais a preservar quando se trata da reabilitação de um edifício histórico?

9 – O que procurou manter ou alterar do edifício primitivo na concepção do projeto?

10 – Para onde caminham os projetos de reabilitação? Há um avanço ou um retrocesso nestas intervenções?

LII

ANEXOS

ANEXO B – PALÁCIO DOS CONDES DE LUMIARES

LIV

ANEXOS

ANEXO B1 – FICHAS TÉCNICAS

PALÁCIO DOS CONDES DE LUMIARES

LVI

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM

PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

Registo | Login

Palácio Andrade / Palácio Lumiares / Palácio Cunha e Meneses

IPA.00004039

Portugal, Lisboa, Lisboa, Misericórdia

Arquitectura residencial, do séc. 18. Palácio inserido no modelo de "Arquitectura Chã". Interior de gosto Joanino.



Número IPA Antigo: PT031106150313

Registo visualizado 613 vezes desde 27 Julho de 2011

2

Registo | Mapa | Alterar Registo | Votar/Comentar
Arquivos e colecções | 9 Imagens | Adicionar Imagens | Votos/Comentários (0)











Registo

Edifício e estrutura | Edifício | Residencial senhorial | Casa nobre | Casa nobre | Tipo planta em U

Descrição





De volumetria paralelepipédica e maciça e planta longitudinal com quatro pisos, ocupa a totalidade do quarteirão onde se insere, apresentando na sua composição e planta referências a modelos maneiristas. A cobertura é efectuada por 5 telhados de 4 águas e 1 de 2 águas, articulados ortogonalmente entre si. Edifício com soco, cunhais e aros de vãos revestidos a pedra e também neste material a cornija de transição entre o 2º e 3º piso e do remate da cobertura. A fachada principal encontra-se orientada a E. Ao nível do r/c encontramos três vãos de entrada iguais entre si. A partir do 1º andar contam-se 7 vãos de janela em cada piso, que no 2º andar correspondem a janelas de sacada e no 1º e 3º a janelas simples com moldura em cantaria. Ambas as fachadas laterais, orientadas respectivamente a N. e a S., contam com 13 vãos de janela em cada piso com leitura idêntica à da fachada principal. A fachada posterior, orientada a O., tem também 7 vãos de janela (tendo ruído o pano central que corresponde a três vãos). INTERIOR: o acesso principal é feito através do vão central do r/c que comunica com uma escadaria através de um átrio (parte da antiga entrada ampla que hoje se encontra subdividida). Escadaria em pedra e desdobra-se em dois lances simétricos à maneira dos palácios barrocos. A caixa de escadas de modelo maneirista a altura correspondente a três pisos é iluminada por três vãos a E. e a S.. Os restantes vãos detêm apenas um valor plástico de simetria. No patamar, três portas e duas janelas de grandes proporções e cantarias elaboradas contribuem para um efeito monumental e cenográfico. A meio do primeiro lance da escadaria encontram-se em posição lateral simétrica os acessos aos diversos pisos do imóvel. O tecto é plano, de estrutura em madeira *1.

Acessos



Rua de São Pedro de Alcântara, n.º 27 a 37; Travessa da Boa-Hora n.º 1 a 11; Travessa da Água da Flor, n.º 16; Rua Diário de Notícias, n.º 142

Protecção

Incluído na classificação do Bairro Alto (v. IPA.00005019), na Zona de Proteção do Ascensor da Glória (IPA.00003986), na Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres (v. IPA.00006811) e na Zona Especial de Proteção Conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente

Enquadramento



Situado no lado O. da Rua de São Pedro de Alcântara. Integrado na malha do Bairro Alto (v. PT031106150275), inclui-se no conjunto de palácios que caracterizam a Rua de S. Pedro de Alcântara. Isolado, ocupa a totalidade de um quarteirão que é confrontado a E. pela Rua de São Pedro de Alcântara, a S. pela Travessa Água da Flor, a N. pela Travessa da Boa-Hora e a O. pela Rua do Diário de Notícias. Na proximidade, salientam-se o Jardim

Miradouro de São Pedro de Alcântara (v. PT031106150433), o Edifício dos Calafates (v. PT031106150323), a frente dos palácios da Rua de São Pedro Alcântara, nomeadamente os nºs 71-77 (v. PT031106150305), o Palácio Ludvice (v. PT031106150051), Convento de São Pedro de Alcântara (v. PT031106150407) e a Igreja de São Roque (v. PT031106150012).







Descrição Complementar

Utilização Inicial

Residencial: casa nobre

Utilização Actual

Devoluto

Propriedade

Privada: pessoa colectiva

Afectação

Sem afectação

Época Construção

Séc. 17 / 18

Arquitecto / Construtor / Autor

CONSTRUTOR: Manuel da Silva

Cronologia

1438 - Abraão Guedelha, tio de Afonso V, recebe os terrenos como recompensa da aclamação deste Rei nas Cortes de Tomar; 1513 - iniciou-se sob incentivo de D. Manuel a urbanização das terras de Bartolomeu de Andrade, compreendendo a zona das Chagas à ermida de São Roque; conjunto urbano de carácter uniforme pela malha octogonal e regras de construção uniformes apresenta tipologias de habitação diversas. De ocupação e predomínio popular na sua 1ª fase de expansão até à travessa da Queimada; séc. 17 e 18 - vai expandir-se para N. com os novos palácios da aristocracia. O centro de vida urbana de ambiência aristocrata, do adro de São Roque ao sítio das Portas de Santa Catarina, integrava o Palácio Lumiares; do Palácio do séc. 16 de João Altero de Andrade (solar dos Andrades) não são perceptíveis vestígios; séc. 18 - reedificado segundo uma concepção maneirista; 1703 - teve como mestre de Obras Manuel da Silva, mestre da Igreja de Santa Engrácia, com quem D. Leonor Tomásia de Távora elaborou contrato. A ele se devem a estrutura da caixa de escadas com as suas paredes altas e fortes, e o perfil maciço e severo do imóvel; séc. 18, 1ª. metade - o Palácio recebeu obras de beneficiação. O seu interior foi adaptado ao novo gosto Joanino; 1754 - foi hipotecado à Santa Casa da Misericórdia. O Bairro Alto passara de Moda e a família Cunha Meneses então Condes de Lumiares arruinara-se. Possuia lojas, andar nobre, águas furtadas e capela de orago de Nossa Senhora da Glória. 1755 - O terramoto não lhe provocou grandes estragos; 1779 - o Palácio foi subdividido para inquilinato e descaracterizou-se. Surgiu um 3º piso a ocupar parte dos tectos em caixotão dos salões do andar nobre e retiraram-lhe os portões de acesso junto à calçada da Glória; a planta em U foi alterada no séc. 19 ao ser ocupado o pátio das traseiras que o ligava às cozinhas; 1865 - foi destruído parcialmente por um incêndio. Ao ser reconstruido, o 3º piso passou a ser corrido; o carácter urbano do imóvel persistiu apesar das alterações sofridas; 1875 - o palácio é vendido a pessoas estranhas à família; 1893 - deu entrada na Câmara Municipal de Lisboa um projecto de recuperação do imóvel do Arquitecto António José de Almeida Campos que propõe, a nível funcional, a reocupação com as actividades hoje existentes e habitações, mantendo em parte a estrutura; 1930 - o imóvel vem a ser adquirido pelo Dr. Amândio Pinto, que o transforma em imóvel para habitação; 2002 - o imóvel encontrava-se totalmente devoluto e grande parte do seu interior já tinha ruído; 2003 - derrocada da parte posterior do imóvel ficando destruída toda a zona do pátio central, escadaria e corpos laterais; 2007 - projecto de reconstrução do imóvel para hotel, mantendo as fachadas exteriores.

Dados Técnicos

Paredes autoportantes altas e espessas em alvenaria de pedra e tijolo rebocadas; paredes interiores em tabique de madeira com argamassa; cobertura em estrutura de madeira revestida a telha.

Materiais

Cunhais em pedra, alvenarias em pedra e tijolo; arcos abatidos em pedra; vãos exteriores e interiores em madeira; cobertura em telha.

Bibliografia

PINHO LEAL, Augusto, Portugal Antigo e Moderno, Dicionário, vol. VII, Lisboa, 1874; ARAÚJO, Norberto de, Peregrinações de Lisboa, vol. V, Lisboa, 1939.; SEQUEIRA, Gustavo de Matos, Memória Histórica do Bairro Alto, Lisboa, 1948, pág. 49; CASTILHO, Júlio de, Lisboa Antiga, O Bairro Alto, vol. I e II, Lisboa, 1954; CALADO, Maria e MATIAS FERREIRA, Victor, Lisboa freguesia da Encarnação (Bairro Alto), Lisboa, 1992; DIONÍSIO, Santana, Guia de Portugal, vol. I, Lisboa, s.d.; CARITA, Helder, Bairro Alto - Tipologias e Modos Arqitectónicos, Lisboa, 1994; FRANÇA, José - Augusto (coord), A Sétima Colina, Roteiro Histórico Artístico, Lisboa, 1994; www.lisboa-abandonada.net/, 20 Novembro 2002.

Documentação Gráfica

Documentação Fotográfica

IHRU: DGEMN/DSID

Documentação Administrativa

Intervenção Realizada

Observações

*1 - na proximidade surgiu por volta de 1840 uma zona verde ajardinada que se desenvolvia em dois planos.

Autor e Data

Teresa Furtado 1994

Actualização

Cláudia Morgado 2002

Termos e Condições de Utilização dos Conteúdos SIPA

Copyright © 2001-2016 _ Direção-Geral do Património Cultural _ Ministério da Cultura Avisos Legais

Ficha Técnica

Palácio Condes de Palácio Lumiares

Projeto

Reabilitação e Refuncionalização do Palácio dos Condes de Lumiares

Localização

Rua de São Pedro de Alcântara, nº 27-37; Travessa da Boa-Hora, nº 1-11, Travessa de Água-Flor, nº 16, Rua Diário de Notícias, nº 142.

Promotor

Hersal, Investimentos Turístico SA (insolvência)

Quick & Positive, Investimentos Imobiliários, adquiriram o imóvel em 2014.

Autoria e Coordenação Geral

Metro Urbe – projectos e consultoria em arquitectura, Lda.

Arquitetura

Arq. João Pedras

Arq. Hélder Cordeiro

Consultores

Interpretação histórica – Dr. José Sarmento de Matos

Estudos e prospecção arqueológica – ERA, Arqueologia

Datas de obras

Construção primitiva – 1513

Projeto da Hersal – 2008

Projeto MetroUrbe – 2015

Previsão de inauguração – 2016

Observações

Palácio localizado na Zona Especial de Proteção do Bairro Alto, na Zona de Proteção do Ascensor da Glória, na Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres e na Zona Especial de Proteção Conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente.

Conjunto urbano de carácter uniforme, de perfil maciço e severo, ocupa a totalidade do quarteirão.

Reedificado no século XVIII segundo uma concepção maneirista.

Interior de gosto Joanino.

Planta longitudinal com quatro andares.

Cunhais em pedra, alvenarias em pedra e tijolo; arcos abatidos em pedra, vãos exteriores e interiores em madeira.

Escadaria em pedra desdobra-se em dois lances simétricos ao estilo dos palácios barrocos.

ANEXOS

ANEXO B2 – ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS E FUNCIONAIS

PALÁCIO DOS CONDES DE LUMIARES

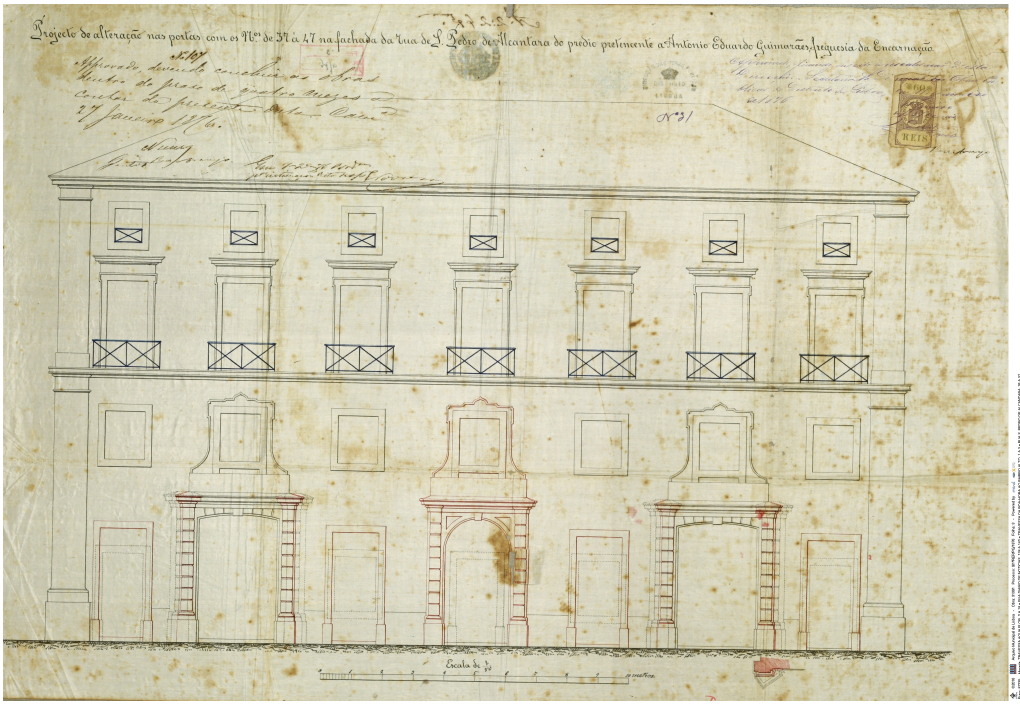
LX

Alterações Estruturais e Funcionais

Consulta realizada nos dias 05.07.2016, 06.07.2016, 07.07.2016 e no dia 08-10-2016, no Arquivo Municipal de Lisboa

O edifício após as alterações que sofreu no século XVIII que o tornaram num prédio de arrendamento foi destruído parcialmente por um incêndio em 1865. Ao ser reconstruído, o 3º piso passou a ser corrido. Apesar da descaracterização física do imóvel, o carácter urbano do mesmo persistiu. No entanto a maioria das alterações e refuncionalizações que sofreu foram decorrentes das ocupações dos seus inquilinos, que passo a enumerar cronologicamente:

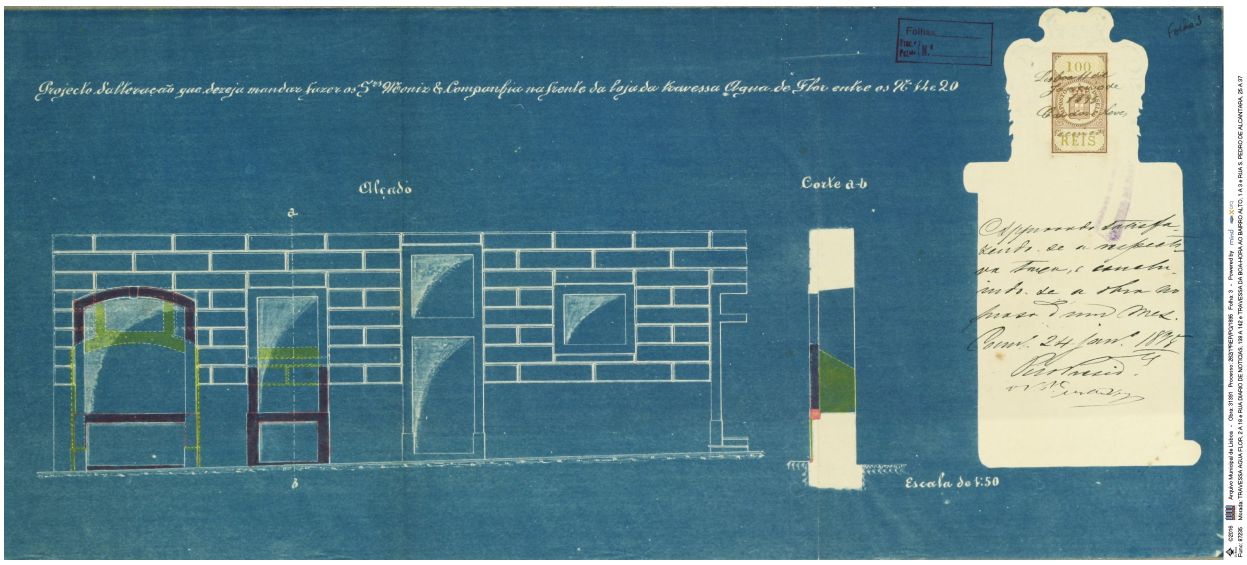
Em 1875, o palácio foi vendido a pessoas estranhas à família. Vindo em 1876 a ser aprovado o projeto de alterações que António Eduardo Guimarães pretendia fazer no andar térreo da frente para a Rua de São Pedro de Alcântara do seu prédio.



Projeto de alterações (1876). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 31391 – Proc.9/76, Folha 3.

Em 1893 deu entrada na Câmara Municipal de Lisboa um projeto de recuperação do imóvel pelo Arquiteto António José de Almeida Campos que propõe, a nível funcional, a reocupação com as actividades existentes e habitações, mantendo em parte a estrutura.

Em 1895 foi requerida a alteração da frente de um estabelecimento na Travessa da Água da Flor: “Moniz & Companhia deseja mandar alterar a porta, e de uma janela fazer uma porta, ficando as duas portas com peitorais dos lados do vão destinadas a montras do seu estabelecimento com frente para a Travessa da Flor entre os nº 14 e 20”. (Obra 31391, volume 1, processo 262/95)

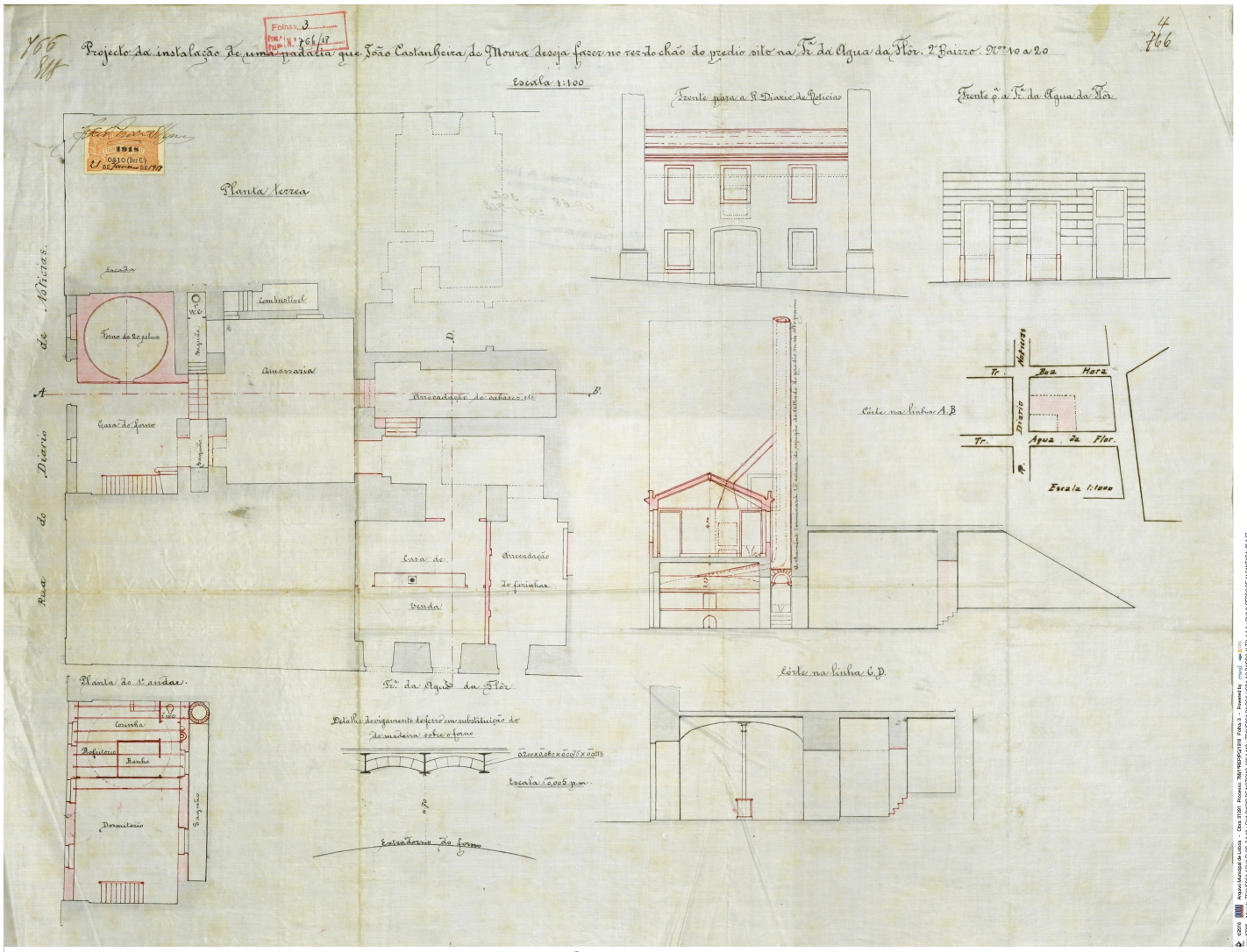


Projeto de alterações (1895). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 31391 – Proc.262/95, Folha 3.

Em 1908, João Guilherme Barboza, pretendeu fazer obras de alterações, tais como indicadas no projeto anexo, no seu estabelecimento situado na Rua de São Pedro de Alcântara nº 47 e Travessa da Boa Hora nº 3.

Em 1913, Joaquim Ferreira de Carvalho, construtor civil, declarou assumir a responsabilidade das obras que o Sr. Diogo Augusto Esteirinho desejou mandar fazer no seu estabelecimento na Rua de São Pedro de Alcântara nº 43 e 45, que previam a instalação de uma vacaria

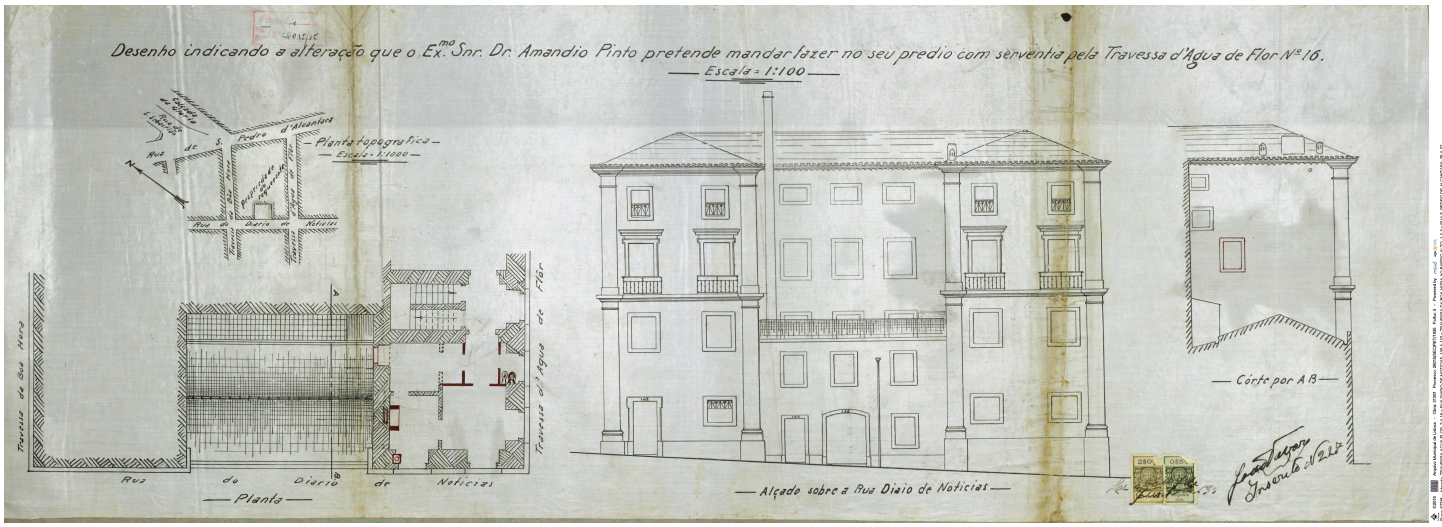
Em 1918, João Castanheira de Moura, morador na Rua de São Pedro de Alcântara nº 41, desejou proceder à instalação de uma padaria e duas dependências no rés-do-chão do prédio.



Projeto de alterações (1918). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 31391 – Proc.766/18, Folha 3.

Em 1927, “cumpre-se informar, que segundo indicações colhidas no local, o telhado do prédio a que se refere esta petição foi reparado não podendo dizer a data certa porque não me fornece elementos para isso. O proprietário nessa data era o Banco de Crédito Predial Português passando a propriedade para a posse do Banco de Portugal.” (Obra 31391, volume 1, processo 10691/335)

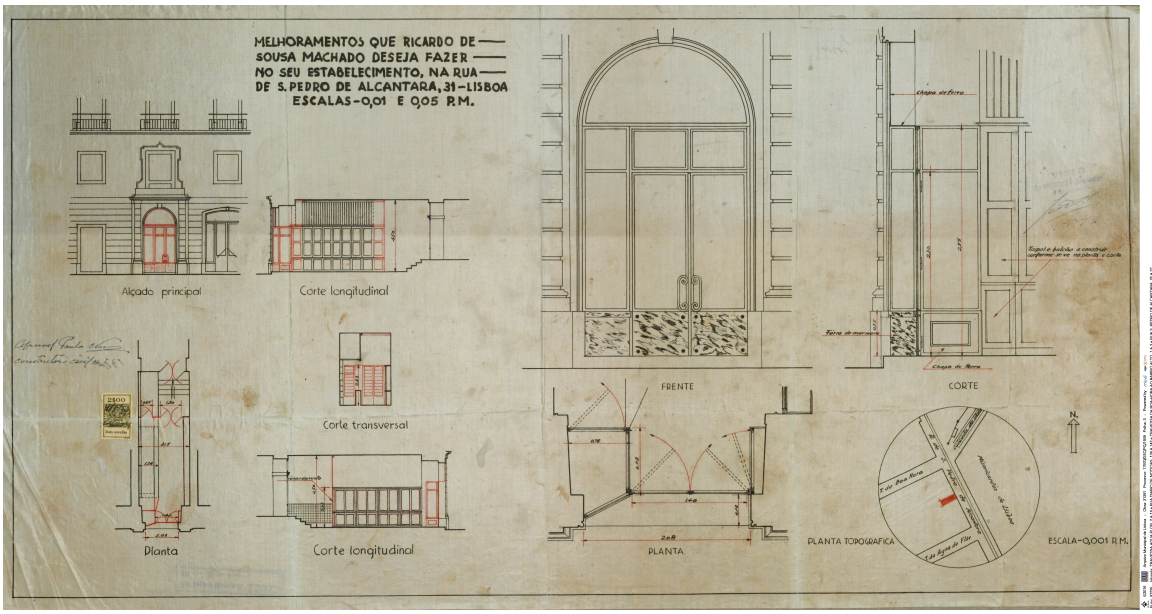
Em 1932, o imóvel que estava sob a posse de Lídia de Seabra Ribeiro, vem a ser adquirido pelo Dr. Amândio Pinto, devido a esta não o conseguir manter nas condições de conservação previstas na lei. O novo proprietário procedeu a obras que visavam transformar o imóvel em habitação, sendo o projeto de alterações aprovado em 1935.



Projeto de alterações (1935). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 31391 – Proc.26015/35, Folha 4.

Em 1934, os novos proprietários do estabelecimento sito na Rua de S. Pedro de Alcântara n.º 33 foram intimados para reporem no seu estado primitivo o imóvel que obtiveram por trespasse, tal implicava retirar uma porta ondulada existente que foi colocada sem a devida licença camarária, e "que prejudica grandemente o conjunto arquitetónico do edifício." (Obra 31391, volume 1, processo 13934/34)

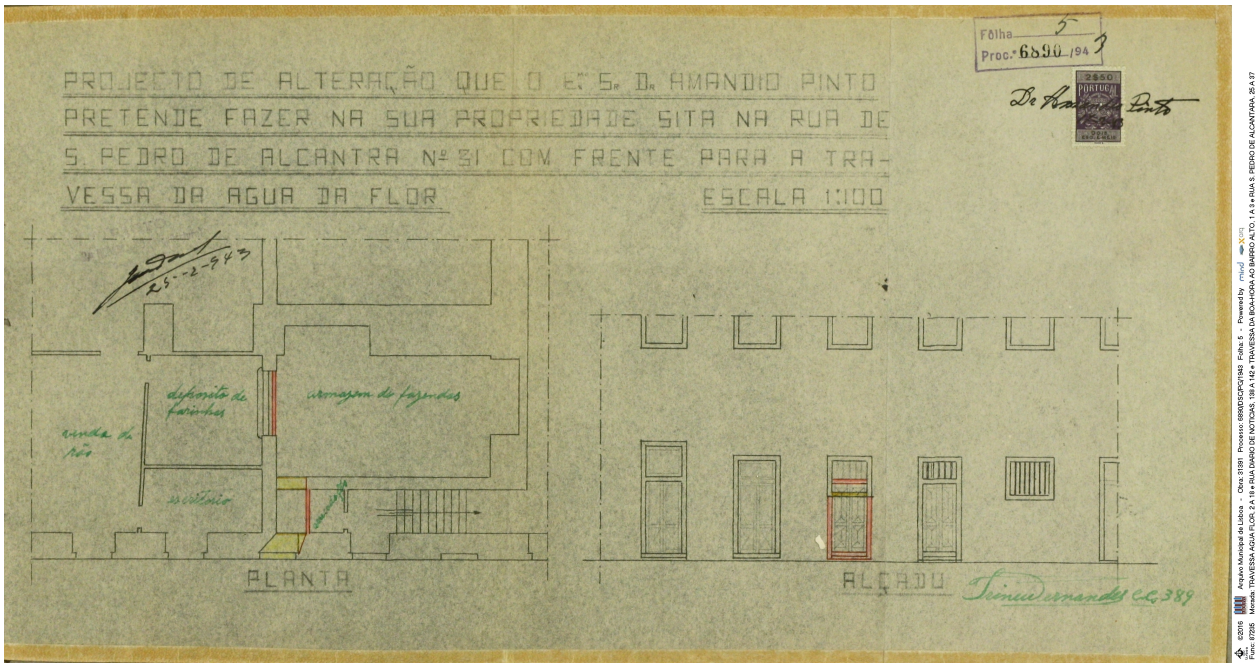
Em 1939, o "Dr. Amândio da Silva Pinto autoriza o seu inquilino Ricardo de Sousa Machado, com estabelecimento de ferragens no mesmo prédio nº31, a proceder às obras necessárias a executar no seu estabelecimento, com a condição de as mesmas serem d'harmonia com o projeto junto." Contudo, a Câmara Municipal de Lisboa, na pessoa da 2ª Repartição (Arquitetura) "emite parecer desfavorável, por a porta que se pretende modificar perder a características que convém manter, em virtude de se tratar da entrada principal do prédio". (Obra 31391, volume 1, processo 17970)



Projeto de alterações (1939). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 31391 – Proc.17970/39, Folha. 3

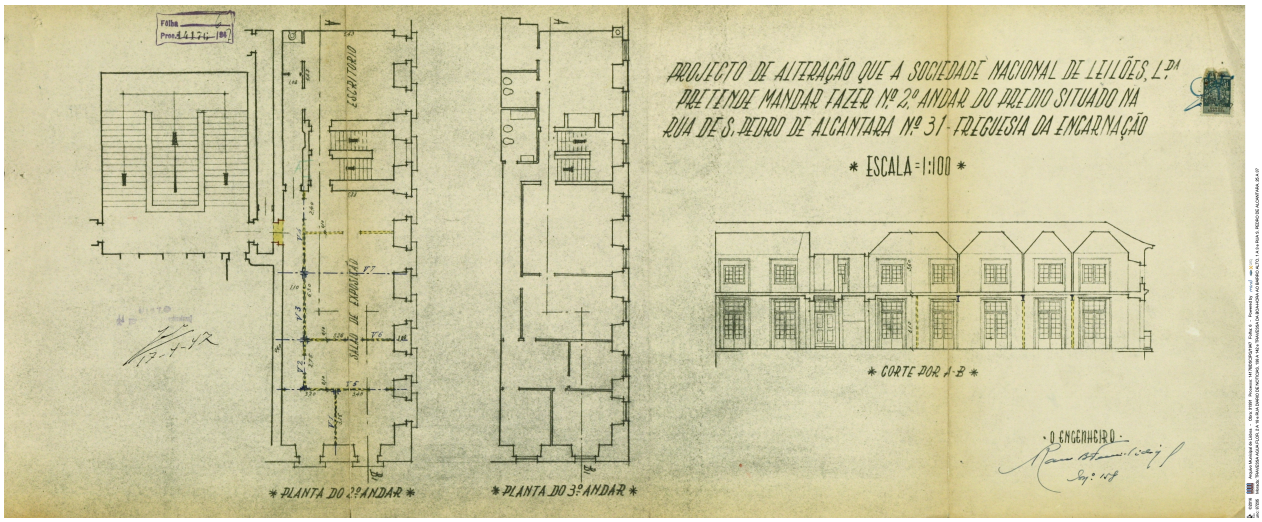
Em 1940, Amândio da Silva Pinto, requer uma licença para realização de obras de beneficiação geral do seu prédio, nomeadamente, no exterior pretendeu reparar o telhado, caiar a amarelo claro as fachadas e aros e grades a azul, cimalha e caixilhos em branco e, portas da rua em castanho escuro; no interior, pretende reparar os soalhos e proceder à caiação das paredes e tectos (Obra 31391, volume 1, processo 40855).

Já em 1943, voltou a solicitar uma licença para a "transformação de uma janela em porta, fazer uma divisão a ½ vez de tijolo no vão da escada e abrir um vão na parede para dar a passagem para o armazém, fechar um vão de comunicação a ½ vez de tijolo." Cuja solicitação foi deferida pela C.M.L. (Obra 31391, volume 1, processo 6890/943, folha 2). Em 1946, o morador na Rua Diário de Noticias nº 142, freguesia da encarnação, procede a obras interiores do seu andar: limpezas, caiações e pinturas em tectos, paredes e portas, e soalhos.



Projeto de alterações (1943). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 31391 – Proc.6890/43, Folha 5.

Em 1947, a Sociedade Nacional de Leilões, Lda., pretendeu mandar executar no 2º andar do prédio arranjos interiores e a abertura de um vão de porta para ligação com a escada principal do prédio e na demolição de tabiques para se formar um amplo salão de exposições (Obra 31391, volume 2, processo 14176/47, folha 3).



Projeto de alterações (1847). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 31391 – Proc.14176/47, Folha 6.

Em 1951, de acordo com a Memória Descritiva procedeu à demolição de uma parede no Bar-Dancing "Gingão", que ocupava o r/c do prédio. No mesmo ano, é apresentado um projeto de obras de embelezamento, arejamento e higiene a realizar no seu estabelecimento, por imposição da Delegação de Saúde do Distrito de Lisboa. António Júlio de Magalhães e Castro, em 1958 veio a realizar no seu estabelecimento de café-bar, resumindo-se à ampliação das instalações sanitárias e à abertura de um vão de ligação com a sala de mesas.

Em 1959, A. Regojo Rodriguez Lda., com estabelecimento de malhas e panos, submeteu à apreciação da Câmara o projeto de alterações que pretendia levar a cabo no seu estabelecimento. "Estas obras consistem, fundamentalmente, no alargamento das montras exteriores, em rebaixar o pavimento do salão de vendas e dar ao estabelecimento um aspeto atraente e agradável. O arranjo os alçados exteriores procurou-se enquadrá-lo na traça primitiva do edifício com manutenção das cantarias e a sua limpeza" (Obra 31391, volume 2, processo 19238/959, folha 2).

Antunes & Ribeiro, Lda., com sede e estabelecimento de leitaria e pastelaria, procedeu a obras ilegais no seu estabelecimento, nomeadamente: "demolir a parede mestra do lado direito, até à altura de dois metros, abrir um vão para uma porta, junto da casa de banho e construir um sótão, por cima da loja" (Obra 31391, volume 3, processo 2357/I/60, folha 2). Posteriormente, foi submetido projeto de legalização das obras supra citadas.

Em 1962 a firma A. Regojo Rodriguez, Lda, pretendeu "demolir divisórias do 1º andar direito do prédio 31 da Rua de S. Pedro de Alcântara, por forma a tornar o andar mais amplo e adequado à sua função de armazém da firma, (…) A retrete, dada a sua exagerada superfície, seria reduzida em comprimento com a construção de uma ligeira divisória de metal despendido e cimento. A nova antecâmara seria destinada a vestiário. A chaminé da antiga cozinha seria adaptada a armário, com o emparedamento da respetiva fuga, e este compartimento seria destinado a arrecadação. Em todo o andar seriam executadas obras de reparação geral em paredes, tectos e pavimentos" (Obra 31391, volume 3, processo 24550/962, folha 2).

Em 1965, Amândio da Silva Pinto, procedeu à reparação e reposição de vários balaústres de ferro que se encontravam em falta nas sacadas das janelas da sua propriedade.

Em 1967 a firma A. Regojo Rodriguez, Lda., realizou novas obras de alterações ao seu estabelecimento, respetivamente: "deslocar a escada de acesso ao 1º andar, (…) deslocar igualmente, mas para o eixo da cobertura o lanternim previsto; criar um rasgo no pavimento do 1º andar, de modo a permitir a passagem de iluminação, vinda do lanternim; modificação dos w.c. de modo a criar 2 gabinetes" (Obra 31391, volume 3, processo 23692/967, folha 2).

Em 1979, o edifício já se encontrava em condições de degradação verificando-se: “que as fachadas principal, laterais e tardoz, encontram-se parcialmente descalabradas e em alguns pontos o reboco ameaça cair para a via pública. Parte da fachada tardoz que é recuada, já caiu algum reboco para cima do telhados do 1º andar, que é constituído por chapas de lusalite. As cantarias das janelas das diversas fachadas, apresentam-se parcialmente fendidas. É proprietário a Associação das Aldeias de Crianças SOS” (Obra 31391, volume 3, processo 1646/I/79, folha 1).

> A Comissão em exercicio visitou o local, tendo constatado que se trata de um prédio muito antigo, com grande área de implantação composto por rés-do-chão em lojas e três andares, necessitando de beneficiações exteriores: a) o alçado da frente para a Rua de S. Pedro de Alcântara encontra-se enegrecido, com tintas empoladas e algumas fendas junto à cimalha; b) o alçado lateral esquerdo para a Travessa da Água-da-Flor tem rebocos desagregados a vários níveis, estando os madeiramentos das janelas em apodrecimento; c) o alçado tardoz para a Rua do Diário de Noticias encontra-se enegrecido com rebocos desagregados a vários níveis, estando os madeiramentos das janelas igualmente em apodrecimento. d) no alçado lateral direito para a Travessa da Boa-Hora podem ver-se rebocos desagregados a vários níveis, tintas empoladas e fendilhações diversas, nomeadamente junto à cimalha, estando os madeiramentos das janelas em apodrecimento” (Obra 31391, volume 3, processo 1646/I/79, folha 3).

Em 1992 a Casa Agrícola do Carvalhal do Souto Limitada e Manuel Rosa Gomes, apresentam na qualidade de proprietários, um pedido de informação prévia para o seu prédio, procedendo posteriormente à submissão de um projeto de alterações do mesmo (Obra 31391, volume 4, processo 4/OB/RU/94, folha 115-141). Apesar do projeto ter sido aprovado em 1994, só passaram à sua execução após negociação com os inquilinos.

Devido aos proprietários não terem condições de proceder a obras de conservação em 1999 o imóvel encontrava-se totalmente devoluto e grande parte do seu interior já tinha ruído, tendo em 2003 havido uma derrocada da parte posterior do imóvel ficando destruída toda a zona do pátio central, escadaria e corpos laterais.

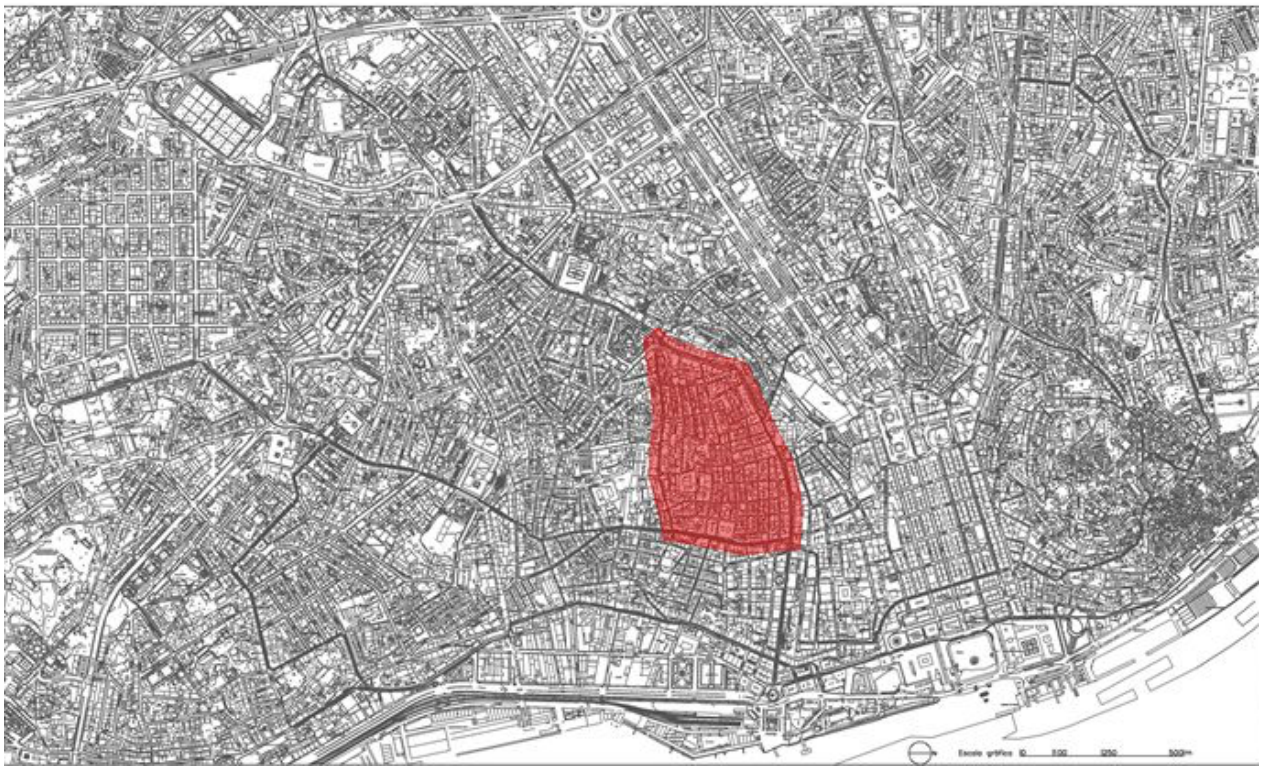
Após esta data o edifício ficou ao abandono e sem quaisquer obras de beneficiação ou manutenção do estado geral do mesmo, só mais tarde, foi comprado pela Hersal, Investimentos Turístico SA, que submeteu à CML um projeto de reabilitação do edifício que, devido à insolvência da empresa se iniciou mas não teve seguimento. Neste âmbito o projeto de licenciamento de alteração funcional para hotel foi retomado pelo atual promotor, Quick&Positive – Investimentos Imobiliários, Lda, em 2015.

ANEXOS

ANEXO B3 – PLANTAS E DESENHOS

PALÁCIO DOS CONDES DOS LUMIARES

LXX



Planta da área urbana do Bairro Alto / Vila Nova de Andrade © DGPC

ANEXOS

ANEXO B4 – MEMÓRIAS DESCRITIVAS

PALÁCIO DOS CONDES DOS LUMIARES

HERSAL, INVESTIMENTOS TURÍSTICO SA (INSOLVÊNCIA)

PALÁCIO DOS CONDES DOS LUMIARES

1. INTRODUÇÃO

A presente Memória Descritiva e Justificativa rege-se pelo disposto no n.º 4 do art.º 9º de Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e pela Portaria n.º 1110/2001, e diz respeito ao **Licenciamento de um Hotel de 5 Estrelas**, localizado na Rua S. Pedro de Alcântara n.º 25 a 37, Travessa da Boa-Hora, n.º 1 a 13, Rua do Diário de Notícias, n.º 138 a 142 e Travessa da Água da Flor, n.º 2 a 18, Freguesia da Encarnação, em Lisboa.

Na sequência da análise e estudo de todo o moroso processo que tem envolvido a aprovação do projecto de recuperação do Palácio dos Lumiares, um edifício de inegável importância para o conjunto urbanístico onde se insere, o Bairro Alto, e mesmo para a cidade de Lisboa, vem o novo proprietário apresentar uma proposta que se pensa vir responder de uma forma coerente e realista a todas as premissas até aqui preconizadas.

O edifício está localizado na Área História Central, segundo a Planta de Ordenamento do P.D.M. de Lisboa.

Em termos processuais, este projecto de arquitectura tem como mais recente antecedente o Processo nº 1612/EDI/2005, o qual foi alvo de indeferimento pela Câmara Municipal de Lisboa, mas em cujo âmbito foram pedidos pareceres à EPAL e à CCDR-VL. Estes pareceres, que se juntam como **Anexo I**, tiveram deferimento condicionado, e adequam-se a esta proposta, pelo que se pede sejam tidos em conta para a sua apreciação.

Para uma ainda maior responsabilização no trabalho que se apresenta, recorreu-se à colaboração da ERA Arqueologia, gabinete altamente credenciado em conservação e gestão de património arqueológico, e que já tinha anteriormente procedido a escavações e sondagens no local, para que, com base nas informações recolhidas, elaborasse um Plano de Trabalhos Arqueológicos. Este plano, que ora se junta como **Anexo I**, foi aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia em 22 de Setembro de 2006 e enumera uma série de procedimentos, nomeadamente a nível de sondagens, a serem realizados logo que a situação estrutural do edifício o permita, e antes de se proceder à escavação para a execução das caves.

Foi também determinante, no desenvolvimento deste projecto, a participação do Olisipólogo Sr. Dr. José Sarmento de Matos, cujo relatório se apresenta como **Anexo II**, uma vez que se conseguiu apurar com verdadeiro rigor todos os antecedentes histórico/arquitectónicos do edifício em estudo, de modo a que ficasse assegurado que todos os elementos construtivos e formais, de relevância patrimonial, ficassem salvaguardados.

Por tudo isto, o Projecto de Arquitectura, que se apresenta, foi concebido tendo sempre presente o rigor histórico da intervenção, mas deixando em aberto que, com o decorrer da obra, e sempre com o acompanhamento das entidades intervenientes neste processo, este poderá, eventualmente, sofrer

(com aditamento)

alguns acertos, uma vez que , dado o avançado estado de degradação em que se encontra o edifício não é neste momento possível ter acesso a todos os compartimentos interiores. Havendo também a ter em conta, que foram feitas bastantes intervenções pelos diversos ocupantes ao longo dos anos, e quando se começar a "desmanchar" o edifício poderemos ter a descoberto elementos arquitectónicos que seja relevante preservar.

É importante recordar que já está aprovado pelo IPPAR e pela Câmara Municipal de Lisboa, um Projecto de Contenção de Fachada e de Demolição, Processo nº 359/EDI/2007, a que corresponde o Alvará de Obras nº 253/EO/2007, cujos trabalhos, respeitantes à 1ª e 2ª fases, já foram iniciados.

(com aditamento)

2.2. Descrição e Enquadramento do Projecto

Esta reabilitação destina-se à adaptação do edifício denominado Palácio dos Lumiares, situado num dos bairros mais emblemáticos da cidade de Lisboa, o Bairro Alto, a um Empreendimento Hoteleiro de 5 Estrelas.

Por questões de funcionalidade, uma vez que a Rua de S. Pedro de Alcântara para onde dá a fachada principal, é uma artéria com passeios muito estreitos, e com um movimento rodoviário que impediria o eficaz funcionamento de tomada e largada de passageiros, optou-se por fazer a entrada do Hotel a partir da Rua do Diário de Notícias. Com esta inversão de hierarquias repôs-se a primitiva orientação do edifício recriando a sua configuração original, cuja entrada, segundo foi apurado pelo levantamento histórico realizado, era feita a partir de um pátio tal como agora se propõe.

Este pátio será contido a Norte e a Sul pelas fachadas originais do edifício, sendo apenas criada uma pequena porta de serviço na fachada Sul, e na fachada Norte será feito o acesso ao estacionamento em cave, cuja localização, já inclusivamente aprovada pelo Departamento de Tráfego da Câmara Municipal de Lisboa, nos pareceu a que menos interferia na harmonia do conjunto edificado.

A nascente, o pátio é "rematado" por uma fachada em vidro, paralela ao arruamento, a qual permite uma continuidade visual do exterior para o interior do edifício, e constitui um elemento neutro de ligação entre a construção existente e a nova intervenção.

O facto de a entrada do Hotel ser feita pela Rua do Diário de Notícias, veio permitir que o acesso ao Restaurante também possa ser feito directamente pela Rua S. Pedro de Alcântara, aproveitando uma área bastante nobre do edifício e permitindo a sua utilização não só pelos hóspedes, mas pelo público em geral.

Procurou-se manter a planta original do edifício, em forma de U, desenvolvendo-se em torno da sua escadaria monumental, a qual será, aquilo que dela resta, cuidadosamente desmontada e reposta no lugar exacto em que se encontra. Esta escada, que pode ser datada do reinado de D. João V, está em grande parte destruída (**Foto 1**), pensa-se que os elementos em falta estarão todos no local da derrocada, de qualquer modo, em substituição daqueles que não for possível recuperar, serão feitos novos, idênticos aos originais.



FOTO 1

(com aditamento)

Ainda em relação à reconstituição da escadaria, têm surgido dúvidas em relação a dois aspectos construtivos, para os quais se procurou esclarecimento junto do Sr. Dr. José Sarmento de Matos e que se já foram assumidos na elaboração do projecto.

O primeiro visava apurar se as guarnições dos vãos que correspondem aos actuais Piso 3 e Mansarda, presentemente em madeira, teriam sido originalmente em pedra; não há elementos históricos nem registos que possam confirmar nenhuma das situações, de qualquer modo, dada a qualidade e a monumentalidade das restantes cantarias, optou-se por, ao reconstruir os vãos, colocar as guarnições em pedra, de modo a enquadrar-se melhor com o conjunto.

O segundo ponto em dúvida prende-se com a existência, ou não, de uma clarabóia na cobertura da escada. Tudo indica que nunca existiu clarabóia na escada, a iluminação desta era feita a partir dos vãos acima referidos, os quais davam, antes da construção do 3º piso, em meados do século XVIII, para o exterior, pelo que, no projecto que se apresenta, se procura manter o telhado com a sua traça original.

A iluminação da escada passa a ser feita através da luz natural vinda da fachada em vidro que dá para a Rua do Diário de Notícias, atravessando o vazio sobre o Lobby e a parede poente da escada que será também transparente. Há ainda a intenção, para uma melhor fruição do monumentalismo desta escada joanina, por quem passa na rua, de realizar um estudo luminotécnico, que anule os eventuais reflexos que as duas fachadas de vidro possam, eventualmente, ocasionar.

Como foi acima referido, o edifício manterá a sua forma original, todas as fachadas serão restauradas na sua globalidade, apenas o encerramento dos vãos, ao nível do piso térreo, será feito recorrendo a caixilharias de ferro pintado e vidro temperado, de modo a que exista uma constante ligação visual entre as zonas comuns do hotel, Restaurante, Sala de Estar e Bar, e a vivência urbano do Bairro onde se insere.

Os materiais que se propõe adoptar para todos os componentes das fachadas mantém-se inalterados em relação aos originais (ver ponto 2.4.), e estão devidamente assinalados nos desenhos do Projecto de Arquitectura, sendo as escolhas das cores e tonalidades alvo de um posterior Estudo Cromático a apresentar.

No interior do edifício, a solução estrutural a preconizar, vai permitir que os pavimentos a construir sejam apoiados na estrutura que vai servir de suporte à reconstrução de escada e no muro de betão que irá fazer a contenção da fachada. Isto irá permitir uma maior liberdade na adequação dos espaços aos seus usos e a recolocação dos elementos arquitectónicos, a preservar, no local onde se encontram.

Este projecto prevê, ao nível do Piso 0, tal como se pode ver no Desenho nº 4A, a integração no espaço, do que será o futuro Restaurante do

(com aditamento)

Hotel, dos arcos e respectivos apoios, perpendiculares à Rua de S. Pedro de Alcântara (**Foto 2**).

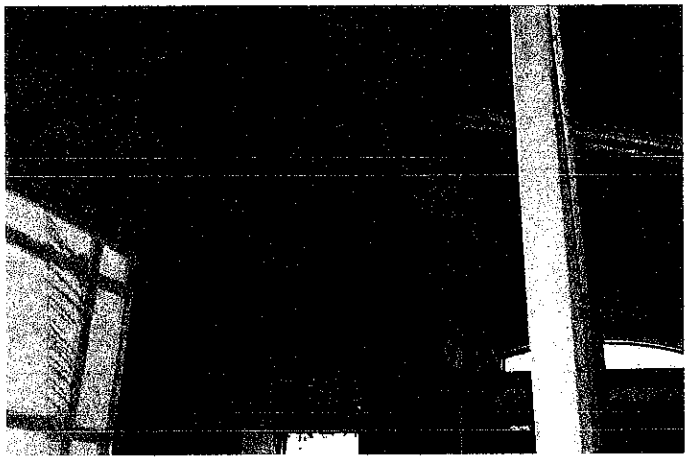


FOTO 2

Mantêm-se ainda adoçados a esse conjunto, dois arcos que pertencem à estrutura primitiva do palácio (**Foto 3**), os quais ficarão no que será a futura Sala de Estar do Hotel.

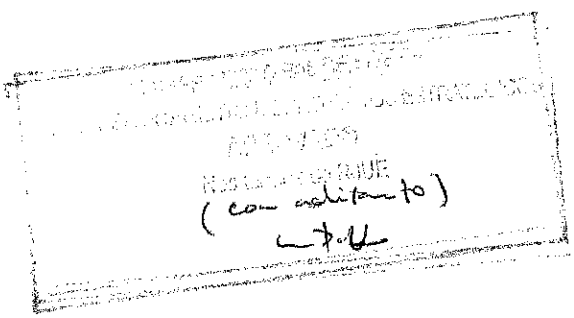


FOTO 3



O acesso à escadaria pelo lado Nascente, piso Térreo, será integralmente reconstruído na sua traça original, com os seus arcos e cantarias; propõe-se ainda a reconstituição de um arco que se pensa estar escondido sobre o tecto falso de uma das lojas (**Foto 4**).

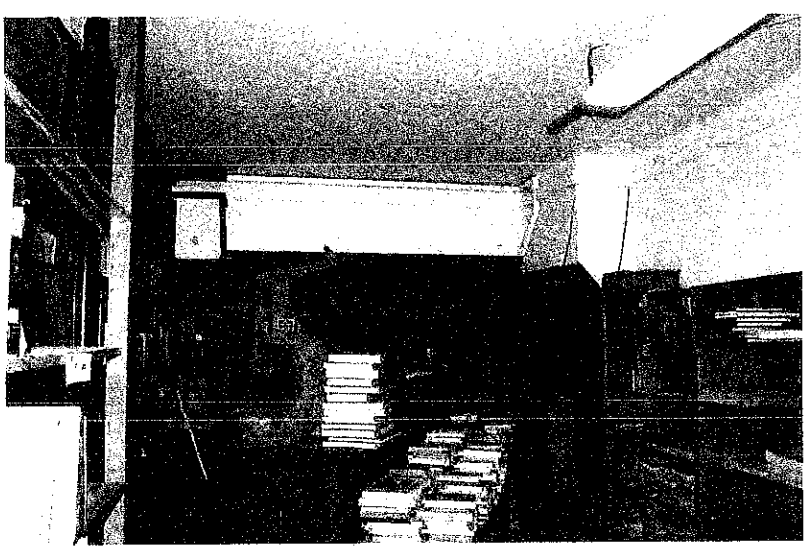


FOTO 4

A entrada do Bar, pelo interior do Hotel, será feita pelo pórtico que marcava a entrada no edifício pela Travessa da Boa-Hora, o qual será reposto na sua posição original, bem como os dois vãos adjacentes (**Foto 5**).

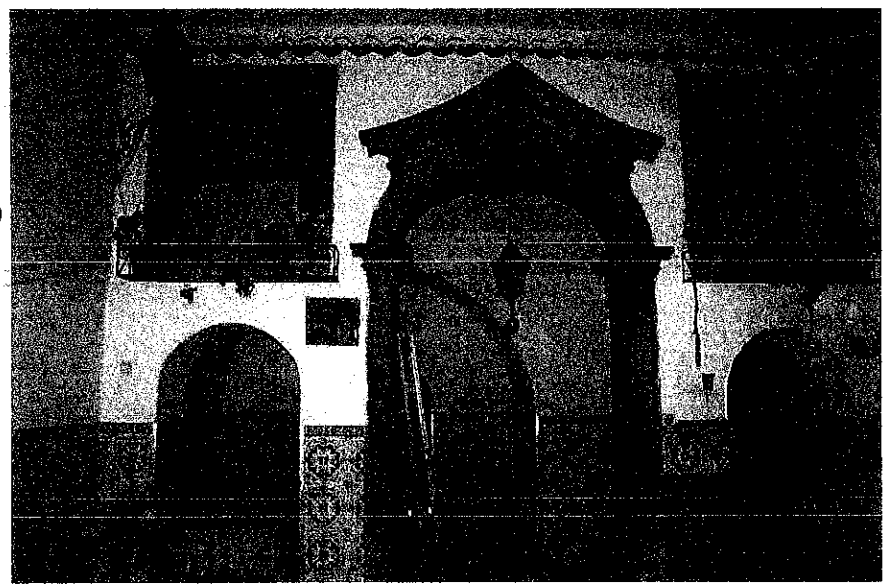


FOTO 5

Os pisos 1, 2 e 3 serão totalmente renovados, para serem ocupados por quartos, mantendo-se a premissa que todos os elementos arquitectónicos ou decorativos que venham a ser encontrados, sejam eles portas, portadas ou cantarias, serão integrados no projecto.

As cotas de pavimento do Piso 1 e 2 mantêm-se, apenas houve necessidade de ajustar a do Piso 3, piso este que também já foi construído como ampliação do edifício original. Este acerto de cotas altimétricas é decorrente do facto de o peito das janelas ficar muito próximo do pavimento, cerca de 0.40 m, e inviabilizar também o aproveitamento do piso da Mansarda.

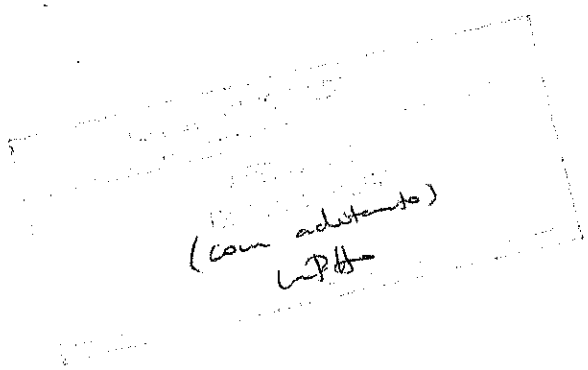
É exactamente no referido aproveitamento da Mansarda, que este Projecto apresenta a necessidade de alguns ajustamentos do edifício inicial, nomeadamente a nível das coberturas, sendo, no entanto, determinante nesta opção o facto de toda a cobertura ter de ser feita de novo.

Mantiveram-se os jogos de telhados em toda a envolvente do edifício, sem mesmo alterar o desenho e o alinhamento dos beirados, apenas se elevou um pouco a cota de todas as linhas de cumeeira, para permitir o aproveitamento da área da mansarda, mas mantendo-se, contudo, a sua proporcionalidade.

Na área contígua ao volume que encerra a escada, levantou-se a cota do beirado das águas interiores do telhado, de modo a permitir a implementação do corredor de acesso aos quartos. Esta alteração estará sempre resguardado do campo visual do exterior do conjunto edificado.

Os vãos dos quartos da mansarda, serão feitos através de trapeiras, a localizar no telhado, utilizando a mesma métrica dos vãos dos pisos inferiores. Estas trapeiras serão construídas de acordo com a imagem utilizada na época de construção do edifício, nomeadamente a nível da espessura das paredes exteriores, mas utilizando materiais que permitam uma boa adequabilidade às exigências de utilização dos nossos dias.

Foi exactamente a privilegiada localização urbana deste edifício, que levou à equacionabilidade de criar um espaço exterior de fruição desta envolvência; uma vez que, na fachada de vidro que se propõe criar uma fronteira à Rua do Diário de Notícias, consequentemente, houve uma ruptura conceptual com o resto do edifício, aproveitou-se, então, a laje que servirá de cobertura ao vazio que corresponde ao Lobby, para criar uma Zona de Estar Exterior, a qual poderá vir a constituir uma peça chave na vivência do Hotel.



75
1722/EDI/14

HERSAL
INVESTIMENTOS TURÍSTICOS ,SA

PALÁCIO DOS LUMIARES
PROJECTO DE ARQUITECTURA

ANEXO III

PARECER HISTÓRICO E PATRIMONIAL

76
1722/EDF/14

Palácio Lumiares

(Bairro Alto) –

Estudo Histórico e Patrimonial

I – Antecedentes

O actual edifício que se ergue no Bairro Alto, ocupando todo um quarteirão, delimitado pelas ruas de S. Pedro de Alcântara e do Diário de Notícias e as travessas da Água da Flor e da Boa-Hora, é um dos mais antigos conjuntos edificados desta área de Lisboa.

Segundo Júlio de Castilho nos informa no seu "Bairro Alto" (vol. I da 3ª edição, dirigida, revista e anotada por G. Matos Sequeira), seria neste preciso lugar que se situavam as casas da quinta da família Andrade, por cuja iniciativa se aforaram todos os terrenos da chamada "Vila Nova do Andrade", complexo processo urbano que se terá iniciado cerca de 1513, por iniciativa de Bartolomeu de Andrade, senhor do domínio útil da propriedade. Ocupava então toda a encosta, a Norte e Sul da calçada do Combro, correspondendo o hoje chamado Bairro Alto somente à parte Norte, entre o Combro e o antigo sítio dos Moinhos de Vento, agora Rua D. Pedro V.

Pouco ou nada se sabe da mansão primitiva da família Andrade, habitada, segundo o mesmo autor, por Nicolau de Altero de Andrade, filho do referido Bartolomeu, na segunda metade do século XVI. Este foi pai, entre outros, de Brites de Andrade que casaria com Miguel Leitão de Andrade, seu primo, por este casamento senhor de seis ruas na parte poente do novo bairro, para lá da Rua da Rosa das Partilhas, a via central que corria ao longo de toda a urbanização e servia de referência para a delimitação dos vários lotes, por isso chamada "das partilhas". Segundo anota Matos Sequeira na referida obra, por lá existiria nalgum cunhal uma eventual rosa (dos ventos?) a partir da qual se tinham dividido os terrenos entre, primeiro, os filhos de Bartolomeu, e, depois, entre os sucessivos descendentes, como era o caso da neta, a referida Brites, senhora de um ~~bom lote de seis ruas.~~

Seria naturalmente uma casa de quinta, sem grandes aparatos palacianos, dispondo certamente de um pátio, em torno do qual se dispunham as diversas dependências funcionais. Nada mais se conhece sobre a propriedade que, naturalmente, se foi adaptando à sua nova funcionalidade, não já como cabeça de uma exploração agrícola, mas sim como edifício urbano, encaixado entre quatro vias públicas da nova urbanização. Até finais do século XVII pouco mais se sabe da história do local, aparecendo nesta data como propriedade da família Cunha e Meneses, mais propriamente do menor Manuel Inácio da Cunha e Meneses, morgado de Paio Pires e das Cachoeiras, alcaide-mor de Tavira, então sob a tutoria de sua mãe, D. Leonor Tomásia de Távora, viúva de Tristão António da Cunha, descendente do célebre homónimo, embaixador de D. Manuel ao Papa.

Como é que a casa dos Andrade veio a cair na posse destes Cunha é matéria que não topou o fundador da Olisipografia, levantando a hipótese de a mesmo estar integrada num dos morgados, herdado dos Andrade da Anunciada, que nada teriam a ver com os homónimos do Bairro Alto. Fosse como fosse, e o mais certo seria uma compra, o facto é que em 1708 a referida D. Leonor Tomásia de Távora iniciou o processo de reconversão das "casas nobres sitas ao relógio de São Roque", propriedade de seu filho, que já então não era menor, tendo nascido em 1682, é já mesmo casado desde 1706 com D. Teresa Josefa de Meneses, tendo participado como coronel do regimento da Praça de Almeida na Guerra da Sucessão de Espanha, como informa D. António Caetano de Sousa, na "História Genealógica da Casa Real".

Para tal, por escritura do mesmo ano, contraiu D. Leonor um empréstimo "e, logo depois, representada por seu procurador e capelão o padre José da Silva Nogueira, celebrou contrato com o mestre pedreiro Manuel da Silva, obrigando-se este a determinadas condições, e a tutora a entregar-lhe anualmente 600$000 reis até final do pagamento."

Infelizmente Castilho não nos informa onde se encontra esse contrato, capaz de conter alguma outra informação, mormente o nome do responsável pela direcção das obras, pois dado o que nos é dado ainda hoje observar as mesmas não se poderiam limitar à ciência de um simples mestre pedreiro. Ou, então, o que se poderá alvitrar é que o palácio já estaria erguido no fundamental, tratando-se tão-só de terminar um projecto já anterior. Simples conjectura.

II – O palácio dos Cunha e Meneses

É portanto nesse processo de euforia aristocrática, que levou por então à construção da maioria dos grandes palácios de corte, dominados ainda pelo gosto chão que, ao longo do século XVII, se tornara a imagem de marca do grupo dominante na sociedade portuguesa pós Restauração. As linhas dominantes deste gosto chão caracterizam-se por uma manifesta sobriedade, a marcação muito nítida de uma hierarquia na arrumação dos pisos, com a exaltação do andar nobre, de sacadas e aberturas com frontão liso, erguido sobre um piso de "mezanino", ou sobreloja, destinado a serviços. No piso térreo arrumavam-se as cocheiras e, por vezes, nos casos inseridos na malha urbana, algumas lojas que, alugadas, sempre amenizavam as despesas da casa.

Este palácio do Bairro Alto apresenta, no entanto, uma característica menos habitual. A sua fachada principal abria sobre a rua hoje do Diário de Notícias, onde um portão dava acesso a um pátio muito fundo, a partir do qual a mansão se organizava. Esta solução era mais habitual em palácios não integrados na malha urbana, como é ainda hoje evidente no antigo palácio da quinta do Campo Pequeno, dos Marqueses de Távora (hoje Galveias), construção um pouco anterior. Seria o pátio, directamente ligado à rua, uma reminiscência da construção anterior dos Andrade, uma verdadeira casa de quinta, ou teria D. Leonor copiado no Bairro Alto o padrão do palácio familiar, já que ela era filha do 1° Marquês de Távora, construtor do palácio do Campo Pequeno?

Nada se sabe, mas a pergunta fica no ar e, sobretudo, faz-nos olhar com mais cuidado para a planta do edifício, na qual pelo menos uma das paredes-mestras sobre o pátio se exalta pela sua invulgar espessura, que poderá indiciar maior antiguidade.

Outro pormenor levanta alguma perplexidade. No edifício primitivo haveria provavelmente uma escada exterior lançada no fundo do pátio, solução estranha num edifício urbano, onde habitualmente a escadaria interior era o centro a partir do qual a estrutura palaciana se organizava. Outro pormenor, ainda, será de ter em consideração: a ausência de um portal nobre, dando acesso ao pátio. Se ele tivesse sido efectivamente erguido, de acordo com o projecto original, seria pouco natural que fosse

eliminado em obras posteriores, ficando o actual muro inestético que separa o que resta do pátio da rua hoje do Diário de Notícias. Será que as obras iniciadas por D. Leonor Tomásia não foram terminadas ou, mais provável, que no seu decurso o projecto original tivesse sido radicalmente alterado?

Esta hipótese parece a mais provável dada a actual configuração do edifício. Em data desconhecida, a orientação do edifício foi alterada, abrindo-se dois portais sobre a rua de S. Pedro de Alcântara, que davam acesso a um amplo vestíbulo para circulação das viaturas, onde a meio se abria o primeiro tramo da nova escadaria. Esta ocupava uma parte significativa do antigo pátio, reduzindo este a um pequeno logradouro, e tornando por isso desnecessário a construção do portal do pátio, agora mero acessório sem função nobre.

A solução de dois portais, para acesso ao vestíbulo coberto para circulação de viaturas, é bastante comum na arquitectura palaciana de Lisboa, datando o seu aparecimento, segundo julgo, ainda dos finais do século XVII, sendo exemplos bem conhecidos o palácio dos condes de Alvor, às Janelas Verdes (hoje MNAA) e o palácio da Bemposta, da Rainha D. Catarina, ambos da autoria provável de João Antunes,

A datação desta remodelação do projecto original, que alterou profundamente a estrutura do edifício, deverá colocar-se entre a década de trinta e cinquenta, uma vez que os elementos decorativos dos portais e janelas sobre a escadaria apontam já para uma directa influência dos protótipos do barroco romano que D. João V transformara em estilo oficial. Portanto seriam obra realizada pelo referido Manuel Inácio da Cunha e Meneses ou, mais provavelmente, por seu filho herdeiro, José Félix da Cunha e Meneses.

Parece de afastar a hipótese de essas obras serem posteriores ao terramoto, uma vez que os "Livros da Décima da Cidade", começados em 1762, nos retratam o palácio já dividido em múltiplas habitações, com entradas autónomas pelas diversas ruas, tendo sofrido pouco na consequência do sismo. O mesmo José Félix encontra-se a habitar uma parte do palácio no ano de 1777, aliás a parte do andar nobre que dava sobre S. Pedro de Alcântara. Foi de facto o último proprietário do palácio que nele residiu, ainda que por um curto período, uma vez que seu filho herdeiro, outro Manuel Inácio da Cunha e Meneses, casaria com a 3ª Condessa de Lumiares, passando a família a residir no palácio destes, não

muito longe, junto à Calçada da Glória, abrindo sobre a rua Ocidental do Passeio Público, edifício este hoje desaparecido.

Embora os condes de Lumiares nunca aqui tenham vivido, o palácio do Bairro Alto, definitivamente transformado em mero prédio de rendimento, ganhou o pomposo título de palácio Lumiares, do facto de estes titulares serem os seus proprietários.

Esta transformação predial que o edifico sofreu provavelmente na década de 40/50 do século XVIII, determinou o desaparecimento dos grandes salões do andar nobre, cuja altura permitiu o lançamento de um novo andar para arrendar. Andar iluminado por pequenas janelas abertas então sobre os frontões lisos das sacadas.

É esta, em linhas gerais, a evolução do edificado, baseada nos poucos documentos conhecidos que o mencionam, bem como da leitura indiciada pelos elementos construtivos. A sua forte implantação no Bairro Alto, bem como a sua história, obrigam a uma correcta avaliação de uma futura intervenção, apesar do estado de ruína em que se encontra, que já danificou grande parte da escadaria, sem dúvida o elemento central do edificado e a sua mais relevante peça arquitectónica.

Tendo em atenção tudo isto, e o facto de a sua eventual transformação em unidade hoteleira, parece de enumerar os principais elementos que deverão ser preservados no seu interior, uma vez que não se coloca qualquer modificação na estrutura das paredes-mestras exteriores, nem nas concomitantes aberturas dos vários pisos.

81
1422/DEP/04

III – Elementos a preservar

a) – Todo o conjunto central de aparato do antigo palácio, composto pelo grande vestíbulo com os seus dois portais abrindo sobre S. Pedro de Alcântara; a escadaria, com a sua caixa alta, e as aberturas com as suas cantarias barrocas;

b) - A antiga entrada de acesso lateral sobre a travessa da Boa-Hora, com o seu portal interior (de desenho semelhante às aberturas da escadaria), devendo ser reintegrado na sua escala original;

c) - Algumas das estruturas das paredes-mestras interiores originais, hoje abertas em arcos na parte fronteira do piso térreo, devendo, no entanto, proceder-se a um estudo mais aprofundado com vista à sua datação mais aproximada, estudo esse de momento difícil de realizar dada a situação de ruína do conjunto;

d) Deverão ainda reaproveitar-se as portadas das janelas e algumas portas interiores, manifestamente datáveis do século XVIII, período das grandes transformações do edifício;

Além destes elementos que caracterizam o conjunto e lhes dão sentido, o resto encontra-se em tal estado de ruína iminente que se torna indispensável alguma urgência no processo de intervenção, a fim de evitar maiores danos quer ao que dele resta, quer, ainda, à própria segurança dos edifícios e das vias circundantes.

Lisboa, 11 de Maio de 2007

José Sarmento de Matos
Olisipógrafo

METROURBE – PROJECTOS DE CONSULTORIA EM ARQUITECTURA

PALÁCIO DOS CONDES DOS LUMIARES

Fls. 30
1197/Emp/15

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O técnico

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJECTIVO DA PRESENTE PRETENSÃO

A presente memória descritiva diz respeito ao Projecto de Licenciamento de Alteração de HOTEL para HOTEL APARTAMENTOS de 5* do projecto designado por "CS PALACE GLÓRIA HOTEL" de 5*, localizado na Rua de São Pedro de Alcântara nº 25 a 27.

Este pedido pretende ver apreciada a viabilidade de proceder à adaptação do projecto aprovado para o "CS PALACE GLÓRIA HOTEL" de 5* para uma unidade Hoteleira de diferente enquadramento funcional e legal, neste caso HOTÉIS-APARTAMENTOS, ao abrigo do enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 15/2014 de 23 de Janeiro

A proposta agora apresentada foi objecto de acompanhamento técnico junto da Câmara Municipal de Lisboa, DGPC e Turismo de Portugal, tendo sido realizadas várias reuniões técnicas de acompanhamento e desenvolvimento da proposta.

É requerente na qualidade de Proprietário a empresa QUICK & POSITIVE – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA, com sede na Rua Senhora do Loreto, n.º5, Loja A, 8600-683 LAGOS, NIPC 510 111 645

1.2. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

O Imóvel objecto da pretensão foi como referido objecto de processo de legalização de construção de unidade Hoteleira aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa, através do processo n.º 1722/EDI/2007, tendo no âmbito da apreciação do mesmo, sido emitidos pareceres favoráveis do Turismo de Portugal, Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, Regimento de Sapador de Bombeiros e outras.

Em resultado da aprovação do processo n.º 1722/EDI/2007 foi emitido Alvará de Obras n.º 410/EO/2013 por 30 meses, tendo o mesmo sido prorrogado por 15 meses através do processo n.º 2606/OTR/2013 (244/P/2014) até 6/6/2014 e solicitado por último Pedido de Extensão ao abrigo do Regime excepcional de extensão de prazos (Decreto-Lei n.º 120/2013), nos termos dos artigos 58-º e 59.º do RJUE através do Processo n.º 4818/OTR/2014, pedido esse aprovado e que permite manter válido o Alvará de Construção até 06-09-2015.

Durante a obra executada pelos anteriores requerentes/proprietários, foi realizada a demolição total do interior edifício, implementada estrutura de contenção das fachadas, escavação e contenção periférica até à cota da terceira cave aprovada no âmbito do processo n.º 1722/EDI/2007.

O imóvel fruto do período de abandono verificado após a conclusão dos trabalhos descritos acima, apresenta-se fortemente degradado, sendo que a contenção e estabilização da fachada manteve o essencial dos elementos caracterizadores da composição arquitectónica.

O interior do Imóvel foi completamente demolido não existindo no local da obra qualquer elemento construtivo original, nomeadamente as cantarias identificadas nos elementos processuais da Câmara Municipal de Lisboa e Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo.

METRO URBE
Projectos e Consultoria em Arquitectura, Lda

Fls. 31
119/7/2015

Levantamento Fotográfico da Situação Existente







VISTO
08/09/2015
O técnico

FB. 32
1197/EDL/15

METRO URBE
Projectos e Consultoria em Arquitectura, Lda









08.09.2015

METRO URBE
Projectos e Consultoria em Arquitectura, Lda

Fls. 3
1195/2015/15







VISTO
08.09.2015

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O Vereador

Fls. 34
1157/EDI/15

1.3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO IMÓVEL



Construído no século XVIII, sobre as ruínas de um antigo palácio, pertença do barão de Quintela e do conde Farrobo, o novo palácio foi edificado com os modelos neoclássicos de raiz pombalina O Palácio Lumiares, na actual rua de São Pedro de Alcântara, nº 25-27, é um exemplar significativo do tipo maneirista, no bairro, tendo sido construído no século XVII, apresentando na sua composição e planta originais, referências dos modelos maneiristas, tendo sido modificado no início do século XVIII, voltou a ser acrescentado durante o século XIX, sem perder a força representativa a nível da imagem urbana.

A fachada principal, perfeitamente simétrica, encontra-se orientada a este, virada para a Rua de São Pedro de Alcântara. As fachadas laterais, orientadas respectivamente a norte e a sul, apesar de mais extensas e por isso apresentarem treze vãos em cada andar, mantêm uma leitura idêntica à da fachada principal.

A fachada posterior, orientada a oeste, é caracterizada por apresentar dois panos laterais, distintos e simétricos, cada um composto com apenas dois vãos por piso. Cada um destes panos é tratado como qualquer uma das outras fachadas apresentando, inclusive, cunhais a balizar os quatro ângulos presentes. O espaço central desta fachada era ocupado por um corpo de dois pisos.









CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O Técnico

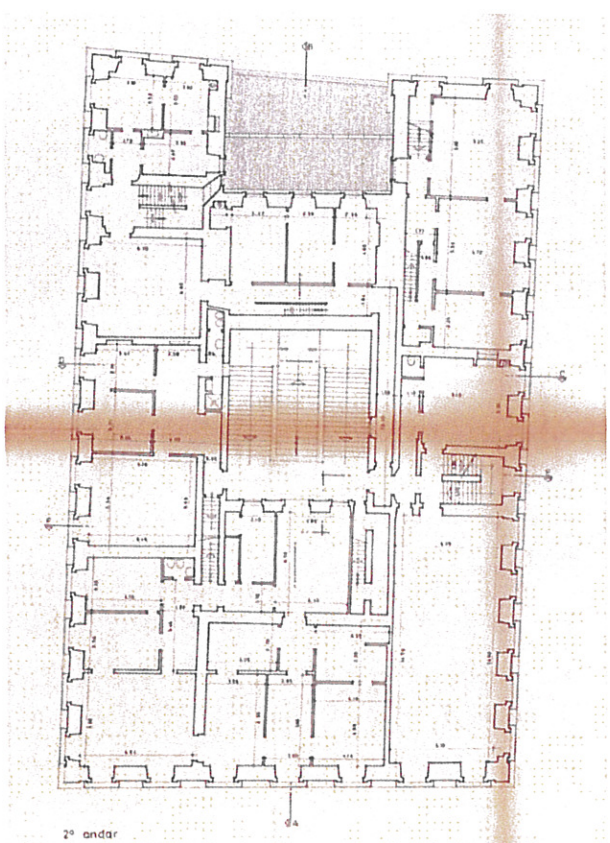
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
09 2015
O Vereador

FB. 36
1197/005/15

De aparência robusta na sua volumetria elevada, ocupa a totalidade de um quarteirão do Bairro Alto de formato rectangular, orientado no sentido este-oeste. Definido pelos três volumes principais, que desenham uma espécie de U, é depois complementado por um conjunto de volumes que preenchem o interior e as traseiras do quarteirão onde se encontra, por exemplo, um volume totalmente autónomo onde funcionam as escadarias nobres.



A entrada do palácio constitui um dos elementos de maior singularidade e importância patrimonial, sendo feita através da porta central da fachada principal. Esta, de cantaria pouco trabalhada, dava acesso a um pequeno vestíbulo alongado semelhante em proporções ao corredor que, por sua vez, comunicava com a escadaria. Esta escadaria depois de um primeiro lanço recto desdobrava-se em dois lanços simétricos de sentido oposto ao primeiro. Foram executadas no verdadeiro sentido teatral característico da segunda metade do século XVIII, por permitirem uma leitura do conjunto das próprias escadarias.





2. CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA

A presente proposta propõe alterar de HOTEL de 5* para HOTEL APARTAMENTOS de 5* do projecto designado por "CS PALACE GLÓRIA HOTEL" de 5*, localizado na Rua de São Pedro de Alcântara nº 25 a 27.

Pretende-se ainda alterar a designação aprovada pelo Turismo de Portugal de HOTEL CS PALACE GLÓRIA HOTEL de 5* para **THE LUMIARES HOTEL-APARTAMENTOS de 5***.

Esta alteração acontece no decorrer de obra em curso, obra essa que foi suspensa com a conclusão dos trabalhos de demolição total do interior edifício, estrutura de contenção das fachadas, escavação e contenção periférica até à cota da terceira cave aprovada no âmbito do processo n.º 1722/EDI/2007.

A proposta objecto deste pedido manteve a generalidade das condições que levaram à aprovação do projecto do Hotel "CS PALACE GLÓRIA HOTEL", nomeadamente área de construção, altura aproximada do edifício, volumetria e restituição ou reconstrução das fachadas e elementos de valor patrimonial relevante no interior do imóvel.

A proposta agora, para HOTEL-APARTAMENTOS mantem os seguintes elementos estruturantes da proposta anteriormente aprovada:

- A fachada existente;
- O acesso e localização da recepção;
- Manutenção da escadaria central;
- Sistema de circulação por piso, perimetral à escadaria;
- Generalidade do desenho e volumetria das coberturas.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O técnico

As principais alterações executadas na disposição interior resultam da adaptação do programa hoteleiro de HOTEL para HOTEL-APARTAMENTOS, e implicaram as seguintes alterações:

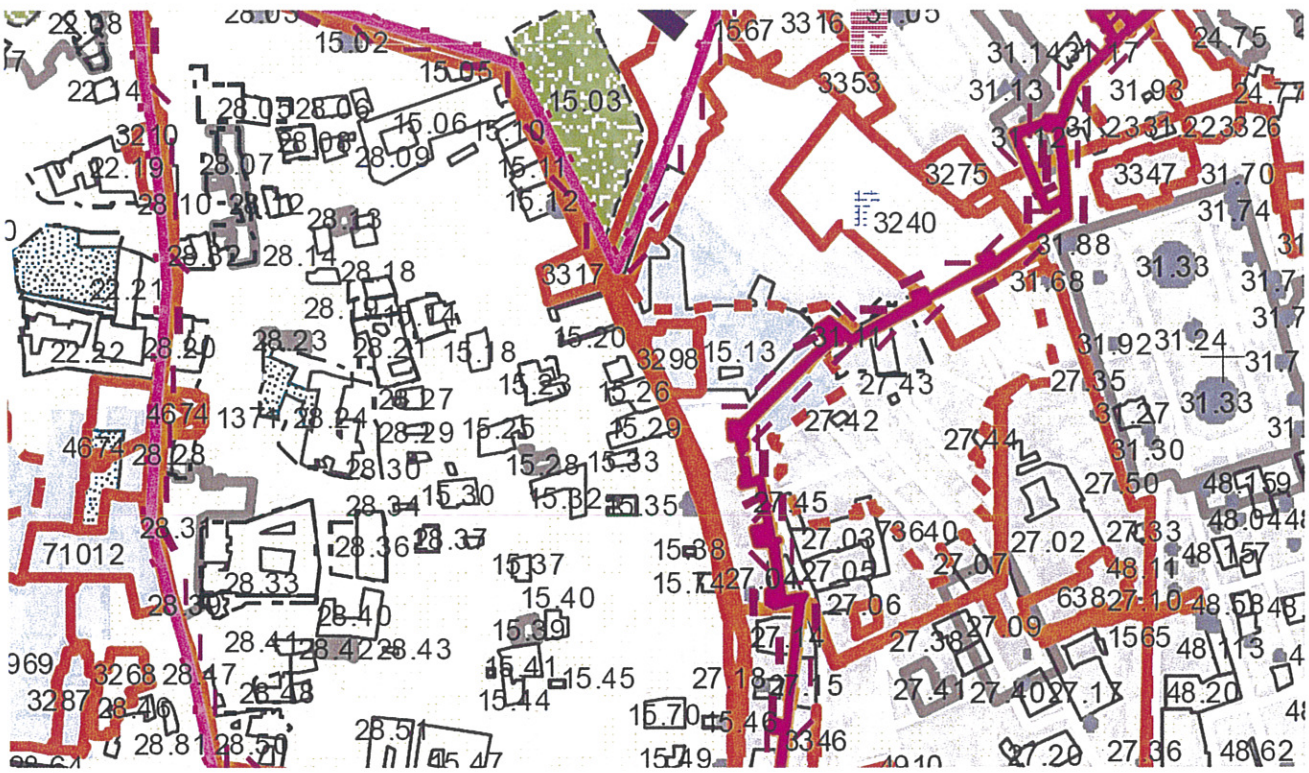
- Alteração da tipologia e número de unidades de alojamento,
- Redução da afectação das áreas em cave e do piso térreo ao uso social e de serviço;
- Afectação e detalhe da localização das áreas técnicas, muito pouco detalhada no processo alvo de alteração;
- Localização do acesso automóvel aos pisos em cave;
- Relocalização e redimensionamento das áreas comerciais, de lazer "SPA" e de serviço de refeições e pequenos-almoços;

A operação urbanística deste pedido entendeu-se ter enquadramento processual em **Projecto de Licenciamento de Alterações** no decurso de obra em execução, sendo que por incidir em Imóvel de elevado valor patrimonial e de programa de grande complexidade, foi ainda instruída e submetida conjuntamente com os projectos de especialidades, juntando-se ainda as aprovações de todos os que à data da entrada do processo estão aprovados pelas entidades competentes.

Fls. 33
1197/05/15

3. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS PLANOS TERRITORIAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEIS

3.1. PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA



USO DO SOLO

ESPAÇOS CONSOLIDADOS

- Espaços Centrais e Residênciais - Traçado Urbano A
- Espaços Centrais e Residênciais - Traçado Urbano B
- Espaços Centrais e Residênciais - Traçado Urbano C
- Espaços Centrais e Residênciais - Traçado Urbano D
- Logradouros Verdes Permeáveis a Preservar
- Espaços de Atividades Económicas

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O Técnico

Assim, a presente proposta enquadra-se no espírito dos Traçados Urbanos A como se infere da descrição presente na alínea a) do nº 2 do Art.º 40º do Regulamento do PDM (RPDM), onde facilmente se reconhece a situação proposta: "traçados orgânicos ou regulares que abrangem essencialmente o centro da formação da cidade, as frentes ribeirinhas e os antigos núcleos rurais. Os traçados orgânicos caracterizam-se por um traçado de carácter espontâneo adequado às condições e topografia do terreno com ruas estreitas e sinuosas: Castelo, Alfama, Mouraria; os traçados regulares caracterizam-se pela implementação de quarteirões retangulares que sofrem torções pela adaptação da sua implantação à topografia e preexistências: Bairro Alto, Madragoa e Lapa"

Responde igualmente ao âmbito e objectivos dos Espaços Centrais e Residenciais por contribuir para "a compactação e colmatação da malha urbana" (texto do nº 1 do Art.º 41º).

Em termos de uso, apesar de ser privilegiado o uso "habitacional", admite-se o uso "turismo" no nº 4 do Art.º 41º, bem como o uso "terciário". Acresce que, conforme o nº 5 do mesmo artigo, é permitido aos "empreendimentos turísticos" a não ocupação da totalidade do edifício..

Fls. 39
1197/EXP/15

3.2. SEGURANÇA CONTRA INCENDIOS

Para adequar o estabelecimento a uma utilização segura em caso de incêndio, foi preconizado um conjunto de soluções de projecto que permitem assegurar que os elementos estruturais dos edifícios resistam à acção do fogo por um período de tempo determinado, que os ocupantes possam abandonar os mesmos rapidamente e em condições de segurança e que os bombeiros disponham de meios e facilidades para intervir em condições de segurança.

O projecto considerou o aspecto multifuncional dos diversos espaços do edifício em estudo, atendendo e compatibilizando as seguintes disposições técnicas e legais:

Medidas de segurança contra riscos de incêndio aplicáveis na construção, instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos e estabelecimentos de restauração e bebidas, Portaria n.º 1063/97 de 21 de Outubro;

Higiene e segurança no trabalho – D.L. n.º 243/86 de 20 de Agosto;

Notas técnicas do S.N.B;

Regras técnicas do Instituto Nacional de Seguros;

Especificações do LNEC;

Recomendações do FIP/CEB;

Anteprojecto do Decreto-Lei Regulamento geral de segurança contra incêndios em edifícios de 10 de Maio de 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O Técnico

3.3. RESÍDUOS SÓLIDOS E URBANOS

Relativamente aos factores relacionados com a gestão dos resíduos sólidos urbanos mais uma vez estamos fortemente condicionados pela situação arquitectónica existente, tentando dar cumprimento ao Projecto de Regulamento de Resíduos Sólidos das Cidade de Lisboa, através do aviso nº 1149/2004, por deliberação nº 671/CM/2003 de 17 de Dezembro. As principais implicações têm a ver com as capitações e armazenagem dos resíduos sólidos indiferenciados e selectivos. Os contentores são armazenados em compartimento próprio e colocados na rua a horas próprias e posteriormente recolhidos para o mesmo local por empregados do hotel, o compartimento possui espaço para lavagem de contentores e é refrigerado.

3.4. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Relativamente aos factores relacionados com a Higiene e Segurança do Trabalho foi tido em consideração o Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e Serviços, através do Dec-Lei nº 243/86 de 20 de Agosto. As principais implicações são nos apoios de sanitários e vestiários para empregados, como esta unidade hoteleira possui um numero reduzido de empregados próprios (recepção, Pequenos-Almoços e copa) onde o apoio faz-se recorrendo ao sistema de outsorcing para a manutenção e limpeza.

Fls. 40
1197/Exc/15

3.5. CARACTERIZAÇÃO NO QUE SE REFERE AO USO TURÍSTICO

3.5.1. TIPO DE EMPREENDIMENTO, CLASSIFICAÇÃO E CATEGORIA PRETENDIDOS

A presente proposta prevê a instalação de um Estabelecimento Hoteleiro, Hotel-Apartamentos, de categoria 5 estrelas.

Terá a designação de:

"THE LUMIARES – HOTEL-APARTAMENTOS" de 5 Estrelas

3.5.2. NÚMERO DE UNIDADES DE ALOJAMENTO E DE CAMAS

Prevê-se a instalação de 152 camas que decorrem da existência de 53 unidades de alojamento do tipo Apartamento

As 53 Unidades de Alojamento Turístico (UATs) têm diversas tipologias distribuídas do seguinte modo:

- T0 Loft..... 5 unidades
- T0 ..... 6 unidades
- T1..... 18 unidades
- T2..... 5 unidades

CÂMARA MUNICIPAL DE [illegible]
VISTO
08/09/2015
O técnico

3.5.3. CAPACIDADE PREVISTA PARA OUTRAS UNIDADES DE UTILIZAÇÃO

O hotel terá apenas serviço de pequeno-almoço dimensionado de acordo com os quartos de que dispõe. Não servirá outro tipo de refeição para além do enquadrável no serviço de quartos.

Este espaço tem ainda complementar área em Terraço com vista de Rio e Cidade

3.5.4. LUGARES DE ESTACIONAMENTO

A Portaria nº327/2008 de 28 de Abril não obriga à existência de garagem privativa do hotel.

Obriga sim à existência de "*garagem ou parque de estacionamento com capacidade para um número de veículos correspondente a 20% das unidades de alojamento do estabelecimento, situada no hotel ou na sua proximidade*".

A Portaria refere ainda, como opcional, "*a existência de um local que permita o estacionamento temporário de viaturas para tomada e largada de utentes e bagagens*".

Prevê-se o reformular do passeio junto ao alçado Norte para que esta paragem seja feita de forma eficiente, sem comprometer a passagem de veículos para os restantes lugares de estacionamento. Os restantes lugares que existem na área de intervenção são 55 lugares de estacionamento público.

Fls. 41
1197/EDI/15

3.5.5. MODO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS OBRIGATORIOS EXIGIDOS PARA AS INSTALAÇÕES DO EMPREENDIMENTO E DOS REQUISITOS OPCIONAIS VERIFICÁVEIS EM SEDE DE PROJECTO, COM INDICAÇÃO DA RESPECTIVA PONTUAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº327/2008, DE 28 DE ABRIL

O presente projecto incide e pretende alterar como referido processo já analisado pelo Turismo de Portugal, juntando-se compilação dos pareceres de aprovação emitidos (ANEXO 5)

A Portaria nº327/2008 de 28 de Abril veio, na sequência da aprovação do novo regime jurídico dos empreendimentos turísticos, reformular substancialmente o processo de classificação dos mesmos.

O sistema de classificação que dela decorre "*deixa de atender especialmente aos requisitos físicos das instalações para passar a reflectir igualmente os serviços prestados*".

Passa ainda a prever, para além dos requisitos obrigatórios, uma série de requisitos opcionais, com os quais o operador poderá definir o produto que pretende oferecer.

O quadro que se segue apresenta os requisitos obrigatórios que a legislação prevê para um hotel-apartamentos de 5 estrelas.

Em relação a cada um deles esclarece qual a situação em que a presente proposta se encontra, se de "Cumprimento" (C) ou se de "Não Cumprimento" (NC). Existem ainda situações em que a situação descrita "Não Se Aplica" à categoria em causa (NA).

O quadro apresenta ainda os requisitos opcionais quantificáveis de forma a conseguir reunir os 218 pontos opcionais exigíveis a um hotel-apartamentos de 5 estrelas.

Para cada um deles indica-se se a presente proposta o "Contempla" (C), ou "Não Contempla" (NC). Sempre que a questão seja a da aplicabilidade ou não da atribuição de um determinado número de pontos indica-se "Aplicável" (A) ou "Não Aplicável" (NA).

Indica-se ainda, para cada requisito que tenha sido contemplado ou que se aplique no projecto, o número de pontos que por isso se obtêm e a fórmula de cálculo que o determina.

Da análise do a seguir apresentado quadro pode-se concluir que:

A presente proposta dá cumprimento a todos os requisitos obrigatórios e reúne um total de 240 pontos dos 218 a que a legislação obriga.

ADEQUAÇÃO DA EDIFICAÇÃO À UTILIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO TURISTICA PRETENDIDA

A classificação do Hotel pretende-se que tenha as seguintes características:

- Tipo: Estabelecimento Hoteleiro do tipo Hotel-Apartamentos
- Nome: "THE LUMIARES – HOTEL-APARTAMENTOS"
- Categoria: Cinco Estrelas
- 53 Unidades de alojamento
- 152 Camas
- 62 Lugares de capacidade total
- Área de Pequeno almoço, Bar, SPA e Ginásio



CÂMARA MUNICIPAL
VISTO
09/09/2015
O técnico

Fls. 42
1197/EDI/15

METRO URBE
Projectos e Consultoria em Arquitectura, Lda

Estabelecimentos hoteleiros

	N.º	Requisitos	Pontos	☆☆ ☆☆☆	OBRIGATÓRIO C / NC	OPCIONAIS C / NC	PONTOS OPCIONAIS
1. Instalações							
Acessos	1	Entrada de serviço distinta da entrada para os utentes	10	Obrigatório	C		
	2	Acesso privativo às unidades de alojamento	10	Obrigatório	C		
	3	Elevador quando o edifício tenha mais de 3 pisos, incluindo o rés-do-chão	15	NA			
	4	Elevador quando o edifício tenha mais de 2 pisos, incluindo o rés-do-chão	15	Obrigatório	C		
Zonas comuns	5	Local identificado de recepção (1) destinado ao check in, check out e informações aos hóspedes, que pode estar inserido em qualquer área de uso comum	—	Obrigatório	C		
	6	Área ou áreas de uso comum onde possam ser prestados os serviços de refeições, pequenos-almoços ou bar	—	Obrigatório	C		
	7	Instalações sanitárias	—	Obrigatório	C		
	8	Área de estar equipada (mesas e sofás ou cadeiras)	10	Obrigatório	C		
	9	Área bruta privativa (2) de estar, equipada, por unidade de alojamento, quando concorra para a área bruta de construção do empreendimento	≥1m² < 2,5m² - 5pts; ≥2,5m² < 5m² -10 pts; ≥ 5m² -15 pts	Opcional		NC	0
	10	Climatização das áreas comuns com sistemas de climatização activos ou passivos que garantam o conforto térmico	10	Obrigatório	C		
	11	Climatização dos corredores de hóspedes com sistemas de climatização activos ou passivos que garantam o conforto térmico	10	Opcional		C	10
Zonas de serviço	12	Acesso vertical de serviço aos pisos de alojamento independente do acesso dos clientes	15	Obrigatório	C		
	13	Cozinha, ou copa se apenas forem servidos pequenos-almoços	—	Obrigatório	C		
	14	Zona de armazenagem	—	Obrigatório	C		
	15	Área destinada ao pessoal composta pelo menos por instalações sanitárias e zona de vestiário	—	Obrigatório	C		
Unidades de alojamento (quartos ou apartamentos)	16	Climatização das unidades de alojamento com sistemas de climatização activos ou passivos que garantam o conforto térmico	—	Obrigatório	C		
	17	50% das unidades de alojamento com sistemas de climatização activos ou passivos que garantam o conforto térmico de intensidade regulável pelo cliente em cada ciclo	10	Opcional		NC	0
	18	100% das unidades de alojamento com sistemas de climatização activos ou passivos que garantam o conforto térmico de intensidade regulável pelo cliente em cada ciclo	13	Opcional		C	13
	19	100% das unidades de alojamento com instalações sanitárias privativas constituídas no mínimo por sanita, lavatório e duche ou banheira	—	Obrigatório	C		
	20	Varandas ou terraços com área mínima de 4 m² em 50% das unidades de alojamento	5 pts por cada 4 m² UA, até ao máximo de 15	Opcional		NC	0
	21	Fechaduras electrónicas	5	Opcional		C	5
	22	Percentagem da área média das unidades de alojamento que excede as áreas mínimas obrigatórias	≥ 10% - 10 pts ≥ 20% - 12 pts ≥ 30% - 15 pts	Opcional		NC	0
Áreas (3) dos quartos	23	Área mínima dos quartos individuais	—	17,5 m²	C		
	24	Área mínima dos quartos duplos	—	22,5 m²	C		
	25	Suites constituídas por quarto e zona de estar equipada separável com a área mínima de 10 m²	5 pts por cada 2 suites máx.10 pts	Obrigatório 2 suites		NC	0
Áreas (3) dos apartamentos	26	Área mínima com um quarto individual	—	35 m²	C		
	27	Apartamento em estúdio	—	27 m²	C		
	28	Área mínima com um quarto duplo	—	38 m²	C		
	29	Área mínima de cada quarto suplementar	—	17,5 m²	C		

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08.09.2015
O Técnico

Fls. 43
1197/EDI/15

Estacionamento	30	Garagem ou parque de estacionamento com capacidade para um número de veículos correspondente a 20% das unidades de alojamento do estabelecimento, situado no hotel ou na sua proximidade	10	Obrigatório	C		
	31	Local que permita o estacionamento temporário de viaturas para tomada e largada de utentes e bagagens	5	Opcional		C	5
	32	Garagem privativa do hotel com acesso directo à recepção	15	Opcional		C	15
	33	Possibilidade de estacionamento para autocarros	5	Opcional		NC	0
2. Equipamento/Mobiliário							
Equipamento do quarto	34	Equipamento básico: equipamento para ocultação da luz exterior, roupeiro ou solução equivalente, cabides, cadeira ou sofá, mesas de cabeceira ou solução de apoio equivalente, luzes de cabeceira, tomada de electricidade	—	NA			
	35	Equipamento médio: equipamento básico mais local ou equipamento para colocar bagagens, cesto de papéis, espelho de corpo inteiro, cobertor ou edredon adicional	5	NA			
	36	Equipamento superior: equipamento médio mais interruptor de iluminação geral junto da cama, minibar e zona de estar (4) ou zona de trabalho(5)	5	Obrigatório	C		
	37	Cofre na unidade de alojamento	5	Obrigatório		C	5
	38	Zona de estar em 50% das unidades de alojamento (4)	10	Opcional(6)		C	10
	39	Zona de trabalho em 50% das unidades de alojamento (5)	10	Opcional(6)		C	10
	40	Colchões com comprimento não inferior a 2m e largura não inferior a 1,10m para camas individuais e 1,80 para camas de casal	5	Opcional		C	5
	41	Cama suplementar/berço a pedido	3	Opcional		NC	0
	42	Menu de almofadas	2	Opcional		NC	0
	43	Interruptor geral automático	1	Opcional		C	1
Equipamento das salas de estar e de refeições (quando existam na UA)	44	Mesa de refeições ou adaptável para o efeito, cadeiras e sofá, loiças, vidros e talheres	—	Obrigatório	C		
Equipamento da cozinha ou kitchenette	45	Frigorífico, micro-ondas e lava-loiça	—	Obrigatório	C		
	46	Utensílios de cozinha	—	Obrigatório	C		
	47	Fogão ou placa e exaustor de fumos	8	Opcional		C	8
Equipamento/Acessórios sanitários	48	Equipamento básico: espelho, toalhas (1 de rosto e 1 de banho por pessoa) e suporte para toalhas	—	NA			
	49	Equipamento médio: equipamento básico mais iluminação no espelho do lavatório, caixote do lixo, saco de lavandaria e tapete ou toalha de chão	5	NA	C		
	50	Equipamento superior: equipamento médio mais secador de cabelo e roupão	7	Obrigatório		C	7
	51	Pelo menos 50% das instalações sanitárias com banheira e duche separados	10	Opcional		NC	0
	52	Pelo menos 50% das instalações sanitárias com separação física entre área limpa (lavatório e duche ou banheira) e área suja (sanita e lavatório)	10	Opcional		C	10
	53	Pelo menos 50% das instalações sanitárias com lavatório adicional	7	Opcional		NC	0
	54	Pelo menos 50% das instalações sanitárias com bidé	5	Opcional		NC	0
	55	Espelho de cosmética	2	Opcional		C	2
	56	Aquecimento de toalhas	5	Opcional		C	5
	57	Balança	1	Opcional		C	1
	58	Amenities básico: sabonete ou gel de banho	—	NA			
	59	Amenities médio: amenities básico mais shampô e touca de banho	1	NA			
	60	Amenities superior (escova e pasta de dentes, lâmina e gel de barbear, lima de unhas e algodão de limpeza) a pedido	2	Obrigatório	C		2
2. Equipamento/Mobiliário							
Sistemas de vídeo e audio	61	TV a cores com controlo remoto na unidade de alojamento	5	Obrigatório	C		
	62	Sistema de som na casa de banho	5	Opcional		C	5
	63	Música e filmes a pedido com mais de 20 opções	5	Opcional		C	5
	64	Acesso a mais de 20 canais de TV	5	Opcional		C	5

Fls. 44
1197/EDI/15

VISTO
08/09/2015
O Técnico

METRO URBE
Projectos e Consultoria em Arquitectura, Lda

Telecomunicações	65	Meios de comunicação com o exterior acessíveis aos hóspedes (pelo menos um meio de voz - telefone ou telemóvel e um meio de escrita: fax ou correio electrónico)	—	Obrigatório	C		
	66	Telefone no quarto com acesso directo à rede exterior	—	Obrigatório	C		
	67	Acesso à Internet na zona comum (condicionada à disponibilidade do respectivo serviço público)	5	NA			
	68	Acesso à internet em banda larga nas zonas comuns (condicionada à disponibilidade do respectivo serviço público)	5	Obrigatório	C		
	69	Acesso à Internet nas unidades de alojamento (condicionada à disponibilidade do respectivo serviço público)	5	NA	C		
	70	Acesso à internet em banda larga nas unidades de alojamento (condicionada à disponibilidade do respectivo serviço público)	5	Obrigatório		C	5
	71	Sistema de registo de mensagens de voz	2	Opcional		NC	0
Equipamentos suplementares	72	Informações sobre o período do pequeno-almoço, a hora do check-out e o período de funcionamento das instalações e equipamentos do hotel	—	NA			
	73	Manual do serviço de A a Z na unidade de alojamento	2	Obrigatório	C		
	74	Amenities escritório: lápis ou caneta, papel e envelopes	1	Obrigatório	C		
	75	Amenities conforto: kit de engraxar, calçadeira e kit de costura, a pedido	2	Obrigatório	C		
	76	Jornais diários ou informação impressa diária nas zonas comuns	2	Opcional		C	2
3. Serviço							
Limpeza e arrumação das unidades de alojamento	77	Limpeza e arrumação diária das unidades de alojamento	—	Obrigatório	C		
	78	Mudança de toalhas pelo menos duas vezes por semana e sempre que mude o cliente	—	Obrigatório	C		
	79	Mudança diária de toalhas a pedido do cliente	5	Obrigatório	C		
	80	Mudança de roupa de cama pelo menos uma vez por semana e sempre que mude o cliente	—	NA			
	81	Mudança de roupa de cama pelo menos duas vezes por semana e sempre que mude o cliente	5	Obrigatório	C		
	82	Serviço de verificação dos quartos para a noite (abertura da cama, troca de toalhas, limpeza)	5	Obrigatório	C		
Alimentação e bebidas	83	Serviço de bar associado ou não a outra área	7	Opcional		C	7
	84	Bebidas à disposição do cliente (sem serviço de bar)	–	Obrigatório	C		
	85	Serviço de refeições 7 dias por semana	8	Obrigatório	C		
	86	Equipamento para chá e café nas unidades de alojamento	2	Opcional		C	2
	87	8 horas de room service de bebidas e refeições ligeiras	4	NA			
	88	16 horas de room service de bebidas e refeições ligeiras	8	NA			
	89	24 horas de room service de bebidas e refeições ligeiras	12	Obrigatório	C		
Pequeno-almoço	90	Serviço de pequeno almoço	—	NA			
	91	Pequeno-almoço buffet ou *à-la-carte*	3	Obrigatório	C		
	92	Pequeno-almoço *à-la-carte* nas unidades de alojamento	4	Obrigatório	C		
Recepção/ Acolhimento	93	Serviço de atendimento permanente (presencial ou automático)	—	NA			
	94	Serviço de recepção presencial 16 horas	2 pts por cada 8 hs opcionais	NA			
	95	Serviço de recepção presencial 24 horas	2 pts por cada 8 hs opcionais	Obrigatório	C		
	96	Serviço de recepção bilingue (Português/Inglês)	5	Obrigatório	C		
	97	Serviço de recepção multilingue (Português, Inglês, e pelo menos mais uma língua estrangeira)	5	Opcional		C	5
	98	Porteiro (trintanário)	5	Obrigatório	C		
	99	Serviço de Valet Parking	5	Obrigatório	C		
	100	Serviço de informação e reservas	5	Obrigatório	C		
	101	Serviço de aceitação e entrega de mensagens	5	Obrigatório	C		
	102	Serviço de transporte de bagagens	5	Obrigatório	C		
	103	Serviço de depósito de bagagens	5	Obrigatório	C		
Lavandaria e engomadoria	104	Serviço de lavandaria e engomadoria	5	NA			
	105	Serviço de lavandaria e engomadoria (entregue antes das 9 e pronto no mesmo dia - excepto no fim de semana)	5	Obrigatório	C		

VISTO
08/09/2015
O técnico

Fls. 43
1197/EDI/15

Outros	106	Videovigilância em zonas públicas e de circulação	6	Opcional			C	6
	107	Aceitação de cartões de crédito ou débito	—	NA				
	108	Aceitação de cartões de crédito e débito	2	Obrigatório	C			
	109	Serviço de depósito de valores na recepção	—	Obrigatório	C			
	110	Serviço despertar	2	Obrigatório	C			
	111	Serviço de correio e telefax	2	Obrigatório	C			
	112	Venda de revistas e jornais diários	2	Opcional			C	2
	113	Serviço de costura	4	Opcional			C	4
	114	Serviço de engraxar sapatos	4	Opcional			C	4
	115	Serviço de transporte privativo do estabelecimento	5	Opcional			C	5
	116	Serviço de babysitter a pedido	4	Opcional			C	4
4. Lazer								
Equipamentos e instalações	117	Área bruta privativa de equipamentos complementares (health club, spa, squash, etc.) por UA, quando concorra para a área bruta de construção do empreendimento	≥1m² < 2,5m² - 5pts; ≥2,5m² < 5m² -10 pts; ≥5m² -15 pts	Opcional			C	10
	118	Área bruta privativa de equipamentos complementares (equipamentos desportivos, parque infantil, etc.) por UA, quando não concorra para a área bruta de construção do empreendimento	≥1m² < 2,5m² - 5pts; ≥2,5m² < 5m2 -10 pts; ≥5m² -15 pts	Opcional			NC	0
	119	Área bruta privativa para reuniões por UA, quando concorra para a área bruta de construção do empreendimento	5 pts por cada m²/UA, até máx.de 15 pts	Opcional			NC	0
	120	Business center (com computador, acesso à internet, impressora, etc)	10	Opcional			NC	0
	121	Ginásio (com pelo menos 4 equipamentos diferentes)	10	Opcional			C	10
	122	Spa (com pelo menos 4 equipamentos)	10	Opcional			C	10
	123	Squash	10	Opcional			NC	0
	124	Cabeleireiro	10	Opcional			NC	0
	125	Equipamentos exteriores (campo de ténis, campo de volei, puddle, minigolf, driving net, petanque, etc)	5 pts por cada, no máximo de 15 pts	Opcional			NC	0
	126	Piscina exterior	10	Opcional			NC	0
	127	Piscina interior	12	Opcional			NC	2
	128	Piscina aquecida	15	Opcional			NC	3
	129	Golf	15	Opcional			NC	0
Outros	130	Certificação da qualidade dos serviços por norma nacional ou europeia, quando não obrigatória por lei	30	Opcional			NC	0
	131	Clube para crianças do próprio hotel (crianças até aos 3 anos), pelo menos 6 horas por dia	10	Opcional			NC	0
	132	Clube para crianças do próprio hotel (crianças com mais de 3 anos), pelo menos 6 horas por dia	10	Opcional			NC	0
	133	Site informativo do empreendimento, possibilitando a realização de reservas e tranfacções online	5	Opcional			C	5
	134	Soluções inovadoras na oferta de espaços, equipamentos e serviços	5	Opcional			NC	0
5. Qualidade ambiental e urbanística								
	135	Aproveitamento valorização de edificações pré-existentes, com interesse individual ou de conjunto	15	Opcional			C	15
	136	Coeficiente de localização a aplicar ao empreendimento ≥ 1,5 ≤ 2,5, nos termos do artigo 42º do Código do imposto Municipal sobre Imóveis	10	Opcional			C	10
	137	Coeficiente de localização a aplicar ao empreendimento ≥ 2,5, nos termos do artigo 42º do Código do imposto Municipal sobre Imóveis	15	Opcional				
	138	Área de espaços verdes de utilização comum	5 pts por cada 20 m²/UA até limite 15 pts	Opcional			NC	0
	139	Certificação ambiental por norma nacional ou europeia, quando não obrigatória por lei	30	Opcional				
Total pontos opcionais por categoria				218				240

Legenda:

NA - Não Aplicável

(1) Quando num mesmo edifício estejam instalados vários hotéis, o local de recepção pode ser comum a todos.

(2) A área bruta privativa é a superfície total, medida pelo perímetro exterior e eixos das paredes separadoras da unidade de alojamento, equipamento, zona funcional ou edifício em causa, não incluindo varandas, terraços cave ou sotãos privativos.

(3) Área útil nos termos do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto de 1951, na redacção em vigor.

(4) Zona de estar composta por: sofá ou maple, mesa de apoio e iluminação

(5) Zona de trabalho composta por cadeira, mesa de trabalho, iluminação e tomada

(6) Aplicável relativamente à opção não utilizada nos termos do requisito nº 36

C	Cumpre
NC	Não Cumpre

Fls. 46
1197/EDI/15

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O Técnico

4. JUSTIFICAÇÃO DAS OPÇÕES TÉCNICAS E DA INTEGRAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DA OPERAÇÃO

4.1. OPÇÕES TÉCNICAS

O sistema construtivo previsto caracteriza-se por estrutura de pilares e vigas em betão armado, em conjunto com lajes fungiformes e muros de suporte em betão.

O encerramento das divisões será feito, no caso de paredes exteriores, através de alvenaria pedra existente rebocada no exterior e com parede de acabamento em sistema de divisórias em gesso cartonado, no interior o sistema de paredes divisórias será maioritariamente realizado através de divisórias em gesso cartonado com isolante acústico no seu interior, exceptuando nas paredes divisórias entre as Unidades de Alojamento e entre estas e as áreas comuns de circulação, de serviço ou técnicas, sendo estas em sistema misto de Alvenaria e gesso cartonado.

A opção pelo sistema construtivo acima descrito justifica-se pela sua adequação às necessidades estruturais da construção, carácter reabilitativo e contenção dos muros dos pisos em cave, suporte das lajes em consola das varandas, etc., não sendo de descurar as questões económicas e práticas, já que se trata de um sistema já enraizado na tradição da construção civil actual.

4.2. INTEGRAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA

Do ponto de vista da integração paisagística da proposta, sendo esta de intervenção em edifício de grande valor patrimonial, o originalmente designado Palácio Andrade / Lumiares encontra-se abrangido pela classificação do Bairro Alto, é imóvel em vias de Classificação e ainda se localiza nas zonas de protecção do Aqueduto das Águas Livres, Igreja de São Roque, Palácio Ludovice e Meio Urbano do Ascensor da Glória.

Este conjunto de condicionantes, foram tidas em conta no longo historial de análise e acompanhamento do processo anteriormente aprovado junto da Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT) e Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Neste histórico tomou-se como ponto de partida no desenvolvimento da proposta o projecto aprovado e o conteúdo da informação de despacho DRCLVT/IGESPAR n.º 2038/DRCLVT/2008. (ANEXO 3)

Nesta já constavam do ponto de vista da integração paisagística algumas condicionantes objecto de discussão com os anteriores projectistas, nomeadamente as relativas à inclinação e desenho da cobertura e fachada da Rua do Diário de Noticias.

Já no âmbito do desenvolvimento da proposta de alterações agora apresentada, foi submetido informalmente para análise na comissão de acompanhamento bipartida da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e da Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT) em 3 de Julho de 2014 proposta de estudo de alteração das fachadas, proposta essa que veio a ser analisada e discutida em reunião técnica no dia 13 de Agosto de 2014.

Na reunião de 13 de Agosto de 2014, a DRCLVT representada pelo Arq. Flávio Lopes, deu-nos a conhecer o resultado da apreciação da proposta apresentada em 3 de Julho de 2014, tendo-nos informado sobre o conjunto de pontos que gostaria de ver revistos e esclarecidos no sentido de não só compatibilizar o projecto com o longo histórico de decisões tomadas para este imóvel,

Fls. 47
1197/Ent/15

como também adequar esta nova intervenções às pretensões que a DGPC gostaria de ver garantidas no interesse da valorização do Imóvel e da sua envolvente.

PLANTAS

- ***Piso Térreo***

  - Não ultrapassar os limites de implantação do projecto aprovado (zona da recepção) e o mesmo nos pisos em elevação;

ALÇADOS

- ***Alçado da Rua São Pedro de Alcântara***

  – Elementos de ligação, cobertura-zinco?

- ***Alçado Poente***

  – Seguir Solução 2;

  – Explicar o Portão da Garagem;

  – Baixar Altura dos Vãos do Piso 3;

  – Criar cornija de Remate;

  – Diminuir Balanço das Varandas (Pisos 2 e 3);

  – Retirar a 1ª Varanda do piso 1;

  – Pala da Entrada?

- ***Alçado Sul***

  – Vãos na Cobertura, rever posição e dimensionamento;

  – Material – Zinco?



COBERTURAS

- ***Área Técnica o que significa?***

  – Não podem colocar equipamento de ar condicionado;

A resposta aos pontos acima descritos foi apresentada no dia 9 de Setembro de 2014 (ANEXO 4), submetendo-se uma vez mais informalmente rectificação à proposta de alterações, proposta essa, que nos foi comunicado responder às pretensões do novo programa e das condições que a DRCLVT gostaria de ver salvaguardadas.

A proposta final agora submetida sofreu ainda alguns ajustes de pormenor na cobertura com o objectivo de acomodar uma pretensão fortemente ressalvada pela DRCLVT e CML, **"devem todos os equipamentos técnicos e de climatização ao nível da cobertura estarem ocultos ou no mínimo minimizado o seu impacto visual."**

5. CONDICIONANTES PARA UM ADEQUADO RELACIONAMENTO FORMAL E FUNCIONAL COM A ENVOLVENTE

A construção desta unidade Hoteleira do tipo Hotel-Apartamentos é de grande importância no local onde se insere, com particular enfase na necessidade de sanear uma situação que tarda em ser resolvida.

O longo período em que por diversas vicissitudes se arrastou a degradação do imóvel e posteriormente uma obra que teimou em nunca ver no seu horizonte conclusão, prejudicou gravemente o relacionamento formal e funcional com a envolvente.

Somos da opinião que a presente proposta, vem aliás estar em maior sintonia com o carácter ainda fortemente habitacional do Bairro Alto.

Sendo obviamente uma proposta de cariz Hoteleiro, caracteriza-se por dar resposta ao um tipo diferente de cliente, aquele que se por um lado procura que vê Lisboa e em particular o Bairro Alto como local para possuir uma residência secundária ou não, dá ainda a oportunidade de partilhar a experiencia que o levou a realizar a escolha de investir na aquisição de uma Unidade de Alojamento Turística, com todos aqueles que no âmbito de exploração turística do empreendimento no seu todo pretendem se alojar num dos bairros e locais mais emblemáticos da Cidade de Lisboa.

Julgamos ainda importante dar enfoque nalgumas correcções realizadas do ponto de vista do enquadramento funcional com a envolvente, destacando as seguintes:

- O carácter habitacional e escala humanizada da nova zona exterior ajardinada de largada e recolha de hóspedes e acesso à área de recepção;





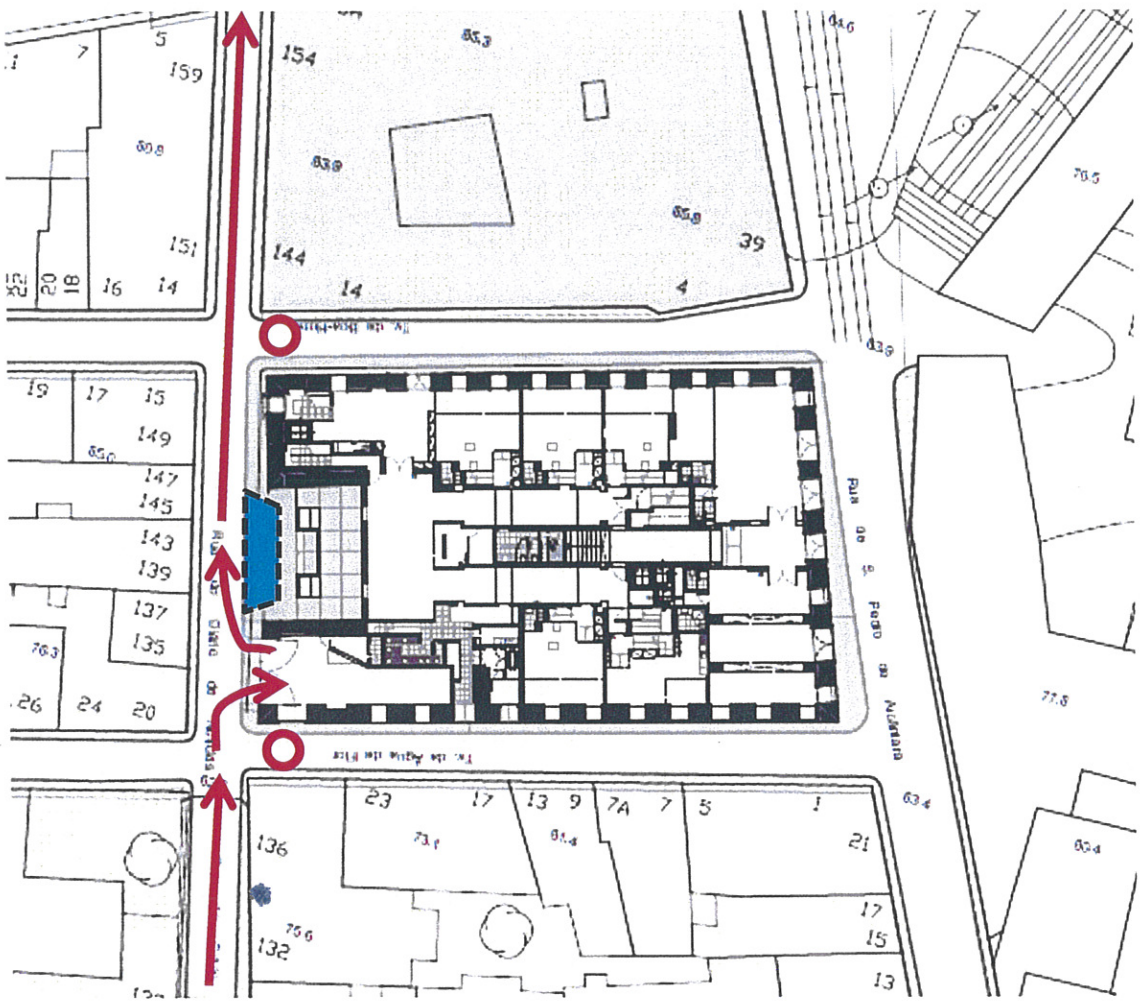
- Aumento do número de parqueamentos em cave em sintonia com um projecto que além da pretensão e exploração hoteleira, pode ainda responder a todos os que pretendam residir permanentemente ou por períodos sazonais no edifício;

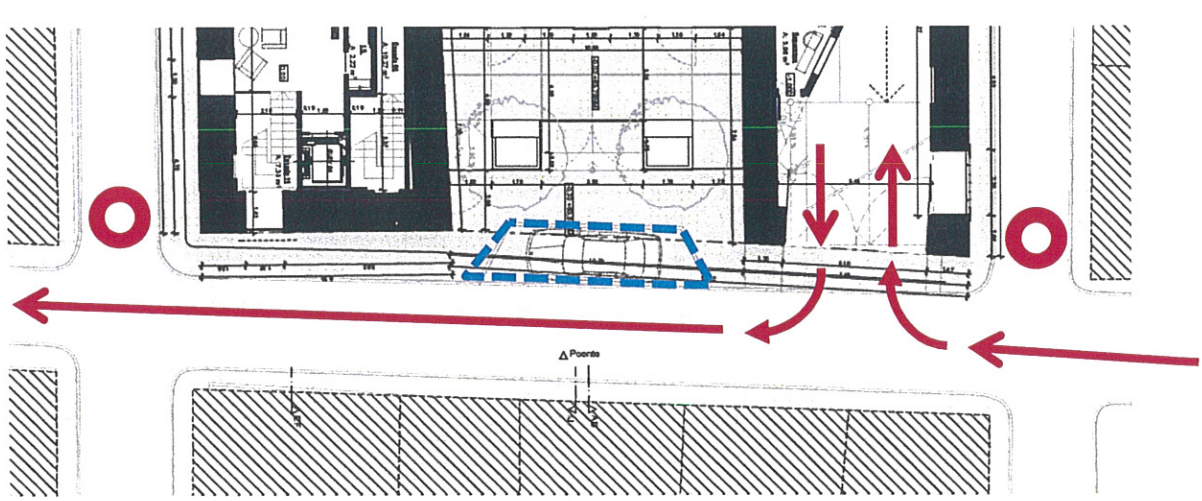
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O técnico

VISTO
08/09/2015
O técnico

Fls. 49
11/7/2015/15

- A mudança de local de acesso automóvel ao estacionamento em cave, com menor conflito na execução da manobra de acesso e saída com a recepção e ligação facilitada em sintonia com o sentido obrigatório do trânsito com a Rua do Diário de Noticias;





Fls. 50
119/EDI/15

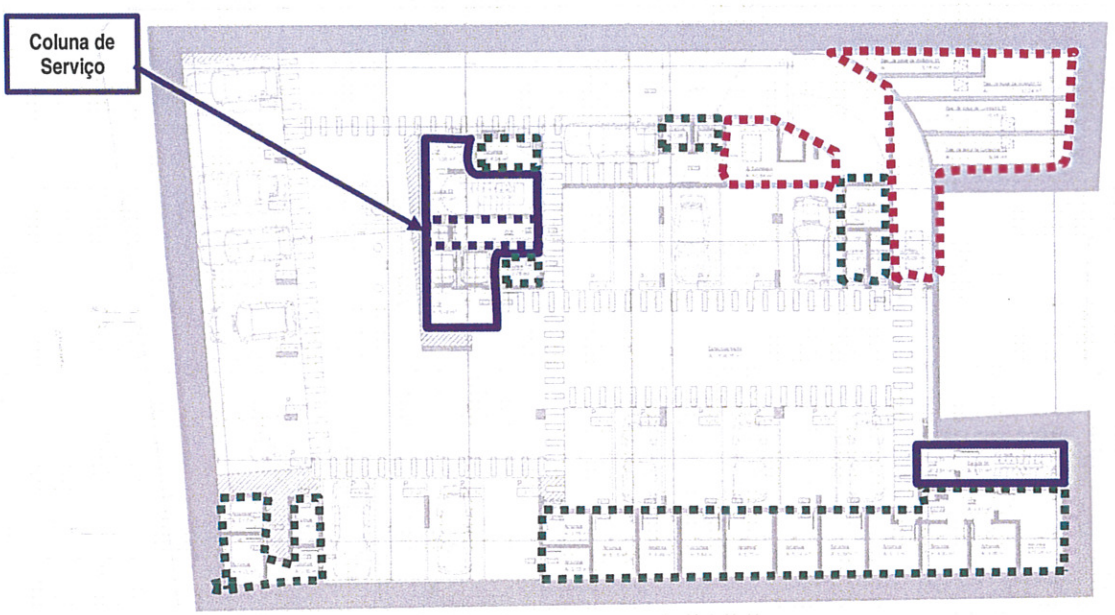
6. PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS A AFECTAR AOS DIVERSOS USOS

No que se refere ao programa e áreas afectar os diversos usos enquadrados na proposta de alteração para Hotel-Apartamentos de 5* passamos a sintetizar descritivamente e esquematicamente a distribuição funcional por piso.

Piso -3

Destinado na sua maioria a estacionamento e arrecadações dos proprietários, alberga ainda áreas técnicas afectas ao sistema de extinção segurança contra-incêndios, bem como sistemas de bombagem e desenfumagem.

As arrecadações serão individualizadas e afectas às unidades de alojamento turístico, pretendendo servir de apoio ao proprietário caso o mesmo pretenda garantir um espaço de arrumo dos seus pertences durante o período de exploração turística da unidade.



ARRECADAÇÕES | ÁREAS TÉCNICAS | ACESSOS VERTICAIS

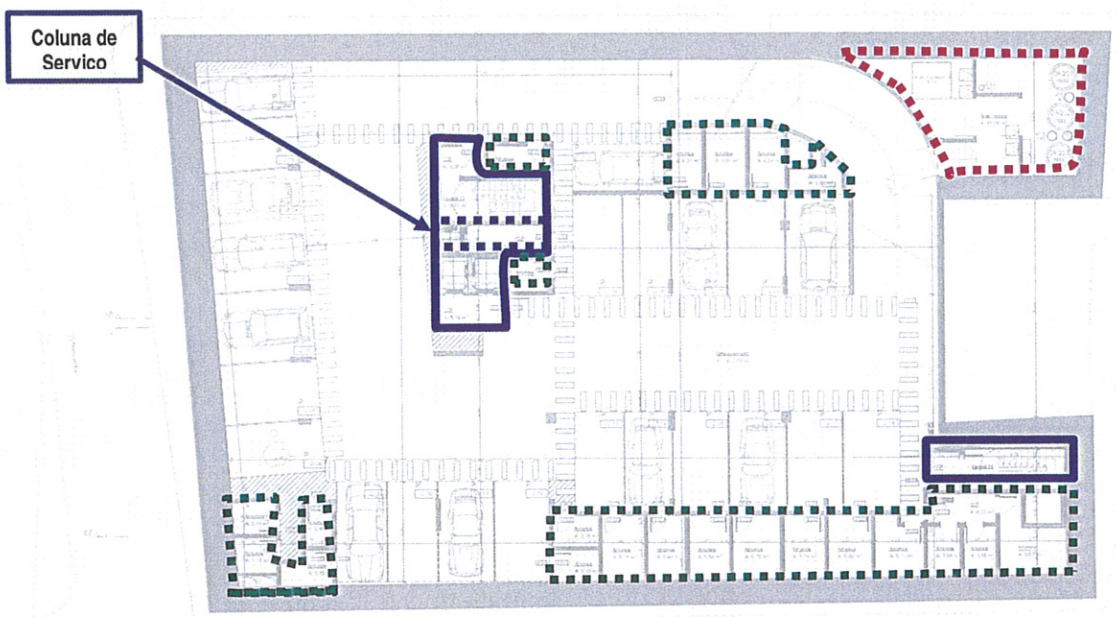
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O técnico

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O técnico

Fls. 51
1197/E55/15

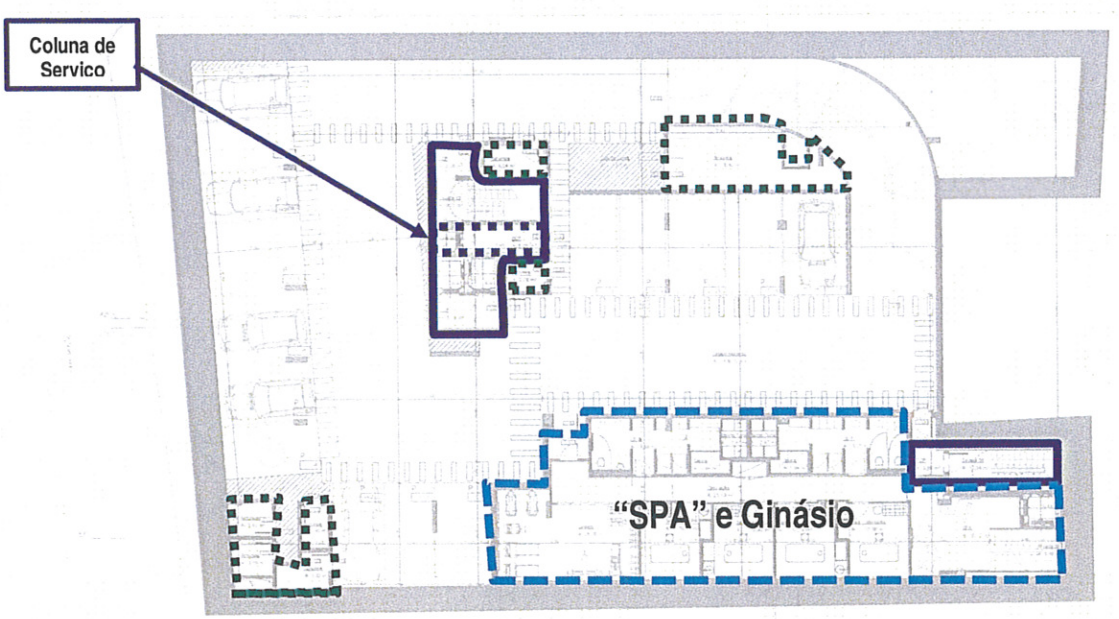
Piso -2

Á imagem do piso -3 este piso destina-se na sua maioria a estacionamento e arrecadações dos proprietários, albergando ainda áreas técnicas afectas ao sistema de abastecimento e aquecimento de águas sanitárias bem como outros.



Piso -1

Destinado a estacionamento e algumas arrecadações dos proprietários e de uso geral, alberga a área destinada ao "SPA" e Ginásio de uso comum da unidade Hoteleira

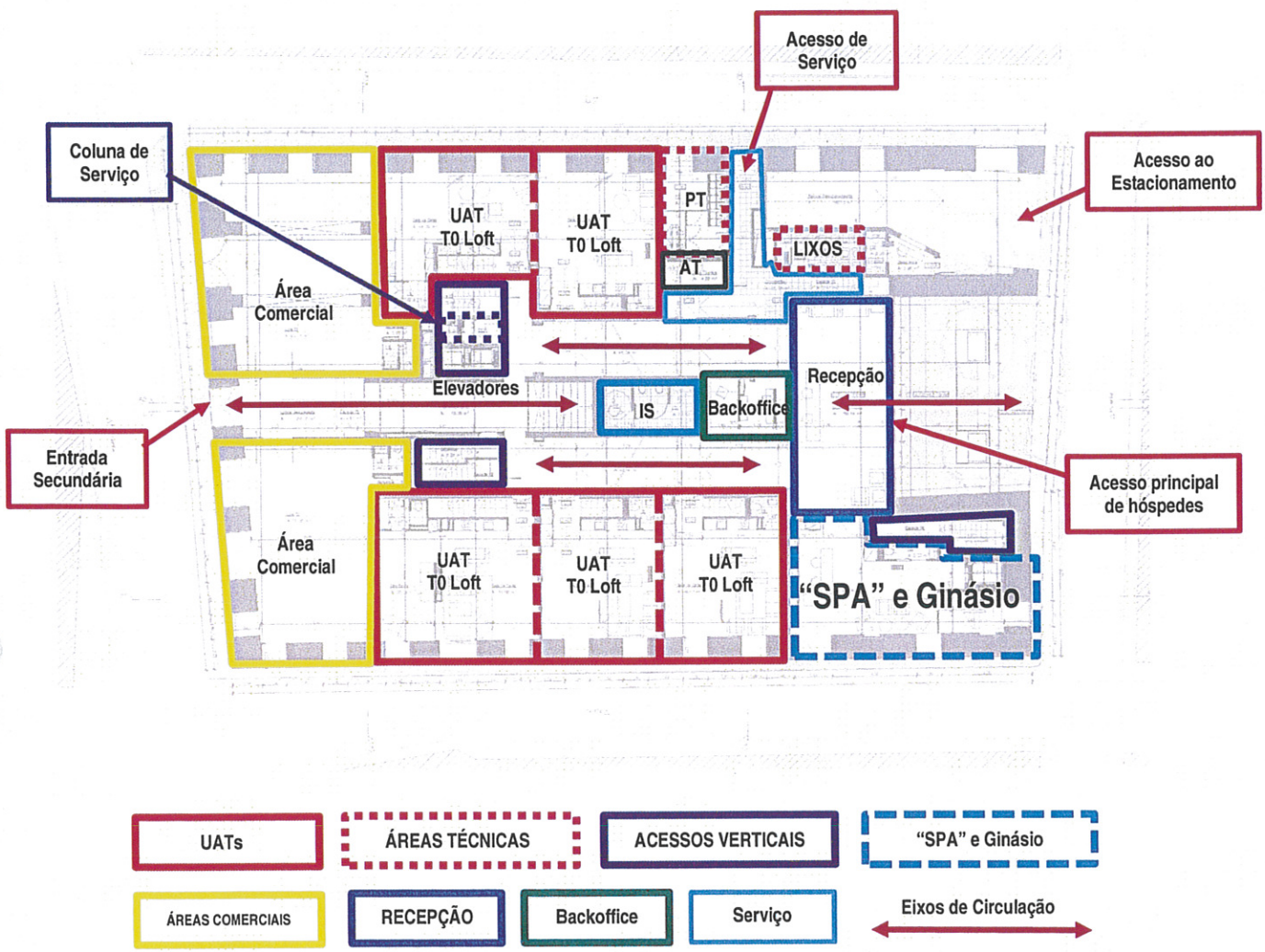


ARRECADAÇÕES | ÁREAS TÉCNICAS | ACESSOS VERTICAIS | "SPA" e Ginásio

Fls. 52
1197/EDI/15

Piso 0

Piso responsável pela relação do edifício com o exterior quer ao nível dos hóspedes quer ao nível dos serviços. O acesso principal dos hóspedes faz-se pelo alçado Nascente directamente para um lobby onde temos o balcão de recepção, com contacto directo ao "backoffice".
Desde o lobby/recepção existem dois corredores laterais que acedem-se às cinco Unidades Alojamento Turístico de tipologia T0 " Loft", aos elevadores e escadaria monumental, uma instalação sanitária pública adaptada para pessoas de mobilidade reduzida e existindo acesso à zona de serviço e pessoal.
No extremo oposto da recepção temos ainda a entrada secundária voltada para a Rua São Pedro de Alcântara e duas áreas comerciais susceptíveis de serem acedidas pelo exterior e pelo interior da unidade hoteleira
O acesso de serviço faz-se pelo alçado Sul, juntamente com o acesso ao P.T. e à casa dos lixos.
Uma escada acede ainda ao piso intermédio onde se localizam os vestiários / instalações sanitárias de empregados e escritório do gerente.



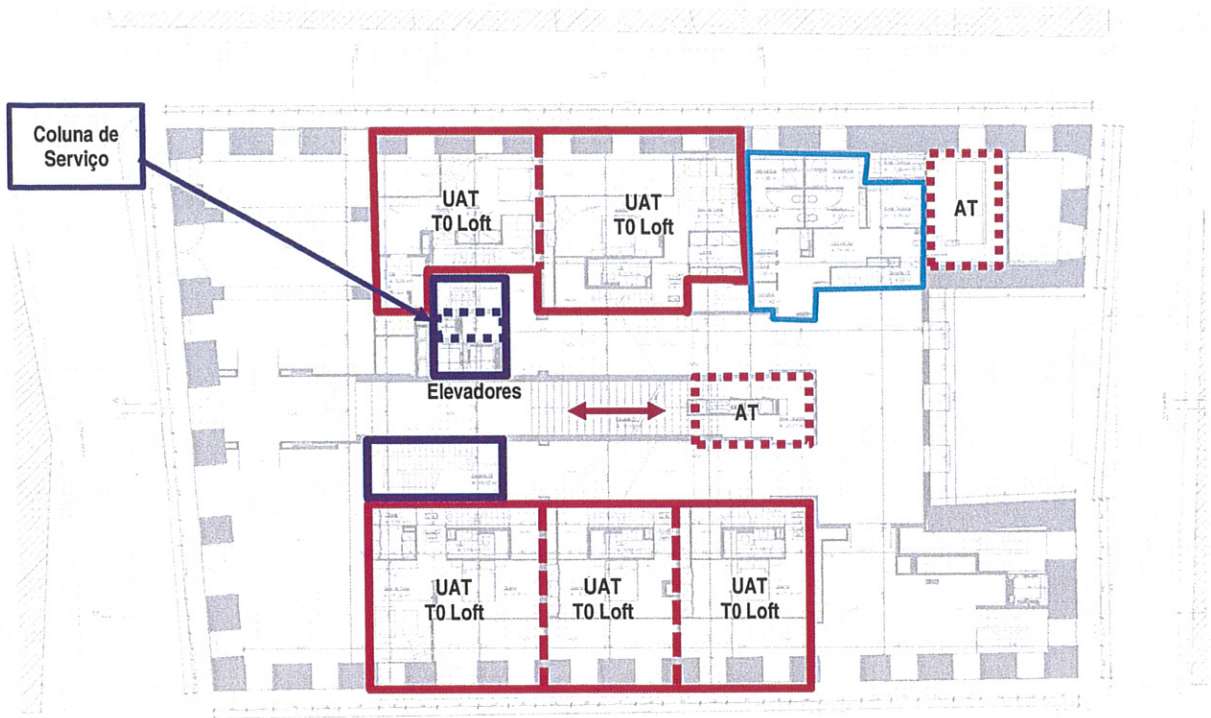
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O Técnico

Fls. 53
1197/EDI/15

Piso do "Entre-piso"

Piso intermédio está afecto a áreas de pessoal, vestiários / instalações sanitárias de empregado, arquivo e arrecadação, existindo ainda um conjunto de áreas técnicas sob o acesso da rampa da garagem e backoffice.

Tirando partido do pé elevado pé-direito, situam-se ainda neste piso as áreas de dormir e instalação sanitária secundária das UAT do tipo Loft situadas no piso 0



UATs | ÁREAS TÉCNICAS | ACESSOS VERTICAIS | "SPA" e Ginásio

Eixos de Circulação

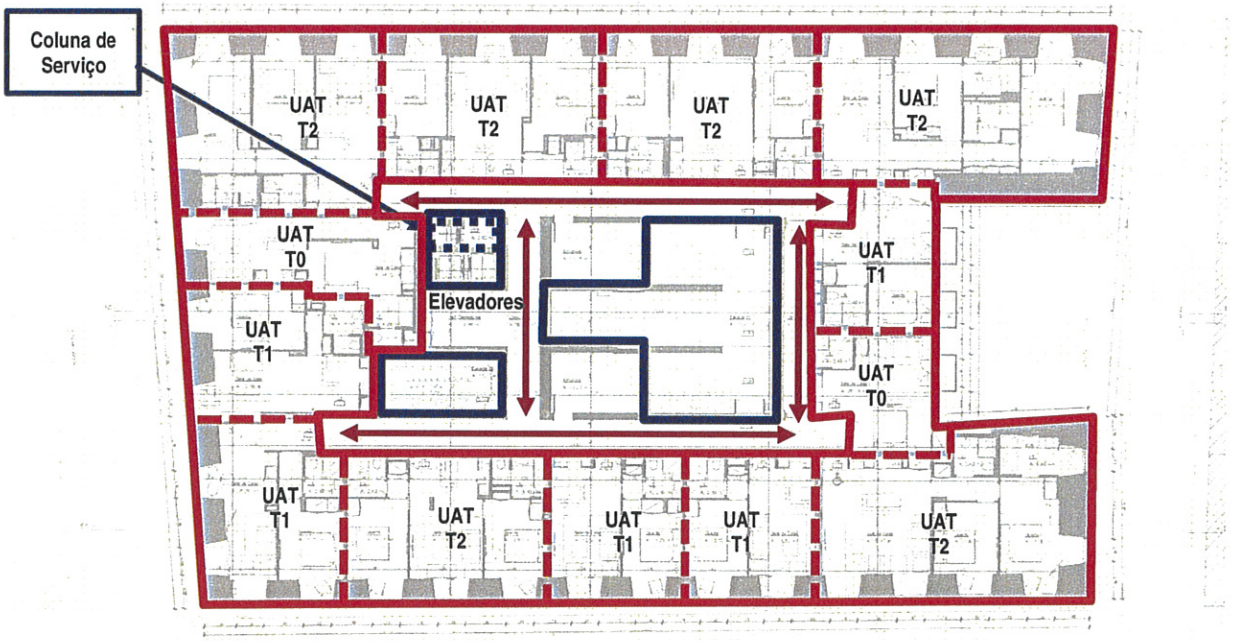
VISTO
08/09/2015

VISTO
08/09/2015

Fls. 54
1197/2015/1

Piso 1 a 3

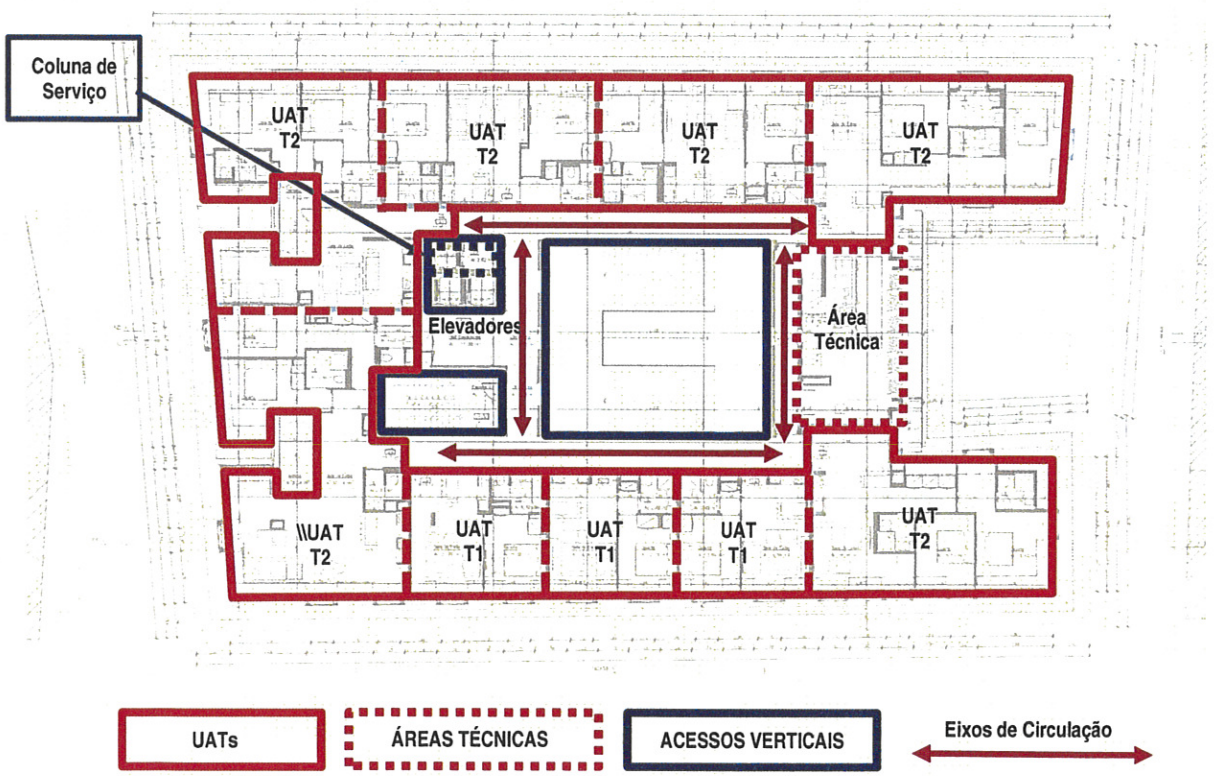
Nos pisos 1 a 3 situam-se grande parte das UATs bem como algumas áreas de apoio e copas de piso



Piso 4

O piso 4 é em muito semelhante aos pisos 1 a 3, divergindo apenas no que concerne ao facto de ser já formalizado em aproveitamento do desvão da cobertura, pelo que as UATs sofrem as necessárias adaptações a esta nova condição.

Existem ainda alguns terraços afectos a UATs e áreas técnicas afectas à ventilação e climatização do edifício.

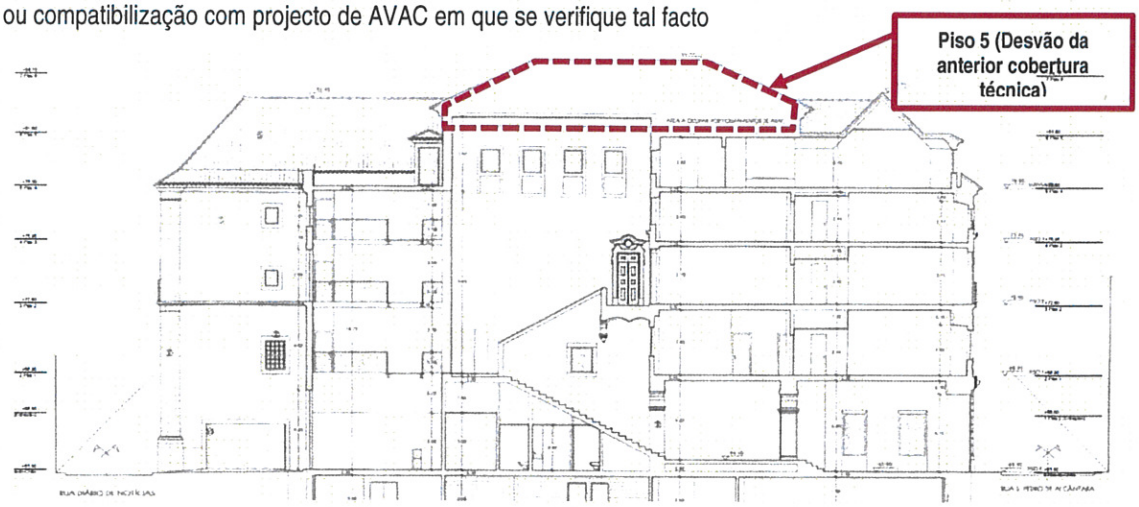


MUNICIPAL DE
VISTO
08/09/2015
O técnico

Fls. 55
1197/EDI/15

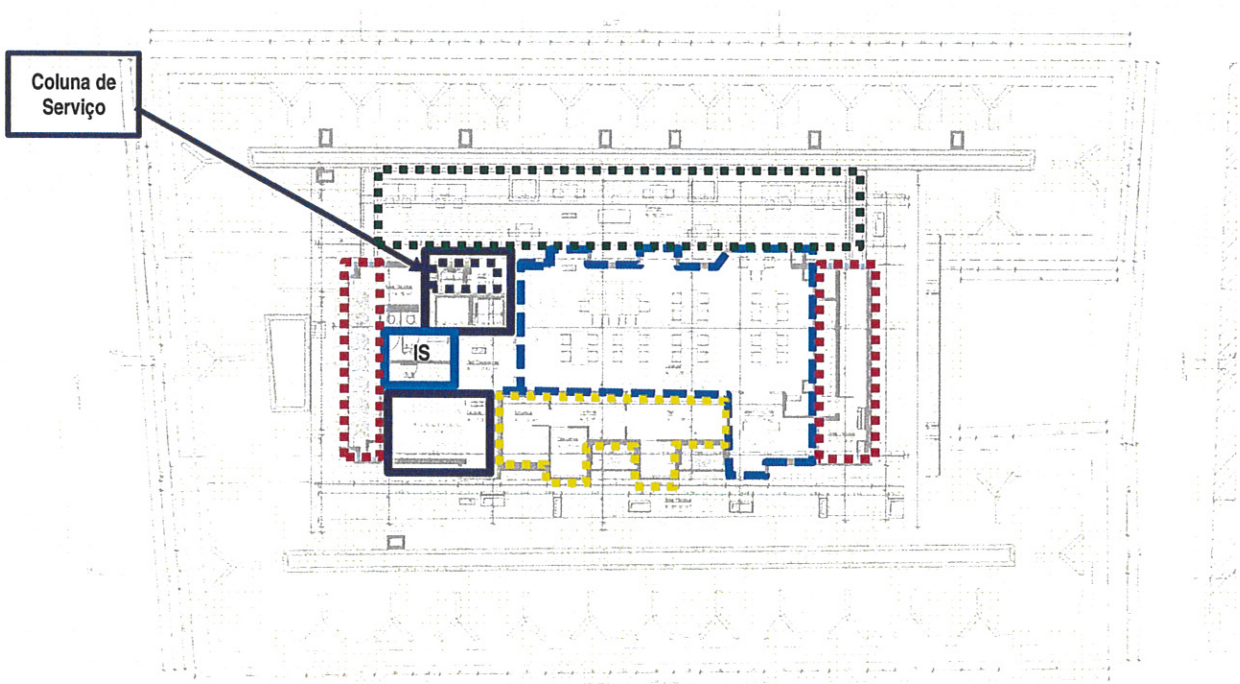
Piso 5 (Desvão da anterior cobertura técnica)

O piso 5 corresponde ao aproveitamento da área de desvão da cobertura sobre o volume da escadaria central. Esta área no processo aprovado encontrava-se afecta área técnica destinada a equipamentos de AVAC, não existindo contudo definição em projecto ou compatibilização com projecto de AVAC em que se verifique tal facto



Corte IJ do processo n.º 1722/EDI/2007

Tendo em consideração a adaptação do programa a uma nova filosofia e necessidades, procedeu-se à ocupação desta área e piso existente mas omissa no processo n.º 1722/EDI/2007 com áreas técnicas, área de pequenos-almoços e "Rooftop" Bar, Terraço e respectivas áreas de copa e cozinha de apoio, bem como foi ainda introduzida Instalação Sanitária para hóspedes e clientes.



UATs | ÁREAS TÉCNICAS | ACESSOS VERTICAIS | Pequenos Almoços e "Rooftop Bar"

Terraço de Uso dos Hóspedes e apoio ao "Rooftop Bar" | Copa e cozinha de apoio

fls. 56
1197/85/1

7. ÁREAS DESTINADAS ÀS INFRA-ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS, ESPAÇOS VERDES E OUTROS ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA E RESPECTIVOS ARRANJOS

A proposta da perspectiva da intervenção **espaço público**, não implementa nenhuma inovação ou alteração de relevo ao nível das infra-estruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização colectiva e respectivos arranjos.

Neste campo, apenas podemos afirmar que pela dimensão e localização da intervenção, existe óbvia valorização da envolvente urbana e melhoria nas condições urbanísticas decorrentes a implementação de um projecto da índole do que apresentamos.

Na perspectiva do **espaço privado** e tendo em consideração da intervenção se tratar de uma unidade hoteleira, existem áreas acessíveis ao público que claramente beneficiam todos os que pretendam usufruir das novas condições criadas pelo projecto, destes damos destaque às seguintes:

ESCADARIA CENTRAL

A grande escadaria central e entrada pela Rua São Pedro de Alcântara no seu conjunto constituem um dos elementos de maior valor patrimonial do edifício. A sua escala e localização definem toda estrutura funcional do projecto. Mante-la tornou-se determinante na preservação no que de mais valor existia no edifício original.

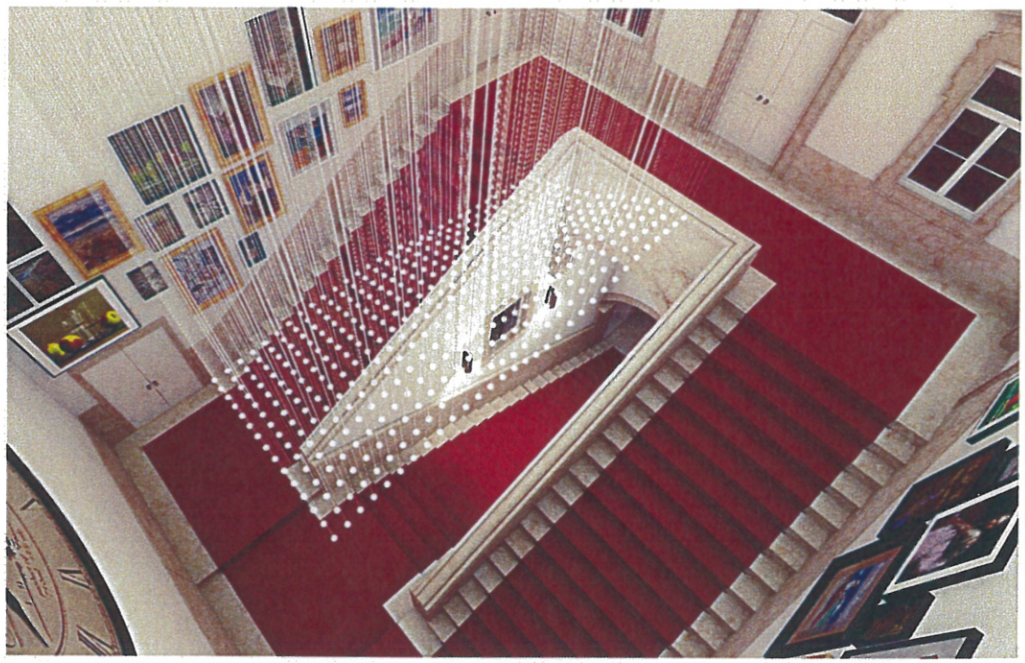
O acesso público condicionado a este espaço tem como objectivo preservar a memória do edifico original, prevendo-se que sirva de espaço expositivo e museológico.



VISTO
08/09/2015
O técnico

Fls. 57
1197/EDI/13

METRO URBE
Projectos e Consultoria em Arquitectura, Lda





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08/09/2015
O Técnico

Fls. 58
1197/EDI/15

"THE SPA & GYM"

O The Lumiares Spa e Ginásio situa-se no piso térreo e no piso -1. O spa dispõe de quatro salas de tratamento, banho turco, sauna, um ginásio completamente equipado e balneários masculinos e femininos.

O Spa e Ginásio foi concebido e equipado sob o aconselhamento da anterior gestão do spa do Six Senses Resorts & Spas.







CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08.09.2015
O Técnico

"THE ALTO-BAR"

THE ALTO BAR

O Alto-Bar ocupa uma área coberta e de terraço, proporcionando vistas deslumbrantes sobre Lisboa e o Rio Tejo. Com acesso directo por elevador, a partir do piso térreo, ou por elevador e escadas, a partir dos pisos de apartamentos,

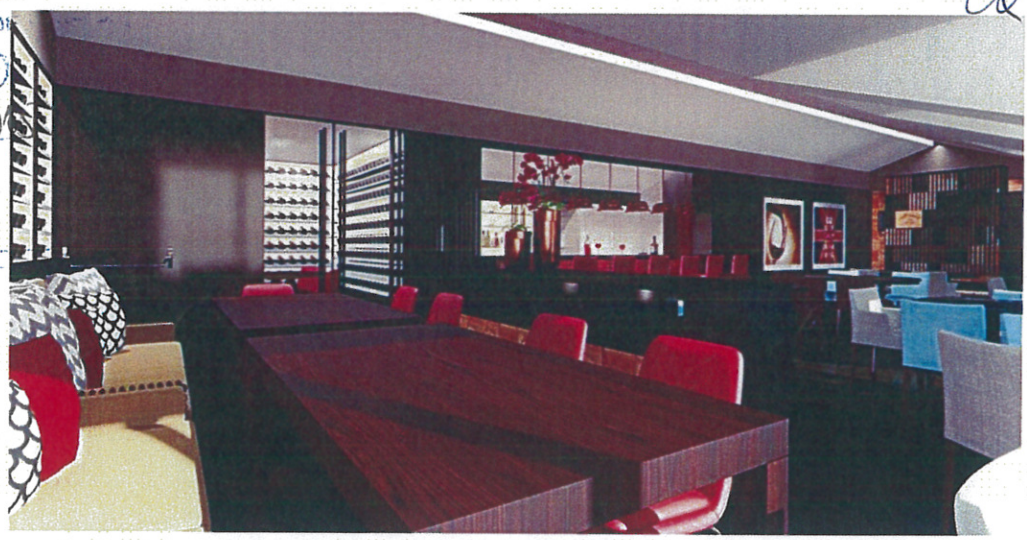
o Alto-Bar irá dispor de lugares sentados no interior e no exterior, para pequenos-almoços e refeições ligeiras, ao longo do dia e à noite.





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
VISTO
08.09.2015
O técnico

CÂMARA MUNICIPAL DE
VISTO
08.09.20
O técnico







FL. 61
1197/EDI/15

ÁREAS COMERCIAIS

Os dois espaços comerciais voltados para a Rua São Pedro de Alcântara estarão disponíveis para albergar lojas que se pretendem articular com a filosofia da unidade, sendo dada preferência à ocupação das mesmas por marcas de prestígio na área do design ou ligadas ao comércio de produtos tradicionais.





VISTO
08/09/2015



Foto montagem – Rua São Pedro de Alcântara



Foto montagem – Rua São Pedro de Alcântara



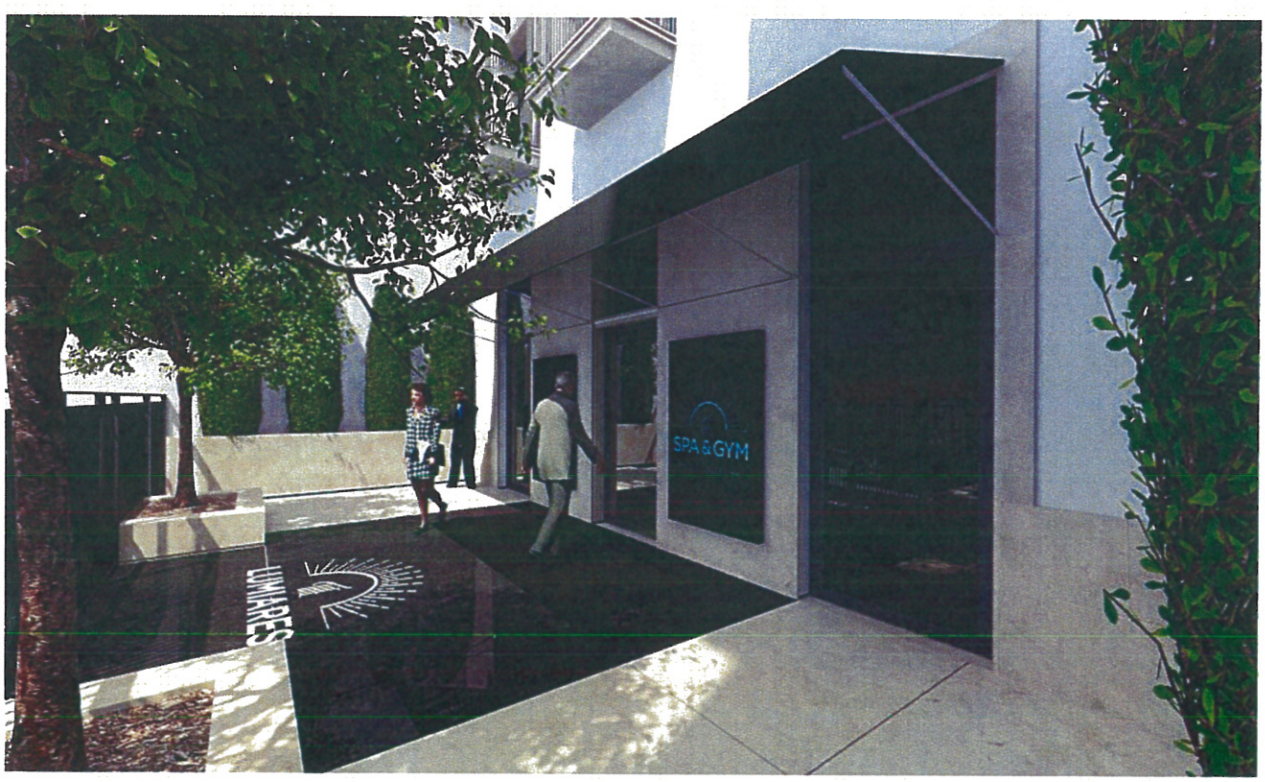
Foto montagem – Rua São Pedro de Alcântara



Foto montagem – Rua do Diário de Notícias



Perspectiva – Rua do Diário de Notícias



Perspectiva – Zona Exterior de acesso à Recepção

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1. INTRODUÇÃO/ LOCALIZAÇÃO / REQUERENTE

Na qualidade de projectistas do Palácio dos Lumiares localizado na Rua de São Pedro de Alcântara nº 25 a 27, em que a empresa Metro Urbe Lda, com sede na Av 24 Julho nº 72, solicita a apreciação do Estudo Preliminar apresentado á comissão de analise conjunta, CM Lisboa e DGPC, relativa á alteração do projecto para Hotel Apartamentos que anteriormente tinha sido licenciado como Hotel de 5 estrelas.

Os elementos agora aditados constituem revisão aos apresentados em 3 de Julho de 2014 e que posteriormente foram objecto de análise e reunião técnica no dia 13 de Agosto de 2014 com o Arq. Flávio Lopes da DGPC e os Arqtos. António Folgado e João Guerreiro da C.M. de Lisboa.

É requerente na qualidade de proprietário a empresa Quick & Positive – Investimentos Imobiliários.

2. DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO

Na reunião de 13 de Agosto de 2014, a DGPC através do Arq. Flávio Lopes, deu-nos a conhecer o resultado da apreciação da proposta apresentada em 3 de Julho de 2014, tendo-nos informado sobre o conjunto de pontos que gostaria de ver revistos no sentido de não só compatibilizar o projecto com o longo histórico de decisões tomadas para este imóvel, como também adequar esta nova intervenções às pretensões que a DGPC gostaria de ver garantidas no interesse da valorização do Imóvel e da sua envolvente.

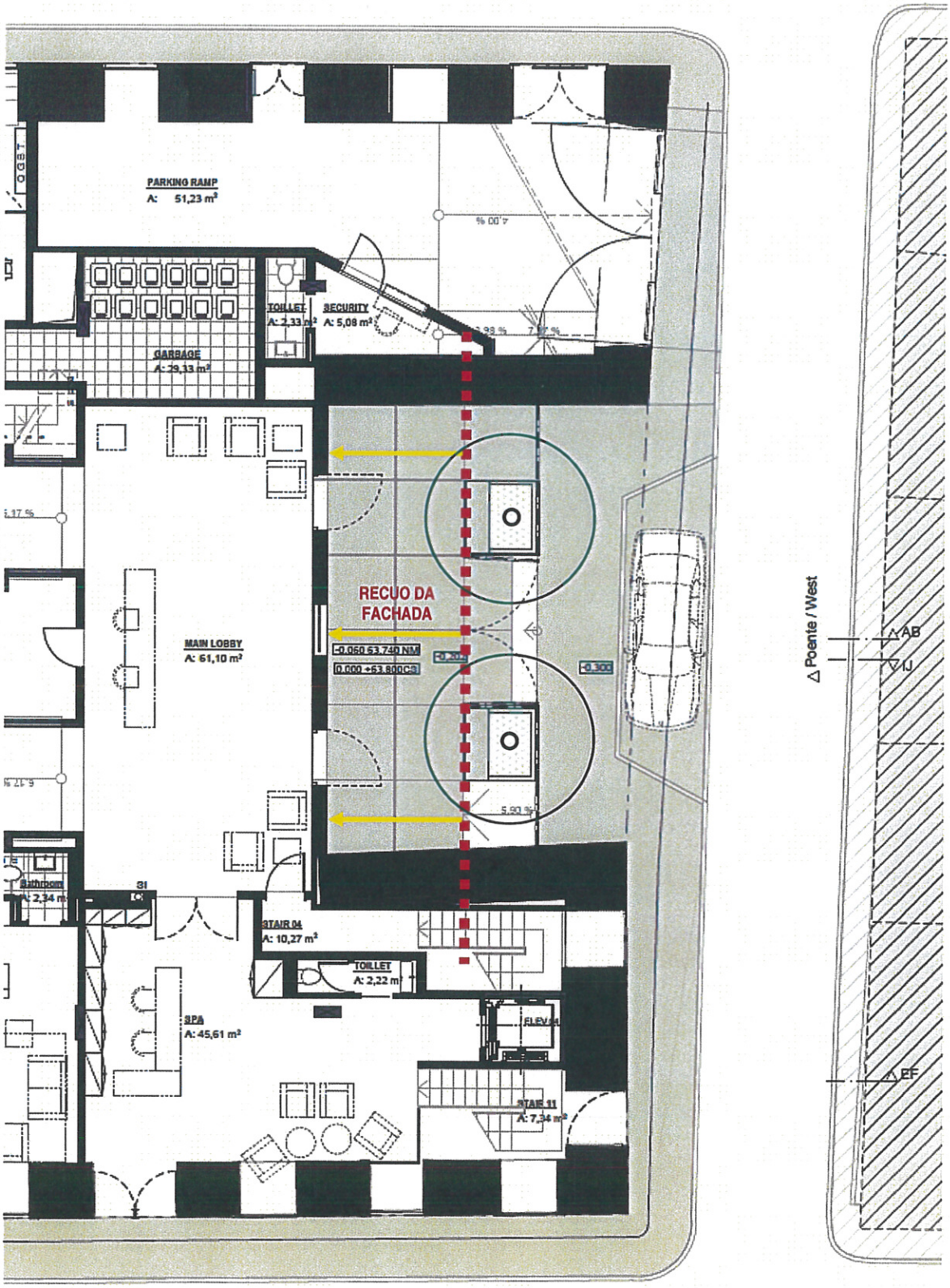
Tendo como base o teor da reunião e das notas partilhadas pelo Arq. Flávio Lopes, passamos assim a enumerar os pontos focados e resumindo como foram os mesmos traduzidos em soluções revistas no projecto anteriormente apresentado:

PLANTAS

- ***Piso Térreo***

  - Não ultrapassar os limites de implantação do projecto aprovado (zona da recepção) e o mesmo nos pisos em elevação;

Em resultado da contextualização do histórico de análise do projecto na DGPC e relativamente à não-aceitação da proposta de avanço da fachada Poente sob a área de Limite da Propriedade, procedemos ao reposição da fachada no Limite anteriormente aprovado, propondo como discutido e por modo a garantir a possibilidade de vedar e reservar se necessário a área de acesso ao Imóvel, o redesenho do espaço exterior com incorporação de vedação e arranjo paisagístico.



Nota : Extracto da planta com recuo da Fachada para a posição originalmente aprovada

ALÇADOS

- ***Alçado da Rua São Pedro de Alcântara***

  – Elementos de ligação, cobertura-zinco?

Relativamente aos elementos de ligação na Cobertura e incluindo os referenciados no Alçado da Rua São Pedro de Alcântara, informamos que a proposta anteriormente apresentada e a revisão agora entregue, pressupõem que todos os elementos de transição e ocupação da cobertura, exceptuado as trapeiras ao nível do piso 4, são em ZINCO, procurando com a utilização deste material, por um lado, distinguir o "antigo" do "novo" e por outro, valorizar o edifício em resultado da proposta de adaptação deste ao novo programa Hoteleiro.

A utilização deste material nos elementos transitórios e de ligação entre a Telha e os Revestimentos de Paramento (Rebocos e Pedra), permite-nos ainda, de um modo mais harmonioso esconder os equipamentos e áreas técnicas imprescindíveis neste tipo de edifícios.







Nota : Perspectivas e Alçado Rua São Pedro de Alcântara (Nascente)

Fls. 85
1197/EDI/15

- ***Alçado Poente***
  - Seguir Solução 2;
  - Explicar o Portão da Garagem;
  - Baixar Altura dos Vãos do Piso 3;
  - Criar cornija de Remate;
  - Diminuir Balanço das Varandas (Pisos 2 e 3);
  - Retirar a 1ª Varanda do piso 1;
  - Pala da Entrada?

No que diz respeito ao redesenho da fachada poente, a que obviamente e como pudemos apurar no histórico do edifício sempre foi a que causou maiores dúvidas, tomámos em consideração o recuo para o limite originalmente aprovado e todos os pontos referidos acima na reunião de 13 de Agosto.

Em grande parte a razão do atraso na data prevista para a entrega agora realizada (1 de Setembro), resultou do intenso trabalho e discussão tida entre os intervenientes do processo (Arquitectos, Clientes e outros) sobre esta área do projecto.

Assim e tomando em conta os pontos indicados acima, e a conversa sobre esta fachada tida na reunião de 13 de Agosto, o conjunto de ensaios e estudos realizados e pela equipa projectista e a óbvia discussão com o cliente, chegámos a uma proposta que em grande parte perseguiu a génese do que nos foi solicitado e que julgamos dignificar a proposta no seu todo, sem que deixe de responder a grande parte dos pontos acima referidos.

Relativamente ao portão da garagem não tivemos tempo de preparar um detalhe construtivo, sendo que conseguimos no entanto garantir com várias empresas de instalação deste tipo de dispositivos a possibilidade de implementar uma solução revestida a pedra.



Nota : Perspectivas Fachada Poente

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1. INTRODUÇÃO/ LOCALIZAÇÃO / REQUERENTE

Na qualidade de projectistas do Palácio dos Lumiares localizado na Rua de São Pedro de Alcântara nº 25 a 27, em que a empresa Metro Urbe Lda, com sede na Av 24 Julho nº 72, solicita a apreciação do Estudo Preliminar apresentado á comissão de analise conjunta, CM Lisboa e DGPC, relativa á alteração do projecto para Hotel Apartamentos que anteriormente tinha sido licenciado como Hotel de 5 estrelas.

Os elementos agora aditados constituem revisão aos apresentados em 3 de Julho de 2014 e que posteriormente foram objecto de análise e reunião técnica no dia 13 de Agosto de 2014 com o Arq. Flávio Lopes da DGPC e os Arqtos. António Folgado e João Guerreiro da C.M. de Lisboa.

É requerente na qualidade de proprietário a empresa Quick & Positive – Investimentos Imobiliários.

2. DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO

Na reunião de 13 de Agosto de 2014, a DGPC através do Arq. Flávio Lopes, deu-nos a conhecer o resultado da apreciação da proposta apresentada em 3 de Julho de 2014, tendo-nos informado sobre o conjunto de pontos que gostaria de ver revistos no sentido de não só compatibilizar o projecto com o longo histórico de decisões tomadas para este imóvel, como também adequar esta nova intervenções às pretensões que a DGPC gostaria de ver garantidas no interesse da valorização do Imóvel e da sua envolvente.

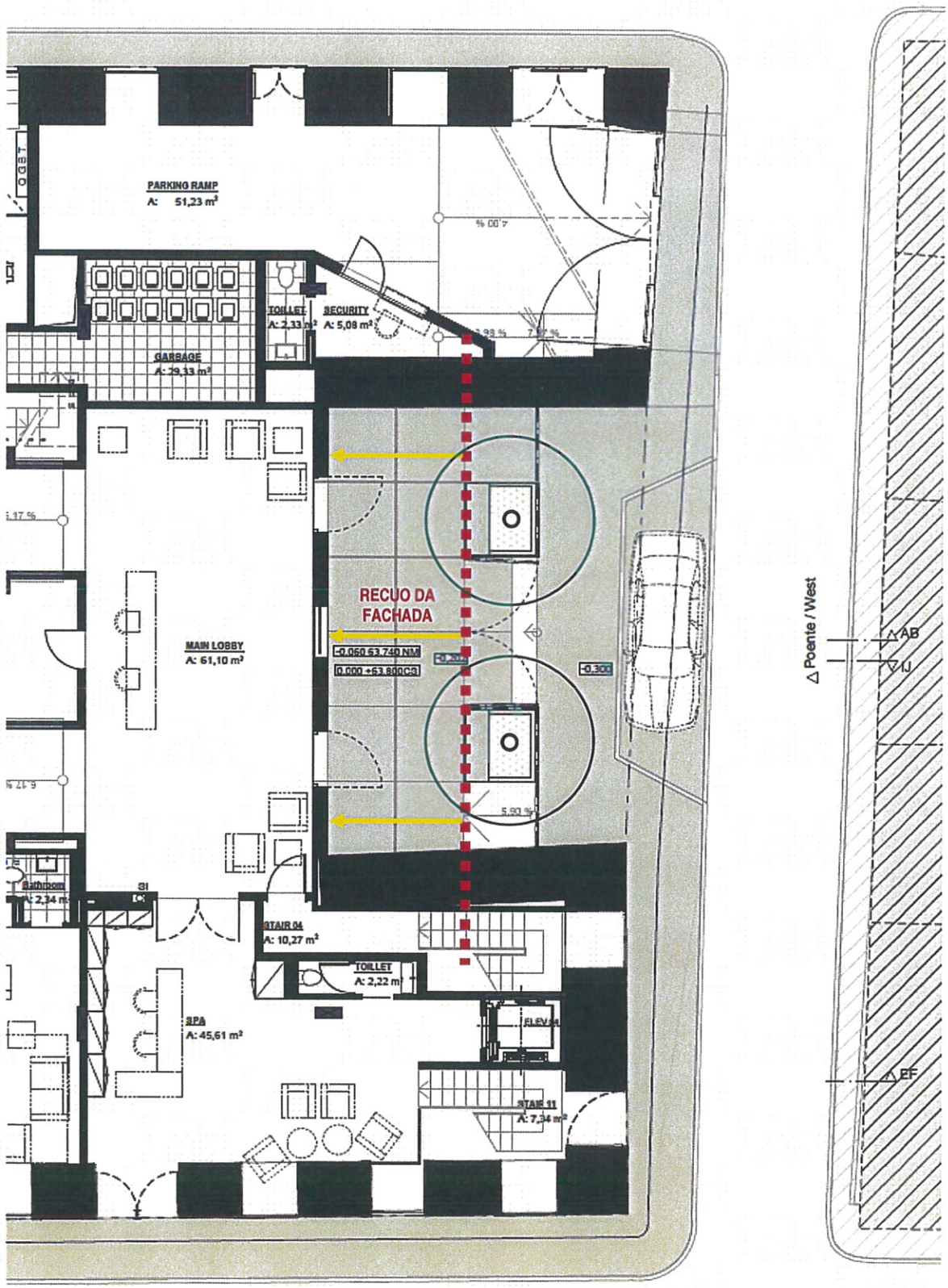
Tendo como base o teor da reunião e das notas partilhadas pelo Arq. Flávio Lopes, passamos assim a enumerar os pontos focados e resumindo como foram os mesmos traduzidos em soluções revistas no projecto anteriormente apresentado:

PLANTAS

- ***Piso Térreo***

  - Não ultrapassar os limites de implantação do projecto aprovado (zona da recepção) e o mesmo nos pisos em elevação;

Em resultado da contextualização do histórico de análise do projecto na DGPC e relativamente à não-aceitação da proposta de avanço da fachada Poente sob a área de Limite da Propriedade, procedemos ao reposição da fachada no Limite anteriormente aprovado, propondo como discutido e por modo a garantir a possibilidade de vedar e reservar se necessário a área de acesso ao Imóvel, o redesenho do espaço exterior com incorporação de vedação e arranjo paisagístico.



Nota : Extracto da planta com recuo da Fachada para a posição originalmente aprovada

ALÇADOS

- ***Alçado da Rua São Pedro de Alcântara***

  – Elementos de ligação, cobertura-zinco?

Relativamente aos elementos de ligação na Cobertura e incluindo os referenciados no Alçado da Rua São Pedro de Alcântara, informamos que a proposta anteriormente apresentada e a revisão agora entregue, pressupõem que todos os elementos de transição e ocupação da cobertura, exceptuado as trapeiras ao nível do piso 4, são em ZINCO, procurando com a utilização deste material, por um lado, distinguir o "antigo" do "novo" e por outro, valorizar o edifício em resultado da proposta de adaptação deste ao novo programa Hoteleiro.

A utilização deste material nos elementos transitórios e de ligação entre a Telha e os Revestimentos de Paramento (Rebocos e Pedra), permite-nos ainda, de um modo mais harmonioso esconder os equipamentos e áreas técnicas imprescindíveis neste tipo de edifícios.







Nota : Perspectivas e Alçado Rua São Pedro de Alcântara (Nascente)

ANEXOS

ANEXO B5 – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

PALÁCIO DOS CONDES DOS LUMIARES



Palácio dos Condes de Lumiares. Fachada principal S. Pedro de Alcântara (1994) © DGCP



Palácio dos Condes de Lumiares. Fachada lateral da Travessa da Boa-Hora (1994). © DGCP



Apresentação em 3D do projeto de reabilitação do Palácio dos Condes Lumiares. Fachada da Rua S. Pedro de Alcântara © MetroUrbe, Projetos e consultoria em arquitectura, Lda.



Apresentação em 3D do projeto de reabilitação do Palácio dos Condes Lumiares. Fachada da Rua S. Pedro de Alcântara © MetroUrbe, Projetos e consultoria em arquitectura, Lda.



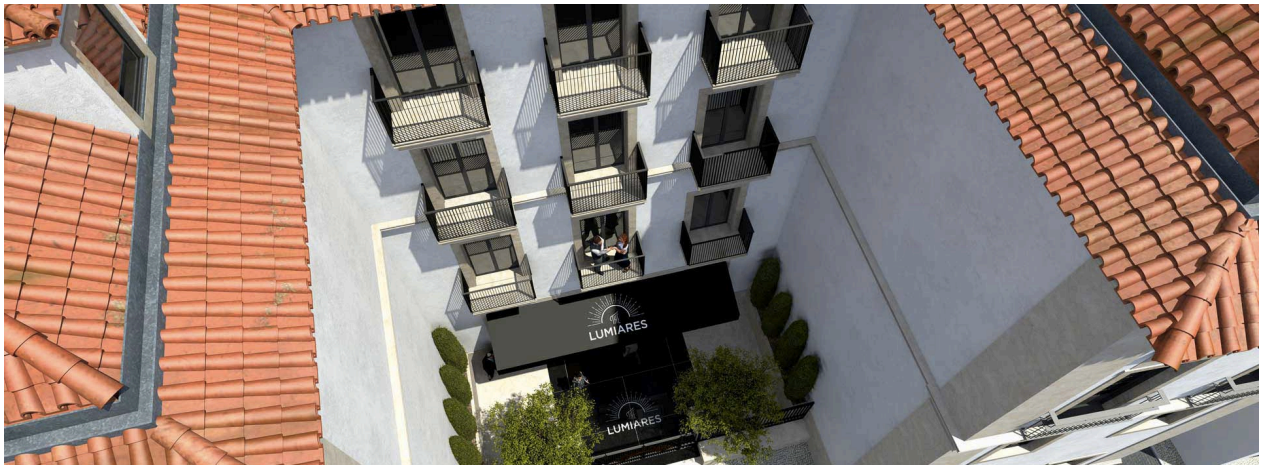
Apresentação em 3D do projeto de reabilitação do Palácio dos Condes Lumiares. Fachada da Rua S. Pedro de Alcântara e Travessa da Boa-Hora © MetroUrbe, Projetos e consultoria em arquitectura, Lda.



Palácio dos Condes de Lumiares. Fachada da Rua do Diário de Notícias (1994) © DGCP.



Apresentação em 3D do projeto de reabilitação do Palácio dos Condes Lumiares. Fachada da Rua do Diário de Notícias © MetroUrbe, Projetos e consultoria em arquitectura, Lda.



Apresentação em 3D do projeto de reabilitação do Palácio dos Condes Lumiares. Fachada da Rua do Diário de Notícias © MetroUrbe, Projetos e consultoria em arquitectura, Lda.



Pormenor dos vãos do Palácio dos Condes de Lumiares (1994) © DGCP.



Pormenor dos vãos do Palácio dos Condes de Lumiares (1994) © DGCP



Apresentação em 3D do projeto de reabilitação do Palácio dos Condes Lumiares. Fachada S. Pedro de Alcântara e Travessa Água da Flor © MetroUrbe, Projetos e consultoria em arquitectura, Lda.



Entrada principal do Palácio dos Condes de Lumiares (1994) © DGCP.



Entrada principal do Palácio dos Condes de Lumiares (1994) © DGCP.



Pormenor da porta do Palácio dos Condes de Lumiares (1994) © DGCP.



Pormenor do vão de janela do Palácio dos Condes de Lumiares (1994) © DGCP.



Pormenor da fachada interna vista da escadaria do Palácio dos Condes de Lumiares (1994) © DGCP.



Pormenor dos vãos de janela do Palácio dos Condes de Lumiares (1994) © DGCP.



Pormenor da escadaria do Palácio dos Condes de Lumiares (1994) © DGCP.



Pormenor da entrada principal do Palácio dos Condes de Lumiares (1994) © DGCP.



Apresentação em 3D do projeto de reabilitação do Palácio dos Condes Lumiares. Fachada interna vista e da escadaria © MetroUrbe, Projetos e consultoria em arquitectura, Lda.



Estado de degradação da fachada lateral da Travessa da Boa-Hora dos Condes de Lumiares (2002) © DGCP



Estado de degradação da fachada S. Pedro de Alcântara do Palácio dos Condes de Lumiares (2002) © DGCP



Estado de degradação da fachada da Rua do Diário de Notícias: fachada do pátio do Palácio dos Condes de Lumiares (2002) © DGCP.



Pormenor da fachada S. Pedro de Alcântara do Palácio dos Condes de Lumiares. (2002) © DGCP.



Pormenor da fachada de S. Pedro de Alcântara do Palácio dos Condes de Lumiares (2002) © DGCP.

ANEXOS

ANEXO C – PALÁCIO DO CONDE-BARÃO DE ALVITO

ANEXOS

ANEXO C1 – FICHAS TÉCNICAS

PALÁCIO DO CONDE-BARÃO DE ALVITO

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM

PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

Palácio do Conde Barão de Alvito

IPA.00005036

Portugal, Lisboa, Lisboa, Misericórdia

Arquitectura residencial, maneirista. Palácio urbano



Número IPA Antigo: PT031106490400

Registo visualizado 534 vezes desde 27 Julho de 2011

0

Registo	Mapa	Alterar Registo	Votar/Comentar
Arquivos e colecções	6 Imagens	Adicionar Imagens	Votos/Comentários (0)

Registo

Edifício e estrutura | Edifício | Residencial senhorial | Casa nobre | Casa nobre



Descrição

Planta quadrangular irregular, de volumetria paralelepipédica, com cobertura efectuada por telhados a 4 águas. Composto por 2 corpos lateralmente delimitados por pilastras em cantaria e desenvolvidos em 3 andares (regista-se um 4º piso ao nível da cobertura, apenas sobre o corpo a O. e recuado relativamente aos alçados), o edifício, apresenta alçado principal a S., com ângulo saliente na junção dos corpos. Com abertura a ritmo regular de vãos com emolduramento simples em cantaria, exibe piso térreo com placagem de cantaria, vazado por 3 portas a O. e por espaço a E. correspondente a estabelecimento comercial; é seguido de sobreloja ao nível do 1º piso, ostentando janelas de peito, encimadas por janelas de sacada de verga recta destacada, servidas por varandins com guarda em ferro forjado. A este piso corresponde o andar nobre. Localizada no corpo a E., destaca-se no piso térreo da fachada, o acesso principal ao interior do edifício: não coincidente com o eixo de simetria do corpo, exibe porta de verga recta de maior vão do que as observadas ao nível de todo o embasamento da construção; é sobrepujada por janela de peito de verga curva, distinguindo-se dos restantes vãos da sobreloja. O edifício é superiormente rematado por cornija.



Acessos

Largo do Conde Barão, n.º 43 - 47; Rua dos Mastros, n.º 2 - 2A



Protecção

Incluído na Zona Especial de Proteção do Bairro Alto e imóveis classificados na área envolvente

Enquadramento

Urbano, destacado, flanqueado.Na proximidade encontra-se o palácio Almada-Carvalhais (v. PT03110649040).

Descrição Complementar



Utilização Inicial

Residencial: casa nobre

Utilização Actual

Devoluto



Propriedade
Pública: privada

Afectação

Época Construção
Séc. 16 / 17

Arquitecto / Construtor / Autor

Cronologia
Séc. 16, finais - edificação do primitivo palácio; 1606 - têm já residência no palácio os barões de Alvito, D. João Lobo da Silveira (m. 1654) e a baronesa sua esposa, D. Madalena de Lencastre; 1755, 1 Novembro - os danos causados pelo terramoto obriga a família dos então já condes-barões de Alvito a abandonar o palácio; 1910 - era proprietário e residente Manuel António de Almeida, 1º e único visconde e conde de Pinhel (1860 - 1929); 1934 - o palácio encontrava-se na posse de D. Luísa Campos Henriques de Almeida, viscondessa e condessa viúva de Pinhel, que nele continuava a residir, apresentando ainda o seu alçado principal revestido de azulejo industrial; 1944 - o edifício era propriedade da Sociedade Agrícola do Cassequel; 1955 - funcionava no imóvel um estabelecimento de ensino oficial; 1975 - encontrava-se instalada em parte do edifício a Escola Académica; 2003 - vendido a Conceição Vasco Costa; 2006 - o proprietário (por ordem camarária) emparedou todos os vãos do piso térreo por o imóvel se encontrar em perigo de derrocada do seu interior.

Dados Técnicos
Paredes autoportantes

Materiais
Alvenaria mista, reboco pintado, cantaria de calcário, estuque, ferro forjado, madeira

Bibliografia
ARAUJO, Norberto de, Peregrinações em Lisboa, Vol. III, Liv. XIII, Lisboa, s.d.; CASTILHO, Júlio de, A Ribeira de Lisboa, Vol. 4, Lisboa, 1964; ALMEIDA, D. Fernando de, (dir. de), Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa, Vol. II-Lisboa, Lisboa, 1975; CORDEIRO, Graça Indias, GARCIA, Joaquim, Lisboa. Freguesia de São Paulo, Lisboa, 1993; Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa. Caracterização Histórico-Patrimonial, Vol. 5, Lisboa, 1996

Documentação Gráfica
IHRU: DGEMN/DSID

Documentação Fotográfica
IHRU: DGEMN/DSID

Documentação Administrativa
CML: Arquivo de Obras, pº nº 7.544

Intervenção Realizada
PROPRIETÁRIO / UTENTE: 1908 - alteração da fachada (vitrines) do estabelecimento comercial do Largo Conde Barão, n.º 44-45; 1910 - construção de uma capoeira no quintal correspondente ao Largo Conde Barão, n.º 47; 1926 - substituição da escada que permitia o acesso ao sotão a partir de um compartimento do 2º andar, reparações interiores e exteriores (Largo Conde Barão, n.º 47); 1932 - obras de conservação e beneficiação geral (Largo Conde Barão, n.º 43-47); 1933 - obras de conservação e beneficiação geral (Largo Conde Barão, n.º 42-44); 1934 - alterações no interior do estabelecimento comercial do Lg. Conde Barão, nº 43-44 / R. dos Mastros, nº 2 - 2A; 1941 - obras de conservação, limpeza e beneficiação geral (Largo Conde Barao, n.º 43-47); 1944 - substituição do vigamento do telhado da garagem e reparações interiores (Largo Conde Barão, n.º 43-47); 1945 - alteração significativa da compartimentação interna dos diversos pisos; 1953 - obras de conservação, limpeza e beneficiação geral no estabelecimento comercial do Largo Conde Barão, n,º 43-47 / Rua dos Mastros, n.º 2 - 2A; 1957 - obras de conservação, limpeza e beneficiação geral (designadamente pintura de paramentos exteriores); 1966 - obras de conservação, limpeza e beneficiação geral; 1974 - pintura da fachada do estabelecimento comercial do Largo Conde Barão, nº 44.

Observações

Autor e Data
Filomena Bandeira 1997 / Teresa Vale e Maria Ferreira 1998

Actualização
João Machado 2006

Termos e Condições de Utilização dos Conteúdos SIPA

Ficha Técnica

Palácio do Conde-Barão de Alvito

Projeto

Reabilitação e Refuncionalização do Palácio do Conde-Barão de Alvito

Localização

Largo do Conde Barão, nº43-47; Rua dos Mastros, nº 2 – 2A

Promotor

Augusto Vasco Costa arquitectos, Lda.

Conde Barão 43 – Compra e Venda de Imóveis, S.A.

Quick & Positive, Investimentos Imobiliários (atual)

Datas de obras

Construção primitiva – finais do século XVI

Projeto de reabilitação – 2000-2004 (projeto residencial - Augusto Vasco Costa, arquitectos, Lda.)

2006 (projeto residencial - Conde Barão 43 Compra e Venda de Imóveis S.A)

2009 (hotel de charme - Conde Barão 43 Compra e Venda de Imóveis S.A)

Observações

Palácio localizado na Zona Especial de Proteção do Bairro Alto e imóveis classificados na área envolvente.

Enquadrado na malha urbana, na proximidade do Palácio Almada-Carvalhais.

Transformado em 1606 e parcialmente restaurado nos século XVIII, XIX e na primeira metade do século XX.

Planta quadrangular irregular: quatro andares em forma de L, com entrada, escadaria principal, salas nobre e pátio interior.

Pintura mural.

Revestimento a azulejo industrial.

Área de construção – 2.960 m^2

Área de implantação – 947 m^2

Dimensão do terreno – 1.350 m^2

C

ANEXOS

ANEXO C2 – ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS E FUNCIONAIS

PALÁCIO DO CONDE-BARÃO DE ALVITO

CII

Alterações Estruturais e Funcionais

Consulta realizada nos dias 05.07.2016, 06.07.2016, 07.07.2016 e no dia 08-10-2016, no Arquivo Municipal de Lisboa

Apesar da informação ser vaga, há registo de em 1606 residirem no palácio os barões de Alvito, D. João Lobo da Silveira (m. 1654) e a baronesa sua esposa, D. Madalena de Lencastre. No entanto após o terramoto de 1 de Novembro de 1755, os danos causados obrigaram a família dos então já Condes-barões de Alvito a abandonar o palácio, passando a ser o seu proprietário e residente Manoel António d' Almeida, visconde e conde de Pinhel (1860 - 1929) e sua esposa Luísa Campos Henriques d' Almeida. Os novos proprietários procederam ao arrendamento do edifício, vindo a existir a necessidade de proceder a algumas alterações, cujas mais significativas serão mencionadas seguidamente:

Em 1908, procedeu-se à alteração da fachada do estabelecimento comercial do Largo Conde Barão, nº. 44-45. O proprietário António dos Santos Guia Gameiro teve a pretensão de colocar vitrines e alpendre na frente do seu estabelecimento.

Em 1926 foi aprovada a obra que Manoel António d'Almeida, Conde Pinhel, pretendeu fazer no seu prédio, que previa a substituição e alteração da escada que permitia o acesso ao sótão a partir de um compartimento do 2º andar; procedeu-se assim a reparações interiores e exteriores no andar sito Largo Conde Barão, nº 47.

Entre 1932 e 1933 foi dada a licença para a realização de obras de conservação e beneficiação geral do prédio. Estas previam executar trabalhos de limpeza e reparação interiores e exteriores, excepto pintar cantarias.

O proprietário do estabelecimento comercial A Moldura Nacional, Lda., do Largo Conde Barão, nº 43-44 / R. dos Mastros, nº 2 - 2^{A}, solicitou licença para executar trabalhos de alterações no seu interior, nomeadamente abrir duas comunicações entre a loja r/2 e r/3 e, fazer uma divisória para escritório. Pretendia ainda abrir os vãos das portas marcadas pelas cantarias, de forma a permitir a entrada de mais luz e ar.

Em 1941 a esposa do falecido proprietário, Manoel Antonio d'Almeida, foi intimada a realizar obras de conservação, limpeza e beneficiação geral do edifício, cujas mesmas foram recusadas devido a processo judicial por execução hipotecária movida pelo Montepio Geral a quem o prédio estaria afecto.

No mesmo ano a Sociedade Comercial Mattos Tavares Lda., mostrou o desejo de adquirir o palacete, propondo-se a instalar os seus escritórios no 1º andar deste edifício, e planeando adaptar a salão de exposição e vendas o piso térreo do mesmo edifício, e edificar

no seu logradouro oficinas de construções de aparelhos de electromedicina e de reparação de automóveis. No entanto estas obras não chegaram a ser deferidas pelos serviços de urbanização e obras das Câmara Municipal de Lisboa, apesar de não terem mestrado inconveniente na sua realização.

Em 1941, a Sociedade Agrícola do Cassequel mostrou a pretensão de adquirir o edifício, que passaria para a sua posse em 1944 depois da conclusão do processo judicial por execução hipotecária movida pelo Montepio Geral. A Sociedade solicitou o estudo de urbanização do local, e questionou a Repartição-Arquitetura dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa acerca da viabilidade para a realização de obras no mesmo edifício, cuja resposta do arquiteto-chefe foi:

> Verificando-se que se trata de um palácio antigo de certo valor e observando-se que a sua altura quase atinge a cércea, esta Repartição, na parte que lhe diz respeito, julga que o andar recolhido atualmente existe na parte superior do edifício. – bastante atarracado, por sinal – poderia ser vantajosamente substituído por um outro andar mansardado, devidamente estudado cujo espírito se enquadrasse dentro da traça arquitetónica do referido palácio. Quanto às alterações solicitadas para o interior, afigura-se de autorizar, em principio, devendo apresentar-se oportunamente os respetivos desenhos para apreciação. (Obra nº 7544, volume 2, processo 49438, folha 4)

A mesma ficou a cargo do construtor civil José Afonso Villar Jr. cuja Memória Descritiva e Justificativa prevê as seguintes alterações que a Sociedade Agrícola de Cassequel pretende mandar fazer na sua propriedade:

> As modificações projetadas constam de: O pavimento sobre as lojas será executado em betão armado conforme o estipulado no regulamento de Betão Armado. A parte a ocupar pelas lojas indicadas no projeto, será desaterrada até ao nível da rua. As paredes anteriores perpendiculares à fachada principal, serão aproveitadas caso tenham sido construídas com fundação até ao nível das paredes mestras e se encontrem em estado de conservação e Resistência para suportarem as cargas que lhe sejam transmitidas. Como presentemente é difícil determinar até onde foi construida, prevê-se, desde já, o seu prolongamento em profundidade, obra esta que será executada de acordo com a Exma. Fiscalização Camararia, e de mútuo acordo se determinará a melhor solução a adoptar. Os materiais a empregar n'esta obra a alvenaria de pedra rija em argamassa de cimento a ¼ com as dimensões exigidas no Regulamento de Construções Urbanas. (Obra nº 7544, volume 2, processo 32220/44, folha 39)

E ainda:

As alterações a que o presente projeto se refere constam, essencialmente, do desaterro e consequente aproveitamento de parte do andar térreo a fim de nele serem instalados três pequenos estabelecimentos, Para isso torna-se necessária a demolição de uma escada existente e a construção de uma nova escada que, desenvolvendo-se no hall, conduz ao 2º pavimento. O desterro compreende apenas os dois compartimentos cujas dimensões são as de 4,85 por 5,60 e 7,70, foras as arrecadações e lavabos, para o que se projeta, antes de mais nada, a construção das placas de cimento que hão-de constituir o pavimento do 2º piso. No estabelecimento da direita, uma vez que esse espaço abrange atualmente os pés direitos dos 1º e 2º pisos, resta apenas proceder ao levantamento das paredes e divisórias projetadas e à construção de uma placa de cimento que dará origem à formação de 2 pisos, sendo o segundo aproveitado para habitação do fiel. A escada a construir de novo será assente sobre paredes de tijolo a uma vez e encastranas mestras existentes. Será de cantaria com guarda fechada e capeamento igualmente de cantaria. O pavimento do hall será revestido de mosaico hidráulico bem como as arrecadações e instalações sanitárias. As outras dependências serão revestidas de solho assente sobre sarrajado, com exceção dos estabelecimento, que, focando em betonilha, aguardarão que os seus locatários indiquem o material com que pretendem revesti-los. Às instalações sanitárias projetadas está assegurada uma conveniente ventilação por meio de condutas que vão acima da cobertura, sendo a da Direita no primeiro pavimento, servida por sifão de arejamento até ao exterior. O trabalho será todo rebocado e estucado, carpintarias de casquinha, pintadas, e em tudo o mais serão rigorosamente respeitados e observados todos os regulamentos e posturas em vigor. (Obra nº 7544, volume 2, processo 32220/44, folha 2)

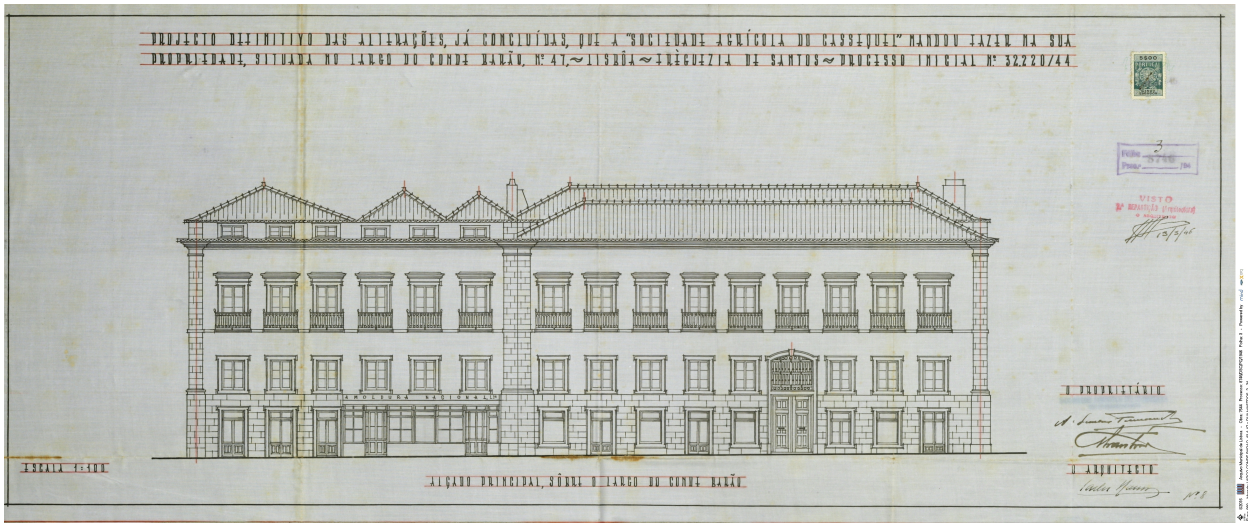
Continuação da Memória Descritiva e Justificativa relativa ao processo deferido:

Apresentação à Câmara Municipal de Lisboa um projeto de alterações a introduzir no prédio situado no Largo do Conde Barão, nro.47, Freguesia de Santos, propriedade da Sociedade Agrícola do Cassequel, este recebeu ali o nro. 32220/44. Posteriormente, porém, reconhecida a necessidade de orientar os trabalhos por forma mais prática e de acordo com determinados elementos existente, logo se consideraram umas ligeiras modificações ao projeto de alteração inicial, modificações que este novo estudo representa e procura justificar. Assim, na planta ao nível das lojas (1º piso), foi aproveitado um largo vão existente entre o Hall e o estabelecimento da Direita para nele instalar um armário de que resultasse aproveitamento precioso. Por outro lado, encontrando-se as alvenarias das paredes que topejam com a mestra sobre o Largo do Conde Barão completamente desligados destas, logo se reconheceu também a necessidade de os travar conveniente. Aproveitou-se essa oportunidade para com um sistema de travação com lintéis de betão armado, servir interiormente a montra desse mesmo estabelecimento e aumentando também a sua superfície de iluminação. Na área desta loja projetou-se no corredor lateral a demolição de umas pequenas golas e o encasque de uma caixa que de nada serviria, e, na

> arrecadação, a construção de um pilar de alvenaria para reforço do assentamento da viga e da laje do pavimento que se lhe sobrepõe, Paralelamente com a supressão de um pequeno pilar que já não for a considerado nos cálculos que acompanharam o processo inicial. No 2do. Pavimento verificar-se-á a substituição de divisórias a uma vez por divisórias a meia vez de tijolo, a não consideração de uma chaminé e de uma parede divisória transversal na maior das arrecadações, deslocamento de vãos e rasgamento de outros. O vão inferior da escada principal ao nível do primeiro piso foi igualmente aproveitado para uma pequena arrecadação. (Obra nº 7544, volume 2, processo 11506/94, folha 2)

Em 1945 a Sociedade Agrícola do Cassequel procedeu a uma alteração significativa da compartimentação interna dos diversos pisos. “A Sociedade Agrícola do Cassequel, S.A.R.L. (…) mandou abrir no seu prédio, três vãos de porta, dois do lado esquerdo e um do lado direito da porta principal, com a licença nº.8549, obra nº.7544; em virtude do que requere a V. Ex. se digne mandar dar-lhe os número de policia correspondentes aos ditos vãos [46-A e 46-B]” (obra nº 7544, volume 2, processo 34332/94, folha 1) E ainda, foi deferido o seu pedido para “a abertura dum vão interior, conforme projeto” (obra nº 7544, volume 2, processo 42516/94, folha 1) Cuja Memória Descritiva e Justificativa, apresenta:

> A Sociedade Agrícola do Cassequel apresentou em devido tempo à Câmara Municipal de Lisboa um projeto de alteração a introduzir no prédio da sua propriedade situado no Largo do Conde Barão nº.47, Freguesia de Santos; esse projeto foi classificado com o número 32.220/44. Apareceu agora a conveniência em introduzir novas modificações ao projeto primitivo, que consistem em estabelecer uma comunicação entre as duas lojas existentes no 1º piso, rasgando na parede que as separa um vão com 3,63 m de comprimento. Esse vão será ressalvado com duas vigas I NP 30, envolvidos em betão de 250 Kg de cimento por m3. (Obra nº 7544, volume 2, processo 42516/94, folha 2)



Projeto de alterações (1946). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 7544 – Proc. 8746/46, Folha 3.

Em 1945 encontrava-se instalada em parte do edifício a Escola Académica, sob a direção de Mário de Sousa Melo Neuparth.

Em 1957, a Sociedade Agrícola Casequel, foi convocada pela 4ª Repartição-Secção de Edificações Urbanas da Câmara Municipal de Lisboa, a proceder às obras de conservação, limpeza e beneficiação geral (designadamente pintura de paramentos exteriores), prevendo: "caiar a fachada posterior, tapar fendas nos tectos e paredes e consertar os soalhos (…) procedeu-se também a requerente a obras de beneficiação e limpeza, tendo executado os trabalhos acima referidos excepto a caiação da fachada posterior por julgar desnecessário, tendo apenas sido retocada." (Obra nº 7544, volume 2, processo3630/957, folha 1) Só em 1966 voltaram a solicitar licença para proceder a obras de conservação.

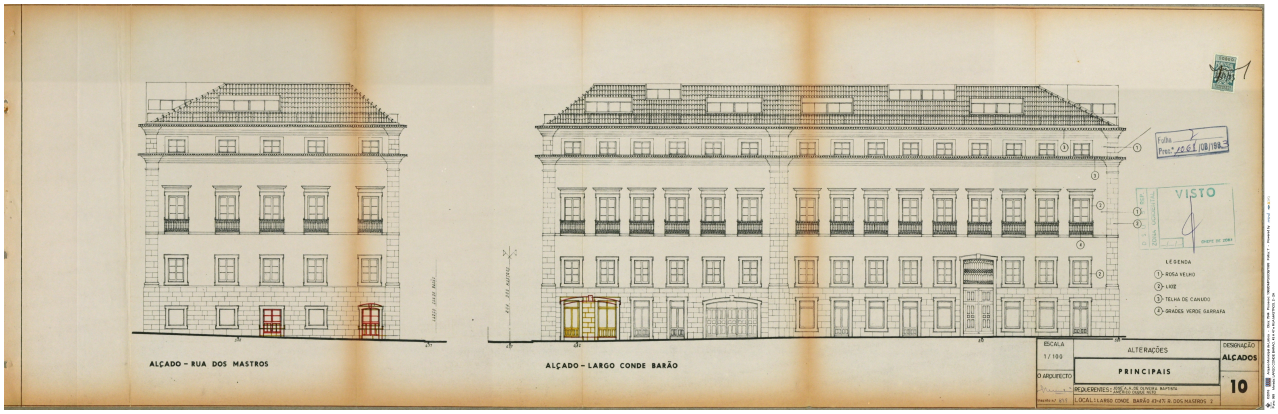
De acordo com a vistoria realizada ao local, no dia 13 de Maio de 1983, "verificou-se que se trata de um prédio centenário e não se detectaram alterações recentes." (Obra nº 7544, volume 2, processo 1640/0B/83, folha 20)

> Arménio Gameiro Costa, Engenheiro Técnico civil inscrito na Câmara Municipal de Lisboa sob o nº 210, (…) declara que o levantamento do prédio, sito no Largo do Conde Barão nº 43/47, torneja para a Rua dos Mastros, que é propriedade dos Srs. J.A.A. Almeida Baptista e Américo Duque Neto, do qual é responsável, é a cópia fiel do existente e que nos últimos 30 anos não tem conhecimento que tenha sido objeto de alterações. (Obra nº 7544, volume 2, processo 1640/0B/83, folha 2)

Em 1983, os novos proprietários, José Augusto Almeida de Oliveira Baptista e Américo Duque Neto, apresentam para licenciamento um projeto que previa a demolição do edifício em causa. O processo foi deferido a 28/10/1982 tendo sito emitida a licença nº 118/82 a qual foi satisfeita conjuntamente com a demolição (Processo 59624 – Licença 3045) e processo de alterações (Processo 1068/0B/83 – Licença 3044/83), cuja Memória Descritiva descreve:

> As alterações ao projeto aprovado segundo o processo nº 3688/OB/82, restringem-se a modificações dos estabelecimentos com frente para o Largo do Conde Barão e Rua dos Mastros, de modo a ficarem com a área aproximada que os estabelecimentos atuais possuem. O motivo destas alterações relacionam-se, como é óbvio, com a intenção que os arrendatários têm em reocupar. Assim, suprimem-se as caves dois estabelecimentos que têm frente, unicamente, para o Largo do Conde Barão e projetam-se alterações no restante. Neste, as modificações são as seguintes: a) Nas fachadas; abertura de uma montra, em substituição da que é suprimida com o

acesso ao parqueamento; e reposição da fachada (consoante o existente) na sua frente para a Rua dos Mastros. b) Interiormente: dota-se o estabelecimento com um monta-cargas amplo, fazendo a ligação entre o R/chão e a cave, monta-cargas que permite a deslocação de vidros (…). (Obra nº 7544, volume 2, processo 1068/0B/83, folha 3)



Projeto de alterações (1983). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 7544 – Proc. 1068/83, Folha 7.

Através do processo 3688/0B/82 foi deferido em 28/10/82 um projeto de alterações condicionando-se o respectivo licenciamento à junção:

- Estudo de Estabilidade que deverá incluir o relatório vinculativo do processo de construção uma vez que deverá ser mantida a atual fachada.
- Projecto elétrico.
- Declaração em como a propriedade se encontra desocupada.

De acordo com o projeto de alterações deferido é condicionamento expresso que a fachada deverá ser preservada e por conseguinte não foi imposto o respetivo pedido de demolição. Vem agora o requerente, solicitar, conforme declaração a fls. 2, o licenciamento de todo o interior do edifício. (Obra nº 7544, volume 4,, processo 59624/1982, folha 3)

A 04 de Outubro de 1991 foi levado a cabo um projeto de alterações do Palácio do Alvito com vista na instalação das futuras instalações do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), com parecer favorável do Instituto Português do Património Cultural ao projeto submetido.

A intervenção que este processo propõe é uma tentativa bem conseguida de compatibilizar uma recuperação profunda (a uma ampliação) com um programa complexo, em que o conjunto edificado do Palácio do Alvito é destinado à instalação do Serviço Nacional de Parques, Reservas

e Conservação da Natureza.

Para o mesmo edifício já existe um processo deferido (proc. 3688/OB/82) que ficava muito aquém deste em material de preservação de elementos decorativos e arquitetónicos, mas que, do ponto de vista da volumetria global, era equivalente (neste último há a supressão duma cave).

A observação da documentação fotográfica que acompanha o processo leva-nos a concluir que o edifício está em situação de pré-ruína.

A sua recuperação como edifício terciário para um Serviço do Estado representa, efetivamente, a possibilidade de poupá-lo a uma destruição quase certa.

Acontece que a solução proposta, apesar de excelentemente apresentada e justificada, está em desacordo com a normativa urbanístico em vigor, nomeadamente no que se refere à ocupação parcial do logradouro, à alteração profunda da geometria do telhados e ao alteamento do edifício com mais um piso.

Contudo, o cuidado posto na inventariação de tudo quanto pode ter valor documental e artístico e o esforço da sua recuperação justificam a nessa obrigação de encontrar uma forma de viabilizar o pedido. Não há dúvida de que a cidade e os seus munícipes só ganham com isso. Tanto mais que a intervenção integra a criação de quase uma centena de lugares de estacionamento, num local da cidade que está particularmente carenciado dele.

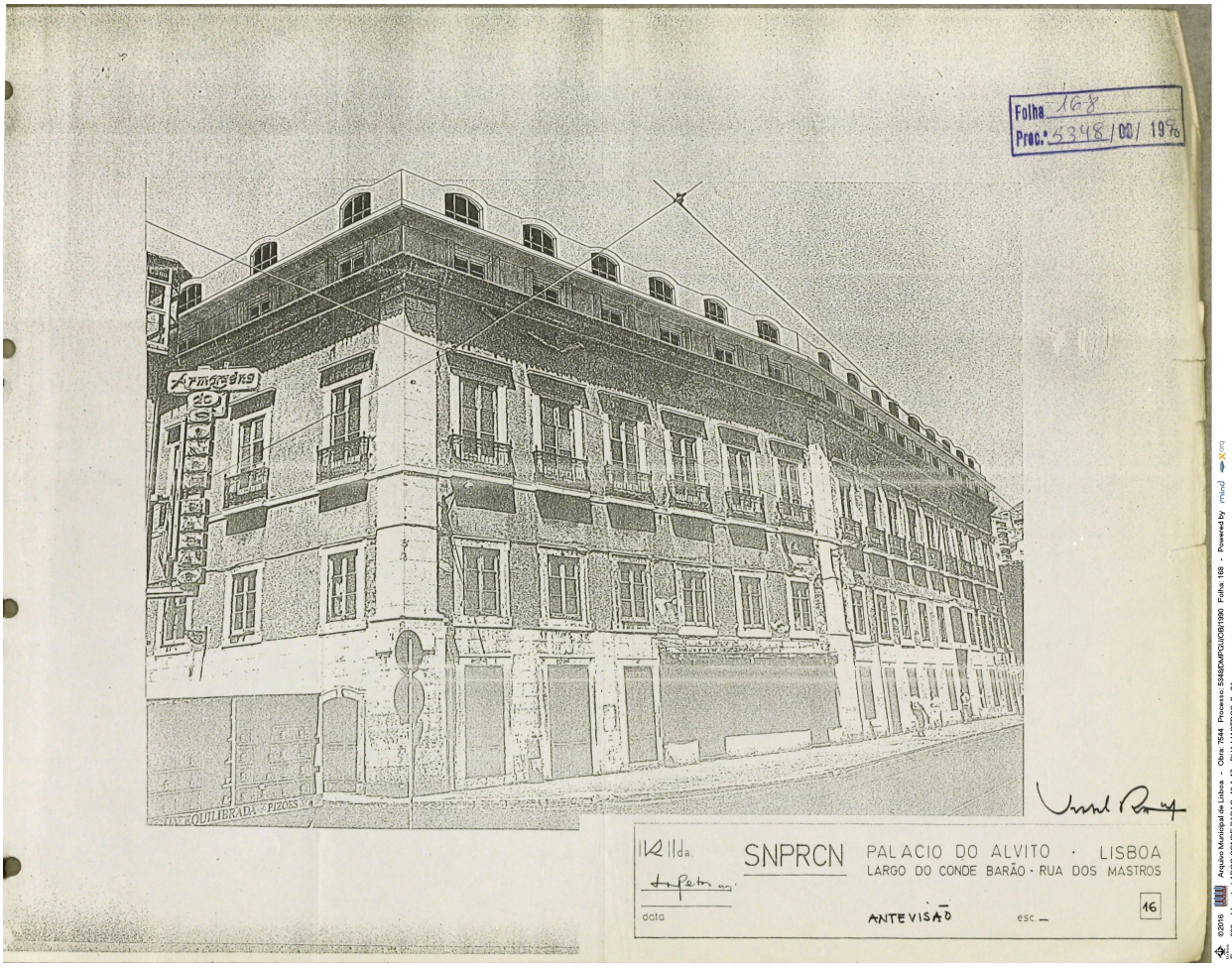
Por outro lado, não pode deixar de se chamar a atenção para o cuidado havido na aplicação da nova regulamentação térmica e acústica, atitude que constato pela primeira vez desde que me encontro ao serviço da Câmara.

Tendo em consideração este conjunto de dados e o facto de que o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza não persegue, com esta proposta, quaisquer fins especulativos e que desempenha, de facto, funções da maior importância, permite-me qualificar as novas instalações como equipamento de interesse público, à escala do país. Nestas condições proponho e deferimento deste processo. (Obra nº 7544, volume 3, processo 5348/0B/90, folha 525-526)

Acerca do mesmo processo o Instituto Português do Património Cultural sublinha dois aspetos relevantes:

Em primeiro lugar, a aposta na utilização de um edifício qualificado permitindo-se assim a sua recuperação, ao invés de procurar instalações novas, (...) menos interessantes em termos de uma política de Salvaguarda do Património Construído, com inúmeras vantagens que não se confinam ao palácio e se estendem beneficamente à zona. (...) Em segundo lugar, o cuidado posto na recuperação do Palácio, que se não se limita a uma recuperação cenográfica pela ilusória manutenção das fachadas, mas que leva esse esforço ao seu interior, onde reconhece valores (que corretamente não dissocia do invólucro) a merecer toda a atenção e respeito, valorizando-os e deles tirando partido. (Obra nº 7544, volume 3, processo 5348/0B/90, folha 521)

CX



Fotografia (1990). Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 7544 – Proc. 5348/90, Folha 168.

No entanto esta obra não teve repercussões, tendo o imóvel sido alienado em hasta pública, em 12-12-2000, a Augusto Vasco Costa – Planeamento e Arquitetura, Lda. A descrição do prédio para efeitos de hasta pública expressamente referia, quanto ao estado de conservação do imóvel, que o mesmo é "bastante mau em algumas zonas, apresentando, mesmo, umas em que o telhado já ruiu, e as paredes apresentam grandes desvios, ameaçando derrocada." Como tal, a Sociedade propôs-se a desenvolver "um projeto para o referido prédio, (...) de forma a renovar este Palácio (na sequência da renovação que realizámos na "Antiga Fábrica Viúva Ferrão" – cem metros à frente)." (Obra nº 7544, volume 4, processo 109/F/DRGUP/05, folha 7) Sendo a 9 de Dezembro de 2003, redigida uma carta ao Diretor da Unidade de Projeto do Bairro Alto e Bica informando da entrega do pedido de informação prévia para a renovação do Palácio e do pedido de suspensão do procedimento para execução de obras de conservação, após ter sido realizada uma Vistoria ao edifício, pelos

técnicos da U.P. do Bairro Alto e Bica – C.M.L, que verificaram anomalias de "Grau A de Risco", devido à situação de insegurança, insalubridade e risco de incêndio. E, identificaram, também, elementos dissonantes de génese ilegal de acordo com o disposto no Regulamento do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa. Considerando-se a necessidade de atuação, foi requerida a abertura de processo de intimação aos proprietários do edifício para a execução de obras de conservação, para a correção das deficiências mencionadas no Auto de Vistoria, e de obras de reposição da situação inicial do edifício. Assim, como o despejo imediato das únicas partes do imóvel arrendadas a estabelecimentos comerciais. Tal como se pode conferir no Auto de Vistoria, abaixo citado, o estado do edifício encontra-se em "muito mau estado, em quase ruína."

> Trata-se de um edifício palaciano construído em finais do século XVI e transformado em 1606, sofrendo alguns restauros nos séculos XVIII, XIX e 1ª metade do século XX. Foi residência dos Barões do Alvito (mais tarde Condes-Barões), que o abandonaram logo a seguir ao terramoto de 1755, passando o edifício por diversas mãos. Contudo, a fachada de acentuada horizontalidade, tornejando a Ocidente para a Rua dos Mastros. A fachada principal apresenta-se visualmente bipartida; o corpo principal, é ritmado por uma sucessão de nove vãos de janela de sacada de lintel rematado em cornija, com gradeamentos de ferro fundido com coroamento de pinhas de ferro fundido, no 2º andar e de peito no 1º, sucessão interrompida no 6º vão pela bandeira de lintel curvo da porta principal, gradeada a ferro forjado. Quebrado pela ligeira inflexão que é demarcada pela imponente pilastra de cantaria, surge o pano onde se abrem seis vãos por piso com a mesma leitura interior. Este corpo é composto por um último piso sobre beirado de telha de canudo. A Ocidente, a solução anterior é repetida nos cinco vãos por piso que a fachada apresenta. O tardoz do edifício, irregular e mais pobre, abre-se para o antigo jardim. O edifício, em si, está incluindo no Inventário Municipal do Património e, por outro lado, a classificação do "Palácio dos Carvalhais" e área envolvente como Monumento Nacional pelo Decreto de 27 de Dezembro de 1919, englobou este palácio, que mantém uma presença urbanística ímpar e uma referência memorial insubstituível. (Obra nº 7544, volume 4, processo 109/F/DRGUP/05, folha 15)

Os trabalhos preconizados no Auto de Vistoria datado de 14.10.2003 e constantes na intimação consistem em obras de conservação e recuperação do edifício, sendo, inclusivamente parte delas, obras urgentes e necessárias para garantir a estanquidade do

edifício e travar o processo de degradação em que o imóvel se encontra, foram recusadas pelos proprietários, devido à execução do projeto de reabilitação. Contudo, segundo a resposta da CML: As obras intimadas são apenas as necessárias para garantir a segurança do edifício e travar o processo de degradação em que o mesmo se encontra atualmente. Estas medidas não inviabilizam nem prejudicam qualquer eventual execução de obras, no âmbito de qualquer projeto de alterações que venha a ser aprovado, como já havia sido referido, e não têm nenhum custo excessivo ou desproporcional face à posterior recuperação do edifício. Ainda para mais, atendendo a que, caso não seja tomada nenhuma medida de proteção, maior será a degradação do edifício e, em consequência, mais elevado será o custo da sua reabilitação. A imposição de execução de sondagens arqueológicas, é uma obrigação legal, uma vez que, o edifício se encontra classificado no Inventário Municipal de Património e situado em área de potencial valor arqueológico de acordo com o PDM de Lisboa.

A falta de consenso entre as partes envolvidas levou à venda da propriedade à sociedade Conde Barão 43 – Compra e Venda de Imóveis S.A, em 2004, que consequentemente foi notificada para a execução das mesmas obras de conservação.

No entanto, apesar da manifesta intenção de ambos os proprietários de realizar obras no imóvel, é fato que não foram realizadas quaisquer obras no imóvel, promovendo a evolução do seu estado de degradação. Dada esta situação foi sujeito em 2012 a uma nova Vistoria devido ao risco que representa para a via pública. No âmbito da mesma foi observado pela Comissão, ser: urgente emparedar os 5 vãos de porta ao nível do piso 0, bem como o entaipamento dos demais vãos de janelas e portas de sacada nos restantes pisos, assim como o encerramento dos vãos da fachada tardoz. Sendo ainda fundamental executar o apeamento dos elementos em risco de queda para a via pública da totalidade das fachadas e o escoramento do interior, relativamente aos elementos em risco de queda. Contudo, os trabalhos deverão ser cuidadosamente efetuados por forma a aferir-se a eventual existência de elementos de interesse arquitetónico ou patrimonial que importe preservar. Todos os elementos a preservar e que tiverem que ser retirados e/ou desmontados durante os trabalhos de demolição e limpeza, nomeadamente as cantarias, deverão ser numerados e inventariados para posterior reposição no local tal como determinado no n.º4 do art.º 7º do Regulamento do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa. (Obra nº 7544, volume 5, processo 983/RLU/2012, folha 1)

Após a prossecução dos trabalhos inquiridos pela CML, a propriedade foi vendida à Quick&Positive – Investimentos Imobiliários, Lda, entidade responsável pela reabilitação dos antigo Palácio dos Lumiares. Estando neste momento a iniciar-se os primeiros trabalhos arqueológicos no espaço.

ANEXOS

ANEXO C3 – PLANTAS E DESENHOS

PALÁCIO DO CONDE-BARÃO DE ALVITO



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL
REABILITAÇÃO URBANA
DOS NÚCLEOS HISTÓRICOS

PLANO DE URBANIZAÇÃO
DO NÚCLEO HISTÓRICO DA
MADRAGOA

Planta de implantação © CML.

ANEXOS

ANEXO C3 – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

PALÁCIO CONDE-BARÃO DE ALVITO



Palácio Conde-Barão do Alvito. Fachada principal da Rua Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Fachada principal da Rua Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Fachada principal da Rua Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito © DGCP.



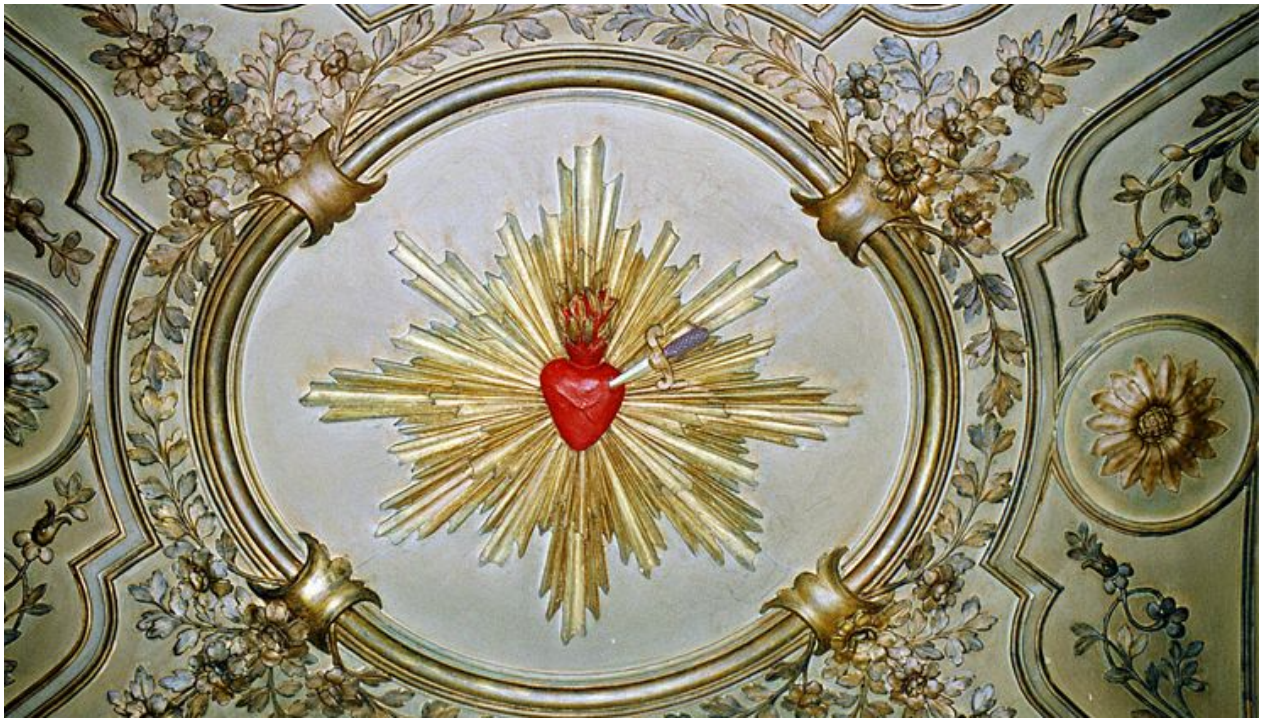
Estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Pormenor do tecto do Palácio Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito © DGCP.



Estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito: pátio interior - arcada (2006) © João Paulo Machado.



Estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito: pátio interior - arcada (2006) © João Paulo Machado.



Estado de degradação da fachada principal do Palácio Conde-Barão do Alvito (2006) © João Paulo Machado.



Estado de degradação da fachada principal do Palácio Conde-Barão do Alvito (2006) © João Paulo Machado.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Pormenor do tecto da sala dos ananases (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Pormenor da pintura mural da sala dos ananases (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Pormenor da pintura mural da sala dos ananases (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Pormenor do estuque danificado da sala dos ananases (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Pormenor da sala dos ananases (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Pormenor do tecto da sala da música (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Pormenor do tecto da sala de jantar (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Pormenor do tecto da sala de jantar (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Interior da sala música: pormenor da pintura mural (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Interior da sala de jantar: pormenor da pintura mural. Representando Palácio da Pena (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Pormenor do medalhão central do tecto (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Registo em azulejo na escadaria (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Pormenor do desenho de padrão dos azulejos da escadaria (2006) © Ana Silva.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Estado atual, após a vistoria da CML que impôs o emparedamento dos vãos.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Estado atual, após a vistoria da CML que impôs o emparedamento dos vãos.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Estado atual, após a vistoria da CML que impôs o emparedamento dos vãos.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Estado atual, após a vistoria da CML que impôs o emparedamento dos vãos.



Palácio Conde-Barão do Alvito. Estado atual, após a vistoria da CML que impôs o emparedamento dos vãos.

ANEXOS

CURRICULUM VITAE

CXL

europass Curriculum vitae

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nádia Pais Antunes de Almeida Luís

Oeiras, Lisboa, 2760-042 Paço de Arcos (Portugal)

(+351) 911946218

nadia.a.luis@gmail.com

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

out 16–Presente

Assistente Pessoal / Administrativa do Arquitecto Carrilho da Graça - JLCG, Arquitectos, Lda.

jun 16–out 16

Guia / Mediador – Fundação Sport Lisboa e Benfica

Realização diária de 5 a 6 visitas guiadas, com cerca de 30 a 80 visitantes, em inglês e português.

abr 15–jun 16

Assistente Administrativa – Serviço Educativo da Culturgest – Fundação CGD

Atendimento telefónico e agendamento; promoção e divulgação da programação; gestão do arquivo e da base de dados; gestão de economato; assistência a atividades (oficinas de artes visuais, teatro e cinema; oficinas de férias escolares; espetáculos e conferências); apoio à produção nas tarefas diárias.

Equipa de exposições: Integração na equipa de montagem/desmontagem das exposições; Investigação e concepção dos cadernos de conteúdos dos artistas das exposições 2015/ 2016/ 2017.

jul 14–set 15

Recepcionista / Administrativa – Holmes Place, Health Club

Atendimento presencial e telefónico; venda ao público dos produtos e serviços existentes; controlo, armazenamento e gestão de stocks; apoio administrativo na gestão do arquivo, indexação de contratos e faturação.

set 14–nov 14

Programa de Estágios para Jovens Animadores – Museu da Electricidade, Fundação EDP

Apoio ao Serviço Educativo na realização de visitas guiadas e comentadas, destinadas a públicos diversos: adultos, escolas, jovens e famílias.

nov 13–set 14

Técnica Administrativa - Reditus, S.A.

Operadora de registo de dados, na gestão de processos de seguro, orçamentos e faturação na área das telecomunicações.

out 13–dez 13

Assistente de exposição – Museu da Presidência da República

Acolhimento, orientação e acompanhamento dos públicos: no 5 de Outubro e nas "Noites de Luz" nos jardins do Palácio de Belém;

Transmissão de informação sobre o espaço aos visitantes.

set 13–jan 14

Estágio curricular – Centro de Arte Manuel de Brito (CAMB)

Projeto: *Pesquisa e Inventariação do acervo de Obras Protocoladas do CAMB*;

Introdução à gestão da coleção através da plataforma *online* InPatrimonium;

Concepção das folhas de sala e brochuras de divulgação das exposições;

Assistente de produção na exposição *Luís Noronha da Costa* (27/09/13 a 02/03/14);

Apoio ao Serviço Educativo na realização de visitas guiadas e comentadas, destinadas a escolas, universidades, famílias e seniores.

jul 12 **Assistente de exposição - Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado**

Vigilância, supervisão e manutenção da sala de exposições e das obras no decorrer da exposição *O Modernismo Feliz – Art Déco em Portugal, de 1912 a 1960.*

Transmissão de informação sobre o espaço aos visitantes.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

14–16 **Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura - ramo de Gestão Cultural no ISCTE-IUL**

Inventário e Catalogação; Recepção, Fruição e Públicos da Cultura; Gestão Cultural; Marketing Cultural; Contabilidade e Finanças; Controlo de Gestão; Conservação e Manutenção; Projetos Culturais de Património e Programação Cultural e das Artes.

10–14 **Licenciatura em História da Arte na Universidade Nova de Lisboa**

Antiguidade Clássica e Tardia, História da Arte Universal (Medieval, Moderna e Contemporânea) e História de Portugal (Medieval, Moderna e Contemporânea), Estudo de Coleções, Pesquisa e Inventário, Ciências do Património, Iconografia e Museologia.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna: português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	B2	C1	B2	B2	B2
espanhol	B2	C1	B1	B1	B1

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Outras competências: MS Office (Word, Excel, Acess, Powerpoint e Outlook), MAC OS X, Adobe Systems

Carta de Condução: B1, B

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Cursos

2016 - Formação Audiovisuais, Cenografia e Luz - Culturgest - Fundação CGD;

2015 - Formação Primeiros Socorros Infantis - Culturgest - Fundação CGD;

2014 - Formação de Guia no Museu da Eletricidade - Fundação EDP;

2012 - Curso Intermédio de Inglês no Instituto de Línguas da Universidade Nova de Lisboa.

Conferências

- Membro da organização da Conferência 'Perfil e Motivações dos Públicos Séniores' resultante da parceria entre o IHA-UNL e o IGOT, Lisboa, 8 de Março de 2016;

- Membro da organização da Conferência Regional InSEA: ' Riscos e Oportunidades para a Educação das Artes Visuais na Europa', Lisboa, 7-9 de Julho de 2015.

© União Europeia, 2002-2015 | http://europass.cedefop.europa.eu